



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

SUPLEMENTO AO Nº 60

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1963

ATA DA 47ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, 29 DE MAIO DE 1963.

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, MOURAO VIEIRA E CATTETE PINHEIRO

As 14 horas e 30 minutos chamam-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira  
Cattete Pinheiro  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Dinarte Mariz  
Walfredo Gurgel  
Argemiro de Figueiredo  
João Agripino  
Pessoa de Queiroz  
Plínio Ferreira  
Humberto Neder  
Aloysio de Carvalho  
Josephat Alvim  
Eurico Rezende  
Raul Gilbert  
Giberto Marinho  
Benedicto Vamdrades  
Nogueira da Gama  
Moura Andrade  
Humberto Meder  
Nelson Maculan  
Antônio Carlos  
Atílio Fontana  
Daniel Klinger  
Mem de Sá — 25

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário propõe a leitura da ata da sessão anterior que é em debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE:

Aviso nº 399-63, de 28 do mês em curso, do Sr. Ministro da Educação e Cultura — Transmite informações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1961.

O SR. PRESIDENTE:

Comunico ao Plenário que, atendendo as representações que lhe foram dirigidas, sobre a conveniência de ser evada a efeito antes da data do início da vigência da lei em que se converteu o Projeto nº 1.751-A-56 da Câmara nº 126-61, no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Ordem dos Advogados do Brasil, a apreciação pelo Congresso Nacional, do voto posto pelo Sr. Presidente da República no art. 149 desse projeto, resolve esta Presidência:

a) convocar as duas Casas do Congresso Nacional para conhecerem o voto oposto a esse projeto no dia 8 do mesmo mês de junho, às 21 horas

## SENADO FEDERAL

e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados;

b) designar para a sessão conjunta de 20 de junho a seguinte matéria:

1) veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.799-62 na Câmara e nº 2-63, no Senado, que estabelece medidas de amparo à indústria de transporte aéreo e dá outras providências;

2) veto presidencial (total) ao Projeto de Lei nº 2.011-B-60 na Câmara e nº 44-62, no Senado, que desincorpora do Patrimônio da União e devolve à plena propriedade da "Sociedade Filarmônica Lyra", o imóvel situado à rua S. Joaquim 339, na Capital do Estado de São Paulo. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Está lida a leitura do Expediente. Ha oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, desejo agradecer, antes de passar a leitura do meu discurso, a generosa atenção com que me honrou o nobre Senador Eurico Rezende, cedendo-me o seu lugar para falar na sessão de hoje.

Sr. Presidente, não tenhamos dúvidas de que nos encontramos a meio da crise que nos tortura numa fase de renovação e de progresso que está agitando todas as camadas sociais deste País.

É uma fase de ebulição histórica que precisa ser vivida com a euforia natural de que anseiam pela emancipação econômica do Brasil, e, ao mesmo tempo, com as cautelas indispensáveis dos que se mantêm redutivos na defesa da civilização ocidental e dos direitos fundamentais do homem.

Tenho afirmado que poderemos ser arrastados, insensivelmente, à derrocada de nossas instituições democráticas se não fizermos, nessa marcha que vamos empreendendo, exames constantes de consciência, para uma tomada sensata de posição.

Tenhamos sempre em vista. Senhor Presidente que militam em todos os setores da vida nacional os agentes da subversão. São uma minoria evidente. Mas uma minoria organizada, técnica e eficientemente, que sabe dirigir, comandar, confundir e envenenar as massas populares. E ela já contaminou, como temos dito, os nossos ideais: os ideais mais puros que polarizam o pensamento e a ação de todos os patriotas.

A conquista de nossa independência econômica avançou e avançou muito, no ângulo de nossa expansão industrial.

Estão se fortalecendo, dia a dia, as indústrias de base. A Petrobras tem sido um exemplo edificante. É um ninho de patriotas que não desconfiam. Os resultados dos seus esforços, gigantescos não devem ser aferidos nos lances dramáticos da propaganda demagógica. Realçam-se, aos olhos de todos, nos dados estatísticos que não mentem. Incrementou-se a indústria automobilística. E incrementou-se tanto, que às vezes, temos receio de que se processe nas e acelerado desenvolvimento, a crise perigosa dos organismos humanos que se desajustam demais, em desproporção com a idade ou o tempo de vida.

Em inúmeros discursos no Senado, na vigência de Governos anteriores e do atual, temos procurado ressaltar a atenção de todos para o grave desajustamento entre o desenvolvimento das indústrias e as atividades da produção rural desta nação. A agricultura sofreu uma parada fustante. Esquecia-se que era ela a fonte quase exclusiva de produção de divisas. Os homens do campo, proprietários pequenos e trabalhadores humildes, que se deixavam as suas glebas compelidos pela amplitude econômica, movimentam-se, numa romaria sem fim, das zonas rurais para as cidades. E a busca instintiva dos meios de sobrevivência. Estão cansados de sofrer a agonia silenciosa dos que não sabem pedir. Brasília foi edificada pelo braço nordestino. E as populações que se deslocaram são bem o índice expressivo da vida que se tornou impossível no setor dos campos. E não foi só o abandono do poder público à grande massa dos rurícolas.

Não foi só a desassistência dos governos que levou o desencanto aos agricultores. Nem o foi também, só e só, o caráter elementar ou primário dos nossos processos agrícolas. Foi um conjunto de fatores, cada um mais imperativo e mais forte no, desestímulo da agricultura nacional. E denotam eles, sentinela o dever de salientar a ação criminosa dos intermediários, que atuam impunemente nos centros de produção e nos próprios mercados de abastecimento. Adquirem os produtos agrícolas, a preço baixo, explorando cruelmente o agricultor já sacrificado, para revendê-lo ao consumidor pelo duplo do preço da compra. Enfim, Sr. Presidente, temos uma agricultura primária, desassistida e desestimulada que precisa avançar, através de uma nova

estruturação agrária, para atingir, por todos os meios, os níveis elevados de progresso, que já conquistamos no setor da indústria nacional.

Confesso-me um entusiasta da "Aliança para o Progresso". E não posso deixar da sinceridade da política americana. Não acredito, Senhor Presidente, que interesse aos Estados Unidos, ora na liderança das nações livres do mundo, agravar o subdesenvolvimento das nações continentais, para torná-las pela fome, presa fácil da ação subversiva dos comunistas. Mas, não me impressiona, bem, dada a sua, a orientação que ela vai imprimindo nos seus negócios com o Brasil.

Penso até que não lhe cabe a culpa nos graves pecados que se estão cometendo. Creio tratar-se de mais um desastre nas planificações de gabinete dos nossos técnicos. Planificações teóricas, menos apoiadas nos quadros objetivos da realidade nacional do que na melhor doutrinação das regras instáveis da Ciência Econômica.

Quero referir-me, Sr. Presidente, à despreocupação evidente que se está notando nos investimentos da "Aliança para o Progresso" no tocante ao fortalecimento da agricultura brasileira. Os jornais publicam constantemente recursos viciosos dos americanos destinados à execução do Plano Educacional do País. Os Estados nordestinos enchem-se de milhões e bilhões de cruzados com essa destinação específica. Nenhum destaque a pobreza, o patriotismo e a necessidade do investimento. E nem mesmo irei discutir as nossas possibilidades financeiras para a manter, mais tarde, em funcionamento normal e adequado, os milhares de prédios escolares, que vão ser construídos em massa, nas cidades da Federação. Quero apenas assinalar a inexistência de planos de envolvimento no âmbito da economia agrícola do País. É o setor mais fraco, mais anêmico e mais abandonado desta nação.

A meu ver, Sr. Presidente esta sessão, a hora das providências sazonais.

Agora, quando o insigne Presidente da República se atira, com uma obstinação de comover a luta pela redenção da agricultura nacional, agora quando o Chefe do Estado empunha obstinadamente a bandeira da Reforma Agrária; agora quando o Senhor João Goulart revoluciona os campos com a mais ampla assistência financeira às classes rurais, como iremos perder a ajuda da Aliança no sentido do aperfeiçoamento técnico dos nossos processos agrícolas?

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com muito prazer.

O Sr. Pedro Ludovico — Aliás, isso é compreensivo e razoável, os nossos amigos norte-americanos desejam nos auxiliar e até nos auxiliam, mas não naqueles pontos em que poderíamos entrar em concorrência com eles. Por exemplo, se auxiliarem a nossa agricultura do trigo, faremos concorrência a eles, que são grandes produtores desse cereal. Assim, também, em outros assuntos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o honroso aparte, mas me permito discordar do ponto-de-vista de V. Ex.<sup>a</sup>, e darei as razões porque.

Disse, há poucos instantes, que não duvidava da sinceridade da política americana neste setor. Não pode interessar a uma nação como os Estados Unidos da América, país civilizado e culto que se registre o estado de fome em nenhum país americano, quando sabe que exatamente a fome é o caldo de cultura do Comunismo, e que a este interessa a pobreza, a miséria e a fome imperando no Continente americano. Não duvido, consequentemente, da sinceridade dessa política. Também me permita V. Ex.<sup>a</sup> discordar da parte em que afirma que o americano não ajudará em setor que signifique concorrência à sua riqueza, porquanto a produção de gêneros alimentícios, uma agricultura primária dessa natureza, não pode subir tanto nem interessará uma concorrência neste setor, entre a América do Norte e qualquer nação do Continente. Talvez eu estivesse de acordo com V. Ex.<sup>a</sup> se porventura o americano negasse ajuda à expansão industrial do Brasil. Ai sim! Neste setor, poder-se-ia dizer que não interessaria aquela Nação, neste jogo de concorrência universal, entre todos os povos, desenvolver, com toda a força, a expansão industrial do Brasil, ou de outra qualquer nação americana.

O Sr. Pedro Ludovico — Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, os fatos estão aí à vista: eles só têm auxiliado naqueles pontos que não podem fazer concorrência ao comércio ou a indústria americana. Posso até citar um exemplo: o Governador do Estado de Goiás mandou para a América do Norte planos que em certos setores foram aprovados, mas que não foram atendidos. Não sei se por causa dos próprios americanos, ou dos brasileiros encarregados de verificar esses planos. Em matéria de indústria, de agricultura de trigo e outros setores, sempre que se ofereça possibilidade de concorrências comerciais, os americanos não têm auxiliado. Não sou anti-americanista; pelo contrário, sou simpático à América do Norte. Mas, isto é verdade.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Acredito. Na verdade, nenhuma nação, no setor comercial — o comércio não tem ideologia — podendo aproveitar situações mais favoráveis ao seu enriquecimento através de negócios com os outros países, deixará de fazê-lo, seja a América do Norte, a Rússia ou qualquer outra nação.

O Sr. Pedro Ludovico — Todos são assim.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Todos têm interesse em enriquecer à custa dos outros. O comércio não tem coração, nem ideologia; é da própria natureza da mercância o interesse do lucro entre homens e entre as nações. Mas, a meu ver, poderíamos duvidar da sinceridade da política americana se não estivéssemos tratando, como fazemos no momento, do desenvolvimento desta economia primária, a de alimentação do homem. Fosse a in-

dustrial e teria dúvidas como Vossa Excelência tem.

Com relação às dificuldades que estão ocorrendo, a estes desajustamentos entre as pretensões brasileiras e americanas na execução do plano da Aliança para o Progresso, no Brasil, quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que não tenho meios para informar sobre o que está havendo por aí. Ainda há poucos dias, li, num dos jornais do Rio de Janeiro, se não estou enganado, notícia de certa gravidade no tocante à execução do Plano da Aliança para o Progresso, no Brasil.

Queixava-se abertamente — porque a imprensa publicou a larga, publicou em manchetes — o executor do Plano da Aliança para o Progresso, no Brasil, queixava-se publicamente, perante a SUDENE de estar sendo sabotado na execução dos planos americanos em relação ao Brasil.

Ignoro se há fundamento na denúncia de que o americano tem uma orientação determinada mais do seu interesse do que do interesse do Brasil, ou se na verdade essa suspeita significa uma característica do estado de espírito em que muitos se encontram, de prevenção contra o americano.

Dizia o Executor que no plano — não me recordo se se referia ao de Educação ou a outro qualquer — de certa importância para a vida do nosso País — dizia ele que não pôde empregar um centavo do dinheiro americano porque já decorreram três meses e nem o simples "aprovo" foi dado ao Plano. A mesma coisa fazia a respeito do plano de Saúde Pública. Queixava-se esse homem de não ter podido ainda executá-lo para determinados Estados do Nordeste, porque a SUDENE, com espírito anti-americanista, recusava dar andamento normal para aprovação dos trabalhos. A coisa não se processava; não permitia com regularidade, de modo que, confesso a V. Ex.<sup>a</sup> nessa parte tenho dúvidas: não sei onde está o pecado.

Prossigo, Sr. Presidente, cumprindo o meu dever de alterar o Governo para esse ponto, que me parece de interesse para a Nação.

Falava eu na necessidade de um ajuste entre a Aliança para o Progresso e o Governo Brasileiro, a fim de se tratar da mecanização da lavoura dessa natureza, em relação ao nosso processo agrícola.

Como e porque se perder essa oportunidade, Sr. Presidente? Quando todos sabem que ainda vivemos a etapa primária da enxada, no cultivo de nossas lavouras. Quando todos sabem o que os americanos fizeram em suas terras. Quando todos sabem que no seu glorioso País tudo é mecanizado, como processo indispensável de melhor e maior produção. Quando ninguém ignora que não é mais possível humanizar o trabalho rural sem o emprego dos modernos instrumentos agrícolas, criados pela técnica.

Acreditam os brasileiros no êxito completo do famoso Plano Trienal, sem uma reformulação imediata que assegure prioridade ao desenvolvimento da economia agrícola deste País? Acreditam que é possível reduzir o custo de vida ou debelar por inteiro a crise inflacionária sem uma política intensiva de produção, que encha os mercados das utilidades essenciais à vida?

A meu ver, Sr. Presidente, toda e qualquer política de desenvolvimento da economia nacional será frustrada se permanecer atrofada a economia agrícola. Daí porque deploro com a alma angustiada, que uma parte substancial dos recursos financeiros da "Aliança para o Progresso" não esteja sendo investida no importante setor da mecanização da lavoura. Seria a oportunidade providencial, quero repetir, de enchermos este País de modernos instrumentos agrícolas, tratores, arados, cultivadores e demais

equipamentos necessários à expansão da economia rural. Já imaginou o insigne Presidente da República o quanto iríamos lucrar com essa importação massiva de máquinas americanas? Veja, Sua Excelência, pelos dados estatísticos dos últimos censos, como se elevou a produção e aumentou a área de cultivo da terra, nos Estados que fizeram importante aquisição de tratores, no decênio de 1950 a 1960. Tomemos, para exemplificar, os Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Pará aumentou, naquele decênio, em 140,0% o número dos seus tratores. A área cultivada subiu de 161.743 hectares para 292.244. O Ceará aumentou o número de tratores, em 887,5% e a área cultivada elevou-se de 327.002 para 1.639.967 hectares. Pernambuco elevou o número de tratores em 603,5% e a área cultivada subiu de 989.152 para 1.500.638 hectares. Espírito Santo com o aumento de tratores, calculado em 744,8%, teve a área cultivada elevada de 587.9.0 para 726.149 hectares. Santa Catarina teve a área cultivada aumentada em 51,3% porque aumentou em 2.458,3% o número dos seus tratores. E o Rio Grande do Sul, por ter aumentado em 642,8% o número dessas máquinas, teve a área de cultivo aumentada de 2.502.691 para 3.795.840 hectares. Poderão dizer que esse acréscimo de área trabalhada nessas unidades da Federação é devida também ao aumento da população na zona dos campos.

Mes, a verdade incontestável é que a lavoura mecanizada, com todos os cuidados técnicos, multiplica a produção, reduz o esforço humano e amplia o aproveitamento das terras.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira — Segundo li esta semana, em jornais do Estado da Guanabara, o Banco do Brasil está financiando em 90% do preço de aquisição, a compra de tratores e outros equipamentos agrícolas. Realmente, é uma revolução que se vai operar na agricultura.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — É uma grande notícia que V. Ex.<sup>a</sup> dá ao Senado. Mas, ao lado dessa, iniciativa do Governo que só atingirá a quem tem possibilidade econômico-financeira, — pois ninguém vai contrair empréstimos sem poder pagá-los — como declarei há pouco, deveremos aproveitar esta oportunidade para conjugar os nossos esforços com os da Aliança para o Progresso, a fim de importarmos tratores americanos, o que não irá, de certo modo, competir com a indústria nacional, que, incipiente, como sabe V. Ex.<sup>a</sup>, não está atendendo às necessidades reais da agricultura.

Essa importação em massa levaria aos agricultores pobres, aqueles que não têm possibilidade de por si realizar investimentos vultosos, a oportunidade de obter financiamentos, para realizar um trabalho mais eficiente e de interesse real dos agricultores pobres e da própria Nação.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — Pergunto a mim mesmo como um desses dois milhões de pequenos e médios proprietários que existem no Brasil poderia comprar um trator para o preparo da terra. Não encerro resposta. O Ministério da Agricultura é que poderia, através de um planejamento global, estabelecer centro de amparo ao pequeno agricultor, pelo emprego de máquinas do próprio Ministério, pagando esse pequeno agricultor o combustível e concorrendo, pelo aumento de produção, para o bem estar do País. Mas que venha representando o Ministério da Agricultura neste País agro-

pecuário? Praticamente um zero. É uma das causas primárias, uma das principais causas do descalabro que se nota neste País, em virtude da falta de amparo à agricultura, é justamente a ausência do Ministério da Agricultura. Este assunto não vem sendo muito debatido. Fala-se de relance. A falência é tal que outros órgãos, criados posteriormente, vêm desempenhando o papel que caberia ao Ministério da Agricultura, desempenhar no Brasil. Falta de verbas, de pessoal especializado, política, afinal o que existe? Um fato ninguém desconhece e ninguém contesta o Ministério da Agricultura existe mas praticamente, não existe.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço a intervenção honrosa do nobre Senador Aurélio Viana, que conhece bem o assunto de que estou tratando.

Realmente, Sr. Presidente, para fazer chegar tratores aos pequenos trabalhadores rurais, aos pequenos agricultores, seria encontrado um meio, dentro da realidade nacional e das condições econômicas dos camponeses. Não seria essa a maior dificuldade, bastaria que tivéssemos tratores.

Dentro do plano que o nobre Senador Heribaldo Vieira acabou de anunciar, teríamos, por parte do Governo, do Ministério da Agricultura, tratores acessíveis aqueles que têm condições financeiras para adquiri-los.

Da parte do Governo — lamento dizê-lo — não existe um plano esboçado sobre a matéria. É justamente o que reclamamos da orientação do Executivo. Uma importação maciça de tratores americanos, por exemplo, nesta hora, não viria prejudicar a indústria nacional de tratores, ainda incipiente e daria oportunidade a que se referem o nobre Senador Aurélio Viana; a necessidade de assegurar assistência ao pequeno camponês, ao pequeno agricultor.

De qualquer forma, Sr. Presidente, parece-me que a dificuldade não está no modo de se processar a ajuda, e sim na aquisição das máquinas. Quanto aos métodos de ajuda, seriam adotados em consonância com as disponibilidades nacionais e privadas.

No que diz respeito ao Ministério da Agricultura, tem inteira razão o nobre Senador carioca. Realmente, é assunto pouco debatido aqui, é deplorável o que vemos ao compulsar o Orçamento da República. O Ministério da Agricultura é o menos favorecido na questão de verbas para atendimento aos serviços gerais do País, numa hora em que, a meu ver, a recuperação econômica do Brasil deveria ser por ele comandada e dirigida. Infelizmente, esse Ministério enfrenta as maiores dificuldades de falta de recursos financeiros ou de recursos orçamentários para executar um plano de envergadura visando à restauração financeira do País.

O Sr. Aurélio Viana — Permite V. Ex.<sup>a</sup> outro aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. Aurélio Viana — Posso afirmar perante esta Casa que há máquinas paradas pertencentes ao Ministério da Agricultura. Agricultores pedem que essas máquinas sejam encaminhadas às suas propriedades. Pagariam o óleo, o combustível. Li telegrama de um órgão superior do Ministério proibindo que algumas dessas máquinas fossem deslocadas para o preparo da terra para aumentar a produção. Há uma coisa chamada organização que não existe neste País e repito aqui o termo muito usado por Ruy Barbosa: há política ou política ou então incompetência que clama aos céus. Há máquinas em Brasília que estão aí aos montes enferrujando, perdidas. Poderiam estar prestando grandes serviços ao Estado de Goiás, de Minas Gerais, abrindo estradas, preparando vias de comunicação. Sei mesmo de uma proposta

do Governo de Goiás, solicitando que algumas dessas máquinas fossem cedidas a esse Estado para que novas estradas de rodagem fossem abertas. Creio que as máquinas ainda estão aí, para. Então, se temos água reclamamos porque a temos; se não a temos declamamos porque não a temos.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Agradeço o aparte com que, mais uma vez, me honra o nobre Senador pelo glorioso Estado da Guanabara, e incorporo suas palavras, sensatas e justas, ao meu discurso.

O Sr. Aurélio Viana — A tese de V. Ex.<sup>a</sup> está certa, certíssima.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Dizia eu, Sr. Presidente que os jornais divulgaram amplamente a iniciativa do Governo criando o Plano de Crédito Rural, com modificações profundas nos Regulamentos da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e demais organismos federais que financiam as atividades agropecuárias. Essa providência vigorosa de assistência financeira aos pequenos e médios agricultores coloca o Governo do Presidente Goulart na vanguarda da luta pela restauração da agricultura brasileira.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Com prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — Ainda em função das declarações do nobre Senador Aurélio Viana, parece realmente que há uma conspiração contra o Ministério da Agricultura. Manuseando o Projeto relativo à SUDENE, que está na Ordem do Dia da Sessão de hoje, vemos que no seu Artigo 44 se atribui aquele importante órgão de caráter regional funções específicas do Ministério da Agricultura. Vale dizer que não há recursos para o Ministério da Agricultura, mas há recursos para outro órgão exercer atividade que compete, especificamente, ao Ministério da Agricultura.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão e agradeço o aparte brilhante que oferece ao meu discurso.

Não esqueça o insigne Chefe de assegurar maior vigor às suas medidas salvadoras justando aos nossos recursos próprios a cooperação da Aliança para o Progresso e da SUDENE, no sentido de que se inaugure neste País a meta da redenção do campo. A importação maciça de equipamentos agrícolas americanos, ao lado das demais providências que estão sendo executadas, transformarão a economia brasileira, com os reflexos mais salutares, no âmbito de nossa vida social. E tudo poderá ser feito sem demagogia criminal; sem as ameaças e as pressões que nos envergonham e sem ações vermelhas. Tudo poderá ser feito, Senhor Presidente, sem a renúncia das conquistas democráticas, que recebemos dos nossos maiores e teremos de aprimorar por amor aos nossos filhos e à Pátria.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, que a solicitou como Líder da Maioria.

Durante o discurso do Senhor Argemiro de Figueiredo, o Senhor Mourão Andrade, deixa a Presidência assumindo-a o Senhor Mourão Viana.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, desejo deixar consignada nos Anais da Casa a carta que acabo de receber do Marechal Eurico Gaspar Dutra, na qual S. Ex.<sup>a</sup> agradece as homenagens que o Senado lhe tributou, por ocasião do transcurso do seu aniversário.

A carta é do seguinte teor:

"Rio de Janeiro, 19 de maio de 1963.

Prezado amigo Senador Victorino Freire:

venho cumprir um dever de consciência, resgatando seu demora uma dívida que me são credores os eminentes Senadores da República, presentes a sessão da nossa Câmara Alta, em 17 de maio corrente, e que se ocupam tão generosamente, de vários aspectos da vida da Nação, no período governamental em que tive a honra de presidir-lhe os destinos.

Eu, com humildade, mas, com desvanecimento, os juízes históricos que foram profetizados, naquela assentada, ao alto da tribuna do Senado Federal, sobre uma fase — que já não é suscetível de polémica — da nossa história política-administrativa.

Com humildade — porque não encareço nem exagero, no meu juízo íntimo, o quinhão, maior ou menor, com que devo ter concorrido para, depois das crises de 1930, e subsequentes, conseguir-se a volta àquele estado de espírito que era desejado e invocado no fecho de muitos documentos oficiais do Império Brasileiro, nascente, com a fórmula "União e tranquilidade".

Não encareço nem exagero essa minha contribuição pessoal, porque, todos tivemos a dita de contar com a ansiedade da Nação pelo império de Lei, e com a natural vocação brasileira para o equilíbrio e a segurança; e, sobretudo, com uma equipe de homens, do melhor quilate, com quem pude dividir as responsabilidades das tarefas de governo.

Com desvanecimento — porque é sempre agradável — aos que tiveram formação cívico-militar — o ouvir a expressão, familiar na Caserna, de "missão cumprida".

Pego-lhe, dessarte, que receba o meu agradecimento pessoal pelas palavras generosas que proferiu na Sessão do Senado Federal, de 17 de maio, e, ao mesmo tempo, rogolhe que dê conhecimento da minha gratidão, pela forma que entender mais adequada, aos eminentíssimos Senadores que me honraram, a mim e ao governo de então, com as referências recém-proclamadas, pois que, não contando ainda com a publicação oficial do "Diário do Congresso", não desejo correr o risco de qualquer omissão involuntária.

A todos, com os meus profundos agradecimentos, e, voltando à velha fórmula, de tradição brasileira, desejo "União e tranquilidade". — Eurico Gaspar Dutra.

O Sr. Heribaldo Vieira — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com prazer.

O Sr. Heribaldo Vieira — V. Ex.<sup>a</sup> leu a carta do Marechal Eurico Gaspar Dutra no momento oportuno, pois hoje discutimos aqui o problema do Nordeste, através do Plano da SUDENE. Entendo que a obra verdadeiramente proveitosa ao Nordeste, a maior, a grande obra, foi a construção da Hidrelétrica de Paulo Afonso, salvando do Nordeste e o começo para se atingir o fim que almejamos: a recuperação da nossa região, sob o ponto de vista econômico-social. Bem disse Luís Gonzaga, na oquência da sabedoria popular através daquela verso: "Paulo Afonso que Gebílio sonhou e Dutra realizou". Ouvi, com desvanecimento, a leitura da carta que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de receber do

eminente ex-Presidente da República, ao qual manifesto minha admiração e respeito, em virtude do grande Governo que realizou, sobretudo para nós nordestinos.

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, agradeço ao eminente colega Senador Heribaldo Vieira o aparte em que S. Ex.<sup>a</sup> proclama, mais uma vez as benemerências do Governo do General Eurico Gaspar Dutra na região nordestina exaltando a obra da Hidrelétrica de Paulo Afonso que de todas foi a maior realização de S. Ex.<sup>a</sup> no Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. VICTORINO FREIRE — Com muita honra.

O Sr. Ruy Carneiro — Nobre Senador Victorino Freire no dia em que se discute nesta Casa o planejamento realmente indispensável, a realização de obras grandiosas como as que pretendemos fazer no Brasil visando inclusive a recuperação do Nordeste — e note-se que sem planejamento será isso possível e todos os países organizados obedecem a planos com resultados — é necessário salientar que no Governo do General Eurico Dutra foram organizados vários planos, nesse sentido, inclusive o Plano SALTE. Infelizmente, S. Ex.<sup>a</sup> terminou seu período governamental, sem poder realizá-los. O Governo do Marechal Dutra foi de trabalho, de paz, de ordem, de harmonia e respeito às liberdades públicas. S. Ex.<sup>a</sup> foi um Presidente probo e honesto. Se o Plano SALTE tivesse sido elaborado no início de sua administração certamente teria sido levado a efeito e se o fosse, muito teria lura do Brasil. Quando o nobre Senador Heribaldo Vieira referiu-se a obra da Hidrelétrica de Paulo Afonso, lembrei-me do Plano SALTE que infelizmente, não teve o resultado desejado.

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, sinto-me muito honrado com os apartes dos nobres Senadores Ruy Carneiro e Heribaldo Vieira.

S. Ex.<sup>a</sup> o Marechal Dutra, através destes dois eminentes homens públicos, vê renovadas as homenagens que toda a Nação lhe prestou por ocasião do seu aniversário natalício. Ao deixar registrada nos Anais do Senado a Carta de S. Ex.<sup>a</sup>, agradeço as manifestações de simpatia que lhe foram tributadas e aproveitando o aparte do nobre Senador Ruy Carneiro, no qual se refere S. Ex.<sup>a</sup> ao Plano SALTE, devo dizer que foi com a colaboração de todos os Partidos representados no Congresso, naquela época, que o General Dutra, o aprovou, não chegando a executá-lo porque o DASP o destruiu todo. Em consequência, hoje a Nação vive horas de angústia como bem acentuou o nobre colega Ruy Carneiro.

Se o Plano SALTE fosse executado naquela ocasião muitos problemas teriam sido resolvidos no Governo daquele eminente soldado. Mas, como disse o nobre Senador Ruy Carneiro, foi organizado já no ocaso do Governo Dutra. Posteriormente, nada se fez se não de oitiva com subversão e com demagogia.

Assim, presto este preito de amizade ao General Eurico Gaspar Dutra, deixando nos Anais do Senado a carta com que S. Ex.<sup>a</sup> me honrou onde me pede que transmita à Casa de que, com muito orgulho, faço parte os seus agradecimentos, assim como aos eminentes colegas que também o homenagearam no transcurso de seu aniversário.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, egresso mais da Comissão de Orçamento do que da própria Câmara dos Deputados, pois naquele órgão técnico daquela Casa do Congresso concentrei, por oito anos, minhas atividades de Deputado Federal, vivo intensamente os problemas relativos à execução da lei orçamentária.

Seu exagere, considero o primeiro dos planos que um Executivo deve considerar o Orçamento.

A ampliação das atividades do Poder Público no setor econômico impõe a política da ordenação de tais atividades em planos. Se antes, essa ordenação se restringia ao âmbito das unidades administrativas, com o crescimento das atividades do Estado ele passou a considerar, sob aspectos gerais, economias e regiões.

Dos ensaios do plano Salte, ao Governo Dutra, passando pelas metas de Juscelino, chegamos ao Trienal de João Goulart.

Todos esses planos — de terra — pertencem da respeitável necessidade de se saber o que se deve fazer e a ordem de prioridade a cumprir, como fazer, em quanto tempo fazer, quais os recursos que se tem para fazer.

Acredito, porém, Senhores Senadores, que o êxito de qualquer deles está na razão direta do cumprimento do primeiro deles, o Orçamento da União, — plano anual das atividades gerais do Estado durante o exercício — o plano dos planos.

Ninguém espere grandes banquetes, antes que provada a eficiência no trivial.

Ora, Senhor Presidente, o êxito do "banquete" dos nossos dias, o Trienal, está a se desvanecer com o que se está verificando na rotina do "trivial" orçamentário.

Em 1962, votamos um Orçamento, para o exercício de 1963, cheio de problemas, a retratar com fidelidade o tumultuado panorama da administração de um Brasil em rápido crescimento e indefinido nos seus rumos.

O mais sério desses problemas, do qual irei me ocupar, é o *deficit* — para uma receita estimada em ..... 737.348.065.000 e uma despesa fixada em 1.024.527.628.263,00.

Qual a origem dessa previsão negativa de 287.179.623.263,00?

Tem sido "bem" e cômodo localizá-la no Congresso Nacional. Não é todavia, correto. Seria fácil localizá-la no Executivo. Não seria, porém, exato. Devo, no entanto, como a primeira versão é a corrente, citar, quanto à segunda, alguns exemplos:

Durante a votação da proposta orçamentária para 1963, fui na Câmara, relator do Anexo do Ministério das Relações Exteriores, e procurei, de acordo com as recomendações aprovadas pelo Presidente da Comissão de Orçamento, reduzir a despesa a níveis que permitissem minorar o *deficit* da proposta. Com esse objetivo, sugeri cortes nas dotações para aquisição e reparação de imóveis, contrato de pessoal e difusão cultural, procurando aproximá-las aos níveis do orçamento então em vigor. Quando a proposta voltou do Senado, emendadas, ausente o nobre Deputado Lourival Batista, designei-me o Presidente da Comissão de Orçamento relator do anexo da Presidência da República. E o que encontrei? Emendas propondo aumentos substanciais de despesa destinadas a SUNAB, SENAM e IBGE, sendo que a primeira era da ordem de nove bilhões. Quem patrocinara tais emendas? O Executivo. Emendas patrocinadas pelo Poder Executivo que, quando as apresentou demonstrou que a proposta ainda que apresentada com



deficit à Câmara dos Deputados, não englobava todas as dotações indispensáveis ao funcionamento da máquina estatal.

Aproveit-as, pois, elas propunham de fato, a inclusão de despesas decorrentes de autorizações legais e diziam respeito a serviços indispensáveis.

Não aceito, pelo visto, a simplicidade de se culpar Legislativo ou Executivo pelo deficit orçamentário. Suas origens estão na conjuntura econômico-financeira que atravessamos. Se há culpa, é de todos. Sem melhorar os serviços que tradicionalmente cabem ao Estado — a começar pelos de arrecadação e fiscalização dos tributos — a cada ano o Brasil se lança em novas investidas nos setores ordinariamente destinados à iniciativa particular, e o faz sem disciplina ou previsão. Daí o excesso de despesas, para cobrir os deficits com atividades de órgãos industriais — ferrovias, marinha-mercante — ou encargos de fundos e participações criados ao arpejo das nossas possibilidades.

A solução do caso tem sido de duas ordens: emissão e economia. Mais a segunda, pois a emissão tem sido utilizada, quase sempre, para atender compromissos extra-orçamentários, financiamento de café, pagamento de bonificações e outros.

Os planos de economia, estes sim, a partir de 1952 passaram a constituir uma praxe, a ponto de sua elaboração ser prevista na própria lei de meios.

Na lei atual, artigo 7º, se dispôs:

"O Poder Executivo fica autorizado a apresentar no início de 1963, um plano de contenção das despesas orçamentárias que não sejam fixas de até 45%, para aprovação pelo Congresso Nacional".

O Governo acolheu essa medida. E o que se lê na Mensagem e o Plano Trienal.

(Interrompendo a leitura).

O Plano Trienal, Sr. Presidente assim refere, no capítulo "Finanças Públicas": (Lê).

"O orçamento da União para 1963 estima realisticamente a receita global em Cr\$ 737,3 bilhões, mas o total da despesa orçada — Cr\$ 1.023 bilhões — representa apenas dois terços do valor total das disponibilidades de caixa que poderão ser efetuados no próximo exercício, dadas a insuficiência de algumas dotações orçamentárias e a obrigatoriedade de despesas extra-orçamentárias a serem realizadas".

Aqui, chamo a atenção do Senador: apesar de o Poder Executivo ter aumentado a Despesa, através de emendas apresentadas no Congresso, ainda assim declara que suas dotações orçamentárias são insuficientes. Continua o Plano: (Lê):

"É recomendável que a despesa global do Tesouro Nacional não exceda de 14% do Produto Interno Bruto, relação média verificada nos anos recentes. Assim, o dispêndio total do Tesouro Nacional deverá limitar-se a Cr\$ 1.040 bilhões, contendo-se o deficit total de caixa no nível de Cr\$ 303 bilhões, face à previsão de receita antes referida. Tudo indica a necessidade de adoção de um plano de economia da ordem de Cr\$ 260 bilhões e transferências de gastos para outros exercícios num total geral de Cr\$ 475 bilhões.

A lei orçamentária para 1963 estabelece, em seu artigo 7º, que as despesas variáveis poderão ser passíveis de contenção até 45%, mediante proposta a ser submetida pelo Poder Executivo ao Congresso. O teto de economia atrás indicado, contém dentro dessa

limitação legal, pois as despesas variáveis orçadas para 1963 excedem Cr\$ 720 bilhões. É indispensável baixar normas disciplinadoras do fluxo dos gastos públicos para assegurar boa execução ao programa financeiro do Governo".

Assim que se refere ao Plano de Economia o Plano Trienal, e a Mensagem repete esse mesmo ponto de vista e acolhe com entusiasmo a sugestão do Plano de Contenção de Despesas.

É aqui que começa o governo a falar lamentavelmente. (Para isso faço chamo a atenção do Senador da República).

Estamos em fins de maio e até a presente data o Plano de Economia não foi encaminhado ao Congresso. Mas ele existe e está sendo executado.

Depois, tal plano não foi sequer divulgado. Tal fato impossibilita, qualquer representante do povo de, com elementos capazes, influir no sentido de preservar as dotações destinadas a obras e serviços inadiáveis ou já em andamento. E ainda mais, pelo que se sabe, o Plano de Economia incidiu exatamente nas dotações incluídas pelo Senado e pela Câmara na Proposta Orçamentária.

No particular, Sr. Presidente, vive-se num clima de certo mistério, em que as informações são imprecisas e não raro, contraditórias. O nobre Deputado Paulo Sarazate fez, da tribuna da Câmara, exame do plano no que toca aos setores da Educação e Saúde, ressaltando as graves injustiças que ele apresenta.

Quero, Sr. Presidente, incorporar ao meu discurso alguns trechos desse pronunciamento do eminente representante do Ceará. Diz ele:

"O plano de contenção ou de economia estabeleceu, como fez de referência aos demais subanexos, um corte, no subanexo da Educação, de 35% — sobre a suposta despesa variável — suposta porque, como já demonstrei, o plano de contenção omitiu, nas despesas fixas, o montante de 15 bilhões do pessoal das Universidades — um corte de 35% que corresponde precisamente a 31 bilhões e 820 milhões de cruzeiros.

Se fosse esse o corte total, admito que o Ministério da Educação ainda poderia salvar, em boa parte, o Plano Trienal. Mas, depois de fixada essa economia, veio um segundo e inesperado corte, a título de transferência para 1964, o qual — está aqui no Diário Oficial — é de precisamente 15 bilhões e 852 milhões de cruzeiros. O total do corte ascende, assim, a 47 bilhões e 732 milhões. Se reduzirmos, pois, do total disponível de crédito, que estimei em 64 bilhões, a contenção de 47 bilhões e 732 milhões, restarão, apenas, 17 bilhões e 732 milhões, para o Plano Nacional de Ensino Primário e o Fundo Nacional de Ensino Médio, e de 32 bilhões e 316 milhões de cruzeiros".

No setor da Saúde, a situação é a mesma. Basta que refira ao Senador que todas as dotações destinadas aos Hospitais regionais foram cortadas em cem por cento, pelo Plano de Economia. O que se passou nos demais Ministérios e órgãos federais é coisa parecida. No Ministério da Viação e Obras Públicas, Sr. Presidente, e agora vou referir-me às dotações que dizem respeito ao Estado de Santa Catarina onde os cortes foram feitos indiscriminadamente e obras, como a BR-59, que liga os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ao Rio de Janeiro e São Paulo

e a BR-36, estrada-tronco, em meu Estado, foram reduzidas. Obras, como o acesso à cidade de Brusque, na BR-59, obra estudada, com plano e projeto pronto, também foram sumariamente excluídas da despesa fixada para o corrente exercício. O mesmo aconteceu com a ponte sobre o rio Itajaí, no Município de Iloíta. Existia a dotação de dez milhões de cruzeiros, de 1961, liberada, já entregue ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Para este ano havia a dotação de oito milhões de cruzeiros incluída no Orçamento, em virtude de emenda de autoria do nobre Senador Irineu Bornhausen, a qual foi, sumariamente excluída da relação das despesas a serem efetuadas no corrente exercício.

No que toca ao Departamento de Obras de Saneamento, repartição do Ministério da Viação e Obras Públicas, hoje uma autarquia, subordinada à Secretaria de Estado, das mais importantes para Santa Catarina, não importante como o DNOCS para o Nordeste a Comissão do Vale do São Francisco para a região a que serve.

Realmente, em virtude do grau da Serra do Mar possuem os Estados do Sul do Brasil, regiões que para serem aproveitadas merecem ter um serviço de saneamento quase que total.

Pois bem, as dotações do Departamento de Obras e Saneamento, aquelas destinadas às barragens nas nascentes do rio Itajaí-Açu que virão impedir as inundações das cidades do vale do Itajaí, a outra destinada à barragem do rio Xapacózinho que permitirá a construção de uma grande usina hidrelétrica na região do extremo oeste de Santa Catarina, as verbas destinadas aos serviços de esgotos, sanitários e fluviais, das cidades de Itajaí e Brusque, obras que já possuem plantas e projetos acabados, todas essas dotações foram substancialmente cortadas do Plano de Economia, que conhecemos através de informação que, como dissemos, são vagas.

No Ministério da Agricultura, Senhor Presidente, o critério não foi outro pelo que soubermos. Basta que diga ao Senado que o empreposto de pesca de Itajaí, no qual o governo já dispendeu, já gastou, 13 milhões de cruzeiros e para cuja construção existe um convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e o município de Itajaí, teve a sua dotação também excluída da relação de despesas autorizadas para o corrente ano.

É um obra que está em meio. A interrupção trará os maiores prejuízos para a região litoral de Santa Catarina, uma das mais ricas em pescado do Brasil e que não pode aumentar a sua produção e assim auxiliar o abastecimento das grandes cidades do centro do Brasil porque lhe falta, justamente, o estabelecimento de conservação e distribuição do peixe.

Outras dotações pequenas, Senhor Presidente, como os convênios para fomento à agricultura nos municípios de Blumenau, Pomerode e Mondai, convênios que estão em plena execução com as Prefeituras Municipais e que no ano de 1962 entraram as dotações dessas Prefeituras, deram resultados promissores, também serão interrompidos porque as dotações incluídas pelos Deputados e Senadores para que fossem prosseguidas, foram excluídas pelo Plano de Economia.

No Ministério da Agricultura, há uma filicofia que considero estranha: quando se fala que uma determinada dotação, destinada a uma obra, foi cortada pelo Plano de Economia, os responsáveis nos informam de que a despesa será efetuada e correrá à conta do fundo agropecuário.

Eu me pergunto, Sr. Presidente, será má vontade para com o Congresso Nacional, este corte sistemático de todas as dotações incluídas no Orça-

mento, em virtude de emendas dos Senhores Representantes nesta Casa e na Câmara dos Deputados?

Com o Plano do Carvão, Sr. Presidente, a situação não é diferente: por lei, o Plano do Carvão tem uma dotação de oito bilhões de cruzeiros, um e meio por cento da renda tributária da União, para atender ao programa de melhoria da mineração, de mecanização da lavra, de melhoria dos transportes, assistência social aos mineiros e construção das grandes usinas termelétricas.

Pois bem, o Governo também fez com que o Plano de Economia atingisse essa dotação do Plano do Carvão.

Ao mesmo tempo, porém, entra em entendimentos com o governo polonês, segundo notícias de Imprensa, para adquirir uma usina termelétrica — a base de carvão — no valor de vinte bilhões de dólares, sem dotação orçamentária ou se tiver que recorrer à dotação orçamentária esta será exatamente do Plano do Carvão.

Enquanto o Governo corta dotações, incluídas no Orçamento pelos Senhores Deputados e Senadores e outras que foram propostas pelo próprio Executivo, estabelece entendimentos, convênios e contratos que redundarão em despesas muito maiores do que aquelas previstas no Orçamento e que se executadas viriam, de fato atender a largos setores da economia do nosso País.

Dessas informações poder-se-ia concluir que a elaboração do plano e sua execução são impossíveis.

Não é verdade.

O Ministério de Minas e Energia, pelo trabalho exemplar de seu titular o Ministro Eliezer Batista, cujo afastamento parece será uma das consequências do estabelecimento do chamado Ministério da Reforma, e do seu setor do orçamento, a cuja frente está um notável administrador que é o Dr. Luiz Borges Estrela, prova que o plano pode ser elaborado e executado com reais benefícios. Na verdade, ninguém está desejando que o Governo cumpra o Orçamento integralmente, pois nós mesmos do Congresso abrimos caminho para que o Governo fizesse um Plano de Economia razoável, dando-lhe autorização para que, no princípio do ano, estabelecesse esse Plano de Contenção e o remetesse à consideração do Congresso.

O Ministério de Minas e Energia examinou o Anexo do Orçamento que lhe toca, efetuou os cortes, à vista de critérios racionais, comunicou às entidades públicas beneficiárias os aldos aplicáveis e prestou amplos esclarecimentos de como receber e utilizar os recursos disponíveis.

Assim, os Estados, os Municípios e as Cooperativas de eletrificações, distribuídos por todo o Brasil, que foram contemplados com dotações do Ministério de Minas e Energia, viram estas dotações cortadas, mas em tempo hábil, tiveram notícia dessa corte e tomaram as providências indispensáveis para receber os saldos que lhes cabia.

Ninguém reclamou. Todos, ao que sei, compreenderam a economia e procuraram, com o que lhes coube, realizar as obras programadas.

É um caso isolado mas que prova a nossa tese. A falta de administração em largos setores do Poder Executivo é a grande responsável pelos caos orçamentários que existe, com ou sem plano de economia.

Plano de Economia, Sr. Presidente que não se conhece, Plano de Economia que não está sendo executado, a não ser ao sabor dos caprichos de determinados agentes do poder público,

O meu Estado, pequeno, desajudado de grandes dotações, espera que as dotações que lhe estão consignadas no Orçamento — efetuados os cortes do plano de economia — sejam aplicadas.

Elas representam, Sr. Presidente, não só a compreensão do Poder Executivo da União para com os problemas catarinenses, mas o esforço, a dedicação e o espírito público dos deputados e senadores de Santa Catarina, a dedicação e o espírito público dos deputados e senadores de Santa Catarina, que procuram incluir no orçamento dotações que atendam aos problemas dos seus Municípios e suas regiões.

O Sr. Ruy Carneiro — Haja visto o valor da bancada quando V. Exa. com tanto brilho está nesta tribuna defendendo os interesses do glorioso Estado de Santa Catarina.

O SR. ANTONIO CARLOS — Muito grato a V. Exa., nobre Senador Ruy Carneiro.

Para que as obras públicas não poralhem, para que as modestas reivindicações dos municípios do interior não fiquem sem atendimento, é necessário que o Governo, neste

particular, cumpra o seu dever: execute o Plano de Economia e faça com que as verbas que foram liberadas por aquele Plano de contenção sejam a tempo e a hora executadas. E' o que esperamos do Poder Executivo, Sr. Presidente. (Muito bem — Palmas).

Durante o discurso do Sr. Antonio Cortes, o Sr. Maurão Vieira deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Joaquim Carlos. E' lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

## Requerimento nº 218, de 1963

Requeremos urgência, nos termos do art. 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1963, que aprova o texto do Acordo de Migração entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1963. — Barros Carvalho — João Agripino — Daniel Krieger — Jefferson de Aguiar — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento lido será votado na final da Ordem do Dia, na forma do Art. 326 5-C, do Regimento Interno. Sobre a Mesa Projeto de Lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e apoiado o seguinte

## Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1963

Cria, na 1ª Região da Justiça do Trabalho, dez Juntas ambulantes de Conciliação e Julgamento com o objetivo de levar a prática e efetiva a Justiça Trabalhista no interior.

(Do Senador Vasconcelos Torres).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas, na 1ª Região Trabalhista, 10 (dez) Juntas de Conciliação e Julgamento, ambulantes, que serão distribuídas de conformidade com critério móvel, ser adotado pelo respectivo Tribunal Regional, de modo que a Justiça Trabalhista se faça rápida e efetiva nas cidades do interior.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### Justificação

Dada a natureza especial que caracteriza o Direito do Trabalho — por isso mesmo que instituída foi uma justiça especial — as reclamações dos trabalhadores do interior desprovidos de Juntas fixas, é medida que se impõe a bem da tranquilidade e da paz social. É mais oportuna se faz a providência — que proponho seja efetuada a título de experiência na 1ª Região Trabalhista — por se cuidar, no momento, da instituição de legislação especial para os trabalhadores rurais. Tenho ainda para mim que a concretização da medida proposta — e a sua posterior extensão a todo território nacional — seria uma contribuição decisiva para a fixação do homem no interior, desde que, a par dessa assistência judiciária especial se lhe proporcionasse assistência médica, hospitalar, dentária e escolar. O projeto reveste-se de elevado interesse social e, por isso, merece especial atenção de meus illustres pares e uma tramitação rápida.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1963. — Vasconcelos Torres.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Legislação Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto de Lei que acaba de ser lido vai às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

### ORDEN DO DIA

Comparecem mais os srs. Senadores:

Adalberto Sena  
José Guionard  
Vivaldo Lima  
Arthur Virgílio  
Zacharias de Assumpção  
Lobão da Silveira  
Eugênio Barros  
Sebastião Archer  
Victorino Freire  
Joaquim Parente  
Sigefredo Pacheco  
Antonio Juca  
Dix-Huit Rosado  
Ruy Carneiro  
Barros Carvalho  
Silvestre Péricles  
Ruy Palmeira  
Arnon de Melo  
Dylton Costa  
Leite Neto  
Eduardo Catalão  
Jefferson de Aguiar  
Aarão Steinbruch  
Vasconcelos Torres  
Aurélio, Viana  
Milton Campos  
Padre Calazans  
Lineu Gomes.  
José Felício  
Pedro Ludovico  
Bezerra Neto  
Amaury Silva  
Guido Mondim  
Passa-se à

### ORDEN DO DIA

Continuação da discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962 (número 4.696-B-62 na Casa de origem) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências, tendo pareceres (ns. 190 a 192 de 1963) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — do Polígono das Secas, favorável, com as emendas que oferece, sob números 1 a 3(CPS); — de Finanças, favorável ao projeto e à emenda nº 2 (ACPS) favorável com

emendas às de ns. 1 e 3 (SPC) e oferecendo as emendas ns. 4-CF a 122-CF.

Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Antonio Juca.

O SR. ANTONIO JUCA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi pela manhã, com muito prazer, os comentários feitos nesta Casa sobre a SUDENE, a começar pela declaração do nobre Senador Mem de Sá, que via no programa da SUDENE a verdadeira redenção do Nordeste. Como gaúcho, S. Exa. dava seu inteiro e patriótico apoio à redenção da economia do Nordeste.

A verdade é que o Nordeste continua subdesenvolvido. Acredito que só a SUDENE, através de um planejamento integral como o elaborado, que cuida de desenvolver não apenas a agricultura e a agudagem mas também e principalmente da primordial importância à indústria, é capaz de redimir o Nordeste do atraso crônico em que se encontra.

Em verdade existem hoje no nosso País, dois Brasis: um Brasil subdesenvolvido, pobre e faminto que representa, sobretudo, o Nordeste; e o outro rico, desenvolvido e progressista, que representa o Centro-Sul.

Quando um caçaver nasce à tumba em Fortaleza, por exemplo, o caixão vem do Paraná, a roupa vem de São Paulo, e assim a camisa e o sapato. O único produto nativo é o cadáver.

A situação de fome nas ardores de Fortaleza é das mais tenebrosas. A rede, que era um símbolo da dormida do cearense não mais existe porque o operário naquela Capital dorme no chão; a comida não existe para mais de vinte e quatro horas, porque com o ordenado de Cr\$ 17.700,00, e o preço de carne variando entre 450 a 500 cruzeiros o quilo, não é possível aquele operário sustentar mulher e quatro filhos, que constitui a família média em Fortaleza. Um operário ganhando Cr\$ 14.700,00, portanto, ganhando menos de Cr\$ 500,00 por dia, não pode comprar um quilo de carne para si, mulher e quatro filhos. Isso representaria menos de 200 gms. de carne por dia, portanto, esse operário, seus filhos e esposa vivem em fome crônica, com deficiência proteica.

Não se venha dizer que a agudagem redimirá o Nordeste. A grande agudagem no Ceará começou em 1888, quando o Conde d'Eu inaugurou o açude do célebre Quixadá. Nessa ocasião, o Imperador Pedro II dizia que empenharia a última pedra da sua coroa, mas não veria um cearense morrer de fome; e a agudagem de lá, até aqui, não resolveu o problema do Ceará.

A realidade, Sr. Presidente, é que se levantarmos todas as barragens possíveis no Nordeste e irrigarmos todos os vales úmidos decorrentes da construção dessas barragens, na época de seca não temos alimento para mais de um terço da população. A agudagem, portanto, não resolve o problema econômico do Nordeste. A única solução é transferir o cinturão verde, a zona de subsistência para os vales úmidos do Maranhão e do Piauí. Quer a SUDENE construir estradas e industrializar o Nordeste, porque só com a industrialização será possível redimir economicamente o Nordeste e neste sentido a SUDENE anda muito bem quando dá primordial importância à industrialização, dá prioridade à industrialização em lugar de dar à construção de barragens e irrigação.

Verdade é que não se pode falar em indústria sem água. A água é um elemento indispensável à indústria. Verdade é que o Nordeste não pode ser seu próprio celeiro; mas há cidades que contando quase que a mesma população do Nordeste como Tóquio,

no Japão e New York, na Norte América, possuindo mais de 10 milhões de habitantes, também não são celeiros de sua população. O alimento vem de fora. São cidades ricas e por quê? Porque se entregam à indústria.

Nós que conhecemos a natureza do solo semi-árido do Nordeste, com uma camada de humus pouco profunda que torna a agricultura em dadas regiões praticamente anti-econômica, não poderemos ter esperança na agricultura pura e simples. O fato é tão mais importante porque com a industrialização transportaremos o homem do campo para a cidade, procuraremos urbanizar o homem do campo e trazer a quem a população que vaga faminta pelo interior do Ceará, para os metrópoles industrializadas do Nordeste.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Exa., um aparte? (Assentando o orador) — Estou ouvindo o discurso de V. Exa. com a atenção que me merece como grande médico e como um grande Senador. Discordo inteiramente de V. Exa. quando diz que a SUDENE está certa no plano que traçou para industrialização do Nordeste. No meu entender, devemos cuidar de desenvolver paralelamente indústria e a agricultura. Julga V. Exa. então, acertado despojar os alto-sorões do Paraíba, como, por exemplo, a área de Bomal, vizinha ao Estado de V. Exa.? Não quero que minha gente saia dos campos e sim que tenha incentivo pela agricultura, com o aproveitamento da água armazenada e da irrigação, a chuva não fará falta alguma. Assim, discordo de V. Exa. Po e ser que ao Estado de V. Exa. interesse despojar a zona rural; ao meu não.

O SR. ANTONIO JUCA — O que vai acontecer no Ceará também ocorrerá na Paraíba. Caminhemos para a industrialização.

O Sr. Carneiro — Caminhemos para a industrialização, mas não devemos abandonar a agricultura e sim procurar fixar o trabalhador ao campo, dando-lhe os recursos necessários.

O SR. ANTONIO JUCA — O progresso e a técnica se acompanham obrigatoriamente e necessariamente, na transferência do homem da atividade primária para a secundária e terciária. Na América do Norte, grande portento que admiro e tomo como padrão, assim aconteceu. Hoje, apenas — e quero chamar a atenção do nobre Senador Ruy Carneiro — 13% e não 65% como existe na Paraíba, trabalham no campo, com produção abundante, suficiente para exportação, para consumo interno e até dando alimentos de presente. Portanto o que aconteceu na América do Norte tenho fé em Deus, acontecerá no Ceará e, para auxílio do eminente colega, também ocorrerá na Paraíba, onde os homens e as atividades primárias não se transferindo para as atividades secundárias, isto é, para a indústria e, sobretudo, para as atividades terciárias, ou sejam, obras civis assistência médica, comércio, transporte etc.

O Sr. Ruy Carneiro — Qual a percentagem dos que trabalham na agricultura nos Estados Unidos?

O SR. ANTONIO JUCA — Apenas 13% da população.

O Sr. Ruy Carneiro — Devo dizer a V. Exa. que uma Comissão de Seca, integrada pelo ex-colega e amigo de V. Exa., o saudoso Serador Fausto Cabral, pelo representante do Rio Grande do Norte, Senador Reginaldo Fernandes, eu da Paraíba, Jorge Maynard de Sergipe e pelo saudoso Senador Francisco Gallotti, de Santa Catarina, que, tendo sido diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas fazia parte da Comissão, visitou os Estados do oeste norte-americano, onde havia seca lá aproveitando o degelo das montanhas Rochosas, construíram as grandes barragens no Arizona, Colorado e na Califórnia. Lá

é diferente do Brasil; nos Estados Unidos o sul é que sofre as influências das secas e o norte é beneficiado pelas chuvas. O norte lá é próprio para a lavoura e o sul não. Percorremos os Estados de Oklahoma, Colorado, Arizona, California, zonas secas e, nestas regiões a irrigação transformou as propriedades rurais. Lá tem de tudo: muito algodão muito milho, muito feijão. Trabalhavam a agricultura em todos aqueles estados que percorri, a estatística de V. Exa. abrange o País inteiro.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Exatamente.

O Sr. Ruy Carneiro — É claro, meu desejo é que a SUDENE desenvolva a indústria nas cidades prósperas, nas grandes cidades do "hinterland" dos nossos Estados; mas é impossível prever o desaparecimento da agricultura.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Eu já mais preguei o desaparecimento da agricultura. O que noto é que o índice de civilização e de progresso é a transferência do homem do campo para a cidade. Deveríamos deixar apenas 15% da população nordestina, no Nordeste cuidando da agricultura nas áreas irrigadas. Mesmo nos períodos da seca poderíamos obter muito mais resultado se mecanizássemos a lavoura.

O Sr. Ruy Carneiro — Isto é outra coisa. Com isto concordo.

O SR. ANTÔNIO JUCA — ... dos semos adubo, resíduo, inseticida, deixássemos nos campos apenas 15% e transferíssemos a grande massa humana para a indústria da cidade. Acho que o nobre Senador não me compreendeu.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ANTÔNIO JUCA — Pois não!

O Sr. Aurélio Vianna — Estava preocupado com o rumo do discurso de V. Exa. É verdade que quando um País sai da sua economia primária para a secundária, isto traz implicações profundas. As massas do interior, dos campos, deslocam-se para as fábricas. Mas quando ocorre o que se processa no Brasil, onde o deslocamento de populações tangidas pela miséria, pela fome, vai engrossar a onda de marginais das grandes cidades, o fenômeno não é natural porque tais populações não se deslocam em virtude da passagem da economia primária para a secundária e a terciária. O que preocupa o sociólogo brasileiro é o deslocamento, não pela industrialização, mas o deslocamento pelos motivos já expostos. Ninguém contesta, nem V. Exa., é claro, que todos os países que progrediram e se civilizam, civilizam-se quando a economia se desenvolve no seu conjunto, harmonicamente. Os países mais industrializados têm um cuidado todo especial pelo campo porque, sem alimento, ninguém vive. Também sem água ninguém vive. Agora V. Exa. foi mais claro e posso compreendê-lo melhor. V. Exa. não está contra o campo, não está contra a irrigação.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Pelo contrário, estou inteiramente a favor.

O Sr. Aurélio Vianna — V. Exa. agora explicitou melhor seu pensamento. Quero acentuar ainda que treze por cento da população dos Estados Unidos trabalha no campo mas, na verdade, esses treze por cento representam muitas vezes os sessenta e cinco por cento que trabalham no Brasil. Lá a máquina supre a falta do braço. Com a industrialização que estamos implantando ainda não nos libertaremos, porque não estamos criando indústrias pesadas que manipulem o capital, indústrias que fabriquem máquinas. Tanto que se pede, que se solicita a importação de maquinaria para o campo. Vou ouvir o desenvolvimento do raciocínio de V. Exa. porque creio que, no fundo, todos nós estamos de acordo. O Nordeste precisa industria-

lizar-se, a Amazônia precisa aproveitar sua juta, manipulando-a, preparando-a para vendê-la como produto industrializado a São Paulo e ao mundo inteiro. Por enquanto, continuamos exportando matérias-primas e importando matéria elaborada. O atraso é fatal.

O SR. ANTÔNIO JUCA — Estou inteiramente de acordo com o aparte do nobre Senador Aurélio Vianna. Apenas me entristece declarar que, apesar de sua ação benfazeja, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — e ele, sob denominações várias, vem desde o tempo do Império — até hoje não trouxe qualquer solução definitiva para os problemas do Nordeste.

Sr. Presidente, falei no homem que desce à sepultura, ele sofre no ser enterrado. Será que ele padecerá também em vida? Sim! Os magros colares que recebe o Nordeste, através da sua exportação de algodão, de couros, de cera de carnaúba etc., etc., são transferidos diretamente para o Centro-sul do País, para a compra de produtos manufaturados, protegidos por barreiras alfandegárias. Exportamos no comércio livre e importamos produtos manufaturados, produtos fabricados no Brasil e protegidos por barreiras alfandegárias.

Isso, naturalmente, representa verdadeira sucção sobre o Nordeste. E esses dois Brasil, possivelmente distanciados em pelo menos cem anos, não poderiam sobreviver concomitantemente, um ao lado do outro, se não fosse a visão de esses políticos, a visão do Governo, em planejamentos do tipo do que ora vemos levado a efeito pela SUDENE.

Apóio, integralmente, o programa da SUDENE, porque essa transferência de valores do Nordeste para o Centro-Sul não é somente uma transferência de valores materiais, mas também de valores espirituais. É o Nordeste faminto, pobre, atrasado que cria a criança, que alimenta a criança, que educa a criança e vê essa criança, quando chega à adolescência, transformada em um técnico capaz de trabalhar e produzir, se transferir para a economia do Centro-Sul. Não é portanto apenas uma transferência material. É também, e muito mais perigosa, a transferência espiritual, é a transferência técnica que se realiza ativamente como verdadeira força centrípeta, no sentido Nordeste-Centro-Sul da Nação.

Qual a solução para esse problema? Não vejo qualquer solução próxima na agricultura. Verdade é que a reforma agrária, como já defendi hoje pela manhã, como a indispensável emenda constitucional, em muito melhoraria a situação do Nordeste, principalmente daquelas terras que, atualmente, estão começando a ser entregues aos grandes latifundiários. Muitas dessas terras, como rios. Muita dessas terras como tive a oportunidade de salientar, conservando-se como grande latifúndio ou propriedade de latifundiários que, às vezes, nem as visitam, são empregadas sobretudo ao cultivo da cana de açúcar, posteriormente aproveitada no preparo da aguardente, para intoxicar aquele mesmo povo que, com o seu trabalho, construiu as barragens e os reservatórios d'água.

Então a SUDENE, procurando sistematizar, planejar e notadamente, dar energia ao Nordeste, trará a nossa redenção. Como disse há pouco o nobre Senador Aurélio Vianna, não é com a força muscular humana que se consegue o progresso, que se consegue a evolução, que se consegue a industrialização, que se consegue o alimento, sobretudo no campo. É pre-

ciso energia. Um homem alimentado ingerindo três mil a três mil e quinhentas calorias com as quais nem se pode sonhar no Nordeste, esse homem produz em dez horas de trabalho diário, energia de apenas duzentos quilowatts. Ora a América do Norte tem à sua disposição talvez quinze mil quilowatts per capita. Não é possível que esse homem subalimentado do Nordeste, sem energia, seja capaz de fazer o progresso da região. Está provado que somente quando a energia muscular é substituída por uma energia de origens outras — mecânica, física ou química — é possível o progresso.

Dai por que, Senhor Presidente, trago à baila, ao conhecimento da Casa, o relatório da Comissão Merwin Bohan da "Aliança para o Progresso". Essa missão norte-americana chegou a aconselhar que, durante cinco anos, não fosse aumentada a capacidade de Paulo Afonso e chegou mesmo a aconselhar, coisa muito mais perigosa, a migração intensiva do homem do Nordeste para o Centro-Sul Norte e Oeste do Brasil, na ordem de mais de um milhão por ano, isto é, cinco por cento de sua população. Nesta ordem de coisas, Senhor Presidente, o Nordeste se veria desfalcado de cerca de seiscentos mil habitantes anualmente.

Ora, provado está que todo progresso industrial, toda evolução só é possível se a uma pressão demográfica. Só é possível com um bound demográfico que se verifica no Brasil inteiro por motivos de ordem sanitária que terei oportunidade de trazer à baila.

Mas, Senhor Presidente, quando vemos uma missão norte-americana da "Aliança para o Progresso" paralisar essa natureza, e relação ao elemento mais precioso que possui a região realmente nos entristecemos, porque o homem do Nordeste é, como dizia Euclides da Cunha, sobretudo um forte e precisamos, como prega o Papa João XXIII, levar o trabalho ao homem e não trazer o homem ao trabalho, no Sul ou no Oeste do Brasil.

Também criticável é a esmola da "Aliança para o Progresso". E, neste ponto, formo inteiramente ao lado do nobre Senador Aurélio Vianna. Por que nos dão leite em pó em lugar de nos dar plantéis, em lugar de nos dar fábricas de tratores, aparelhagem para fabricar fertilizantes e inseticidas?

Evidentemente essas medidas assistenciais, quer de ordem médica, quer de ordem educacional, pouco valem e mais parecem esmola. Ora, não é esmola o que pede o homem do Nordeste: pede, sobretudo, uma oportunidade para se redimir, uma oportunidade para formar, lado a lado, de igual para igual com seus irmãos do Centro-Sul e tal oportunidade eu a vejo no Projeto que ora incorpora a SUDENE. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz.

O SR. DINARTE MARIZ:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, na qualidade de relator, na Comissão de Finanças, do Plano da Sudene, quero, nesta hora, prestar homenagem a quatro grandes figuras a quem o Nordeste e o Brasil devem inestimáveis serviços porque, inegavelmente, foram eles os grandes sonhadores da redenção econômica do Nordeste.

O maior de todos, o primeiro dentre eles, foi o eminente Presidente Epitácio Pessoa, nordestino, filho da Paraíba do Município de Umbuzeiro,

terra alcançada pela seca. Naquela época, assumia ele o Governo da República, Sr. Presidente, quando o Nordeste todo estava mergulhado numa das maiores crises decorrentes da seca de 1929. Aguçado pelos seus sentimentos patrióticos e pela camaradagem que estava testemunhando, como Chefe da Nação não relatou, um minuto sequer em se volta, para o Nordeste e o fez corajosamente, porque, naquela época precisava-se de muito coragem, e, sobretudo, de patriotismo para compreender o drama nordestino. Até então, o Nordeste era terra esquecida pelos homens públicos e por quem não diz? — quase sem atuação na própria vida da Nação. Tendo conquistado o posto mais alto da Nação por sua inteligência, cultura, brilho, um, nordestino, dos altos conselhos da República, Epitácio Pessoa voltou-se para o Nordeste e criou, que foi feito pela primeira vez, um plano no sentido de atenuar os efeitos das secas naquela região. Foi quando surgiu a Inspeção de Obras Contra as Secas. Muito grato me lembro, aqui, que encarregado de apresentar o projeto na Câmara Federal era um rio-grandense do norte também velho servidor da República a quem rendo homenagem nesta noite o saudoso ex-Senador da República Eloy de Souza. Depois de passado o Governo Epitácio Pessoa, ficou o Nordeste novamente esquecido. Foi preciso que chegasse um homem do Sul, dotado de sentimentos patrióticos e sobretudo, humanos, sonhando em resolver os problemas sociais desta Pátria, a Presidência da República, saudoso Presidente Getúlio Vargas, para que se compreendesse que o Nordeste precisava ter uma ação contínua, para a solução dos seus problemas econômicos.

Através de um seu grande auxiliar da invulgar figura de nordestino e de brasileiro, que é José Américo de Almeida figura esta que talvez não sofreria concorrência na apreciação dos fatos, no estudo dos problemas nordestinos e na ação para a sua solução, que Getúlio Vargas reiniciou a marcha para a vitória pela qual ainda estamos trabalhando, lutando naturalmente, outras gerações, depois da nossa o farão também.

Lembro-me, Sr. Presidente, de que estava na minha região, que é o Seridó quando da grande seca, da grande calamidade de 1932, como Prefeito da minha cidade Caiçó, quando dali passou o então Presidente da República, acompanhado de figuras de sua administração, tais como o eminente General Góis Monteiro, o General Juarez Távora e o seu grande Ministro da Viação. Procuravam ver in loco, a desgraça que se abatera sobre o Nordeste. Bastou que Getúlio Vargas ouvisse as explicações dos seus grandes auxiliares, José Américo de Almeida par: que fossem determinados recursos para atender aquela área. Nesse modo, procurava S. Exa. evitar que ali se morresse o fome. Desde período de seu governo o Nordeste vive encontrando os meios de continuar a jornada que, um dia, será vitoriosa para a sua emancipação econômica, diria melhor, para a sua integração na economia nacional.

Com estas palavras, Sr. Presidente, presto homenagem a esses três grandes homens e a outro Presidente, um do Sul, um do Nordeste e outro do Centro do País, que teve oportunidade de dar ao Nordeste o grande marco para sua emancipação econômica que é sob todos os títulos a figura respeitável e acatada neste País, Marechal Eurico Gaspar Dutra.

O Sr. Padre Calazans — Muito bem.

O SR. DINARTE MARIZ —

construindo a grande usina do São Francisco que está servindo para levar energia a todos os recantos da região Nordeste.



O Sr. Padre Calazans — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O Sr. Padre Calazans — No belo discurso que V. Exa. está pronunciando vale a pena incluir que, quando o Engenheiro Marcondes Ferraz apresentou o plano da Usina de São Francisco nos Estados Unidos, ao alto Conselho de Engenharia Americana, não acreditaram na possibilidade dele realizar aquela obra.

O Sr. Leite Neto — É verdade.

O Sr. Padre Calazans — No entanto, a obra aí está, prestando realmente um grande, eficiente serviço ao Nordeste. Pena é que não se tenha multiplicado, não se tenha feito mais duas ou três usinas na região do Nordeste, porque este é fator precioso para o desenvolvimento econômico de uma zona.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito grato ao Sr. Padre Calazans e de pleno acordo, a energia realmente, a meu ver, é a medida prioritária para o desenvolvimento econômico de qualquer região.

Devo dizer, Sr. Presidente, que na época em que governava o eminente Presidente Epitácio Pessoa, o primeiro nome escolhido para a então Intendência de Obras Contra as Secas, foi o do grande engenheiro deste País, Arrojado Lisboa. Foi ele o pioneiro, quem pôs o primeiro marco no Nordeste para esta caminhada que fazemos em busca do nosso progresso.

Por lá passaram homens eminentes, entre eles o Dr. Luiz Vieira, grande técnico patriótico e profundo conhecedor dos problemas do Nordeste, que deixou plano que também está sendo executado e foi criticado nos Estados Unidos como um sonho, aquela época chamado até de elefante branco.

Agora tornou-se uma realidade, estão construindo as obras em conjunto que servirão para aproveitar os principais rios da região Nordeste e através delas encontraremos o progresso perseguido.

Sr. Presidente, esta é uma homenagem que presto como nordestino, como homem sofrido daquelas terras, como homem que teve o privilégio — julgado por alguns como desgraça mas para mim considerado como a maior graça que recebi de Deus até hoje — de ter podido misturar-me aos nordestinos como um deles, sofrendo a desgraça na seca de 1958.

Verifiquei, senti, quanto é duro enfrentar a solução do problema do povo, mas aprendi muito. Sr. Presidente, e Deus me deu o conforto de, na hora em que fechar os olhos, despedindo-me dessa vida, sentir que passei por ela sendo útil em alguma coisa porque minha solidariedade naquela hora e sacrifício feito sacrifício coletivo deu-me o conforto de ter tido o privilégio de merecer dos meus conterrâneos, do povo nordestino, a confiança de governá-los durante cinco anos, dentre os quais o ano de 1950, que foi o da maior seca de toda a história do Nordeste.

Sr. Presidente, os problemas do Nordeste já têm sido discutidos nesta Casa pelos homens mais capacitados, mais eruditos e mais conhecedores da região. Alguns poderiam chamar até de professores. Dentre eles destaco, com muita justiça, o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, Interventor e Governador da Paraíba em dois períodos, que sempre sentindo os problemas dos nordestinos, tem aqui discutido, com a sua conhecida inteligência, sua cultura sobre tudo, com o seu amor à nossa região, as questões da nossa terra, do nosso sofrido Nordeste.

Os atuais problemas do Nordeste diferem daqueles que estudávamos, e procurávamos solucionar através de parcelas que, naturalmente, nunca poderiam ensinar a solução desejada.

Começemos pelas barragens. Ninguém com mais autoridade para falar sobre açudes e barragens do que o modesto orador, porque pertence a um município que possui o maior número de açudes do Brasil, todos eles — à exceção de dois, construídos pelo Governo Federal — de iniciativa particular.

O açude é, realmente, indispensável à vida do nordestino, na região semi-árida do Nordeste, mesmo nos anos normais; não é solução às secas, mas são indispensáveis ao todo-dia-da-vida. Uma fazenda, na faixa semi-árida do Nordeste, que não tiver açudes, não tem condições para manter as pessoas que empregam na agricultura e na pecuária.

O Sr. Padre Calazans — Os açudes são instrumentos de economia.

O SR. DINARTE MARIZ — Exatamente. Assim, os açudes são indispensáveis.

As grandes barragens, que são poucas, representam, realmente, uma parcela importante para a solução do problema das secas no Nordeste. Só a barragem, porém, não se compreenderá, porque então virá apenas cobrir terras agricultáveis, formando uma cultura mínima através daquilo que chamamos vasante em terra úmida, que não corresponderá nunca à intenção do projeto. São construídas exatamente para propiciar a perenização dos rios, para que se faça a construção das obras aí sim, vamos encontrar o elemento mais forte para a solução do problema do Nordeste, que é a irrigação. Isto significa alimento e nós sabemos a vantagem que traz às regiões semi-áridas. Lá, quando temos uma colheita durante o ano, é um regosio, porque mesmo nos anos normais, sabemos que a perenização dos rios e a irrigação propiciam duas ou três colheitas durante o ano. Só aí está dito o seu valor e esta é apenas uma parcela para a solução para os problemas das secas do Nordeste. O açude é um milagre em plena seca, porque os homens do sul não entendem como é a seca do Nordeste e acham que é uma estiagem de oito, dez meses. Para ser exato, porém, uma seca representa estiagem, falta absoluta de chuvas na região do polígono das secas durante 22 dias. Nos anos normais a chuva cai durante meses, mas os restantes sete meses são absolutamente secos. Quando vem a seca, significa que o inverno não veio.

Espera-se para outro ano não o seguinte. Soma-se então, sete com 12 meses, que perfazem 19 meses, para se aguardar o início do marco que é quando chove naquela região.

Portanto Sr. Presidente, aí temos 22 meses de estiagem completa, nas épocas de seca.

Sei que nas regiões do Sul — conheço bem porque todo meu País — se se passassem seis meses, sem chover, seria uma calamidade talvez maior do que a passamos nós com 22 meses de estiagem. Abro o parêntesis para que todos compreendam bem o que seja o período de seca, no Nordeste.

Outro aspecto do problema do Nordeste que impõe solução, é o que se refere a silos e armazéns, a preços mínimos e à estocagem dos gêneros alimentícios. Não só para o período de seca, como para os períodos normais, a fim de que tenham um mercado mais ou menos homogêneo durante o ano. Agora, por exemplo, na hora em que faço o Nordeste está sendo beneficiado com um dos melhores invernos de sua história.

Tenho notícias de que as safras de feijão e de milho serão abundantes e que os preços que há quatro meses atrás representavam um limite, hoje desceram em mais de cinquenta por cento, e ainda à época da safra, teremos um preço reduzido talvez da terça parte do de há oito meses.

Isso significa que o trabalhador nordestino, na época em que trabalhava a terra recebia alimentos por um preço, e que quando teve de vender o seu produto — não tem outro caminho, senão vendê-lo — os preços baixaram de setenta por cento. O esforço desse trabalhador nordestino, foi, portanto, sacrificado, pois teve de adquirir os mesmos gêneros alimentícios, três vezes mais caros. Esse o drama do Nordeste.

Tenho a impressão, Sr. Presidente, através dos debates que tenho mantido com estudiosos dos problemas do Nordeste, que a solução dos e problemas representa trinta por cento da solução da seca naquela região.

Certa vez, lembro-me — acontecendo o Governador do meu Estado e vários representantes — a uma visita ao então Chefe da Nação o eminente Presidente Getúlio Vargas, pedimos a atenção de S. Exa. para a grande seca de 1952. Depois disso, viram todos com aquela atenção que lhe era peculiar, sobre os problemas do Nordeste, procurei focalizar, para o grande Presidente a situação em que vivia a população daquela região.

Diz-me então: "Presidente, quero apenas dizer duas palavras, para esclarecer o que ocorre com o trabalhador do Nordeste, cujo salário mínimo é fixado em 12 mil cruzeiros, enquanto que em São Paulo — aquela época, se não me falha a memória — o salário mínimo era de 20 mil cruzeiros, bem como em outras regiões do Sul. O homem que está trabalhando nos serviços do Governo, para não morrer de fome, recebe essa pequena importância, mas está sendo alimentado pelas outras regiões do país, onde o salário mínimo representa quase o dobro daquele que recebe". Com a sua sensibilidade, com o devotamento à causa dos homens mais empobrecidos ou das regiões mais esquecidas do país, o Presidente disse-me: "É impressionante o que o senhor está dizendo". Na mesma hora chamou o seu auxiliar, para determinar fosse o salário mínimo aumentado para Cr\$ 18.000,00. Este é o drama que vivemos em todas as horas, em todos os momentos de crise. Temos diante de nós as dificuldades do meio e submetido a diferença entre as regiões mais ricas e as mais empobrecidas. Hoje podemos dizer com orgulho, alto e bom som, que não há um brasileiro, representando as diversas regiões de nossa pátria que não esteja solidário com o nosso sofrimento e procurando a solução para os problemas de nossa região.

Resolvido o problema de energia, que é realmente uma solução prioritária para o Nordeste, o problema de irrigação com as grandes barragens paralisação dos rios e o aproveitamento das águas do subsolo, corrigindo os rios perenes nos seus vales úmidos, fazendo-se a irrigação desses 3 conjuntos, sem esquecer os vales secos — pouca gente do Sul sabe o que significa um vale seco. Os tempos e os mais ricos — quando fizermos realmente a irrigação dos dois vales, do Piranhas e Baixa Assu significará o mesmo sistema, no Rio Grande do Norte e o do Jaguaribe, no Ceará, teremos concorrido fortemente para que ao Nordeste não falte alimento nas horas difíceis das secas. Resolvido o problema da energia, repetido, o da irrigação com o aproveitamento do subsolo, isso feito imediatamente, apressadamente mesmo, poderemos conseguir aumentar a produção de nossa região e ao mesmo tempo

po em que se fosse se organizando o país e industrial para observar a mão de obra que provavelmente vai-se deslocando que as máquinas penetram no interior. Esse é um fenômeno universal. Como foi aqui citado os Estados Unidos, em determinada época, contava com mais de 60% de sua população na agricultura. Mas, à proporção que se mecanizava o trabalho agrícola e aumentava a produção, aos poucos os homens da agricultura iam sendo absorvidos pela indústria. Hoje, os Estados Unidos têm apenas nove por cento da sua população trabalhando na lavoura, produzindo para manter o seu grande potencial humano, e exportando o excedente para o mundo inteiro.

Sr. Presidente, a industrialização do Nordeste é um imperativo para a solução dos nossos problemas. Não só a industrialização dos produtos agrícolas mas também a de minérios. Temos o privilégio de ser uma das regiões de subsolo, um dos mais ricos do Brasil, sem que até hoje nos libertássemos do processo minero de exploração do minério, para fazê-lo industrialmente.

Cito como de maior valor para a exportação e comércio, o tungstênio, a nosa xilita, que industrializado dá mais de dez subprodutos: Exportada já transformada, multiplicar-se-iam as divisas arrecadadas com a exportação do minério bruto ao mesmo tempo evitando que divisas de importação fossem aplicadas na aquisição de muitos desses produtos.

Sr. Presidente quem quer que visite o Nordeste encontrará buracos abertos e perguntará o seu significado. Respondemos que decorrem da exploração da xilita e acrescentamos a informação de que esse minério está sendo todo exportado para o exterior, e em grande parte a sua exploração se faz por firmas estrangeiras, sem que até se implantasse essa indústria, a mais fácil de quantas se poderia realmente realizar isto é, a redução do minério bruto para um subproduto, valorizadíssimo. Visitando essa indústria nos Estados Unidos, verifiquei quanto vale o seu potencial econômico. E devo dizer, que baseado em informações que recebi de técnicos americanos quanto à xilita, o Brasil tem capacidade para ser um dos maiores produtores do mundo, e o meu Estado tem o privilégio de ser o detentor dessa riqueza, em mais de setenta por cento da produção nacional.

Outro produto — o sal também — privilégio do Nordeste, e só em pequena parte é produzido no Sul. Nossa capacidade de produção de sal dá para abastecer, talvez seis países iguais ao Brasil. Só o Nordeste. Mas, temos o nosso Instituto que determina a cota de produção, e só permite que se produza aquela limite suficiente para o consumo interno nacional.

Sr. Presidente, sabemos que na minha terra temos as águas residuais das salinas, as mais ricas e se pode desejar, onde extrai o bromo, o cromo, o potássio e outros sais minerais tão ricos e de que tanto carece o País. Mas, até hoje não se cuidou de industrializar essa riqueza imensa, abandonada, jogada fora. Estou certo que se não construirmos os postos salineros de Areia Branca e de Macaú, dentro de oito anos estaremos ameaçados, o Brasil, de importar sal. Dos portos — eu diria melhor, das praias, as margens, porque portos não existem — os navios ficam a milhas de distância do litoral. As barcas levam o sal em alto mar.

Assim se processa o embarque naqueles dois portos, que são portos ineficazes, pois dentro de pe-

riodo muito curto, em menos de dez anos talvez, já eles tenham condições para ter pago todas as despesas efetuadas para sua construção.

É problema do Nordeste, mas é problema nacional, que tenho a certeza que o próprio Rio Grande do Sul — ouvi há poucos dias com que entusiasmo o nosso Senador Henri de Sá, dizia: pode contar com o apoio do Rio Grande do Sul e com o meu, integral — porque sabe S. Exa. o quanto realmente existe de disorgão entre o problema do sal, que está por um preço no alto, como nos enhamos na salina e que chega ao Sul do País por um preço multiplicado, seguramente dez vezes mais de seu valor.

Isto significa o cuidado, o zelo, que nós devemos ter para a solução de problema desta natureza que não só nordestino mas problema nacional.

Sr. Dix-Huil-Rolando — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muita honra.

O Sr. Dix-Huil-Rolando — V. Exa. projetou uma nova e importante produção do sal no Rio Grande do Norte, e as nossas possibilidades, na realidade, o Instituto do Sal, com a quotas para o consumo normal do Brasil, mas e vive a produção para a indústria de transformação. Daí a produção atual nas salinas do Rio Grande do Norte e Ceará, está muito além daquelas quotas nacionais dentro das possibilidades do consumo nacional. Há outro aspecto que Vossa Excelência pôde ver, e que não foi esquecido; em verdade, pelo Plano Diretor da SUDENE, que é a construção do Porto de Arica Branca. Através desta construção é que poderemos levar a efeito, para o consumo nacional, o sal por um preço muito mais baixo, quando sabemos que hoje ele custa, no alto, dois mil e quinhentos cruzeiros a tonelada, e vendendo no Porto do Rio Grande do Sul a cinquenta mil cruzeiros a tonelada. É verdadeiramente desproporcional este preço, e posso estabelecer a Vossa Excelência que o preço está sendo agravado agora, quando a Marinha Mercante retira os subsídios que vinha dando, aquelas embarcações que trafegam no Rio Mossoró, Piranha e Rio Açú. Com essa retirada de subsídios aumentou a crise porque a taxa que valia mil cruzeiros na conduta do sal das salinas até os navios passaram, dentro de poucos dias a quatro, e cinco mil cruzeiros. O mais grave, pobre Senador, é que a esta altura as embarcações que conduzem o sal e outras matérias-primas da Região Oeste do Rio Grande há sessenta dias estão em greve. É uma espécie de nuvem negra de distribuição do sal nos mercados do Brasil eis que há sessenta dias, sessenta e quatro por cento da tonagem das barcas estão paralisadas, na dependência dessa greve. E não foi possível, através de combinações ou compensações, resolver problema tão grave. Estou convencido de que, dentro de poucos dias, teremos esta tempestade, já anunciada transformada em dificuldades na distribuição do sal, não só à indústria de transformação mas também para a alimentação do povo brasileiro e da nossa pecuária.

A SUDENE incluindo trezentos milhões de cruzeiros para a construção do Porto de Arica Branca, no próximo ano, e no ano de 1963 quatrocentos e sessenta milhões, na verdade pelo planejamento feito, verifico que era indispensável o imediato início da construção do Porto de Arica Branca para evitar, no futuro, essas dificuldades

dades que são perfeitamente evitáveis.

O SR. DINARTE MARIZ — Agradeço o aparte do representante do meu Estado, Senador Dix-Huil-Rolando, cuja exposição foi muito oportuna, como grande conhecedor, que é do assunto, pois nasceu na região salina da nossa terra.

Sr. Presidente, em conjunto, essas são as possibilidades do Nordeste; uma representação para o Nordeste, mas para que tenhamos um Nordeste integrado na economia nacional e indispensável que todos sejam atendidos.

Governante que tal, se que o problema da educação no Nordeste, que é o caminho de muitos governantes desse País. Precisamos voltar nossas vistas para o ensino técnico, para que possamos realmente desenvolver instrumentos humanos, sem os quais tudo seria inútil, porque sem a técnica ninguém pode resolver os problemas que aí estão desafiando a inteligência e o patriotismo de todos os homens públicos desse País.

Aqui, nesta Casa, estamos defendendo os interesses do meu Estado. Quando digo, porém, que sou nordestino, como todos sabem, sinto e sinto o Rio Grande do Norte não é um esquecido de que os Estados vizinhos são também filhos de nossa pátria, carentes de recursos e sujeitos de situação dos seus problemas, que são também nossos. Aho admito a solidariedade que existe entre os Estados nordestinos nas horas de necessidade exatamente quando o parabaíba, o rio-grandense do Norte, não fronteiras, procuram abrigar-se, de um ou de outro Estado, a falta de recursos para minorar o sofrimento e abrigar-se e poder atravessar a época das secas. Assim é quando imigram para o Maranhão; é assim também quando se socorre dos outros Estados limitrofes. Todos são acolhidos com o mesmo entusiasmo fraterno. Acha-se admirável.

Assisti, certa vez, lá na minha terra, a uma cena que me comoveu. Era eu Prefeito, na seca de 1952, e chegava, para verificar a situação local, o então Ministro da Viação e Obras Públicas, o eminente paraibano a quem já me referi no meu discurso, cujos elogios seriam pouco para fazer justiça aos seus méritos de nordestino, e de brasileiro, o ex-Ministro José Américo. Estava ele acompanhado do então Interventor da Paraíba, que poucos dias depois sucumbia num desastre de aviação a serviço da causa nordestina. Encontrava-se nessa terra numa situação de tal maneira crítica que cerca de milhares de toneladas colocavam-se em frente ao pequeno hotel em que estava hospedado, aliás melhor chamaríamos hospedagem que hotel. Dirigiu-se ao interventor e disse-lhe que cumiria tomar medidas imediatas. Dirigiu-se ao que ali se encontravam de todos havia a mesma coisa: estavam com fome e que muitos iam para os brejos da Paraíba.

O ex-interventor Antenor Navarro, com aquela sua mocidade, seu patriotismo e sua arrojada ação política e administrativa mandou fossem enviados telegramas a todos os pontos da Paraíba por onde deviam passar aquelas que fugindo a fome que atravessava a vida de todos procuravam que lhes fosse dado acolhida e amparo.

Este é o traço marcante do nordestino: a solidariedade. As divisões que nos ameaçam, as divisões ideológicas que não devem ser discutidas nesta hora, dentro do Plano da SUDENE tenho certeza que apenas existem porque há o problema econômico.

Conheço bem a vocação da nossa gente. Conheço, sobretudo, o amor que aquela gente tem por uma região tão sofrida e a solidariedade dispensada a quantos sofrem o efeito da desgraça naquelas horas afiladas. Um povo assim, Sr. Presidente, não se divide. O que ele necessita é trabalhar o necessário para manter sua família e assegurar uma vida digna de ser vivida.

Não será o Nordeste o estopim que vamos levar por aí. Por muito graves que sejam as crises atuais — e sei que são graves — do Nordeste ninguém espere a revolução não apressada.

Fui parte em muitos movimentos civis. Conheço bem a realidade atual da nossa gente toda vez que interesses antes são discutidos e que chamam ao sacrifício os que nasceram naquela região.

Mas Sr. Presidente, o que posso assegurar e que no espírito da maioria absoluta dos nordestinos longe está a ideia de uma conflagração entre irmãos. Somos uma Pátria só e temos certeza que haveremos de fazê-la grande e feliz: fazendo feliz e igual a todos que habitam este solo abençoado da nossa Pátria.

Quero referir-me, agora, Sr. Presidente, às emendas que foram rejeitadas na Comissão de Finanças. Não tem a intenção de discutir emenda por quantos fazem parte daquela Comissão.

Não houve, Sr. Presidente, nada que possa merecer crítica. Também não nos descuidamos um instante, como relator da Comissão de Finanças. Comecei a relatar esse projeto depois de tê-lo em minhas mãos, estudado, feito relatório para apresentar à Comissão, durante vinte e um dias.

Devo dizer que passei noites e noites recorrendo à Assessoria desta Casa estudando e procurando, o máximo possível, fazer um trabalho digno do Senado da República. Aliás, quero aqui salientar, com um certo conforto, como Senador da República que, realmente, temos um quadro de funcionários dos melhores que se podia desejar.

Portanto, aqueles que, como eu, desejam trabalhar no cumprimento da sua missão, encontram nesta Casa, através da sua Assessoria, o elemento indispensável para o cumprimento desse dever.

As Emendas, Sr. Presidente, foram todas elas estudadas e como muito bem acentuou o eminente Senador Argemiro de Figueiredo, estão todas elas dentro de um plano para a solução dos problemas nordestinos. Aliás, lutamos exatamente sem nos afastar sequer em detalhes do plano orientado pela SUDENE.

Portanto, não temos por que recusar emendas votadas com o objetivo de conseguir recursos para serem empregados nos serviços estudados e orientados pela SUDENE. Tenho a impressão, pelo que vi e pelos contactos que tive com todos os colegas desta Casa, de que o trabalho feito pela Comissão de Finanças merece apoio indistinto e total dos Senadores da República.

Para apressar a tramitação deste Projeto, fiz apelo a colegas que desejariam emendá-lo e de todos recebi a maior compreensão, não podendo deixar de destacar, nesta oportunidade, os nobres Senadores Pinto Ferreira e Antônio Viana que receberam meu apelo não só com compreensão, mas também se solidarizaram com a orientação traçada para que a votação não fosse demorada e este Projeto pudesse chegar de volta à Câmara — tudo faz crer que o conseguiremos — antes de que seja votado o

Projeto de aumento de funcionalismo. Do contrário correríamos o risco de perder alguns meses.

Quero também dar aqui o depoimento que recebi dos Assessores da SUDENE segundo os quais no Ceará e no Rio Grande do Norte já existem obras paralisadas por falta de aprovação do Plano que estamos discutindo, nesta hora.

Agradeço, desta tribuna, ao Ministro Celso Furtado a sua atitude, pondo a nossa disposição os Assessores da SUDENE que fossem necessários para com eles, discutirmos as Emendas que estavam sendo apresentadas e a traçarmos a orientação que deveríamos dar ao Relatório a ser apresentado.

Cumpro o dever, portanto dando este depoimento, de dizer a esta Casa, que nós, da Comissão de Finanças, passamos três dias no estudo da matéria. O nosso Presidente, o eminente Senador Argemiro de Figueiredo, convocou duas reuniões extraordinárias para que pudéssemos apreciar os nossos trabalhos.

Quero aceitar que Comissão de Finanças não se descuidou. Estivemos atentos e trabalhamos dentro do prazo possível, animados pelo cumprimento do nosso dever e com o patriotismo que todos devemos ao nosso País.

Sr. Presidente, encerrando as minhas considerações, deixo aqui o agradecimento pelo apoio que mereceu do Senado o meu modesto relatório. Quero também dizer do contentamento e do estímulo que recebi neste trabalho, através dos meus nobres companheiros, para continuar modestamente cumprindo o meu dever nesta Casa. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão (Palmas). Mais nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, encerro a discussão.

Vai-se passar à votação do Projeto, sem prejuízo das emendas e subemendas.

#### Em votação o Projeto

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovado.

#### PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 185 DE 1962

(Nº 4.696-B, de 1962, na Câmara dos Deputados)

(Nº 4.696-B, DE 1962, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

APROVA O PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE PARA OS ANOS DE 1963, 1964 E 1965, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Congresso Nacional decreta:

#### CAPÍTULO I

#### Do Plano Diretor

Art. 1º Fica aprovada a segunda etapa do Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste, para os anos de 1963, 1964 e 1965, na conformidade dos Anexos à presente Lei.

§ 1º As obras e serviços constantes dos referidos Anexos terão caráter prioritário para efeito de sua execução pelos órgãos responsáveis.

§ 2º Serão previamente submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo da SUDENE os programas de aplicação das dotações globais constantes do Plano Diretor.



## CAPÍTULO II

## Do Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste

Art. 2º É criado o Fundo de Investimentos para o Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (FIDENE), operado na forma desta lei, para garantir a exequibilidade financeira dos projetos e obras, previstos no artigo 5º, que a SUDENE considerará prioritários, relevantes ou de interesse para a economia do Nordeste.

Art. 3º Constituem recursos do FIDENE:

a) 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União, a serem destacados da parcela a que se refere o artigo 10 da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959;

b) dotações orçamentárias específicas que lhe sejam atribuídas;

c) juros, lucros, dividendos e quaisquer outras receitas derivadas da aplicação dos recursos de que tratam as alíneas anteriores.

§ 1º. A SUDENE, mediante parecer de sua Secretaria Executiva, aprovado pelo Conselho Deliberativo, poderá efetuar quaisquer operações financeiras, inclusive empréstimos no Exterior, e emitir obrigações ou transferir títulos para antecipação ou ampliação dos recursos do FIDENE.

§ 2º. As operações em moeda estrangeira dependerão da autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º. As operações de que tratam os parágrafos anteriores poderão ser garantidas com os próprios recursos do FIDENE.

§ 4º. Correrão por conta do FIDENE todas as despesas realizadas com a sua operação e os prejuízos que vierem a decorrer da aplicação dos seus recursos.

Art. 4º. Sem prejuízo da decisão de projetos preventivos pendentes de solução apresentados na vigência dos dispositivos, que neste artigo se erogam, ficam revogados os §§ 4º — 5º — 6º — 7º e 8º do art. 33 da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959 e incorporado ao FIDENE o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), o seu saldo, que o Poder Executivo foi autorizado a abrir pelo § 8º do mencionado dispositivo legal.

Art. 5º. Os recursos do FIDENE serão utilizados nas seguintes finalidades:

a) Integralização do capital, que a SUDENE subscrever nas empresas que estejam executando ou venham a executar projetos, considerados prioritários ou relevantes para o desenvolvimento econômico do Nordeste pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante parecer fundamentado de sua Secretaria Executiva.

b) Financiamento, total ou parcial, de pesquisa, exploração e industrialização destinadas a promover o aproveitamento dos recursos minerais do Nordeste;

c) Cobertura, parcial ou total, dos riscos de câmbio decorrentes de operações em moeda estrangeira contratadas pela SUDENE ou com sua intervenção, para financiamento de investimentos de caráter econômico e social;

d) Financiamento total ou parcial de construção de habitações populares, urbanas e rurais.

Art. 6º. A participação da SUDENE através do FIDENE, nos projetos referidos na alínea a do art. 5º, obedecerá aos seguintes limites:

a) até 50% (cinquenta por cento) do valor total em cruzeiros dos equipamentos a serem importados a vista ou 50% (cinquenta por cento) do mesmo valor dos equipamentos, quando importados com financiamento ex-

terno registrado pela SUMOC, desde que não tenham similares nacionais registrados e capazes de atender, na forma adequada e reconhecida pela SUDENE, às necessidades do projeto a que se destinem;

b) até 85% (sessenta e cinco por cento) do valor total em cruzeiros dos equipamentos produzidos no País.

§ 1º. A participação total da SUDENE, na forma das alíneas anteriores, não poderá exceder de 50% (cinquenta por cento) do valor total das inversões em capital fixo e circulante correspondente a cada projeto.

§ 2º. A participação da SUDENE, através do FIDENE, no capital da empresa, somada à colaboração financeira das entidades oficiais de crédito, não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor total das inversões em capital fixo e circulante do projeto.

§ 3º. Os limites de que trata este artigo somente poderão ser excedidos nos casos de empresas em que a SUDENE, a União ou os Estados detenham a maioria das ações de capital com direito a voto.

§ 4º. A SUDENE, através do FIDENE, integrará o capital, de acordo com as necessidades de execução dos projetos beneficiários, indicadas nos calendários de desembolso que aprovar.

Art. 7º. A empresa beneficiária do favor previsto na alínea "a" do artigo 5º poderá pedir à SUDENE aprovação para modificações do projeto originalmente aprovado.

§ 1º. Quando a Secretaria Executiva da SUDENE, através da fiscalização que obrigatoriamente fará, constatar que a empresa de que trata este artigo modificou o projeto, sem aprovação da SUDENE, ou desviou para outra finalidade recursos que lhe foram entregues, suspenderá, imediatamente, a entrega das parcelas ainda devidas, se houver, e proporá ao Conselho Deliberativo a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da inadimplência:

a) reembolso, mediante cobrança executiva, do valor das parcelas entregues e não aplicadas ou do valor de todas as parcelas entregues e não aplicadas ou do valor de todas as parcelas entregues, aplicadas ou não, acrescendo-se a essas parcelas juros de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 10% (dez por cento).

b) impedimento da empresa beneficiária, de seus diretores ou de empresas em que estes detenham poder de direção, para pleitear qualquer favor concedido ou administrado através da SUDENE.

c) proibição de operações das pessoas físicas e jurídicas de que trata a alínea anterior com estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 2º. Antes de propor ao Conselho Deliberativo da SUDENE qualquer das sanções de que trata o parágrafo 1º, a Secretaria Executiva notificará a empresa beneficiária para que apresente, no prazo de 30 dias seguintes ao do recebimento da notificação, as razões de sua inadimplência.

§ 3º. A Secretaria Executiva da SUDENE, se aceitar as razões oferecidas na forma do parágrafo anterior, concederá à empresa beneficiária o prazo que julgar necessário para efetivação das aplicações ainda não realizadas.

§ 4º. A partir da notificação, será nulo de pleno direito qualquer ato praticado pela empresa beneficiária em prejuízo dos direitos da SUDENE.

§ 5º. Antes de aplicar a sanção prevista na alínea "b" in fine do parágrafo primeiro, a SUDENE notificará a empresa para que proceda, dentro do prazo de 60 dias, a contar da data da referida notificação, à sub-

stituição do diretor ou diretores comuns, não se aplicando no caso de substituição, as disposições do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940.

O disposto neste parágrafo não se aplica na hipótese de impedimento da empresa beneficiária.

§ 6º. Para os efeitos da alínea "c" do parágrafo 1º, a SUDENE comunicará aos bancos oficiais a decisão adotada pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 8º. Ressalvado o disposto no § 3º do artigo 6º, a participação da SUDENE, no capital das empresas beneficiárias, efetivar-se-á através da tomada de ações preferenciais sem direito a voto, podendo a empresa beneficiária, quando esgotado o limite legal para emissão das referidas ações preferenciais, admitir a participação da SUDENE através da tomada de ações ordinárias.

§ 1º. As ações preferenciais referidas neste artigo assegurarão dividendo mínimo e cumulativo de 8% (oito por cento) ao ano e prioridade para efeito de amortização, reembolso ou resgate.

§ 2º. Na hipótese de liquidação ou falência da empresa beneficiária, o valor correspondente à participação da SUDENE no capital social das empresas de que trata este artigo terá os mesmos privilégios atribuídos aos créditos do Tesouro Nacional.

§ 3º. A transferência das ações que a SUDENE adquirir, com recurso do FIDENE, na forma deste artigo, somente poderá ser feita após o decurso dos seguintes prazos:

a) cinco anos, em parcelas anuais de 20% do respectivo valor total, para as ações correspondentes ao valor do financiamento para equipamentos adquiridos à vista, contando-se o prazo a partir do término do período de carência fixado de acordo com a análise do projeto beneficiário;

b) três anos, em parcelas anuais equivalentes a um terço do respectivo valor total, para as ações correspondentes ao valor do financiamento do FIDENE para equipamento adquirido mediante financiamento externo, contando-se o prazo a partir da data de amortização da última parcela deste.

§ 4º. A empresa emitente das ações e os seus acionistas terão preferência nesta ordem, para aquisição das ações de que se trata.

§ 5º. A preferência dos acionistas, referida no parágrafo anterior, será exercida na proporção da participação de cada um no capital da empresa emitente, à época da transferência das ações.

§ 6º. Os prazos fixados neste artigo somente deixarão de ser obedecidos mediante requerimento do interessado e concordância expressa da SUDENE.

§ 7º. Assegurado o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias para o exercício dos direitos de preferência de que tratam os parágrafos anteriores a forma de transferência das ações será estabelecida em regulamento a este artigo, baixado pelo Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria Executiva da SUDENE, aprovada pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 9º. O Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante parecer fundamentado da Secretaria Executiva, poderá autorizar a aplicação de recursos do FIDENE no financiamento total ou parcial de pesquisa, lavra e industrialização, destinada a promover o aproveitamento dos recursos minerais do Nordeste, previsto na alínea "b" do artigo 5º.

§ 1º. O financiamento de pesquisa, a que se refere este artigo somente será concedido mediante a obrigação

da empresa ou pessoa física titular do direito de pesquisa ou lavra de:

a) dar preferência à SUDENE para execução da pesquisa, submetendo à sua aprovação, no caso de desistência, do direito de preferência, os contratos que tiver de firmar com terceiros para o mesmo fim;

b) assegurar à SUDENE o mais amplo acesso a todos os resultados, diretos e indiretos, das pesquisas feitas diretamente ou mediante contrato, podendo a SUDENE designar técnicos de sua confiança para acompanhar os trabalhos;

c) devolver, em dinheiro ou em ações preferenciais ou ordinárias, da empresa titular do direito de lavra, ou da empresa que a represente no exercício efetivo desse direito, os recursos do FIDENE aplicados na pesquisa, acrescido dos respectivos juros, na hipótese de constatada a inviabilidade econômica da exploração da jazida;

d) não efetuar qualquer negócio jurídico que envolva transferência, arrendamento ou assunção de quaisquer ônus sobre o direito de lavra, sem autorização expressa da SUDENE sob pena de nulidade;

e) dar preferência à SUDENE, em igualdade de condições com terceiros, para realização de qualquer negócio jurídico, com a finalidade indicada na alínea anterior;

f) a pagar "quota de risco", estabelecida pela SUDENE, até cinco por cento (5%) do lucro líquido, desde que seja constatada a viabilidade econômica da exploração pelo prazo máximo de 20 (vinte) anos.

g) transferir à SUDENE, na hipótese de que as pesquisas constatem a inviabilidade econômica da exploração, todos os direitos remanescentes de pesquisas e lavra.

h) não alienar ou gravar, por qualquer forma, a propriedade em que se situa a jazida ou mina, sem autorização expressa da SUDENE, sob pena de nulidade.

§ 2º. A SUDENE manifestará a preferência de que trata a alínea "a" do parágrafo 1º no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação do decreto de pesquisa e iniciará os respectivos trabalhos dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da mesma data.

§ 3º. O relatório de que trata o inciso IX do artigo 16 do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, deverá ser apresentado pela SUDENE, que fornecerá cópia autenticada ao titular do direito de pesquisa.

§ 4º. Considera-se automaticamente prorrogada a validade da autorização de que trata o inciso II do artigo 16 do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, pelo prazo que a SUDENE exceder na apresentação do relatório de pesquisa previsto no parágrafo anterior, até o máximo de 1 (um) ano.

§ 5º. Dentro do prazo de que trata o parágrafo anterior, a SUDENE se não apresentar o relatório de pesquisa, facultará ao titular do respectivo direito todos os elementos necessários ao referido relatório, hipótese em que a SUDENE perderá todos os direitos ao reembolso dos recursos que houver investido na pesquisa e aos demais previstos neste artigo.

6º. Nas pesquisas que executar, direta ou indiretamente, a SUDENE admitirá a participação de técnicos que o titular do direito indicará, os quais serão facultado o mais amplo acesso a todos os dados e resultados.

7º. A prova da capacidade financeira de que trata o inciso II do artigo 14 do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940, será feita mediante documento fornecido pela SUDENE.

8º. A SUDENE exercerá o direito de preferência previsto na alínea "a"

este artigo, dentro do prazo de um ano a contar da comunicação escrita de o titular do direito de pesquisa ou lavra lhe fizer sobre o seu desejo de efetuar quaisquer dos negócios jurídicos previstos na referida alínea;

§ 9º A SUDENE poderá exercer o direito de preferência à exploração, através de sociedade de economia mista existente ou criada para o fim específico da aludida exploração.

§ 10. A pessoa titular do direito de pesquisa e lavra optará, por uma das formas de devolução dos recursos do FIDENE, previstas na alínea "c" do parágrafo 1º deste artigo;

§ 11. As ações preferenciais de que trata a alínea "c" do parágrafo 1º deste artigo não terão direito a voto e serão assegurados dividendos mínimos e cumulativos de 6% ao ano;

§ 12. A SUDENE poderá suspender o financiamento da pesquisa, a qualquer tempo, segundo os seus resultados, quando a mesma esteja a cargo do titular do direito ou pessoa contratada.

§ 13. As despesas com o financiamento das pesquisas, cuja inviabilidade econômica de exploração for reconhecida pela SUDENE, serão consideradas em despesas de custeio.

§ 14. O disposto na alínea "g" do parágrafo 1º deste artigo não se aplica quando a pesquisa for executada direta ou indiretamente pela SUDENE.

Art. 10. Nos casos de que trata a alínea "c" do art. 5º, a SUDENE poderá assumir, total ou parcialmente os riscos de câmbio decorrentes de operações em moeda estrangeira, contratadas diretamente ou com sua aprovação e intervenção, para execução de projetos de caráter econômico e social a ela cometidos; a entidades públicas ou a empresas nas quais a União, os Estados ou os Municípios, diretamente ou por intermédio de entidades públicas, detenham a maioria das ações com direito a voto.

§ 1º. O Orçamento Geral da União consignará a SUDENE (art. 3º alínea b), anualmente, dotação para cobertura da despesa de que trata este artigo.

§ 2º. O plano de economia ou conteúdo não poderá compreender a dotação de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º. Os riscos de câmbio serão cobertos, tanto quanto possível, com recursos próprios dos órgãos executores do projeto de que trata este artigo.

§ 4º. Sempre que couber reajustamento de tarifas para efeito do parágrafo anterior, a SUDENE deverá propor à autoridade competente, 180 (cent e oitenta) dias antes do vencimento de cada prestação do financiamento mencionado neste artigo.

§ 5º. Quando a execução do projeto estiver a cargo das empresas referidas neste artigo, o valor da participação SUDENE será convertido em ações (preferenciais) sem direito a voto, com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, das empresas executoras.

§ 6º. As aplicações dos recursos do FIDENE, previstas neste artigo, destinam-se à execução de projetos de saneamento, água, esgoto sanitário, habitação popular, educação e eletrificação rural e urbana.

§ 7º. A participação da SUDENE nos fins deste artigo será proposta pela Secretaria Executiva ao Conselho Deliberativo, em parecer fundamentado.

Art. 11. O financiamento de que trata a alínea "d" do artigo 5º será feito na forma e mediante as garantias estabelecidas em regulamento aprovado pela Secretaria Executiva da SUDENE e aprovado pelo seu Conselho Deliberativo, destinando-se a assegurar executibilidade financeira e proteção de habilitação popular aprovados

pela SUDENE e executados através de:

- a) a própria SUDENE;
- b) sociedades de economia mista, nas quais a União, os Estados e a SUDENE, diretamente ou por intermédio de entidades públicas, detenham a maioria das ações com direito a voto;
- c) empresas industriais ou agrícolas que desejem construir habitações para seus empregados ou colonos, observadas as normas legais vigentes e as condições que vierem a ser fixadas pela SUDENE.

§ 1º. A SUDENE participará obrigatoriamente do capital votante e do direito a executiva das sociedades de economia mista referidas na alínea "b" e a citada diretoria será composta de três membros.

§ 2º. A SUDENE, ou as entidades que construírem habitações populares nos termos deste artigo, estabelecerão obrigatoriamente, nos contratos de transferência daquelas habitações, que o adquirente recolha as parcelas do principal e juros de cada financiamento a estabelecimento oficial de crédito, em conta bloqueada, a ordem da SUDENE.

§ 3º. O prazo de reembolso do financiamento pelo adquirente da habitação popular, não poderá ser inferior a 20 (vinte) anos e os juros superiores à taxa legal.

Art. 12. As operações de que trata este capítulo dependerão de parecer fundamentado da Secretaria Executiva da SUDENE, aprovado pelo Conselho Deliberativo, sobre cada projeto específico, apresentado de acordo com as normas fixadas pela mesma Secretaria.

#### CAPÍTULO III

##### Dos incentivos fiscais

Art. 13. Os empreendimentos industriais e agrícolas que se instalarem na área de atuação da SUDENE, até o exercício de 1968, inclusive, ficarão isentos de imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos, a contar da entrada em operação de cada empreendimento.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo poderá ser ampliado, até 15 anos, de acordo com a localização e rentabilidade desvantajosa do empreendimento beneficiado, mediante parecer da Secretaria Executiva da SUDENE aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

Art. 14. Até o exercício de 1973 inclusive, os empreendimentos industriais e agrícolas que estiverem operando na área de atuação da SUDENE, a data da publicação desta lei, pagarão com a redução de 50% (cinquenta por cento) o imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Art. 15. O valor das isenções de que tratam os artigos 13 e 14 será anualmente incorporado ao capital social das empresas beneficiárias, independentemente do pagamento de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 16. A SUDENE, mediante as cautelas que instituir, fornecerá às empresas interessadas declaração de seu direito às isenções de que tratam os artigos 13 e 14.

Art. 17. O aumento de capital resultante de incorporação de reservas ou de reavaliação de ativo, de empresas industriais e agrícolas, localizadas na área de atuação da SUDENE, é isento de quaisquer impostos e taxas federais, desde que realizado até um ano após a publicação desta lei.

Art. 18. A pessoa jurídica poderá descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que deva pagar:

- a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirir, emitidas pela SUDENE, através do FIDENE, para o fim específico de ampliar os recursos do mesmo Fundo;
- b) até 50% (cinquenta por cento) de inversões compreendidas em pro-

jetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

§ 1º. As emissões de obrigações para os efeitos da alínea "a" supra, não poderão exceder, em cada exercício, de Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

§ 2º. As obrigações a que se refere este artigo, serão emitidas pelo prazo de 10 (dez) anos, nominativas, intransferíveis, com juros de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o respectivo valor nominal.

§ 3º. O benefício de que trata a alínea "b" supra, somente será concedido, se, a critério da SUDENE, o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfizer as demais exigências desta lei, concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores ao do desconto de cada contribuinte, admitindo-se:

a) que o mesmo contribuinte realize inversões em um ou mais projetos aprovados pela SUDENE;

b) que o contribuinte efetue novos descontos, em relação ao mesmo projeto, durante o período de sua execução, se o montante do investimento exceder ao dobro do desconto realizado.

§ 4º. Salvo para importação de equipamentos integrantes de projetos aprovados pela SUDENE, não poderão ser transferidos para o exterior, direta ou indiretamente, a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo, sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, sem prejuízo das sanções estabelecidas na legislação específica do imposto de renda.

§ 5º. Os favores de que trata este artigo não se aplicam:

a) ao imposto de renda e adicionais referentes a exercícios anteriores ao de 1962, bem como ao imposto devido por lançamento "ex officio" ou suplementar;

b) ao contribuinte que estiver em débito com o imposto de renda, o imposto adicional de renda e os adicionais restituíveis, ressalvados os débitos pendentes de decisão administrativa ou judicial.

§ 6º. A pessoa jurídica indicará na sua declaração de rendimentos, ou competente guia de recolhimento que pretende obter o favor previsto neste artigo, válida à remissão que haja feito ao artigo 34 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 19. Para os efeitos da alínea "a" do artigo 18, a pessoa jurídica apresentará às repartições lançadoras do imposto de renda obrigações de valor equivalente a 4/3 (quatro terços) da parcela do imposto de renda e adicionais não restituíveis que pretender deixar de recolher, desprezadas as frações de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Art. 20. Para pleitear o benefício de que trata a alínea "b" do artigo 18 a pessoa jurídica deverá, preliminarmente, recolher ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (B.N.B.) o total ou a parcela do imposto de renda e adicionais não restituíveis a que estiver sujeita, em conta bloqueada sem juros, que somente poderá ser movimentada mediante autorização prévia da Secretaria Executiva da SUDENE, nas condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. O recolhimento de que trata este artigo, nos locais onde o B.N.B. não possuir dependências autorizadas, será transferido pelos beneficiários, através de bancos oficiais, fazendo as comissões devidas.

Art. 21. Na apresentação e recolhimento de que tratam os artigos 19

e 20 observar-se-á o disposto no artigo 85 do Regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto número 47.373, de 7 de dezembro de 1959.

Art. 22. Para efeito de verificação do direito ao favor referido na alínea "b" do artigo 18, a pessoa jurídica, dentro de um ano a contar do último recolhimento a que estiver obrigada, apresentará à SUDENE projeto detalhado, observadas as especificações e exigências formuladas pela Secretaria Executiva da SUDENE, do empreendimento em que será aplicada importância equivalente pelo menos ao duplo do recolhimento exigido no artigo 20.

§ 1º. A pessoa jurídica ficará dispensada de apresentar o projeto referido neste artigo se, cumpridas as formalidades estabelecidas pela Secretaria Executiva da SUDENE, indicar projeto que tenha sido aprovado para os fins da alínea "b" do artigo 18, no qual pretenda investir.

§ 2º. A pessoa jurídica que tenha projeto ou indicação rejeitado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante parecer fundamentado da Secretaria Executiva, poderá apresentar novo projeto ou fazer nova indicação, dentro do prazo referido neste artigo.

§ 3º. A liberação parcial ou total da importância recolhida ao B.N.B. será autorizada pela Secretaria Executiva da SUDENE, de acordo com o calendário de inversões do projeto aprovado.

§ 4º. Se as importâncias liberadas não forem aplicadas, de acordo com o projeto aprovado, a SUDENE comunicará o fato à repartição lançadora do imposto de renda, do domicílio fiscal do contribuinte, ficando automaticamente obrigado o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (B.N.B.) a recolher, à referida repartição, os saldos porventura existentes na conta de que trata o art. 20.

§ 5º. Recebida a comunicação de que trata o parágrafo anterior, a repartição lançadora do imposto de renda incontinentemente, notificará a pessoa jurídica para recolher a importância correspondente às parcelas recebidas e não aplicadas devidamente, dentro de quarenta e oito horas, sob pena de cobrança executiva do débito, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na espécie.

§ 6º. A pessoa jurídica, no prazo de três anos seguintes à data em que pode fazer o último recolhimento do imposto a que estiver obrigada, efetuará os investimentos a seu cargo sob pena de recolhimento pelo B.N.B. à repartição lançadora do imposto de renda competente da importância depositada no forma do artigo 20.

§ 7º. O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (B.N.B.) prestará a SUDENE independentemente de indenização, considerado o disposto no artigo 2º toda e qualquer cooperação técnica que lhe for solicitada para a análise, controle dos projetos de que trata este artigo, tarefas que poderão ser delegadas no todo ou em parte àquele Banco.

Art. 23. Os títulos de qualquer natureza representativos do valor do imposto de renda que a pessoa jurídica deixou de pagar, nos termos do artigo 18, letra "b", serão sempre nominativos e não poderão ser transferidos durante o prazo considerado pela SUDENE, como de vida útil do projeto beneficiário, salvo em casos excepcionais reconhecidos em parecer da Secretaria Executiva aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

#### CAPÍTULO IV

##### Do Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste

Art. 24. É criado o Fundo de Emergência e Abastecimento do N

dente (FEANE), operado pela SUDENE na forma desta lei e seus regulamentos, com a finalidade de, na área de atuação dessa autarquia, contribuir para:

a) assistência imediata às populações vítimas de calamidade pública, decorrente de seca ou enchente, reconhecida pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, por indicação da Secretaria Executiva;

b) formação, manutenção, renovação e preservação de estoques de alimentos precipuamente destinados a facilitar a prestação de assistência de que trata a alínea anterior, e a regularização da oferta de alimentos.

Art. 25. Constituem recurso do FEANE:

a) a reserva especial de emergência correspondente a importância anticamente depositada em "caixa especial", nos termos do § 1º do artigo 198 da Constituição Federal.

b) dotações orçamentárias e outros créditos que lhe forem atribuídos;

c) doações de qualquer natureza que lhe forem feitas por entidades nacionais e estrangeiras;

d) juros, lucros e quaisquer outras receitas derivadas da aplicação dos mesmos recursos.

§ 1º Os recursos previstos na alínea "a" deste artigo somente serão aplicados em casos de calamidade decorrente de seca e ocorrida na área do denominado Polígono das Secas.

§ 2º Fica incorporado ao FEANE o saldo existente no Tesouro Nacional, da reserva referida na alínea "a" deste artigo, à data da publicação da presente lei.

§ 3º Correrão por conta do FEANE todas as despesas realizadas com a sua operação, bem como os prejuízos que vierem a decorrer da aplicação de seus recursos no atendimento de suas finalidades.

§ 4º Os órgãos da Administração Pública Federal que dispuserem de recursos destinados a obras e serviços no Nordeste deverão firmar convênio com a SUDENE para utilização planejada dos referidos recursos no combate aos efeitos de calamidade pública reconhecida na forma da alínea "a" do artigo 24.

§ 5º Incorporar-se-ão ao FEANE, inclusive para ressarcir adiantamentos feitos com recursos do mesmo, os créditos extraordinários abertos à SUDENE para atendimento de despesas com obras e serviços em zonas onde se verificar estado de calamidade pública reconhecido pelo Conselho Deliberativo da SUDENE e decretado pelo Poder Executivo.

§ 6º Fica incorporado ao FEANE o saldo do crédito extraordinário de Cr\$ 1.000.000.000 (um milhão de cruzeiros) aberto pelo Decreto número 1.129 de 5 de junho de 1962.

Art. 26. A assistência referida na alínea "a" do artigo 24, será prestada mediante:

a) abertura e manutenção de frentes de trabalho para execução de obras e serviços de emergência nas condições fixadas pelo Conselho Deliberativo da SUDENE por indicação da Secretaria Executiva;

b) pagamento semanal, em dinheiro, ao pessoal admitido nas obras e serviços previsto na alínea anterior, respeitado o salário mínimo da região;

c) fornecimento gratuito de gêneros e objetos de uso pessoal, de primeira necessidade, nas obras e serviços de emergência às pessoas extremamente necessitadas;

d) manutenção obrigatória de postos de venda de gêneros e objetos de uso pessoal de primeira necessidade nas frentes de trabalho, para fornecimento exclusivo ao pessoal em serviço ou obras.

§ 1º A Secretaria Executiva da SUDENE sempre que a situação o exigir, poderá prestar a assistência mencionada neste artigo ad referendum do Conselho Deliberativo.

§ 2º A execução das obras e serviços referidos na alínea "a" deste artigo ficará a cargo dos órgãos da Administração Federal, mediante prévio convênio com a SUDENE, ou desta na região onde não for possível a atuação dos referidos órgãos.

§ 3º A SUDENE, inclusive com recursos do FEANE, diretamente ou através dos órgãos executores das obras e serviços de emergência, poderá constituir estoques de utensílios e ferramentas para utilização nas frentes de trabalho de que trata este artigo.

§ 4º Ao pessoal admitido nas frentes de trabalho de que trata este artigo, não se aplicam as disposições do Capítulo V desta Lei, nem a obrigatoriedade da contribuição de previdência social, cabendo-lhe, entretanto, o direito ao repouso semanal remunerado e indenização por acidente no trabalho.

§ 5º Constitui crime de responsabilidade a infração às alíneas a, b, c e d deste artigo.

Art. 27. A formação, manutenção, renovação e preservação de estoques, para os fins referidos na alínea "b" do art. 24, serão feitas mediante compra e venda no País ou no exterior, a preços de mercado, ou desapropriação.

#### CAPÍTULO V

##### Do Pessoal

Art. 28. Os serviços da SUDENE serão atendidos por:

a) pessoal admitido sob qualquer das formas previstas nesta lei;

b) servidores públicos federais, civis e militares, requisitados na forma da legislação em vigor;

c) servidores cedidos pelas sociedades de economia mista das quais a União participe com a maioria das ações de capital com direito a voto;

d) servidores públicos estaduais ou municipais postos à disposição pelos respectivos governos.

§ 1º O pessoal referido na alínea "a", supra poderá ser:

a) Funcionário exercendo atividade permanente;

b) Pessoal temporário ou de obras, exercendo atividade transitória ou eventual, inclusive os admitidos para os projetos incluídos no Plano Diretor, durante a sua execução.

Art. 29. A SUDENE terá para os seus funcionários sistemas próprios de classificação de cargos e de remuneração para atender às peculiaridades dos seus serviços, constantes de quadro aprovado por decreto do Poder Executivo.

§ 1º No sistema de classificação, serão previstos todas as atividades permanentes, necessárias à execução dos serviços da SUDENE, atendidas às peculiaridades de sua administração de pessoa.

§ 2º A escala de valores dos padrões e símbolos do sistema de remuneração será fixada em função do valor do maior salário mínimo da área de atuação da SUDENE.

§ 3º Os sistemas de classificação de cargos e remuneração e as escalas de valores dos padrões e símbolos do sistema de remuneração serão propostos à aprovação do Conselho Deliberativo, pela Secretaria Executiva, antes de submetidos à aprovação por decreto do Poder Executivo.

§ 4º É vedado, nos sistemas de classificação de cargos e remuneração, exceder para o funcionário da SUDENE, com exclusão do técnico especializado ou de pesquisa, os níveis de retribuição das classes ou séries de classes de idênticas atribuições e responsabilidades, fixados para o funcionalismo do Poder Executivo da União.

Art. 30. O funcionário da SUDENE que exercer atividades técnico-especializadas ou de pesquisa, satisfazidas as exigências regulamentares, poderá optar pelo regime do tempo integral,

observadas as prescrições constantes dos parágrafos 1º, 2º e 3º do artigo 49 e dos arts. 50, 51 e 52, todos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Art. 31. O regime disciplinar e os direitos e vantagens do funcionário da SUDENE são os estabelecidos na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e legislação complementar.

Art. 32. Ao pessoal temporário ou de obras aplicam-se as disposições da legislação trabalhista.

Art. 33. O pessoal temporário, inclusive especializado, será admitido mediante contrato, em que deverão ser fixadas as condições relativas à prestação dos serviços.

Parágrafo único. Os servidores estaduais ou municipais a que se refere o art. 28, letra "d" desta lei, com perda dos respectivos vencimentos, passarão a ser retribuídos da mesma forma que o pessoal temporário guardada a identidade das funções exercidas na SUDENE.

Art. 34. O salário do pessoal temporário não poderá ser superior aos vencimentos do cargo de atribuições correspondentes da própria SUDENE.

Art. 35. O pessoal técnico especializado ou de pesquisa, requisitado, cedido ou posto à disposição da SUDENE trabalhará, sempre que possível, em regime de tempo integral, podendo o salário, neste caso, ser complementado até 100% (cem por cento) do respectivo vencimento, a critério do Superintendente.

§ 1º Os funcionários da SUDENE e os servidores civis e militares requisitados ou postos à disposição da SUDENE poderão ser designados, mediante indicação da Secretaria Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo, para exercer funções em sociedades de economia mista de que participem a União ou a SUDENE, não podendo perceber vencimentos ou vantagens superiores às que percebiam na SUDENE.

§ 2º A SUDENE poderá aproveitar no seu quadro de funcionários, servidores federais, civis requisitados até à data de publicação desta lei, que optarem dentro do prazo de noventa (90) dias, pela situação de funcionário autárquico da SUDENE, contado o respectivo tempo de serviço prestado na repartição de origem para efeito de estabilidade aposentadoria, disponibilidade, gratificação adicional e licença especial.

Art. 36. Respeitados os direitos adquiridos, a SUDENE realizará concurso público de provas ou de provas e títulos para provimento dos cargos constantes do seu quadro de funcionários.

Art. 37. Caberá ao Superintendente praticar todos os atos relativos à administração de pessoal, permanente ou temporário, inclusive os de provimento e vacância de cargos.

Art. 38. O pessoal da SUDENE será contribuinte obrigatório:

a) do IPASE, os funcionários;

b) do IAPETC, o pessoal temporário, que exercer atividade relacionada com transportes e cargas, inclusive a de motoristas;

c) do IAPI, o pessoal temporário, que exercer atividade industrial e o pessoal de obras;

d) do IAPC, o pessoal temporário não abrangidos pelas alíneas anteriores.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Gerais

Art. 39. Para os fins desta lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, zona do Estado de Minas Gerais situada no denominado "polígono das secas" e pelo Território de Fernando Noronha.

Art. 40. O Conselho Deliberativo passa a ser constituído por um representante de cada Ministério civil

da República, um do Estado Maior das Forças Armadas, um de cada um dos Estados e Território Federal indicados no artigo anterior, um da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, um do Banco do Nordeste do Brasil S.A., um do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e um do Banco do Brasil S.A. e três membros natos, mencionados no § 1º, do art. 5º, da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 41. As unidades da Engenharia Militar do Exército Brasileiro poderão atuar em qualquer área da zona de atuação da SUDENE, para destinação de missões de emergência que lhe venham a ser delegadas por esse órgão.

Art. 42. A SUDENE poderá manter escritórios em qualquer ponto do território nacional, quando necessários à execução de seus serviços.

Art. 43. Para efeito do cumprimento do disposto no artigo 8º e seus parágrafos da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, o DASP fará entrega a SUDENE, na Capital da República, de uma via das propostas de investimentos no Nordeste, elaboradas pelos órgãos da administração federal.

Parágrafo único. A SUDENE emitirá parecer sobre o valor dos investimentos e suas prioridades e encaminhá-lo-á ao DASP para a consideração na elaboração da proposta orçamentária.

Art. 44. A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas, ou Associações Rurais, inclusive através da fixação de preços mínimos, da revenda, arrendamento, ou empréstimo de máquinas agrícolas e seus implementos, adubos, inseticidas, produtos veterinários, sementes e animais selecionados e quaisquer outros bens intermediários agropecuários, compra e venda de sacas, sementes ou mudas e doação de sementes ou mudas aos agricultores extremamente necessitados.

§ 1º. A SUDENE poderá cobrar, segundo a capacidade de pagamento do beneficiário, a indenização de despesas que efetuar na prestação dos serviços de assistência técnica.

§ 2º. A SUDENE fixará as condições para o empréstimo de máquinas e implementos agrícolas referidos neste artigo.

§ 3º. A revenda poderá ser feita a prazo não superior a 5 anos e juros não superiores a 6% anuais.

§ 4º. Os títulos oriundos da revenda poderão ser negociados pela SUDENE em estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 5º. O produto da venda e a indenização de despesas decorrentes de tais operações constituirão recursos próprios da SUDENE e serão reaplicados nas mesmas finalidades indicadas neste artigo.

Art. 45. Cabe à SUDENE, na área de sua atuação, exercer todas as atribuições da Comissão de Financiamento da Produção, constantes da Lei nº 1.516, de 19 de dezembro de 1957, alterada pela Lei Delegada nº 2, de 26 de setembro de 1962.

Parágrafo único. Os contratos celebrados entre a SUDENE e os órgãos incumbidos de executar os financiamentos e compras referidos na Lei nº 1.516, acima citada, independem de registro prévio do Tribunal de Contas.

Art. 46. A SUDENE promoverá a revenda a prazo de motores pesados para embarcações de até 50 toneladas, nas bacias do Paraíba e do São Francisco, por intermédio de Cooperativas e dos Bancos oficiais depositando anualmente, para execução desse programa, importância não inferior a Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), nos órgãos financiadores.

Art. 47. O parágrafo 1º do artigo 6º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro



de 1961 passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 1º A participação da União ou da SUDENE em tais sociedades e a indicação dos seus representantes nos respectivos órgãos de direção e assembleias gerais, far-se-ão mediante proposta da Secretaria Executiva, aprovada pelo Conselho Deliberativo da SUDENE".

Art. 48. Não se aplicam às sociedades de economia mista que venham a se constituir para os fins previstos no artigo 6º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, o disposto no § 3º do artigo 38 e nos artigos 108 e 111 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre que a subscrição de ações e o aumento de capital devam ser efetuados para atender à necessidade de a União ou participar, ou aumentar a sua participação no capital das referidas sociedades.

Parágrafo único. Não se aplica, igualmente, às sociedades de economia mista já constituídas para os fins indicados no caput deste artigo, o disposto no artigo 108 do Decreto-lei número 2.627, de 26 de setembro de 1940, sempre que ocorra a necessidade do aumento da participação da União ou da SUDENE no capital das referidas sociedades.

Art. 49. Poderão ser investidos ou reinvestidos, na execução de programas considerados, pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste, os dividendos que couberem à União ou à SUDENE nas sociedades de que participem ou venham a participar em decorrência da subscrição de ações com recursos destinados a serviços e obras incluídos no Plano Diretor.

§ 1º O investimento ou reinvestimento de que trata este artigo será, em cada caso, autorizado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, mediante proposta da Secretaria Executiva.

§ 2º O reinvestimento previsto neste artigo poderá efetivar-se através da incorporação dos dividendos ao capital das referidas sociedades, mediante a subscrição de novas ações, ou integralização das já subscritas.

Art. 50. Ficam isentos de todos os impostos e taxas federais os atos de constituição, incorporação ou fusão de sociedades de economia mista encarregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano Diretor e de que a União ou a SUDENE venha a participar com a maioria das ações de capital com direito a voto.

Art. 51. As sociedades de economia mista com sede no Nordeste, encarregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano Diretor e das quais a União ou a SUDENE participe ou venha a participar com a maioria das ações de capital com direito a voto, são isentas de todos os impostos federais, bem como taxas e adicionais que de qualquer modo incidam sobre o custo de equipamentos, materiais ou gêneros de primeira necessidade destinados à execução do Plano Diretor ou de emergência.

Art. 52. As empresas que tenham requerido ou venham a requerer à SUDENE os favores previstos no artigo 18 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, poderão dessembarcar os equipamentos necessários ao projeto, mediante termo de responsabilidade ou prestação de fiança idônea, desde que façam prova perante a repartição aduaneira competente de que submeteram à SUDENE o projeto para o qual se destinam os equipamentos importados e de que se encontra ainda em tramitação o processo relativo ao seu requerimento.

§ 1º O prazo de suspensão temporária do pagamento dos tributos cuja isenção for pretendida será de 1 (um) ano contado da data da assinatura do termo ou da aceitação da fiança ex-

tinguindo-se, automaticamente, quinze dias após, a decisão do Conselho Deliberativo da SUDENE negando a condição de prioritários aos equipamentos importados ou na data da publicação do decreto que conceder a isenção dos tributos aduaneiros.

§ 2º A Secretaria Executiva da SUDENE, no prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à instrução definitiva dos projetos que lhe forem apresentados, os submeterá ao Conselho Deliberativo com parecer fundamentado.

Art. 53. As vendas de câmbio para importação de máquinas e equipamentos considerados prioritários pela SUDENE, destinados a montagem de unidades industriais ou agrícolas, bem assim complementação de unidades existentes, no Nordeste, ficarão isentas de quaisquer recolhimentos ou depósitos provisórios, que representem ônus adicional sobre o custo das divisas necessárias à importação.

Art. 54. Fica o Poder Executivo autorizado a, por proposta do Conselho Deliberativo da SUDENE fundamentada em parecer da Secretaria Executiva, permitir o arrendamento pela SUDENE e por empresas nacionais de pesca, pelo prazo máximo de dois anos, de barcos pertencentes a empresas estrangeiras respeitadas as normas da legislação brasileira em vigor, no tocante à constituição das tripulações dos barcos arrendados.

Art. 55. As transações da SUDENE serão feitas da mesma forma, mediante os mesmos instrumentos, perante os mesmos oficiais e registros públicos, sob o mesmo regime de imunidade tributária pecuniária à Fazenda Nacional, inclusive perante as repartições alfandegárias e empresas concessionárias do serviço público.

Parágrafo único. Os atos jurídicos e seus instrumentos, de que participe a SUDENE, gozam das imunidades previstas no inciso V, alínea "a" do art. 31 da Constituição Federal.

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a créditos obtidos no exterior até o limite de US\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de dólares) ou o seu equivalente em outras moedas, para o financiamento de projetos, serviços e obras incluídas no Plano Diretor, ou de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social da área de atuação da SUDENE, inclusive os obtidos através da Aliança Para o Progresso ou de outros acordos de cooperação internacional.

§ 1º A garantia de que trata este artigo será concedida às operações de crédito contratadas diretamente pela SUDENE ou com sua intervenção, sempre mediante parecer fundamentado da sua Secretaria Executiva, aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 2º As operações de crédito que tiverem a garantia do Tesouro Nacional, na forma prevista neste artigo, estão isentas de todos os impostos e taxas federais.

Art. 57. As entidades com direito a quotas de tributos arrecadados pela União, inclusive fundos especiais, ou as quais tenha a União atribuído dotações orçamentárias ou créditos especiais, poderão, sem prejuízo da destinação legal específica desses recursos, dá-los em garantia de operações de crédito contratadas para execução de obras e serviços constantes do Plano Diretor ou de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, ouvido o Conselho Deliberativo da SUDENE.

Parágrafo único. A garantia prevista neste artigo será outorgada, em caráter irrevogável, através de documento hábil de cessão, válido até a liquidação total das operações de crédito.

Art. 58. Constituem fonte de receita da SUDENE:

1. a) a renda proveniente de serviços; emolumentos, dividendos, juros e multas; a parcela da renda tributária da União, fixada nos termos do artigo 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959; os auxílios, subvenções e doações de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; outros recursos, inclusive créditos especiais aprovados pelo Congresso Nacional.

2. b) As dotações destinadas à SUDENE, orçamentárias ou não, para serem distribuídas, independentemente de registro prévio no Tribunal de Contas.

3. c) Os recursos provenientes de dotações orçamentárias ou de créditos especiais destinados à SUDENE incorporar-se-ão ao seu patrimônio, podendo os saldos ter aplicação nos exercícios subsequentes, independentemente de autorização, desde que na mesma finalidade.

Parágrafo único. Os saldos de que trata este artigo não serão recolhidos ao Tesouro Nacional, permanecendo à disposição da SUDENE.

Art. 61. A SUDENE poderá fixar emolumentos pelos serviços de análise de laboratório prestados a particular.

Parágrafo único. Os emolumentos de que trata este artigo serão fixados pela Secretaria Executiva.

Art. 62. Os recursos da União empregados na construção do porto de Areia Branca, no Rio Grande do Norte, serão recuperados mediante a cobrança de taxa ad valorem incidente sobre o sal exportado através do referido porto e arrecadado para o FIDENE.

§ 1º A recuperação de que trata este artigo operar-se-á no prazo de 10 (dez) anos, a partir do funcionamento do porto e a mencionada taxa, fixada em lei, será cobrada anualmente.

§ 2º Terá preferência para a concessão de exploração do porto de Areia Branca a sociedade que a SUDENE vier a constituir para esse fim ou para aproveitamento industrial do sal e das águas mals de salinas no Rio Grande do Norte.

Art. 63. A SUDENE terá completo serviço de contabilidade patrimonial, financeira e orçamentária.

§ 1º Os balanços anuais da SUDENE serão encaminhados à Contadoria Geral da República, até 31 de março do ano subsequente, acompanhados do parecer do Conselho Deliberativo.

§ 2º Mensalmente, a Secretaria Executiva apresentará ao Conselho Deliberativo um balancete do seu movimento financeiro e da execução orçamentária.

§ 3º Semestralmente a Secretaria Executiva apresentará às Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e polígono das Sécas, balancete do seu movimento financeiro e da execução orçamentária.

Art. 64. O Superintendente da SUDENE, na conformidade das disposições do parágrafo único do artigo 139 da Lei nº 830 de 23 de setembro de 1949, apresentará ao Tribunal de Contas até o dia 30 de junho de cada ano, prestação de contas correspondente à gestão administrativa do exercício anterior.

Parágrafo único. A prestação de contas dos recursos entregues, sob a forma de participação societária, às empresas de economia mista, será feita através da apresentação de atos da assembleia geral em que se efetivar a subscrição, de recibos de integralização, de cautelares ou de ações integralizadas.

Art. 65. Os órgãos públicos federais que receberem recursos da SUDENE para execução de obras e serviços, prestarão contas dos valores efetivamente recebidos, na época e na forma estabelecida em lei para prestação de contas de suas atividades.

tamente ao Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. É parte essencial da prestação de contas a que se refere este artigo, laudo técnico emitido pela SUDENE sobre a efetiva realização dos serviços e obras.

Art. 66. A SUDENE exercerá obrigatoriamente fiscalização técnica das obras e serviços executados com recursos dela recebidos, e expedirá o laudo técnico correspondente, na forma do parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 o qual constituirá elemento essencial às prestações de contas previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. O representante da União ou da SUDENE nas assembleias gerais das sociedades de economia mista que houverem recebido recursos da SUDENE, sob pena de responsabilidade, somente aprovará as contas da Diretoria se delas constar o laudo técnico referido neste artigo.

Art. 67. Estendem-se ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. as disposições do artigo 16 da Lei nº 2.973, de 26 de novembro de 1956.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será aplicado às operações já realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., e decorrentes dos empréstimos que lhe foram concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Art. 68. Aplicam-se ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. as vantagens conferidas à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A. nos artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 1.903, de 29 de dezembro de 1938; 3º do Decreto-lei nº 2.611, de 20 de setembro de 1940, 1º, 2º e 3º do Decreto-lei número 2.612, de 20 de setembro de 1940.

Art. 69. No que se refere ao desconto dos contratos, cédulas de crédito rural, notas de crédito rural e promissória rural, de financiamentos agrícolas e pecuários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. observará a mesma taxa e condições vigentes para a Carteira de Crédito Agrícola Industrial do mesmo instituto de crédito.

Art. 70. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A., a Município, previsto no artigo 9º da Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952 e § 1º, do artigo 28, da Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961, serão concedidos mediante abertura de crédito para ser utilizado a medida da necessidade da realização das obras e serviços, e obedecerão às seguintes condições:

a) destinação de 50% (cinquenta por cento) das quotas do imposto de renda previstas no artigo 15, §§ 5º e 6º, da Constituição Federal, a pagamento dos empréstimos;

b) outorga, pelo Município, de procuração com poderes irrevogáveis, para que o Banco mutuante receba, na Repartição pagadora competente, as quotas referidas na alínea anterior;

c) obrigação de o Município mutuário incluir, em seus orçamentos, verba suficiente para atender ao serviço de amortização do principal e pagamentos de juros e demais acessórios relativos ao empréstimo;

d) registro da procuração de que trata a alínea "b" na repartição pagadora competente, antes do desembolso da primeira parcela de crédito;

e) faculdade de, no caso de o Município mutuário não resgatar as dívidas, nos prazos estipulados, o Banco mutuante creditar-se do valor das quotas recebidas, pelo quantum suficiente à satisfação dos compromissos vencidos.

Art. 71. Ficam os Bancos oficiais autorizados a receber, em garantia ou em pagamento, mediante cessão, procuração com poderes irrevogáveis ou delegação, o produto da cobrança de impostos, taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições de qualquer espécie, que se destinem a custear as inversões ou despesas com serviços básicos municipais.

Art. 72. As Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, nos Estados, ficam autorizadas a registrar as procurações com poderes irrevogáveis conferidos por Municípios aos bancos oficiais, mesmo que tenham sido outorgadas antes da vigência desta Lei, para recebimento das quotas de imposto de renda de que trata o artigo 15, §§ 5º e 6º, da Constituição Federal.

Art. 73. Os recursos financeiros, que devam ser depositados no Banco do Nordeste do Brasil S. A., em obediência ao disposto no § 6º do art. 28, da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, poderão ser depositados em outros estabelecimentos de crédito oficial federal, quando, no Município em que devam ser movimentados não existir agência ou escritório do referido banco.

Art. 74. Os recursos entregues, pela SUDENE, através de convênio, aos Estados, autarquias estaduais ou sociedades de economia mista de que o Estado participe com maioria de ações com direito a voto, poderão ser depositados em estabelecimento de crédito do Estado.

Art. 75. Fica elevado para Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) o limite estabelecido no § 1º do artigo 7º da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Art. 76. As cauções que devam ser dadas à SUDENE em garantia de cumprimento de obrigações assumidas para o fornecimento de material ou execução de serviços, serão prestadas, preferentemente, no Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Parágrafo único. A SUDENE poderá aceitar, para garantia de execução de contratos, caução real ou fidejussória que reputar idônea.

Art. 77. É a SUDENE autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até o valor de vinte mil cruzeiros.

Art. 78. A dotação de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) destacada do crédito especial autorizado pelo artigo 38 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, e discriminada no Anexo I — Rodovias, da mesma Lei, para o trecho Ilhéus — Pedra Azul — Salinas — Montes Claros — Patos de Minas — Paranaíba, da BR-41 no Estado de Minas Gerais, deverá ser aplicada no trecho São Romão — Montes Claros da mesma rodovia, no referido Estado.

Art. 79. As dotações orçamentárias e as consignadas ao Plano Diretor da SUDENE para execução de obras e serviços de abastecimento de água no Nordeste serão aplicadas independentemente da constituição das sociedades de economia mista de que trata o artigo 10 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto neste artigo, a SUDENE propõe, em cada Estado ou Município, a constituição de sociedades de economia mista que assegurem a manutenção e funcionamento efetivos dos serviços de abastecimento de água.

Art. 80. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste do Brasil S. A. poderão financiar os projetos de investimentos de energia elétrica, incluídos no Plano Diretor da SUDENE, com a garantia, para tais operações, dos recursos constantes desse Plano e das dotações or-

çamentárias destinadas aos referidos projetos.

Art. 81. O artigo 32 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

"O sistema centro-norte do Ceará abrangerá, se possível, o aproveitamento do potencial hidráulico do Vale do Acaraú e dos desníveis da Serra do Ibiapaba, bem como sistemas isolados hidro e termelétricos, nas regiões ocidental do Ceará e oriental do Piauí, não pertencentes a outro sistema.

Art. 82. O Sistema Cratéus — Planalto de Ibiapaba, se possível compreenderá o aproveitamento do potencial hidráulico do Vale do Poti e dos desníveis da Serra da Ibiapaba que não se incluam em outros sistemas e abrangerá os municípios de: Cratéus, Independência, Novo Oriente, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Poranga, Ipueriras, Ipu e municípios da Serra do Ibiapaba, passando a ser beneficiado pela energia hidrelétrica de Paulo Afonso, através de uma linha de transmissão (alta tensão), que partirá da estação abaixadora do Banabuiú, diretamente à estação abaixadora de Cratéus.

Art. 83. Fica a SUDENE dispensada do processo de licitação formal para a aquisição e venda de materiais e execução de serviços sempre que destinados a atender o estado de calamidade pública reconhecido pelo seu Conselho Deliberativo, por indicação da Secretaria Executiva, observado o disposto no § 1º do artigo 25, desta Lei.

Art. 84. Dois décimos por cento (0,2%) da renda tributária da União, a serem destacados da parcela a que se refere o art. 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a SUDENE reservará para aplicação em projetos de qualquer natureza, que haja aprovação, executados diretamente pelos Governos dos Estados do Nordeste.

§ 1º A distribuição dos recursos de que trata o parágrafo anterior, entre os Estados do Nordeste, será feita de acordo com os índices estabelecidos na Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, reservados 3% (três por cento) do total ao Estado do Maranhão.

§ 2º Para receberem os recursos de que se trata os Estados submeterão à SUDENE os projetos cujo financiamento deva ser feito de acordo com este artigo e comprometer-se-ão, expressamente, a aplicar recursos próprios nos referidos projetos, em montante nunca inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo valor total.

§ 3º Aprovando os projetos que lhe tenham sido submetidos pelos Estados, a SUDENE liberará os recursos a medida das necessidades de execução e tendo em vista o disposto nos parágrafos anteriores, vedada a liberação de qualquer parcela quando o Governo do Estado beneficiário deixar de prestar contas da parcela anteriormente recebida.

Art. 85. Os recursos necessários à execução, no exercício de 1963, dos serviços e obras constantes dos anexos à presente Lei, correrão por conta das dotações globais de Cr\$ 3.652.979.000,00 (três bilhões, seiscentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e nove mil cruzeiros) e Cr\$ 5.164.678.000,00 (cinco bilhões, cento e sessenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e oito mil cruzeiros), consignadas no Anexo 4 — Poder Executivo, Subanexo 4.05 — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Verba 3.0 00 — Desenvolvimento Econômico e Social, dos orçamentos da União para 1962 e 1963 (Lei nº 3.994, de 9 de dezembro de 1961), e do crédito especial cuja abertu-

tura fica autorizada no artigo 87 disposto no artigo 8º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 86. Os recursos necessários à execução, nos exercícios de 1964 e 1965, dos serviços e obras constantes dos anexos à presente Lei, correrão por conta das dotações previstas no artigo 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959 e serão consignados no Orçamento Geral da União, para os respectivos exercícios, sem prejuízo do disposto no artigo 8º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959.

Art. 87. É o Poder Executivo autorizado a abrir à SUDENE crédito especial até Cr\$ 40.500.000,00 (quarenta bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) para a execução do Plano Diretor de que trata esta Lei, no exercício de 1963.

Art. 88. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## ANEXO I

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<b>1 — SETOR RODOVIÁRIO</b>			
Implantação básica, melhoramentos, pavimentação e obras de arte especiais nas seguintes rodovias integrantes da rede prioritária básica do Nordeste .....	5.957	7.195	7.571
<b>Estados e Rodovias</b>			
<b>a) Maranhão</b>			
BR-21 — Inclusive acesso ao pôr.o Itaqui .....	126	200	150
BR-22 .....	425	334	181
BR-24 .....	—	72	136
<b>b) Piauí</b>			
BR-22 — Inclusive obras de acesso e ponte sobre o rio Parnaíba .....	400	300	320
BR-8 .....	—	190	—
BR-18 .....	—	—	500
BR-44-A .....	—	200	200
BR-52 .....	250	180	—
<b>c) Ceará</b>			
BR-22 .....	30	150	15
BR-11 .....	100	30	—
BR-44-A .....	50	80	200
BR-23 (trecho Cratéus, Poranga, divisa do Piauí) .....	25	27	190
BR-13 — Inclusive ponte sobre o rio Jaguaribe .....	25	20	48
Rodovia Fortaleza-Maranguape-Bom Viagem (BR-44-A) Pedra Branca (BR-23) — Mombaça Acoiara-Iguatu (BR-24) — Várzea Alegre — Caririçu — Juazeiro do Norte — Santana do Cariri — Araripe — Campos Sales — BR-24 ...	130	180	200
<b>d) Rio Grande do Norte</b>			
BR-9 — Inclusive obras de acesso e ponte sobre o rio Piranhas .....	50	100	300
BR-11 .....	250	300	100
BR-53 .....	—	—	100
Estrada Mossoro-Luís Gomes .....	287	218	105
<b>e) Paraíba</b>			
BR-10 .....	200	300	420
BR-11 .....	260	250	—
BR-12 .....	100	140	100
BR-23 .....	150	150	300
BR-53 — Inclusive ponte sobre o rio Sanhauá e contorno da cidade de João Pessoa .....	100	100	250
<b>f) Pernambuco</b>			
BR-10 .....	400	220	—
BR-13 .....	—	—	250
BR-25 .....	299	600	441
BR-65 .....	—	100	350
BR-52 .....	127	138	150
<b>g) Alagoas</b>			
BR-11 — Inclusive ponte sobre o rio São Francisco .....	300	450	49
BR-10 .....	100	100	—
BR-26 .....	36	245	110
BR-65 .....	—	—	400
<b>h) Sergipe</b>			
BR-11 .....	233	100	45
BR-27 .....	70	270	300

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<b>D) Bahia</b>			
BR-5 .....	300	320	150
BR-13 — Inclusive ponte sobre o rio São Francisco .....	—	100	300
BR-28 .....	100	100	200
Interligação BR-4 — BR-63 entre Amar- gos — Santo Antônio de Jesus — Nazaré — São Roque .....	83	100	100
BR-40 — Trecho Lapa-Posse .....	40	57	71
BR-20 .....	30	40	40
<b>J) Minas Gerais</b>			
BR-41 — Trecho São Romão-Coração de Jesus-Montes Claros .....	100	103	140
BR-3 — Trecho Corinto-Bocaiuva-Mon- te Claros-Janauba .....	120	206	168
BR-42 — Montes Claros-Salmás .....	50	40	57
Trecho Montes Claros-Pirapora .....	41	50	100
<b>2 — SETOR PORTUARIO</b>			
Contribuição para construção do Porto de Arela Branca, recuperável de acordo com o que estabelece a presente Lei .....	300	450	450
<b>Total geral .....</b>	<b>5.957</b>	<b>7.345</b>	<b>7.721</b>

**ANEXO II**  
*Eletificação*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<b>1 — DESPESAS DIRETAS</b>			
Despesas de qualquer natureza para estu- dos projetos e obras de geração, trans- missão e distribuição de energia elétrica nos sistemas:			
a) Sistemas Regionais autônomos:			
I — Sistema do Maranhão .....	636	970	1.093
II — Sistema do Piauí .....	631	732	745
Ampliação do serviço de energia elétrica de Teresina .....	100	—	—
III — Sistema de Fortaleza			
a) Despesas de qualquer natureza com a construção da linha de transmissão da subestação de Milagres a Fortaleza .....	1.376	1.000	—
b) Despesas de qualquer natureza com a ampliação da subestação de Milagres .....	330	200	—
c) Despesas de qualquer natureza com a subestação de Banabuiu .....	600	600	—
d) Despesas de qualquer natureza com a subestação de Fortaleza .....	524	500	—
IV — Sistema Centro-Norte do Ceará ..	120	180	240
V — Sistema Cariri-Ceará .....	400	210	290
VI — Sistema Rio Grande do Norte .....	1.504	1.166	1.674
VII — Sistema São Francisco .....	250	300	350
VIII — Sistema Senhor do Bonfim .....	700	750	650
IX — Sistema Catu .....	263	358	400
X — Sistema Rio Pardo (Usina Inho- lim) .....	450	850	1.000
XI — Sistema Paraguassú (Usina Fer- tin) .....	395	500	500
XII — Sistema Sisai .....	280	190	180
XIII — Sistema Funil .....	240	230	250
XIV — Sistema Minas Gerais (Três Marias, Montes Claros, Coração de Jesus) .....	654	425	465
b) Sistemas Menores:			
I — Sistema Paraíba			
a) Alto Sertão, inclusive interligação Milagres-Cajazeiras .....	700	200	200
b) Cariri .....	300	200	200
c) Brejo Curimatá .....	200	200	100
II — Sistema de Pernambuco .....	580	220	190
III — Sistema de Alagoas .....	420	388	320
IV — Sistema de Sergipe .....	373	250	312
V — Sistema Crato-Planalto do Ibi- paba .....	130	700	700
VI — Sistema do Araripe (Pe) .....	312	133	107
VII — Sistema Vale do Capibaribe .....	—	100	100
VIII — Sistema de Piranhas (AL) .....	40	40	—
IX — Sistema Rio-Gavião (BA) .....	100	80	100
X — Sistema Bananeiras (BA) .....	150	170	150
XI — Sistema Santa Inês (BA) .....	20	20	—

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<b>XII — Sistemas do Rio Grande do Norte a cargo do COSERN .....</b>	<b>200</b>	<b>100</b>	<b>130</b>
<b>c) Programas especiais:</b>			
I — Sistema Leste, em complementação a recursos do Fundo Federal de Eletri- ficação, previsto no Decreto nº 183-1961 ..	1.400	1.100	700
II — Pequenas comunidades, tanto quanto possível de conformidade com o art. 9º da Lei 1.004 de 24-12-1949 ajus- tado à destinação de 3% para o Ma- ranhão .....	3.000	1.000	500
<b>2 — DESPESAS GERAIS</b>			
a) Despesas de qualquer natureza inclusive para estudos e projetos, engenharia e supervisão, auxílios, subvenções e capital de giro para sociedades de economia mista .....	500	500	500
b) Subsídio aos consumidores de energia gerada em usinas térmicas na forma da lei nº 3.969 de 1961 .....	600	600	300
c) Subsídio aos consumidores de energia elétrica em usinas térmicas, na forma da lei nº 3.969, de 1961, nos exercícios de 1961 e 1962 .....	350	—	—
<b>Total geral .....</b>	<b>18.848</b>	<b>15.152</b>	<b>12.468</b>

**ANEXO III**

*Levantamento Sistemático e Aproveitamento de Recursos Naturais*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
<b>1 — Plano Cartográfico .....</b>	<b>514</b>	<b>821</b>	<b>701</b>
a) Carta Topográfica em 1:250.000 .....	281	456	456
b) Cobertura aerofotográfica em 1:70.000, mosaicos controlados, fotoíndices e co- pias fotográficas .....	173	231	116
c) Foto-interpretação .....	60	104	104
d) Equipamentos em geral, serviços de la- boratórios, estudos e projetos .....	20	30	25
<b>2 — Pesquisas e aproveitamento de recur- sos minerais .....</b>	<b>730</b>	<b>978</b>	<b>1.200</b>
a) Equipamento em geral e serviços de la- boratório .....	280	220	300
b) Mapeamento geológico, estudos de jaz- idas minerais, lavra experimental .....	120	300	400
c) Projeto de sal-gema em Sergipe-Alagoas em cooperação com o Fundo Especial das Nações Unidas .....	100	108	—
d) Participação através do FIDENE, em pesquisas minerais .....	200	350	500
e) Despesas de qualquer natureza para reaparelhamento do Laboratório da Produção Mineral em Campina Grande ..	30	—	—
<b>3 — Pesquisas Hidrológicas .....</b>	<b>140</b>	<b>190</b>	<b>225</b>
a) Rede hidrométrica e hidrologia geral ..	65	100	135
b) Rede de pesquisas meteorológicas .....	55	60	50
c) Experiências de chuvas artificiais no Ceará .....	20	30	40
<b>4 — Desenvolvimento de estudos e aprovei- tamento de caráter integral das grandes bacias fluviais da região semi-árida .....</b>	<b>2.212</b>	<b>1.577</b>	<b>1.617</b>
a) Bacia do Curú .....	103	100	100
b) Bacia do Acaraú .....	153	133	130
c) Bacia do Paraíba .....	30	20	20
d) Bacia do Itapicuru .....	40	20	30
e) Bacia do Apodi .....	50	50	50
f) Bacia do Moxotó .....	60	40	40
g) Bacia do Pajeú .....	60	50	50
h) Bacia do Vaza-Barris .....	98	40	50
i) Bacia do Parnaíba .....	349	209	214
j) Bacia do Jaguaribe .....	327	200	200
k) Bacia do Paraguassú .....	270	130	157
m) Bacia do Piranhas-Açu .....	100	150	188



Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
n) Bacia do Jequitinhonha .....	135	85	87
o) Bacia do Contas .....	100	50	50
p) Bacia do Pardo .....	100	50	50
q) Bacia do Capibaribe .....	100	100	100
r) Bacia do Poti .....	30	50	61
s) Bacia do Itapicuru (Bahia) .....	100	80	60
<b>Total geral .....</b>	<b>3.596</b>	<b>3.566</b>	<b>3.743</b>

## ANEXO IV

*Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Periferação de Poços*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Melhoria de pecuária .....	800	1.010	1.070
2 — Desenvolvimento da economia algodoeira .....	420	565	630
3 — Reflorestamento e fruticultura .....	150	215	340
4 — Ampliação da oferta de terras .....	1.000	1.250	1.200
5 — Aproveitamento de terras públicas próximas aos grandes centros urbanos .....	100	150	200
6 — Pesquisa e experimentação agrônômicas e mecanização e conservação de solos .....	940	1.480	2.000
7 — Extensão e organização rural .....	550	830	1.100
8 — Pesquisas econômicas e planejamento do setor agropecuario do Nordeste .....	60	80	100
9 — Para execução do projeto de irrigação do Rio Grande .....	100	200	100
10 — Irrigação no submédio São Francisco .....	373	500	215
a) Estudos e planejamento .....	285	120	120
11 — Plano de Aproveitamento das águas subterrâneas .....	1.185	1.810	2.110
<b>Total geral .....</b>	<b>5.963</b>	<b>8.210</b>	<b>9.185</b>

## ANEXO V

*Política de Industrialização*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Reaparelhamento da Indústria Têxtil .....	12	12	12
2 — Aproveitamento industrial do sal e águas-mais do Rio Grande do Norte .....	16	86	50
3 — Pesquisas relacionadas com problemas técnicos, econômicos e financeiros das indústrias da região, especialmente óleos, vegetais, couros e peles .....	30	40	50
4 — Participação da SUDENE através do FIDENE, no capital da sociedade que construirá e operará a salina técnica projetada para a zona salina do Rio Grande do Norte .....	300	200	—
5 — Participação da SUDENE, através do FIDENE, no capital da usina siderúrgica a ser construída na Bahia aproveitando gás natural como reductor .....	200	300	500
6 — Participação da SUDENE, através do FIDENE, no capital de empresas industriais, inclusive para absorver flutuações cambiais .....	500	750	1.000

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
7 — Despesas de qualquer natureza com a constituição e participação na capital de empresa de economia mista, com sede em Campina Grande, Estado da Paraíba, que a SUDENE deverá criar para exploração e industrialização de recursos minerais .....	200	300	500
<b>Total geral .....</b>	<b>1.258</b>	<b>1.688</b>	<b>2.112</b>

## ANEXO VI

*Desenvolvimento da Pesca*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Modernização da infra-estrutura de frigoríficos .....	180	150	110
2 — Adequação de portos .....	240	400	500
3 — Pesquisas de fomento .....	60	80	100
4 — Assistência às pescas continentais .....	50	70	100
5 — Integralização e aumento de capital da PENESA .....	340	340	260
6 — Desenvolvimento da pesca no Rio Grande do Norte, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema .....	200	200	150
<b>Total geral .....</b>	<b>1.070</b>	<b>1.240</b>	<b>1.220</b>

## ANEXO VII

*Racionalização do Abastecimento*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Armazéns e silos .....	320	286	270
2 — Centrais de Abastecimento .....	400	200	200
3 — Outros mercados urbanos e mercados rurais .....	80	100	130
4 — Estocagem de emergência .....	100	100	100
5 — Informações de Mercados .....	50	24	30
<b>Total geral .....</b>	<b>950</b>	<b>710</b>	<b>730</b>

## ANEXO VIII

*Ajuda Técnico-Financeira ao Artesanato*

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Pré-investimentos .....	5	7	9
2 — Instalação de cooperativas e ajuda a núcleos já existentes .....	20	30	45
3 — Ampliação do capital da ARTENE .....	25	25	20
<b>Total geral .....</b>	<b>50</b>	<b>62</b>	<b>74</b>

## ANEXO IX

## Serviços de Água Potável e Esgotos

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Abastecimento de água .....	5.639	5.618	7.880
A) Estudos e Projetos .....	250	250	375
B) Investimentos nas Capitais e no Interior:			
a) Maranhão .....	359	161	225
b) Piauí .....	557	714	998
c) Ceará .....	674	1.102	1.540
d) Rio Grande do Norte .....	420	464	649
e) Paraíba .....	477	644	900
f) Pernambuco .....	641	675	944
g) Alagoas .....	494	219	307
h) Sergipe .....	287	202	282
i) Bahia .....	1.192	935	1.307
j) Minas Gerais .....	288	252	353
2 — Esgotos Sanitários .....	1.235	3.162	5.679
A) Estudos e Projetos .....	375	500	625
B) Investimentos nas Capitais e no Interior:			
a) Maranhão .....	100	80	150
b) Piauí .....	100	354	665
c) Ceará .....	50	546	1.027
d) Rio Grande do Norte .....	50	230	433
e) Paraíba .....	100	319	600
f) Pernambuco .....	100	335	629
g) Alagoas .....	50	109	205
h) Sergipe .....	50	100	188
i) Bahia .....	150	464	872
j) Minas Gerais .....	100	125	235
Total geral .....	6.864	8.780	13.509

## ANEXO X

## Pré-investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano

1 — Ampliação e equipamento de escolas, agrícolas .....	200	200	100
2 — Formação de pessoal para indústrias .....	473	251	366
De conformidade com o artigo 9º da Lei nº 1.084, de 24 de dezembro de 1949, ajustado à destinação de 3% para o Maranhão:			
a) Ensino primário e educação de base .....	400	600	600
b) Formação de pessoal para os Estados e Municípios .....	100	45	100
c) Ensino técnico de nível superior e aperfeiçoamento de pessoal próprio .....	1.100	1.080	676
d) Realização de convênios com os organismos estaduais de planejamento .....	200	—	—
Total geral .....	2.473	2.276	1.842

## ANEXO XI

## Programa de Habitação Popular

Discriminação	Cr\$ Milhões		
	1963	1964	1965
1 — Contribuição da SUDENE, através do FIDENE, para projetos de habitação popular, inclusive financiados por instituições internacionais de crédito e elaboração dos projetos respectivos .....	500	1.000	1.500
Total geral .....	500	1.000	1.500

## ANEXO XII

## Colaboração da SUDENE com os Governos Estaduais

Discriminação	Cr\$ milhões
	1963
Execução de projetos a cargo dos Governos Estaduais, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União dos exercícios de 1962 e 1963, nos termos do artigo 84 desta Lei .....	882

Vai-se passar à votação das emendas.

Tratando-se de emendas das Comissões, deveriam ser votadas em globo salvo as de ns. 1 e 3, que receberam subemendas da Comissão de Finanças. Há, entretanto, sobre a mesa requerimentos de destaque de várias emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos e aprovados os seguintes Requerimentos:

## Requerimento nº 219, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 2 ao Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 220, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 2 ao Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — Aurelio Viana.

## Requerimento nº 221, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 5 ao Projeto nº 115-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 222, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 7, ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 223, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 8, ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 224, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 9, ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 225, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da seguinte emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 185-62. (nº 11) onze.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — Wilson Gonçalves.

## Requerimento nº 226, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 12 ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 227, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da emenda nº 13 ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 228, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da Emenda nº 18 ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 229, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da Emenda nº 21 ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 230, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da Emenda nº 22 ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 231, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerido destaque, para votação em separado, da Emenda nº 23 ao Projeto nº 185-62.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

## Requerimento nº 232, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento In-

terno, requerio destaque, para votação em separado, da Emenda nº 26 ao Projeto nº 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 233, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da Emenda nº 27 ao Projeto nº 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — Dinarte Mariz

#### Requerimento nº 234, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da Emenda nº 29 ao Projeto nº 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 235, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da Emenda nº 35 ao Projeto nº 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 236, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra "n", e 310, letra "b", do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da Emenda nº 38 ao Projeto nº 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 237, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado de emenda nº 39 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### Requerimento nº 238, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque para votação em separado, de emenda nº 40 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### Requerimento nº 239, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado da emenda 41 (segunda página 16-2.v coluna) ao Projeto 185 de 1962.  
Sala das Sessões em 28 de maio de 1963.

#### Requerimento nº 240, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado de emenda 41 (primeira página 16 — 1ª coluna) ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 241, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N, e 310, letra B, do Regimento In-

terno, requerio destaque, para votação em separado de emenda nº 42 ao Projeto nº 185 de 1962.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 242, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, emenda 43 ao Projeto 185 de 1962.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 243, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque para votação em separado, de emenda 45 ao Projeto nº 185 de 1962.  
Sala das Sessões em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 244, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N, e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, emenda 46 ao Projeto 185 de 1962.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 245, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra N, e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, de emenda nº 47 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### Requerimento nº 246, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra N e 310, letra B, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da emenda nº 60 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino.

#### Requerimento nº 247, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, emenda nº 62 ao Projeto nº 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963 — João Agripino

#### Requerimento nº 248, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, de emenda nº 64 ao Projeto nº 185-63.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963 — Dinarte Mariz

#### Requerimento nº 249, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da emenda nº 69, ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963 — João Agripino

#### Requerimento nº 250, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n, e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, de emenda nº 80 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### Requerimento nº 251, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n, e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da emenda nº 87 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### Requerimento nº 252, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n, e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, da emenda nº 116 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### Requerimento nº 253, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra n, e 310, letra b, do Regimento Interno, requerio destaque, para votação em separado, de emenda nº 122 ao Projeto 185-62.  
Sala das Sessões, em 28 de maio de 1963. — João Agripino

#### O SR. PRESIDENTE:

Dos requerimentos ora aprovados, ficam prejudicados os de ns. 220 a 240. O primeiro porque a matéria de que trata foi atendida, pelo Requerimento nº 219; e o segundo por tratar de matéria idêntica ao Requerimento nº 239.

Vamos proceder à votação dos emendas, ressalvados os destaques.  
Em votação as emendas nºs 1 — 6  
— 10 — 14 — 15 — 16 — 17 — 19 —  
20 — 24 — 25 — 28 — 30 — 31 — 32  
— 33 — 34 — 36 — 37 — 44 — 48 —  
49 — 50 — 51 — 52 — 53 — 54 — 55  
56 — 57 — 58 — 59 — 61 — 63 — 65  
— 66 — 67 — 68 — 70 — 71 — 72 —  
73 — 74 — 75 — 76 — 77 — 78 — 79  
— 81 — 82 — 83 — 84 — 85 — 86 —  
88 — 89 — 90 — 91 — 92 — 93 — 94  
— 95 — 96 — 97 — 98 — 99 — 100  
— 101 — 102 — 103 — 104 — 105 — 106  
— 107 — 108 — 109 — 110 — 111 —  
112 — 113 — 114 — 115 — 117 — 118  
— 119 — 120 e 121.

Os Senhores Senadores que aprovam as emendas enumeradas, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Estão aprovadas.  
São as seguintes as emendas aprovadas:

#### EMENDA Nº 4 (CF)

Acrescente-se ao art. 3º o seguinte parágrafo:

§ 9º O disposto no § 1º deste artigo não exclui o direito de as empresas privadas do nordeste de contratarem operações de financiamento diretamente com entidades financeiras estrangeiras ou internacionais.

#### EMENDA Nº 6 (CF)

Acrescente-se ao art. 8º, § 3º a seguinte alínea:

c) três anos, em parcelas anuais, — equivalentes a um terço do respectivo valor total para as ações preferenciais previstas nos §§ 1º e 2º do art. 4º desta lei, contando-se o prazo a partir da data da amortização da última parcela dos financiamentos exteriores contratados.

#### EMENDA Nº 10 (CF)

Acrescentem-se ao artigo 16 do Projeto os seguintes parágrafos:

§ 1º Quando se verificar pluralidade de estabelecimentos, será reconhe-

cido o direito à isenção ou à redução do imposto e adicionais, conforme o caso, em relação aos rendimentos dos estabelecimentos instalados na área de atuação da SUDENE.

§ 2º Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, as empresas interessadas deverão demonstrar, na sua contabilidade, com clareza e exatidão, os elementos de que se compõem as operações e os resultados do exercício de cada um dos estabelecimentos que operem na área de atuação da SUDENE.

#### EMENDA Nº 14 (CF)

A alínea "a" do art. 24:

Substitua-se a expressão "por indicação da Secretaria da SUDENE" pela seguinte: "por indicação de qualquer dos seus membros ou da Secretaria Executiva".

#### EMENDA Nº 15 (CF)

Ao art. 26, alínea c, dê-se a seguinte redação:

"c) fornecimento gratuito de gêneros e objetos de uso pessoal, de primeira necessidade, nas obras e serviços de emergência, as pessoas inválidas incapacitadas, viúvas, mulheres sem arrimo e velhos de idade superior a 60 (sessenta anos), mediante previo alistamento, para efeito de controle e fiscalização dos serviços".

#### EMENDA Nº 16 AO PROJETO

A alínea "d", do art. 26, dê-se a seguinte redação:

"d) manutenção obrigatória de posto de venda de gêneros e objetos de uso pessoal de primeira necessidade nas frentes de trabalho, para fornecimento direto e exclusivo ao pessoal em serviços ou obras, a preço de custo".

#### EMENDA Nº 17 (CF)

Ao Art. 42 dê-se a seguinte redação:

"Art. 42. A SUDENE manterá escritório em cada um dos Estados cujo território esteja totalmente compreendido na área de sua jurisdição e quando do necessário a execução dos serviços que lhe são afetos, em qualquer ponto do território nacional".

#### EMENDA Nº 19 (CF)

Dê-se ao art. 50 a seguinte redação:

"Art. 50. Ficam isentos de todos os impostos e taxas federais os atos de constituição, incorporação ou fusão de sociedades de economia mista, encarregadas da execução ou administração de serviços e obras constantes do Plano Diretor e de que a União, os Estados do Nordeste ou a SUDENE venham a participar com a maioria das ações do capital com direito a voto".

#### EMENDA Nº 20 (CF)

Ao § 1º do art. 62:  
Onde se lê: 10 (dez) anos.  
Lea-se: 20 (vinte) anos.

#### EMENDA Nº 24 (CF)

I — Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a execução das obras e serviços destinados à complementação e reequipamento do Porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Fica consignada, para os serviços e obras referidos neste artigo, a verba de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para o corrente exercício; Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para o exercício de 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para o exercício de 1965



II — Alterem-se, em consequência, o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 25 (CF)

I — Inclua-se, onde couber:

Art. A SUDENE providenciar a execução de serviços e obras de irrigação nos vales dos rios Piancó e Piranhas, no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. Fica consignada, para os serviços e obras referidos neste artigo, a verba de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para o corrente exercício; Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para o exercício de 1965.

II — Alterem-se, em consequência, o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 28 (CF)

Inclua-se onde couber:

Art. ... O traçado da BR-12, constante do Plano Rodoviário Nacional, no trecho correspondente ao Estado do Rio Grande do Norte, passa a ser o seguinte: Natal — Macajuba — Tangará — Santa Cruz — Currais Novos — Acaraí — Jardim do Seridó — Caicó — Serra Negra, entroncamento na BR-23, em Pombal.

#### EMENDA Nº 30 (CF)

Acrescente-se, onde couber:

Art. ... Ficam isentos do pagamento do imposto sobre a renda, até 1970 inclusive, a contar da data da publicação desta lei, os agricultores e pecuaristas situados nas zonas semi-áridas do Polígono das Secas definida pela SUDENE.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo é restrita às rendas provenientes, exclusivamente, das atividades rurais.

#### EMENDA Nº 31 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE, através dos órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecida pelas barragens já construídas e pela usina hidroelétrica do São Francisco, para atender aos serviços de irrigação na zona rural.

#### EMENDA Nº 32 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Os índices de gravidade das secas, fixados no § 2º do art. 87 da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, passam a ser os seguintes: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, 10; Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 8; Bahia, 6; Minas Gerais, 4.

#### EMENDA Nº 33

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE aproveitará para os fins de colonização, as terras úmidas de cada Estado do Polígono das Secas, dando preferência àquelas onde existem águas correntes e perenes.

#### EMENDA Nº 34 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE e os órgãos federais incumbidos de realizar as obras e os serviços constantes do Plano Diretor e do Plano de Combate aos Efeitos das Secas somente poderão delegar a sua execução aos Estados e Municípios, mediante convênio, quando não lhes for possível a direta execução dos mesmos.

#### EMENDA Nº 36 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Os recursos outorgados pela Constituição, no seu art. 193,

ressalvado o disposto no § 1º do mesmo artigo, serão aplicados rigorosamente na execução do Plano de Combate aos Efeitos das Secas, adotado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), assegurada a preferência dos serviços e obras de construção de barragens, perfuração de poços tubulares e irrigação.

§ 1º As obras e serviços de irrigação, previstos nessa lei serão executados com urgência, aproveitando-se, preferencialmente, a água das barragens já construídas e a dos rios por elas perenizados.

§ 2º Os serviços e obras referidas neste artigo serão acompanhados e fiscalizados pela SUDENE.

#### EMENDA Nº 37 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... É mantida a autonomia administrativa dos Departamentos ou órgãos Federais na região nordestina no tocante às obras e serviços de sua especialização técnica, obedecidas, porém, as diretrizes gerais estabelecidas pela SUDENE e ressalvada a esta a faculdade de livre fiscalização.

Parágrafo único. As diretrizes gerais a que se refere este artigo, para desenvolvimento do Nordeste, serão encaminhadas, anualmente, aos órgãos ou Departamentos Federais competentes para execução das obras e serviços constantes das mesmas.

#### EMENDA Nº 44 (CF)

I — Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a ampliação e equipamento da Escola de Agronomia de Areia Escura, em Areia, no Estado da Paraíba, ficando, para isso, consignadas as verbas de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no corrente exercício; Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1965, destacando-se da verba global.

II — Inclua-se no Anexo X:

e) Ampliação e equipamento da Escola de Agronomia de Areia Escura, em Paraíba — 1963 — 1964 — 1965 — 50 — 50 — 50.

III — Aumente-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 48 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Todas as verbas destinadas por esta Lei e pelas leis e decretos anteriores à execução do Plano Diretor da SUDENE serão postas à disposição dos órgãos competentes e especializados já existentes, em funcionamento no Nordeste tendo-se em vista a natureza e finalidade dos aludidos recursos financeiros e a competência específica de cada órgão.

§ 1º Os saldos verificados no encerramento de cada exercício financeiro serão contabilizados pela Contadoria-Geral da República como "Restos a Pagar" mas continuarão à disposição dos órgãos Federais a que se destinam, podendo ser por estes movimentados para execução dos serviços e obras do Plano Diretor, independentemente de autorização.

§ 2º A execução dos serviços e obras constantes do Plano, a que se refere este artigo, será acompanhada e fiscalizada pela SUDENE.

#### EMENDA Nº 49 (CF)

Ao Anexo I

1) Setor Rodoviário

b) Minas Gerais

I) Inclua-se:

II) Alterem-se em consequência, o

BR-70 — Trecho Espinosa-Rio Par-  
do — 1963 — 1964 — 1965.

Salinas-Rubehta.Limite do Polígono das Secas (Itapóre) — 100 — 100 — 100.

II) Alterem-se, em consequência, e total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 50 (CF)

Ao Anexo I

I — Setor Rodoviário

I) Acrescente-se:

1) BR-3 — Trecho Divisa de Minas Gerais-Urandi-Caeté — 100 — 200 — 200.

2) BR-11 — Trecho Divisa de Sergipe-Terra de Santana — 200 — 100 — 100.

3) BR-47 — Trecho Campinho-Boa Nova — 120 — 120 — 120.

4) Estradas Prioritárias do Nordeste:

a) Brumado-Maracás-Milagres — 100 — 100 — 100;

b) Algodão-Itapipau-Itagiba-Cajazeira-Ibitupan — 100 — 100 — 100.

II) Alterem-se em consequência, e total do Anexo e o crédito especial a que se refere o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 51 (CF)

Ao Anexo I — Setor Rodoviário

i) Bahia:

I — Inclua-se:

I — BR-12, trecho Paulo Afonso — Caldas d. Cipó — 50 — 100 — 100.

II — Ligação BR-12 — BR-13, trecho Ribeira de Pombal — Tucano — 40 — 50 — 60.

II — Alterem-se em consequência, e total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 52 (CF)

Ao Anexo I

I — Setor Rodoviário

Estados e Rodovias

Alagoas:

I) Onde se lê:

BR-11 — Inclusive ponte sobre o Rio São Francisco — 300 — 450 — 49.

Leia-se:

BR-11 — Inclusive ponte sobre o Rio São Francisco — 400 — 550 — 150

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 53 (CF)

Ao Anexo I

Setor Rodoviário

G). Alagoas:

I — Onde se lê:

— 1963.

BR-26 — 33.

Leia-se:

— 1963.

BR-26 — 200.

I — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 54

Ao Anexo I

Setor Rodoviário

I) Onde se lê:

L) Sergipe — 1963 — 1964 — 1965.

BR-11 — 233 — 100 — 45.

BR-27 — 70 — 270 — 300.

Leia-se:

L) Sergipe — 1963 — 1964 — 1965.

BR-11 — Inclusive construção dos

acessos a Riachuelo e São Cristóvão

— 400 — 300 — 300.

BR-27 — 200 — 300 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o

total do Anexo e o crédito especial de

que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 55 (CF)

No Anexo I

1) Setor Rodoviário

Estados e Rodovias

I) Onde se lê:

f) Pernambuco:

BR-10 — 400 — 200 — —.

BR-13 — — — — — 230.

BR-25 — 299 — 600 — 441.

BR-65 — — — 100 — 350.

BR-52 — 127 — 138 — 150.

Leia-se:

BR-10 — 400 — 220 — —.

BR-13 — 400 — 700 — 500.

BR-25 — 300 — 650 — 450.

BR-65 — — — 200 — 450.

BR-52 — 127 — 238 — 250.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 56 (CF)

Ao Anexo I

I — Setor Rodoviário

e) Paraíba

I) Inclua-se:

BR-9 — inclusive obras de acesso e ponte sobre o Rio Piranhas — Cr\$ 100 milhões para 1963; Cr\$ 150 milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões para 1965.

II) Eleve-se:

BR-12 de Cr\$ 100 para Cr\$ 150 milhões em 1963; de Cr\$ 140 para Cr\$ 200 milhões para 1964 e de Cr\$ 100 para 200 milhões para 1965.

BR-23 de Cr\$ 150 para Cr\$ 250 milhões em 1963; de Cr\$ 150 para Cr\$ 300 milhões em 1964 e de Cr\$ 300 para Cr\$ 500 milhões em 1965.

BR-53 — inclusive ponte sobre o Rio Sanhaú e contorno da cidade de João Pessoa — de Cr\$ 100 para Cr\$ 150 milhões em 1963; de Cr\$ 100 para Cr\$ 200 milhões em 1964 e de Cr\$ 250 para Cr\$ 400 milhões em 1965.

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do projeto.

#### EMENDA Nº 57 (CF)

Anexo I — Setor Rodoviário

e) Paraíba:

I) Inclua-se:

— Ligação BR-12-BR-10. Monteiro-Coxixola-Cabaceiras-Carnoió, inclusive ponte sobre o Rio Cabaceiras — Cr\$ 100 milhões para 1963; Cr\$ 200 milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões para 1965.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 58 (CF)

Ao Anexo I — Setor Rodoviário

e) Paraíba:

Onde se diz: BR-23

Diga-se: BR-23 inclusive ponte sobre o rio de São Mamede e ponte sobre o rio Espinhanas, na cidade de Patos, no bairro São Sebastião.

#### EMENDA Nº 59 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

C — Ceará:

I — Destaque-se dois trechos, os quantitativos abaixo indicados, na Rodovia Fortaleza-Maranguape-Boa Viagem (BR-44-A) — Pedra Branca (BR-23) — Mombaça, etc., do seguinte modo:

1963 — 1964 — 1965

a) Trecho Boa Viagem (BR-44-A) — Pedra Branca (BR-23) — Mombaça-Acopiara-Iguatu — (BR-24).

Várzea Alegre-Carriacua-Joaquim do Norte-Crato — 200 — 250 — 250.  
Aracho-Crato-Santana do Cariri-Pontegui-Araripe-Campos Sales .. (BR-24) — 100 — 150 — 150.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 61 (CF)

Ao Anexo I — Transporte

1 — Setor Rodoviário

a) Rio Grande do Norte:

I) Inclua-se:

BR-11, inclusive contorno da cidade e acesso ao porto de Natal e pontes sobre os rios Seridó (Jardim do Seridó) e Espinhares (Serra Negra) — 200 — 350 — 600.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 63 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

Estados e Rodovias

d) Rio Grande do Norte:

I) Onde se lê:

BR-11 — 350 — 500 — 500.

Leia-se:

BR-11, inclusive contorno da cidade de Natal até a Estação Rodoviária e despesas de qualquer natureza, e desapropriação — 500 — 700 — 800.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 65 (CF)

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário

b) Piauí:

I) Onde se lê:

	1963	1964	1965
BR-8 .....		190	
BR-13 .....			500
BR-44-A .....		200	200

Leia-se:

BR-8 .....	100	190	100
BR-13 .....	100	100	500
BR-44-A .....	100	200	200

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 66

Ao Anexo I

2 — Setor Portuário

I) -- Inclua-se:

Contribuição para melhoramentos e ampliação do porto de Macaé — 100 — 300 — 300.

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 67 (CF)

Ao Anexo I

2 — Setor Portuário

Inclua-se:

I — Reparelhamento e melhoramentos no porto de Recife — 300 — 500 — 500.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 68

Ao Anexo I

2 — Setor Portuário

Inclua-se:

I) Contribuição para construção e reaparelhamento do porto de Macaé, recuperável de acordo com o estabelecido para o porto de Areia Branca (art. 62) — 150 — 350 — 450.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 70 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

2 — Despesas Gerais

b) Subsídios aos consumidores de energia das usinas termicas, na forma da Lei nº 3.969, de 1961.

I) Onde se lê: — 1963 — 1964 — 1965 — 600 — 630 — 300.

Leia-se: — 1963 — 1964 — 1965 — 1.300 — 1.000 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 71 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

2 — Despesas Gerais:

a) Inclua-se:

b) Subsídios aos consumidores de energia gerada em usinas termicas e pagamento de deficit operativo nas cidades de Teresina e São Luiz, de acordo com os critérios estabelecidos para Natal e Fortaleza. — 600 — 800 — 1.000.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87.

#### EMENDA Nº 72 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

b) Sistemas Menores

1) Inclua-se:

XII — Sistema do Nordeste — BA — (Paulo Afonso — Geremoabo — Antas — Cicero Dantas — Ribeira de Pombal — Tucano), 80 milhões para 1963, 160 milhões para 1964 e 200 milhões para 1965.

XIII — Sistema do Baixo Nordeste — BA — (Alagoinhas — Inhambupe — Olindina — Cipó) para 1963, 50 milhões, para 1964, 60 milhões para 1965, 80 milhões.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 73 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

b) Sistemas Menores

III — Sistema de Alagoas:

I — Aumente-se para: 600 — 650 — 700.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 74

Ao Anexo II — Eletificação

b) Sistemas Menores

I) Onde se lê:

1963 — 1964 — 1965  
IV — Sistema de Sergipe: 373 — 250 — 312.

Diga-se:

1963 — 1964 — 1965

IV — Sistema de Sergipe inclusive construção da rede de distribuição na cidade de Simão Dias — 430 — 250 — 312.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 75 (CF)

Ao Anexo II

(Eletificação)

I) Inclua-se:

Sistema Quixadá  
Despesas de qualquer natureza com as linhas de transmissão secundaria de Banabuiu a Sanador Pompeu, Pedra Branca e Mombaca e de Banabuiu a Limceiro e demais cidades do Baixo Jaguaribe, inclusive estações abastecedoras — 200 — 300 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 76 (CF)

ANEKO II

1 — Despesas diretas

Despesas de qualquer natureza etc.

b) Sistemas Menores

I) Onde se lê:

II — Sistema de Pernambuco — 500 — 220 — 190.

Leia-se:

II — Sistema de Pernambuco — 600 — 300 — 180.

II) Anexo III

Onde se lê:

4) Desenvolvimento, etc.

5) Bacia do Capibaribe — 100 — 100 — 100.

Leia-se: Bacia do Capibaribe — 150 — 150 — 150.

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 77 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

b) Sistemas Menores

1) Sistema Paraíba.

I) Substitua-se pelo seguinte:  
a) Alto Sertão, inclusive irrigação Milagres Cajazeiras e Brejo do Cruz — São Bento — Cr\$ 700 milhões para 1963; Cr\$ 400 milhões para 1964 e Cr\$ 500 milhões para 1965.  
b) Cariri, inclusive ligação São João do Cariri-Sumé Cr\$ 400 milhões para 1963; Cr\$ 400 milhões para 1964 e Cr\$ 400 milhões para 1965.

c) Brejo-Curimatã — Cr\$ 300 milhões para 1963; Cr\$ 300 milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões para 1965.

d) Sistema Cordeiros para eletrificação rural dos Rios Piancó e Piraúbas — Cr\$ 100 milhões para 1963; Cr\$ 200 milhões para 1964 e Cr\$ 100 milhões para 1965.

e) estações abastecedoras, linhas de transmissão e redes internas das cidades de Matã, São José da Lapa, Tapada Jericó, Uirauna, Lagoa Brejo dos Santos — Cr\$ 100 milhões para 1963; Cr\$ 100 milhões para 1964 e Cr\$ 50 milhões para 1965.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 78 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

1) Despesas Diretas

I) Onde se lê:

VI — Sistema do Rio Grande do Norte — 1.541 — 1.166 — 1.674.

Leia-se:

VI — Sistema do R. G. Norte, inclusive despesas de qualquer natureza com a construção de linhas das redes, inclusive de Mossoró e Caico, destacando-se 400 em 1961 para construção da linha Carrires Novos — Acari — Caico — 2.000 — 2.000 — 2.000.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 79 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

b) Sistemas Menores

I) XII — Substitua-se o texto pelo seguinte:  
"Sistema do Rio Grande do Norte, despesas de qualquer natureza com projeto, instalação, recuperação, reforma e ampliação de redes de distribuição, nas cidades servidas pela CHESF — 250 — 450 — 400."

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 81 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

I — Despesas Diretas

V — Sistema Cariri — Ceará

D) Acrescente-se o seguinte:

1963 — 1964 — 1965

c) Despesas de qualquer natureza com extensão de linhas de Paulo Afonso à cidade de Jaguaribe, Ceará, inclusive subestação transformadora, a cargo da CHESF — 172

d) Despesas de qualquer natureza com extensão de linha de Paulo Afonso para distribuição na zona rural irradiando de Jaguaribe, Ceará, bem como para alimentar estações de bombeamento d'água nos terrenos marginais do Rio Jaguaribe — 111

e) Despesas de qualquer natureza com a reforma da rede de distribuição de energia elétrica na cidade de Jaguaribe Ceará — 15

IV) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 82 (CF)

Anexo II (Eletificação)

I — Despesas Diretas

I) Substitua-se o item IV — Sistema Centro, Norte do Ceará e item V — Sistema Crato-Pianalto do Itapipaba pelo seguinte:

Sistema Crato-Pianalto de Itapipaba 1963 — 1964 — 1965

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Crato e Nova Russas — 70.000

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Roraima e Ipu — 117.000

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Açosa do Ceará, Piaçaguá, Ubajara, Itapipaba, São Benedito e Guaraciaba do Norte — 140.000 — 500.000

Despesas de qualquer natureza com estudos, produção, transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios de Santa Quitéria, Batoque, Tamboril e Ipueiras — 180.000

Despesas de qualquer natureza com o projeto e construção da linha de transmissão Banabuiu-Araras e sub-estação em Araras — 630.000 — 700.000

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 83 (CF)

Ao Anexo II — Eletificação

II — Despesas Diretas

III — Sistema de Fortaleza

I) Acrescente-se o seguinte:  
a) Despesas de qualquer natureza com o preparo do sistema elétrico da cidade de Fortaleza, a fim de receber a energia de Paulo Afonso, inclusive estudos obras civis e equipamentos destinados à subestação termica, reforma da rede de distribuição e mudança de frequência: 1963 — Cr\$ 1.400.000.000,00

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 84 (CF)

Ao Anexo II

Eletificação

a) Sistemas Regionais Autônomos:  
I) Acrescentem-se o seguinte item:

XV — Sistema Cariri (Rio Grande do Norte), inclusive despesas de qualquer natureza com reforma e ampliação da rede de distribuição das cidades de Pau dos Ferros, Alexandria, Luiz Gomes, Patu, Martins, Portalegre e Jardim de Piranhas — 200 — 500 — 800

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 85 (CF)

##### Ao Anexo II

##### Eletrificação

##### 1 — Despesas Diretas

Despesas de qualquer natureza para estudos, projetos, etc.

##### a) Sistemas Regionais Autônomos

##### I) Onde se lê:

Sistema do Piauí — 631 — 732 — 745

##### Leia-se:

Sistema do Piauí — 1.000 — 1.000 — 1.500.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 86 (CF)

##### Ao Anexo II

##### Eletrificação

##### 1 — Despesas Diretas

##### a) — Sistemas Regionais Autônomos

##### I) Onde se lê:

I — Sistema do Maranhão — 635 — 970 — 1093

##### Leia-se:

I — Sistema do Maranhão — 1000 — 1200 — 1500

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 88 (CF)

##### Ao Anexo II

##### Eletrificação

##### 1 — Despesas Diretas

##### I) Ao item X

Suprima-se a expressão: (Usina Inhobim)

##### II) Ao item XI

Suprima-se a expressão: (Usina Fertin)

#### EMENDA Nº 89 (CF)

##### Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

##### I) Onde se lê:

"3 — Pesquisas hidrológicas — 140 — 190 — 225"

##### Leia-se:

"3 — Pesquisas hidrológicas — 200 — 300 — 300"

##### II) Onde se lê:

"a) Rede hidrométrica e hidrologia geral — 65 — 100 — 135"

##### Leia-se:

"a) Rede hidrométrica e hidrologia geral — 125 — 210 — 210"

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 90 (CF)

##### Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

##### I — Inclua-se:

Bacia do Santo Antonio (Alagoas) — 100 — 100 — 100

Bacia do Camaragibe (Alagoas) — 100 — 100 — 100

Bacia do Manguaba (Alagoas) — 100 — 100 — 100

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 91 (CF)

##### Ao Anexo III

##### Item 4

##### 1) Onde se lê:

M) Bacia Piranhas-Açu — 100 — 160 — 168

##### Leia-se:

M) Bacia Piranhas-Açu, Despesas de qualquer natureza, inclusive obras no canal de alimentação da lagoa do Piauí — 200 — 300 — 500

2) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o artigo nº 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 92 (CF)

##### Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

4 — Desenvolvimento de estudos, etc.

##### I) Inclua-se:

b) Bacia do Umanema — 50 — 50 — 50

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 93 (CF)

##### Ao Anexo III

Levantamento sistemático e aproveitamento de recursos naturais

4 — Desenvolvimento de estudos e aproveitamento de caráter integral

##### Inclua-se:

I — Bacia e canal Santo Alberto, no Rio Grande do Norte, Despesa de qualquer natureza — 50 — 50 — 50

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 94 (CF)

##### Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia, etc ...

##### I) Onde se lê:

7 — Extensão e organização rural — 550 — 830 — 1100

##### Leia-se:

7 — Extensão e organização rural, inclusive financiamentos cooperativas de produção agrícolas e pastoris — 1500 — 2000 — 2000

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 95 (CF)

##### Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento e Integração dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

##### I — Exclua-se o item 9.

II — Remaneje-se para o item 10, ficando-se a seguinte redação:

"9 Irrigação no município São Francisco:

a) estudos e projeto — 285 — 120 — 120;

b) investimentos — 473 — 700 — 315;

III — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 96 (CF)

##### Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

I — Lê-se a seguinte redação ao item 11:

"11 — Plano de aproveitamento das águas subterrâneas, inclusive nas bacias sedimentares — 2000 — 2500 — 2500.

II — Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 97 (CF)

##### Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

I — Acrescente-se o seguinte item: Programa de recuperação do Vale do Pissu, no Estado de R. G. do Norte, a cargo da Fundação Pio XII — 100 — 100 — 100.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 98 (CF)

##### Ao Anexo IV

Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-árida e Perfuração de Poços.

##### I) Inclua-se:

12 — Piauí — irrigação no Parnaíba — 100 — 300 — 300.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 99 (CF)

##### Ao Anexo V

Política de Industrialização

##### Item 4:

Onde se lê: salina técnica.

Leia-se: salina única.

#### EMENDA Nº 100 (CF)

##### I) Ao Anexo V, inclua-se:

— Participação da SUDENE através do Fidene, nos Estudos, projetos e construção de uma usina de redução de minério de tungstênio e de pegmatita, no Município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte — 200 — 300 — 300

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que se refere o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 101 (CF)

##### Anexo V

Política de Industrialização

##### I) Inclua-se:

8) aproveitamento industrial do urânio no Estado de Pernambuco — 200 — 200 — 200.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 102 (CF)

##### Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

##### I) Onde se lê:

"1 — Modernização da infra-estrutura de frigoríficos — 180 — 150 — 110.

2 — Adequação de portos — 240 — 400 — 500.

5 — Integralização e aumento de capital da PENESA — 340 — 340 — 260".

##### Leia-se:

"1 — Modernização da infra-estrutura de frigoríficos — 300 — 300 — 200.

2 — Adequação de portos — 300 — 500 — 500.

5 — Integralização e aumento de capital da PENESA — 400 — 400 — 100".

II — Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 103 (CF)

##### Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

##### I — Modifique-se o disposto no item 6, para o seguinte:

6. Desenvolvimento da pesca no R. G. do Norte e Alagoas, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas — 200 — 200 — 200.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 104 (CF)

##### Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

##### I) Inclua-se:

1) Conclusão do entreposto de Mercado — Postos de recepção no litoral um frigorífico para pesca nas lagoas: 24 — 24 — 14

2) Pesquisa e fomento da pesca nas lagoas e em relação à lagosta no litoral: 1 — 8 — 8.

3) Fomento e aquisição de material e equipamento de pesca para aumentar a captura de pescado no litoral e interior: 68 — 68 — 69.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 105 (CF)

##### Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

##### I) Inclua-se:

Desenvolvimento da pesca em Alagoas, inclusive rede de frigoríficos — 200 — 200 — 200.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### EMENDA Nº 106 (CF)

##### Ao Anexo VI

Desenvolvimento da Pesca

##### I) Inclua-se:

7 — Desenvolvimento da pesca no Maranhão, inclusive construção e adaptação de portos pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema — 100 — 150 — 200.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.



## EMENDA Nº 107 (CF)

## Ao Anexo VI

## Desenvolvimento da Pesca

## I) Inclua-se:

7) Desenvolvimento da pesca no Estado de Pernambuco, inclusive construção e adaptação de portos, pesqueiros, construção e adaptação de frigoríficos e quaisquer outras despesas vinculadas ao problema — 200 — 200 — 200.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 108 (CF)

## Ao Anexo VI

## Desenvolvimento da Pesca

## I) Inclua-se:

— Despesas de qualquer natureza para o desenvolvimento da pesca na Paraíba — Cr\$ 250 milhões em 1963; Cr\$ 250 milhões para 1964 e Cr\$ 300 milhões para 1965.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 109 (CF)

## Ao Anexo VI

## Desenvolvimento da Pesca

## I) Inclua-se:

Para construção e adaptação do frigorífico da FRIPISA, em Campo Maior — Piauí — 100 — 100 — 100.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 110 (CF)

## Ao Anexo VII

## Racionalização do Abastecimento

## I) Onde se lê:

1 — Armazéns e silos — 320 — 230 — 270.

2 — Centrais de abastecimento — 400 — 200 — 200.

4 — Estocagem de emergência — 100 — 100 — 100.

## Leia-se:

1 — Armazéns e silos — 400 — 600 — 600.

2 — Centrais de abastecimento — 1.000 — 1.000 — 600.

4 — Estocagem de emergência — 500 — 500 — 500.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 111 (CF)

## Ao Anexo IX

## Serviço de Água Potável e Esgoto

## I) Abastecimento d'água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

## a) Alagoas:

I) Aumentem-se para — 700 — 600 — 600.

II) Alterem-se em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 112 (CF)

## Ao Anexo VII

## Racionalização do Abastecimento

## 2 — Centrais de Abastecimento

## Substitua-se pelo seguinte:

2 — "Centrais de Abastecimento, inclusive Centro de Abastecimento de Maceió Alagoas — 400 — 200 — 200.

## EMENDA Nº 113 (CF)

## Serviços de Água e Esgotos

## 1 — Abastecimento de água

b — Investimentos nas Capitais e no Interior.

## h) Sergipe

## I — Onde se lê:

1963 — 1964 — 1965

287 — 202 — 282

## Leia-se:

## h) Sergipe

1963 — 1964 — 1965

300 — 300 — 300

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 114

## Anexo IX

## Serviços de Água e Esgotos

## I) Inclua-se:

Para os Serviços de Abastecimento de água e esgoto, em Vitória da Conquista — Bahia — 500 — 500 — 500.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 115 (CF)

## 1) Abastecimento de água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

## I) Onde se lê:

f) Pernambuco — 641 — 675 — 944.

## Leia-se:

f) Pernambuco — 630 — 700 — 1000.

2) Esgotos Sanitários

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

## II) Onde se lê:

f) Pernambuco — 100 — 335 — 629

## Leia-se:

f) Pernambuco — 100 — 350 — 650

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 117 (CF)

## Ao Anexo IX

## Serviços de Água Potável e Esgotos

## I) Abastecimento de água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

## I) Onde se lê:

d) Rio Grande do Norte 420 — 464 — 649

## Leia-se:

d) Rio Grande do Norte, inclusive obras de conclusão da adutora de Calço e rede de saneamento da cidade, sendo Cr\$ 100.000.000,00, em cada exercício a Cr\$ 50.000.000,00, também nos três exercícios, para o abastecimento d'água de Parelhas — 600 — 700 — 800.

## II) Inclua-se:

Construção da adutora e serviços de abastecimento d'água da cidade de Currais Novos, proveniente do açude Marechal Dutra — 100 — 100 — 100.

III) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 118 (CF)

## Ao Anexo IX

## Serviço de Água Potável e Esgotos

## I — Abastecimento de água

b) Investimentos nas Capitais e no Interior:

## I — Onde se lê:

b) Piauí — 557 — 714 — 998

## Leia-se:

b) Piauí, inclusive obras de construção do serviço de abastecimento de água da cidade de Teresina — 650 — 1.100 — 1.300.

II — Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 19 (CF)

## Ao Anexo X

Pré-Investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano

## Onde se lê:

"De conformidade com o art. 9º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, ajustado à destinação de 3% para o Maranhão".

## Leia-se:

"Tanto quanto possível de conformidade com o art. 9º da Lei nº 1.004 de 24 de dezembro de 1949".

## EMENDA Nº 120 (CF)

## Ao Anexo X

Pré investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano

## I) Inclua-se:

Escola de Geologia de Pernambuco — 100 — 50 — 50.

Escola de Geologia de Salvador — 50 — 50 — 50.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

## EMENDA Nº 121 (CF)

## Ao Anexo X

Pré-investimentos diretamente ligados ao aperfeiçoamento do fator humano.

De conformidade com o art. 9º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, ajustado à destinação de 8% para o Maranhão.

c) Ensino técnico de nível superior e aperfeiçoamento de pessoal próprio. Destaque-se das verbas globais para 1963, 1964 e 1965.

1) Universidade do Rio Grande do Norte — 100 — 100 — 100.

2) Universidade da Paraíba — 100 — 100 — 100.

3) Universidade de Alagoas — 100 — 100 — 100.

## O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à votação das emendas destacadas, uma a uma.

Em votação a Emenda nº 1, originária da Comissão do Polígono das Secas, com subemenda da Comissão de Finanças. A subemenda tem preferência na votação.

## O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, havia requerido destaque desta emenda, precisamente para pedir ao Plenário que rejeitasse a subemenda, que tem, aliás, aspecto muito simpático. Estou inteiramente de acordo com a sua filosofia, mas há um aspecto que, a meu ver, escapou à douta Comissão de Finanças.

A Comissão do Polígono das Secas apresentou emenda consignando, para Serviços e Obras de Irrigação do Nordeste em 1963-64-65, as dotações de 2 bilhões de cruzeiros — 2 bilhões de cruzeiros — 2 bilhões de cruzeiros. A Comissão de Finanças alterou a redação, para incluir a construção de pequenos e médios açudes e barragens subterrâneas, em regime de cooperação.

Por isso, disse que estava inteiramente de acordo com a filosofia, mas ocorre que na dotação consignada ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a Comissão de Finanças aprova emenda determinando que essa dotação fosse respeitada e aplicada, preferencialmente, em andamento. De modo que fica a irrigação fora daquela dotação do D.N.O.C.S. Portanto, é para a irrigação que se deve consignar esses recursos, porque para a acudagem, há o recurso próprio do Departamento das Secas. Do contrário, estaríamos facilitando a

aplicação desses recursos para a irrigação, tão importante quanto o outro. A aprovação da emenda dará recursos, tanto para a irrigação quanto para a acudagem.

Esta é a razão pela qual pedi a rejeição da subemenda. (Muito bem).

## O SR. AURÉLIO VIANA:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, como signatário da emenda, deixo acrescentar à ponderação do nobre Senador João Agripino alguns pensamentos. O órgão planejador é a SUDENE, a captação de águas subterrâneas, o aproveitamento de águas de cursos perenes para irrigação, tudo isto implica no emprego de verbas vultosas. E a SUDENE arregaça, no seu órgão técnico, dos seus especialistas, procurará empregar o quantitativo necessário à captação de águas subterrâneas, como ao emprego daquelas permanentes para irrigação do Nordeste.

O nobre Senador João Agripino, foi claro e objetivo no seu pensamento. Já existem verbas destinadas à construção de açudes, noutras secas, noutras Departamentos.

Aprovada a emenda, mesmo assim poderia a SUDENE aplicar parte da verba, que a Comissão do Polígono das Secas propôs, a irrigação, no aproveitamento de águas de gratuitas açudes ou, então, na colaboração para a construção de grandes reservatórios.

Deixemos com o órgão planejador a distribuição dos recursos. De qualquer maneira, iremos desvirtuar completamente o objetivo que deu motivo à criação da SUDENE.

Sr. Presidente, não me demorei mais na tribuna justificando o destaque para aprovação da emenda, e rejeição consequente da subemenda.

Quero, porém, declarar ao Senado que o próprio Senador Dinarte Mariz aceitou os argumentos que lhe apresentamos e concordou com a aprovação da emenda da Comissão do Polígono das Secas.

Apelamos para o Plenário no sentido de que a mantenha, porque assim estaremos prestando um grande serviço à nossa Pátria e ao Nordeste brasileiro. (Muito bem)

## O SR. DIX-HUIT ROSADO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisto do orador) — Sr. Presidente, estou de acordo com a opinião do eminente Senador João Agripino e segundo também a opinião do nobre Senador pelo Estado da Guanabara.

Desejo somar a estas parcelas novos argumentos que me conduzem a apoiar a emenda da Comissão do Polígono das Secas, ao invés de apoiar a emenda da Comissão de Finanças. E que vislumbro, ao acrescentar essas verbas às possibilidades extraordinárias de três Regiões do Nordeste, regiões sedimentares, promissoras sobre outro aspecto, dentro da economia nacional, mas que a nós nordestinos interessam principalmente, por que contém, no seu bojo, a possibilidade de atenuar o sofrimento das regiões nordestinas. As regiões sedimentares de Piauí, do Rio Grande do Norte e da Bahia têm, no subsolo profundo, quantidades d'água que não podem ser calculadas senão depois de prosseguirmos nos estudos que já estão sendo feitos e também porque, a partir de 1962 quando a grande Comissão de geólogos americanos esteve no Nordeste, chefiada por Roderick Crandall e composta por Horace William e Harper, vislumbrou as nossas possibilidades, principalmente na região do vale do norte-rio-grandense.

Sr. Presidente, vivendo na região da planura do Apodi, compreendendo os seus problemas e sentindo a influência telúrica da minha amada região, não poderia deixar de apoiar, neste instante, os acréscimos e as emendas da Comissão do Polígono das Secas. Já vejo uma parte do proble-

ma das secas encaminhado dentro do aspecto da irrigação, arrancando, do subsolo profundo a água que o filloso espanhol afirmara ser o sangue da terra mais que já a adivinháramos muito antes pelo sofrimento e pelo que ela significa dentro da nossa vida.

O Ministro João Agripino, que também durante algum tempo viveu na região que discuto neste instante, não sei se influenciado também pelo contato iterado dos seus companheiros de Estado, se impressionou pelo que significava no futuro daquela região o aproveitamento da água do subsolo profundo. Foi ele quem convidou o Engenheiro Neiva de Figueiredo a levantar a ponta do véu e trazer para nós, daquela região, a solução e o milagre a que podíamos assistir. Depois que ele saiu do Ministério das Minas e Energia, em verdade, o projeto caiu como em ponto morto. Mas nós, que o ajudáramos, quando Ministro e éramos soldados desta campanha, não nos esquecemos. Num instante, e batemos a todas as portas. Eu, pessoalmente, amigo do Presidente da República, que o acompanhei em horas difíceis, levei o problema ao seu conhecimento. Despeitando-lhe o interesse, afirmava, entre outras palavras, que aquele que resolvesse arrancar do subsolo profundo do cretáceo de Mossoró para dessecar o seu povo e criar a riqueza, através da irrigação, mil anos na frente, o seu nome seria apontado na História da minha terra.

Era verdade que minha argumentação já se podia basear no perfil geológico que eu levava para mostrar ao Presidente da República. A Petróbrás perfurara, na região de Gangorra, um poço poeireiro. Além dos vestígios do ouro negro encontra a água salgada. Deste poço, acrescido de outros exames e estudos feitos por eminentes geólogos brasileiros e estrangeiros, levantamento feito também pelo Professor Wagler e Luciano Jacques de Moraes, compreendíamos que sonadas aquelas águas, já não dos intumescimentos no aprofundamento do problema como a do nobre Senador João Agripino afirmara. E que já não se tratava de água das crateras, mas era o acréscito pretecho, cheio d'água, no fundo da terra. Vinte por cento de trezentos bilhões de metros cúbicos de áreas saturadas de água, capazes de vir até a superfície para produzir o milagre da germinação e da riqueza da terra.

E' por isso, Sr. Presidente, que estou convencido que essa emenda é indubitavelmente uma das emendas de maior interesse para mim, nessa centena de emendas apresentadas pela Comissão de Finanças e pela Comissão do Polígono das Secas.

Na região granítica, em verdade, o ar não pode conduzir os perfuradores. Mas, depois que temos a sismologia, a magnetometria, a geologia e a hidrologia, já nos conduzimos dentro de itinerário previsto, o fácil de alcançar o fim.

Sei que aquele impulso generoso dado pelo eminente colega Senador João Agripino, agora já transformado num Convênio de que tenho, em mãos, a cópia será indiscutivelmente a velocidade inicial que levará aos planos do Apodi, às combanuras do Itaipu e aos altiplanos da Bahia a riqueza, através da irrigação nesta terra tão debatida como problema mas importante, das graves e terribes dificuldades do Nordeste do Brasil.

Amanhã ou depois voltarei à tribuna para falar sobre o Plano que discutimos desde ontem. Não quis falar sobre ele para não demorar, por um instante sequer, a sua aprovação. Amanhã, ou depois, debatarei todos os seus itens porque também tenho meu pensamento formado, através da experiência de homens de mais de cinquenta anos trabalhando os cam-

pos, minerando a terra, ajudando-a a crescer e a subir, para que possa também dignificar o Brasil.

E' por isso, Sr. Presidente, que nós, nordestinos, temos o dever de louvar, de pedir, de assinalar e de explicar, apelando a todos os homens do Sul, nos possamos dar a colaboração que precisamos e que necessitamos, não somente por nós, mas também pelo Brasil. (Muito bem. Muito bem. Palmas)

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o Sr. Sigefredo Pacheco.

**O SR. SIGEFREDO PACHECO:**

Desisto do uso da palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra o nobre Sr. Dinarte Mariz.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, diante dos argumentos apresentados pelos oradores que me antecedem, a Comissão de Finanças está de acordo em manter a emenda, rejeitando a subemenda.

**O SR. PRESIDENTE:**

Antes de prosseguirmos nos nossos trabalhos, esta Presidência tem a satisfação de anunciar aos Srs. Senadores a presença, na Casa, do Selecionado Brasileiro de Basquetebol, bicampeão mundial, assim constituído:

Presidente: Paulo Martins Meira  
Chefe: José Dias Pimenta de Melo  
Médicos: Drs. Nilton Paulito e Mário Camargo  
Mordomo: Francisco de Assis  
Massagista: Mele  
Técnico: Kanela  
Assistente-técnico: Moacir Daiuto  
Jogadores: Amauri — Vlamir — Ubiratan — Mosquito — Rosa Branca — Súcar — Fritz — Paulista — Jatir — Vitor — Menon e Waldemar  
Vice-Presidentes: Alfredo Colombo e Gentil Ribeiro

Presidente da Comissão de Transportes do Campeonato Mundial: Ari Santana

Jornalistas do Comitê dos Cronistas do Basquetebol: Kleber Pimenta (do Jornal dos Esportes), José Benatti (da Gazeta Esportiva) e Neri Coutinho (da Emissora Continental)

Estes deportistas, que receberam da Nação brasileira calorosos aplausos pela magnífica vitória que alcançaram e, na tarde de hoje, na Câmara dos Deputados, foram alvo de significativa manifestação dos representantes do povo, acabam de outorgar ao Presidente do Senado Federal a mais alta medalha de sua organização. Aqui comparecem eles incorporados, para agradecer a esta Casa do Congresso Nacional tudo quanto ela proporcionou para a realização do Campeonato Sul-Americano, do Campeonato Pan-Americano e do Campeonato Mundial de Basquetebol através da votação de verbas que aqui obtiveram o apoio unânime do Plenário.

Ao registrar a presença e o gesto de agradecimento desses bravos componentes do selecionado bicampeão do mundo, que tanto projetaram o nome do Brasil no exterior pelo seu esplêndido feito, pelo exemplar comportamento, pelo espírito de luta e entusiasmo demonstrados em todos os momentos na arena esportiva, esta Presidência os cumprimenta fraternalmente, em nome dos Srs. Senadores da República, e declara que esta Casa, na apreciação de matérias relacionadas com atividades que contribuem para o aprimoramento da raça e para elevar mais alto o nome do Brasil nos campos esportivos internacionais, retribuirá a cada oportunidade a sua dedicação a esta magnífica juventude que tanto tem feito no campo da cul-

tura física do nosso país (Palmas prolongadas).

Os aplausos do Plenário corroboram as palavras da Presidência.

Congratulo-me, mais uma vez, com estes valorosos rapazes e manifesto a presença de que mantenham sempre bem alto o nome do Brasil; que continuem sendo, na defesa das cores nacionais, os esportistas disciplinados e de grande espírito cívico que provaram ser; e que lutem na quadra com o ardor de quem está, efetivamente, de valor inalienável de sua raça, de sua gente.

Val-se prosseguir na votação.  
Tem a palavra o nobre Senador Argeiro de Figueiredo.

**O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:**

Sr. Presidente, apenas para declarar que me congratulo com a Comissão de Finanças pelo fato de haver reconsiderado seu Parecer a respeito da emenda e da subemenda em causa, fazendo prevalecer a emenda apresentada pelo eminente Senador Aurélio Viana.

Na verdade, esta emenda destina verba substancial para o serviço de irrigação no Nordeste e atende o Nordeste no que mais precisa para seu desenvolvimento econômico...

O Sr. Ruy Carneiro — Apoiado. Muito bem.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — ...razão porque estou de pleno acordo com a Emenda do nobre Senador Aurélio Viana.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a subemenda da Comissão de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa). Está rejeitada.

E' a seguinte a subemenda rejeitada:

Subemenda  
A Emenda nº 1, (C.P.S.)  
Onde se lê:

12 — Para serviços e obras de irrigação — 2.000 — 2.000 — 2.000. 2.000.

Leia-se:  
13 — Para serviços e obras de irrigação no Nordeste, inclusive construção de pequenos e médios açudes e barragens subterrâneas, em regime de cooperação — 2.000 — 2.000 — 2.000.

**O SR. PRESIDENTE:**

Rejeitada a subemenda substitutiva passa-se à votação da emenda definitiva da Comissão do Polígono das Secas.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte

**EMENDA Nº 1. — CPS**

a) Ao Anexo IV — Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-Árida e Perfuração de Poços.

Inclua-se:

12 — Para serviços e obra de irrigação do Nordeste: 2 bilhões de cruzeiros, em 1963;  
2 bilhões de cruzeiros, em 1964; e  
2 bilhões de cruzeiros, em 1965.

b) Aumente-se de 1 bilhão de cruzeiros o crédito especial previsto no art. 87, para a execução do Plano Diretor, no exercício de 1963.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 2, originária da Comissão do Polígono das Secas.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi o destaque desta emenda simplesmente para que pudessem ser vo-

tadas destacadamente as Emendas nºs. 1 e 3.

Sendo três as emendas da Comissão de Serviço Público Civil e desejando que fossem destacadas a primeira e a última, fui compelido a pedir destaque da Emenda nº 2, mas nada tenho a objetar quanto à sua aprovação. (Muito bem).

Em votação a Emenda nº 2.

**O SR. PRESIDENTE:**

Os Senhores Senadores que aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte

**EMENDA Nº 2 — CPS**

a) Ao Anexo IV — Reestruturação da Economia Agrícola, Desenvolvimento Integrado dos Grandes Vales da Região Semi-Árida e Perfuração de Poços.

Inclua-se:

13 — Para serviços e obras destinadas ao combate à erosão no Nordeste: 1 bilhão de cruzeiros, em 1963; 1 bilhão de cruzeiros, em 1964; e 1 bilhão de cruzeiros, em 1965.

b) Aumente-se de 1 bilhão de cruzeiros o crédito especial previsto no art. 87, para a execução do Plano Diretor, no exercício de 1963.

**O SR. PRESIDENTE:**

A Comissão de Finanças apresentou Subemenda à Emenda nº 3, da Comissão do Polígono das Secas. Esta subemenda tem preferência para votação.

Vou submeter à votação a Subemenda substitutiva da Comissão de Finanças à Emenda nº 3, da Comissão do Polígono das Secas.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi destaque dessa emenda para solicitação do Plenário a rejeição da subemenda da Comissão de Finanças à Emenda da Comissão do Polígono das Secas, que estabelece nova redação para o artigo 41, assim concebida:

"As Unidades de Engenharia Militar do Exército, poderão atuar em qualquer área da região definida no Art. 39 desta lei, para a execução de obras e serviços custeados ou suplementados através de recursos da SUDENE, mediante delegação deste órgão".

A Comissão de Finanças propõe esta outra redação:

"As Unidades da Engenharia Militar do Exército Brasileiro, sempre que não houver inconveniente, executarão, a juízo do Ministério da Guerra, serviços e obras de sua competência técnica na área de atuação da SUDENE.

Parágrafo único. A SUDENE indicará às autoridades competentes as obras e serviços constantes do Plano Diretor, a serem executados pelas unidades de Engenharia Militar e proverá o necessário à efetiva cooperação das mesmas no chamado Polígono das Secas".

A meu ver a Comissão de Finanças elaborou em equívoco, pois nenhum Grupoamento de Engenharia é subordinado ao Ministério da Guerra, mas, sim, ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Os Grupoamentos de Engenharia são apenas subordinados ao Ministério da Guerra na parte de disciplina militar. De modo que não cabe ao Ministério da Guerra, determinar serviços ou obras que o Grupoamento de Engenharia deve executar, mas, sim, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, ou à SUDENE desde que se disponha a executar esse serviço.

O dispositivo teve por objetivo aproveitar o Grupamento de Engenharia para a execução de determinadas obras que a SUDENE não quer executar diretamente, apesar de ter recursos próprios.

Cito um caso típico — o da perfuração de poços. A SUDENE precisa perfurar poços na área do Grupamento de Engenharia. É necessário, porém, que haja uma autorização legislativa, para que este órgão possa delegar esses recursos ao Grupamento de Engenharia, para que possa obter permissão para perfurá-los.

O Plano do Ministério da Guerra complica tudo. Se fosse do Ministério da Viação e Obras Públicas ainda se entenderia. Mas, do Ministério da Guerra, não tem sentido, foi um equívoco da Comissão de Finanças.

Por isso, Sr. Presidente, pleiteio a rejeição da subemenda da Comissão de Finanças e à Emenda da Comissão do Polígono das Sêcas. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

#### O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, verifique, pelas notas que tenho em meu poder, que a subemenda em causa teve inspiração minha e, se o Senado rejeitar, pezar-me-á profundamente, vou dar em poucas palavras as razões.

Ainda há poucos meses, vindo de minha terra Campina Grande, sede de um desses grupamentos de engenharia, verifiquei que ele está melhor equipado talvez, do que o Ministério da Agricultura ou mesmo o Ministério da Viação e Obras Públicas, para a execução de obras interessantes, para a região nordestina: construção de estradas, abertura de estradas, etc.

Entendi então, que devia dar uma orientação orgânica a esses serviços no Nordeste, incorporando aos trabalhos da SUDENE os serviços do Grupo de Engenharia do Exército. Parece-me, porém, que não seria possível essa incorporação sem reservar o lado disciplinar do Exército porque poderia ocorrer que esse Grupo de Engenharia, por uma razão de ordem militar, de segurança militar, fosse retirado, pelo Ministério da Guerra, de continuar prestando aqueles serviços inestimáveis à região. Daí porque apresentei a subemenda, com a seguinte redação:

"As unidades da Engenharia Militar do Exército Brasileiro sempre que não houver inconveniente, executarão a juízo do Ministério da Guerra, serviços e obras de sua competência técnica na área de atuação da SUDENE."

Parágrafo único. A SUDENE indicará às autoridades competentes as obras e serviços constantes do Plano Diretor a serem executadas pelas Unidades da Engenharia Militar, e proverá o necessário à efetiva execução das mesmas no chamado Polígono das Sêcas.

Realmente à primeira vista parece estranho falar-se em autorização do Ministério da Guerra "sempre que não houver inconveniente". A verdade, porém, é que a transferência da disciplina militar atenuar-se-á só o Ministério da Guerra poderia ficar inconveniente a prestação desses serviços, por parte do Grupo de Engenharia Militar, num País como o nosso, em que temos necessidade de técnicos, e muitas vezes os importamos de nações estrangeiras para a execução de determinados serviços especializados.

Não é possível deixar sem uma integração orgânica esse Grupo de Engenharia, ora aparelhado com máquinas excepcionais, doadas ou fornecidas pela "Aliança para o Progresso".

A parte de audiência do Ministério da Guerra vem apenas pelo cuidado que tive em ressaltar o aspecto da disciplina militar. Se houver, por exemplo, um caso de segurança nacional, em que o Ministro da Guerra entenda que os Grupos de Engenharia, espalhados pelo Nordeste, não devam prestar serviços senão na área militar, convoca-os e os retira da área de trabalho da região nordestina.

Minha preocupação foi exatamente dar aos engenheiros militares competência para ajudarem também no trabalho pela recuperação do Nordeste.

O Sr. Silvestre Péries — V. Exa. está certo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — A parte da autorização militar aqui referida está afeta apenas à disciplina, somente da competência do Ministro da Guerra. Parece-me que apenas razões disciplinares ou motivos de segurança nacional podem impedir que engenheiros militares, já pagos pela União, prestem serviços na região onde estão localizados, quando tanto necessitamos de técnicos e engenheiros.

Nestas condições, opino pela aprovação da subemenda apresentada pela Comissão de Finanças e pela rejeição da emenda. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Viana, para encaminhar a votação.

#### O SR. AURÉLIO VIANA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, como relator da Comissão do Polígono das Sêcas devo dar uma explicação e um esclarecimento à Casa.

A emenda surgiu inicialmente, de uma sugestão do Grupamento de Engenharia do Exército sediado na Paraíba. A área de atuação desse Grupamento era limitada. O próprio texto da Câmara limita a ainda mais, restringe-a. O poder de disciplina na mão e alcançado pela emenda, não é tocado pela emenda, porque a segurança nacional está acima de tudo. A emenda não obriga, possibilita a que o Grupamento de Engenharia atue não somente naquela época de calamidade pública, mas em todos os momentos. E o Grupo de Engenharia que está, inclusive, treinando quando constrói estradas, quando constrói pontes na paz, para as eventualidades de uma guerra que ninguém deseja. Recebe da Nação, trabalha.

Posso tranquilizar aqueles que, tendo na melhor das intenções, com o melhor dos objetivos, desejam preservar a disciplina militar. Esta já existe. Objetivo o testemunho de um homem experiente, de um militar que trabalhou, inclusive, como Comandante do IV Exército. Liderando esse movimento de aproveitamento dos Grupamentos Militares.

O Sr. Zacharias de Assumpção — Não há só técnicos. A mão-de-obra é recrutada no local.

O SR. AURÉLIO VIANA — S. Exa. declara que é um grupo de técnicos qualificados — a mão-de-obra é recrutada no local senhores e técnicos dos seus deveres para com a Pátria e para com o Exército Nacional. O nobre Senador e General Zacharias de Assumpção declara ainda que a disciplina militar não será ferida se for aprovada a subemenda que anexa a emenda da Comissão do Polígono das Sêcas.

O Sr. Zacharias de Assumpção — De acordo.

O SR. AURÉLIO VIANA — No verdade, eu cada vez me sinto mais orgulhoso, mais satisfeito de pertencer a

esta Casa. Aqui se debate mesmo e se chega a entendimentos. Aqui se esclarece mesmo e se conclui. Eu desejaria sinceramente, que estes argumentos resumidos, reduzidos, sintéticos, pudessem levar o nobre Senador Argemiro de Figueiredo a aceitar a emenda da Comissão do Polígono das Sêcas. Nós, também, se tivéssemos qualquer dúvida sobre um arranjo que traria a emenda à disciplina militar, seríamos dos primeiros a nos jogar contra a sua aprovação.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Atendo o apelo formulado por V. Exa.

O SR. AURÉLIO VIANA — Muito agradecido nobre Senador. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda substitutiva da Comissão de Finanças, à emenda nº 3 da Comissão do Polígono das Sêcas.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

Em votação a emenda nº 3.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Em votação a emenda nº 5.

Sobre a mesa requerimento de destaque do nobre Senador Dinarte Mariz, para a rejeição do parágrafo segundo da emenda nº 5, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

É lido o seguinte

#### Requerimento nº 254, de 1963

Nos termos dos arts 212, letra t e 310, letra c do Regimento Interno, requerio destaque para rejeição da seguinte parte da emenda nº 5 do Projeto de Lei da Câmara nº 187-62: § 2º Sala das Sessões, 29 de maio de 1962. — Dinarte Mariz.

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido tem preferência na votação. Em votação.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, também eu pedi destaque para esta emenda, a fim de solicitar a rejeição do parágrafo segundo, pois nele se estabelece ações preferenciais que assegure um dividendo de 6%, enquanto, no Art. 8º do projeto, se trata das mesmas ações preferenciais, com dividendos de 8%. Deste modo, se estabelece, em relação a certo tipo de empresa, um privilégio. Dois por cento de dividendos representam uma soma fabulosa, dentro de algum tempo. Contra esse privilégio é que me insurto e para ele pedi a atenção do nobre relator da matéria, tendo S. Exa. concordado em rejeitar esse parágrafo. Tem, assim, o destaque o objetivo de eliminar aquele parágrafo, sendo, no entanto, aprovada o restante da emenda. (Muito bem!)

#### O SR. DINARTE MARIZ:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, está explicado o pedido de destaque. Há uma espécie de privilégio dessa emenda sobre a outra, em relação aos dividendos: uma concede 3% de juros e a outra 6%.

Embora recusando esse parágrafo, fica prevalecendo o que consta no projeto, nivelando-se todos, sem privilégios.

Com tais esclarecimentos, creio que todos estão de acordo, em rejeitá-lo aprovando o requerimento de destaque, inclusive porque este recebeu o apoio da própria Comissão de Finanças. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de destaque.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Fica rejeitado o parágrafo segundo da emenda nº 5.

Em votação a emenda nº 5.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

É a seguinte a emenda aprovada:

#### EMENDA Nº 5 (CF)

Substitua-se o artigo 4º pelo seguinte:

Art. 4º. Ficam revogados os parágrafos 4º, 1º, 6º 7º e 8º do artigo 3º da Lei nº 5.950, de 14 de dezembro de 1951, e incorporado ao FIDEN, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (Quinhentos milhões de cruzeiros) a ser saído que o Poder Executivo foi autorizado a abrir pelo parágrafo 8º do mencionado dispositivo legal.

§ 1º Fica a cargo da SUDENE a manutenção da metade do valor dos equipamentos que não tenham sido do País, com esse caráter registado, adquiridos no exterior, por entidades que se comprometem a aproveitar a obra e totalmente matéria prima e mão-de-obra do Nordeste cuja produção não exceda 50% e a pagar por ela a metade da exportação reconhecida pelo FIDEN das embarcações beneficiadas, a pagar em moeda estrangeira com base em cruzados ao câmbio em vigor na data da aprovação dos respectivos projetos.

§ 3º. As interessadas nas beneficiadas dos parágrafos anteriores, com o prazo de 10 (dez) anos, poderão exercer a agricultura do Nordeste e a pecuária, no mínimo — 50% (cinquenta por cento) de sua produção.

§ 4º. O não cumprimento das obrigações do parágrafo precedente será considerado transgressão e impedirá o pagamento, pelas empresas beneficiadas, da diferença do imposto devido, obedecendo os termos do artigo 23, da Lei nº 3.955 de 14 de dezembro de 1951.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 7.

#### EMENDA Nº 7 (CF)

Dê-se ao artigo 15 a seguinte redação:

Art. 15. O valor das isenções de que tratam os artigos 13 e 14, bem como as reservas e lucros, serão anualmente incorporados ao capital social das empresas beneficiadas, e entre de pagamento de quaisquer impostos e taxas federais.

Em votação.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, esta Emenda, teve uma intenção salutar. Infelizmente, como redigida, impõe obrigações inaceitáveis, sendo a meu ver, inconstitucional.

O texto do Projeto estabelece que o valor das isenções das empresas do Nordeste será obrigatoriamente convertido em aumento de capital. Isso, para evitar que uma empresa se de pagar o imposto de renda e passe a usar aquele dinheiro luxuosamente na aquisição de automóveis ou coisas semelhantes, por exemplo.

A Emenda determina ainda que, além dessa incorporação, sejam feitas também, compulsoriamente, reservas do lucro anualmente incorporadas ao capital das empresas beneficiadas com a isenção de pagamento de impostos e taxas.

Tenho para mim que a intenção do autor da Emenda foi isentá-las do imposto de reserva de lucros, quando incorporadas. Mas, na verdade, determinou que fossem anualmente, incorporados; e uma lei não pode determinar a uma empresa que incorpore seus lucros; uma lei não pode determinar a uma empresa que não distribua os seus dividendos desde que a Assembleia Geral resolva distribuir. E há reservas que não podem ser incorporadas, de forma alguma; e há outras que são incorporáveis.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que a emenda precisa ser rejeitada, ficando apenas o dispositivo do projeto que obriga a incorporação da parte de imposto de que foi isenta a empresa.

E as considerações que queria fazer ao Plenário do Senado, para impedir a aprovação de texto legislativo que, a meu ver, é inconstitucional, qual o da obrigatoriedade de incorporar lucros, reafirmando inteiramente todas as regras de liberdade de administração de uma empresa. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o Regimento vamos continuar a votação da Emenda número 7.

Para continuação da votação das emendas, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária às 21 horas de hoje.

Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz.

#### O SR. DINARTE MARIZ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, esta emenda, senhores, tem o objetivo maior que se possa deixar, porque faz parte de uma lei que tem o objetivo maior de capitalizar o capital, e a maioria das suas emendas, assim como o capital, independentemente de pagar o imposto.

Mas como foi e se por equívocos publicados, corrigi a empresa, a incorporar o lucro, e como se capital, significava dizer que aqueles acionistas ou suas participações não poderiam retirar um cruzeiro de lucro, porque não se incorporava o capital.

Se fosse factível como era o espírito da Comissão, eu não seria realmente uma emenda que deveria merecer o apoio de todos e a mais justa possível. Mas como está redigida, acredito que não deve ser aprovada. Minha opinião como Relator, e no sentido de não, tendo havido equívoco, o destaque se torna necessário a fim de que seja rejeitada essa parte. (Muito bem).

#### O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, preside a Comissão de Finanças quando foram discutidas todas essas emendas e subemendas apresentadas ao Segundo Plano-Diretor da SUDENE.

Devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que lamento, neste instante, discordar do eminente Relator da matéria, o Relator que, a meu ver, está obrigado a esclarecer tudo aquilo que foi deliberado pela Comissão de Finanças.

A Comissão de Finanças apoiou esta emenda. A emenda, no meu entender, é das mais úteis.

Creio que o nobre Relator não atentou bem na emenda, escapando-lhe, assim, seu verdadeiro objetivo.

Trata-se de empresas que estão recebendo favores excepcionais do Governo, favores excepcionais do Congresso Nacional, de modo que esta é a razão por que se manda incorporar ao capital social das empresas beneficiadas, isentas de quaisquer pagamentos, as reservas técnicas das em-

presas. Isso vem significar que há o pensamento do autor da emenda, ou da Comissão de Finanças de se aumentarem os investimentos e o capital das empresas situadas no Nordeste. O objetivo é dar um caráter compulsório, forçar empresas que recebem benefícios, a investir cada vez mais na região. Esse, o objetivo da emenda. Isso foi o que a Comissão de Finanças aprovou.

Não há, data venia do eminente amigo e Relator da matéria, Senador Dinarte Mariz, nenhum equívoco. Essa foi a emenda aprovada pela Comissão de Finanças e exatamente por essas razões. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda número 7 originária da Comissão de Finanças.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Respetado o tempo regimental da sessão, convoco os Senhores Senadores para uma outra, extraordinária, às 21 horas de hoje com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA

1

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1962 (nº 4.698-B-62 na Casa de origem) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências, tendo Pareceres (nºs 190 a 192, de 1963) das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; — do Poder Judiciário, favorável, com as emendas que oferece, sob nºs 1 a 3 (CPS); — de Finanças favorável ao projeto e à emenda nº 2 (CPS); favorável com sugestões às de números 1 a 3 (CPS) e oferecendo as emendas nºs 4-CF a 122-CF.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 218, de 1963, pelo qual os Senhores Senadores Barros Carvalho, João Agripino, Daniel Krieger, Artur Virgílio, Mem de Sá (Líderes, respectivamente, da Maioria da Minoria, da UDN, do PTB e do PL) e Jefferson de Aguiar solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1963, que aprova o texto do Acórdão de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos).

### ATA DA 48ª SESSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 29 DE MAIO DE 1963

#### (Extraordinária)

#### PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA.

As 21 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena.  
Mourão Vieira.  
Zacharias de Assumpção.  
Cattete Pinheiro.  
Lobão da Silveira.  
Eugênio Barros.  
Victorino Freire.  
Joaquim Parente.  
Menezes Pimentel.  
Walfredo Gurgel.  
João Agripino.

Pessoa de Queiroz.  
Pinto Ferreira.  
Silvestre Péries.  
Rui Palmeira.  
Herbáido V. eira.  
Leite Neto.  
Aloysio de Carvalho.  
Josaphat Marinho.  
Eurico Rezende.  
Raul Gluberti.  
Aurelio Viana.  
Milton Campos.  
Nogueira da Gama.  
Nelson Maculan.  
Antônio Carlos.  
Atilio Fontana.  
Guido Mondim.  
Daniel Krieger.  
Mem de Sá.

#### O SR. PRESIDENTE.

A lista de presença registra o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a Sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 3º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é aprovada sem debates.

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há expediente a ser lido. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

#### O SR. EURICO REZENDE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, talvez seja estranho que numa sessão extraordinária, quando se encontra na pauta dos nossos trabalhos matéria cuja tramitação em Plenário foi iniciada na sessão ordinária, ocupe eu a tribuna impedindo talvez que em pó a leitura e aprovação da Ata se ingresse, de logo, no prosseguimento do exame de proposição tão relevante, de tão marcante importância, que seja a relacionada com a discussão e aprovação do novo plano da SUDENE.

Mas, Sr. Presidente, o assunto de que vou tratar é realmente urgente e para ele recorro a atenção do Plenário e, principalmente, a vigilância e a adoração de providências por parte da Comissão Diretora dos nossos trabalhos.

Recentemente discutiu-se, nesta Casa, projeto de resolução decorrente de parecer de comissão parlamentar de inquérito, a respeito da responsabilidade de uma firma poderosa que parece ter, não apenas relações de intimidade mas até mesmo conluios societários com os altos Poderes desta República. É a firma — e vamos direto, Sr. Presidente, abandonando a praia das palavras para agarrar o grão dos fatos — Cápuia & Cápuia, organização que em Brasília recebeu um quantitativo enorme de proteção, uma verdadeira procissão de benefícios e que, mais cedo do que se esperava, demonstrou a sua incapacidade técnica e já hoje, pelos fatos que vou enumerar, demonstrou também a absoluta ausência de escrúpulos e a idoneidade moral.

Foi aprovado, então, Projeto de Resolução autorizando a Comissão Diretora a promover as providências necessárias visando à apuração da responsabilidade e as ações de ressarcimento por prejuízos incalculáveis causados à Fazenda Pública.

Naquela tarde, Sr. Presidente, insisti muito em que se desmontasse para toda a opinião pública a expressão de mazelas que envolviam as atividades da firma Cápuia & Cápuia.

Usando do recurso regimental da obstrução, examinei detidamente a pesquisa, o estudo, a análise profunda realizada pelos órgãos investigatórios sob a presidência do nobre Senador Jefferson de Aguiar, e encarei à Mesa que uma vez aprovado o Pro-

jeto de Resolução, as medidas fossem tomadas de imediato, automaticamente.

Verificando, porém, que a decisão do Plenário ainda não havia surtido qualquer efeito prático, endeecei à Mesa requerimento de informações no sentido de a Comissão Diretora anunciar para o Plenário as medidas que por ventura houvesse adotado.

Hoje, Sr. Presidente, desejo revelar à Casa mais um fato, ou melhor, o ato final da tentativa da firma Capua & Capua para se afastar, para refugir-se da perseguição penal e civil da Justiça.

Recentemente, depois que o Plenário decidiu apurar a sua responsabilidade e adotar providências em obsequio da instalação da competente ação civil, para o ressarcimento da União Federal dos prejuízos constatados, a firma Capua & Capua, que — repito — tem raízes profundas na convivência fraternal, no convívio expúrio com vários setores da alta administração pública federal, endereçou um Ofício à Presidência do I.A.P.C. dizendo que, a partir da data daquele Ofício, cessaria todo e qualquer responsabilidade da sua parte, relativamente à construção civil que havia feito em Brasília.

Agora, Sr. Presidente, numa demonstração eloquente e até mesmo de desprezo e de omissão completa no que diz respeito aos seus deveres, insistindo na sua inadimplência, agora agressiva e afrontosa, a firma Capua & Capua prepara-se para rem ver de Brasília toda sua administração, todo o seu maquinário, todos os seus bens, abandonando esta Cidade para, com isso, dificultar qualquer procedimento judicial que contra ela se instaurar, por iniciativa da Mesa do Senado da República.

Sr. Presidente, naquela época — e aqui está o alentado processo — cuidava-se de responsabilizar a firma Capua & Capua pelo que havia acontecido no Bloco 50 da Asa Norte, que a honra das ruas de Brasília já se habituou a chamar, talvez na legitimidade e na autenticidade de uma expressão, de "Azar Norte de Brasília".

O Projeto de Resolução aprovado pelo Senado, estendeu as providências da Mesa a outros setores de atividade da firma Capua & Capua e agora, há poucos dias, o mesmo bloco 50, que havia recebido indigntos reparos da família da empresa, está evidenciando fissuras, rachaduras, distensões e contrações, acarretando um ambiente de receio, de medo e de pavor para as vinte e quatro famílias de servidores do Senado que nelas residem.

Estive em contato com o nobre Senador Cattete Pinheiro que, na ausência de titulares efetivos da Secretaria da Casa, tem sido de uma dedicação indormida, nas providências em favor da segurança dos funcionários da Casa, localizados naqueles blocos da Asa Norte. S. Exa. teve contato com várias autoridades do Grupo de Trabalho de Brasília, mas o fato, Sr. Presidente, é que nenhuma providência concreta foi alcançada ainda.

Aqueles vinte e quatro famílias lá se encontram, na expectativa da iminência de uma infortunistica, a desafiando a atenção mais vigilante da Administração da Casa.

Houve uma promessa de remoção daquelas famílias no dia de ontem. Essa promessa encheu de esperanças e propiciou uma sensação de segurança; mas, decorridas as quarenta e oito horas, a situação ainda permanece a mesma, aguardando que a Comissão Diretora dedique sua atenção mais instantânea, seus cuidados mais eficazes, para que desapareça, de uma vez por todas, a atmosfera de angústia e de sofrimento psicologicamente esmagadora, através das quais vinte e quatro famílias de pequenos servidores do Senado da República, vêm perpassar os dias e as noites, no dorso do



terror, caracterizado pela quase certeza de que o pior está para acontecer.

Com estas palavras, Sr. Presidente, que encerra uma denúncia com o fito de acelerar as providências da Mesa, no que tange ao Projeto de Resolução aprovado, manifesto aqui minha confiança em que se adotem, extrapolando qualquer formalidade burocrática, medidas eficazes, medidas cautelares em juízo, através de um sequestro judicial para que a firma Capua & Capua não concretize o seu propósito de remover de Brasília todos os seus bens aqui situados, bens talvez sejam suficientes para garantir a ação de ressarcimento por atividade ilícita por ela exercitada, na construção civil nesta Capital.

Deposto, Sr. Presidente, esta de nuncia na vigilância e na atenção da Mesa. Esse estado de coisas deve cessar, de uma vez por todas, sob pena de a Mesa Diretora dos nossos trabalhos se colocar numa posição muito incômoda, posição em que não desejamos vê-la, porque seria altamente comprometedora para as graves obrigações do Senado no episódio que passa.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer em favor da expectativa em que todos nos encontramos de que uma empresa absolutamente inidônea, quer sob o ponto de vista técnico, quer sob o ponto de vista moral, não receba o prêmio da impunidade. (Muito bem; muito bem. Palmas)

#### COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guionard.  
Vivaldo Lima.  
Arthur Virgílio.  
Sebastião Archer.  
Siegfried Pacheco.  
Antonio Juca.  
Wilson Gonçalves.  
Dix-Huit Rosado.  
Dinarte Mariz.  
Ruy Carneiro.  
Argemiro de Figueiredo.  
Barros Carvalho.  
Arnon de Melo.  
Dyllon Costa.  
Eduardo Catalão.  
Jefferson de Aquilar.  
Aarão Steinbruch.  
Vasconcelos Tôrres.  
Gilberto Marinho.  
Benedicto Valladares.  
Padre Calazans.  
Lineu Gomes.  
Moura Andrade.  
Jose Feliciano.  
Pedro Ludovico.  
Humberto Neder.  
Bezerra Neto.  
Amaury Silva (28).

#### O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.  
Estão na Casa 58 Srs. Senadores.  
Passa-se a

#### ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1962 (nº 4.696-B, de 1962, na Casa de origem) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e da outros providências, tendo Pareceres (nºs. 190 a 192 de 1963), das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constituinte; — de Política das Sisas, favorável, com as emendas que oferece, sob nºs. 1 a 3 (CPS); — de Finanças, favorável ao projeto e à Emenda nº 2 (CPS) e oferecendo as emendas nºs. 4-CF, a 122-CF.

A votação será reiniciada com a emenda nº 8. (Pausa).

Há sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

.....E' lido o seguinte :

#### Requerimento nº 255, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra t e 310, letra c, do Regimento Interno, requerio destaque para rejeição da seguinte parte da emenda nº 8, ao Projeto de Lei da Câmara nº 135-62 § 2º. Sala das Sessões, 29 de maio de 1963. — Dinarte Mariz.

#### O SR. PRESIDENTE:

“O nobre Senador Dinarte Mariz pede destaque do § 2º da Emenda nº 8 para rejeição.

O § 2º é o seguinte:

§ 2º A inobservância das disposições deste artigo acarretará a perda do direito a isenção ou redução tributária a que se referem os artigos 13 e 14.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado.

Em votação a emenda, suprimida a parte destacada, que se refere ao § 2º.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

E' a seguinte

#### EMENDA Nº 8 (CF)

Ao artigo 15:

Acrescentem-se os seguintes parágrafos:

§ 1º As empresas industriais ou Agrícolas beneficiadas pela isenção prevista no artigo 13, são julgadas a apresentar declaração de rendimentos, — anualmente, de acordo com a Legislação do Imposto de Renda em vigor.

#### O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à votação da emenda número 9, assim redigida:

#### EMENDA Nº 9 (CF)

Dá-se ao artigo 16 a seguinte redação:

“Art. 16. A SUDENE, mediante as cautelas que instituir, fornecerá as empresas interessadas declaração de que satisfazem as condições exigidas para o benefício da isenção a que se refere o artigo 13 ou da redução prevista no artigo 14, documento que instituirá o processo de reconhecimento, pelo Diretor da Divisão do Imposto de Renda do Direito das empresas ao favor tributário”.

Em votação a emenda.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pedi destaque desta Emenda porque, a meu ver, ela modifica o sistema atual da concessão de isenção, com evidente prejuízo e subversão hierárquica de autoridade.

A SUDENE, quando entende que uma empresa satisfaz às condições exigidas pela lei, para o benefício da isenção, submete o assunto à consideração do Conselho de Política Aduaneira, órgão legalmente investido de atribuições para opinar sobre toda e qualquer isenção.

Uma vez aprovado pelo Conselho de Política Aduaneira, é devolvido o processo à SUDENE, que elabora um decreto e o submete ao Presidente da República. Só depois de publicado o decreto a isenção se torna efetiva.

A Emenda modifica inteiramente esse sistema ou esse processo para mandar que a consulta da SUDENE seja submetida ao Diretor da Divisão do Imposto de Renda, para o reconhecimento da isenção do valor tributário.

Ora, Sr. Presidente o Diretor do Imposto de Renda não tem a atribuição de opinar sobre isenção de imposto. Em nenhuma lei se dá ao Diretor da Divisão do Imposto de Renda essa atribuição, e não se dá precisamente porque é natural que essa autoridade, pela própria condição do cargo que ocupa, seja contrária a toda e qualquer isenção. E' mesmo do interesse de seu Departamento que a renda seja sempre elevada porque, quanto mais elevada ela for, maior será a percentagem que se atribui a seus funcionários.

Não posso, pois, concordar em que se retire de um órgão específico para opinar, como o é o Conselho de Política Aduaneira, e se atribua ao Diretor da Divisão do Imposto de Renda, o direito de reconhecer se deve ou não ser dada a isenção.

Ora, Sr. Presidente, podemos recordar que todas as Mensagens que o Poder Executivo manda ao Congresso Nacional, propondo a isenção, são acompanhadas do Parecer do Conselho da Política Aduaneira. Se o Poder Executivo não ois encaminhar ao Congresso uma proposta de isenção sem a opinião desse Conselho, por isso mesmo é que, através do Processo do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE submete ao Conselho a declaração de que satisfazem as empresas os requisitos da Lei, com a proposta da isenção, e só depois do parecer favorável do Conselho da Política Aduaneira é que a SUDENE submete ao Presidente o decreto de isenção.

Então, queremos substituir um decreto de isenção da autoridade do Presidente da República por um despacho do Diretor da Divisão do Imposto de Renda! Imaginem es o Diretor da Divisão do Imposto de Renda entendendo, por força de não diminuir a renda, de negar as isenções. As empresas serão compelidas a ir à Justiça, porque a declaração da SUDENE de que satisfaz as exigências já é, *ipso facto*, a isenção concedida.

Por essas razões, Sr. Presidente, entendo que a emenda deve ser rejeitada. Não podemos dar ao Diretor da Divisão do Imposto de Renda atribuição que nenhuma lei até hoje deu. (Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 9. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovada.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

Sr. Presidente, peço a verificação da votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador João Agripino. (Pausa).

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam a Emenda nº 9. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram a Emenda nº 9 e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor da Emenda 22 Senhores Senadores e contra, 18.

Está confirmada a aprovação da Emenda.

Em votação a Emenda nº 11.

#### O SR. WILSON GONÇALVES:

Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. WILSON GONÇALVES:

(Para encaminhar a votação) — Não foi revisado pelo orador — Sr. Presidente e Srs. Senadores, solicitei o destaque da Emenda nº 11 exclusivamente com o propósito de retificar engano na sua composição.

Ela foi apresentada, na Comissão de Finanças, unicamente com cinco arti-

gos é, posteriormente, foi aceita outra emenda, que deu lugar ao § 6º do referido art. 17.

Acontece, Sr. Presidente, que o assunto a que se refere o § 6º desta emenda, está piço ao dispositivo do art. 18 do Projeto, e não ao do artigo 17.

No intuito de dar ao texto um sentido inteligível e de fácil interpretação, o meu destaque tem, rubrica a única finalidade de solicitar que, na época oportuna, eu seja, na redação final, o § 6º seja deslocado do art. 17, como desejaria a emenda, para o artigo 18 do projeto, consertando-se, assim, mero equívoco material.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 11.

#### O SR. BARROS CARVALHO:

(Pela ordem) Sr. Presidente, peço o destaque do parágrafo 6º?

#### O SR. PRESIDENTE:

O requerimento de destaque do nobre Senador Wilson Gonçalves refere-se ao parágrafo 6º do art. 17.

#### O SR. WILSON GONÇALVES:

(Pela ordem) (Não foi revisado pelo orador) Sr. Presidente, o meu destaque foi apresentado a Mesa oportunamente. Seu objetivo, como acabou de declarar, é apenas conseguir a transposição do parágrafo 6º, constante da Emenda nº 11, que não é pertinente ao assunto e sim ao dispositivo do artigo 18.

A Emenda nº 11 trata da reavaliação dos bens dos ativos imobilizados das firmas, ao passo que o parágrafo 6º se refere às empresas cuja atividade principal for a montagem ou a embalagem de produtos fabricados na região nordestina, que não gozarão dos benefícios desse artigo.

O art. 17 não concede o benefício a que se refere o parágrafo 6º, e sim o art. 18.

O meu pedido de destaque é para solicitar do Plenário que concorde com a transposição do parágrafo 6º da Emenda nº 11, do art. 17 para o artigo 18.

#### O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Wilson Gonçalves havia pedido, anteriormente, o destaque da Emenda nº 11. S. Ex.ª agora, refere-se ao parágrafo sexto e deseja destacar esse parágrafo. E' necessário que envie novo requerimento à Mesa para esse fim.

#### O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

#### O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

#### O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, se bem entendi, creio que o nobre Senador Wilson Gonçalves não está usando o destaque com a devida finalidade.

O que S. Ex.ª deseja, a meu ver, é simples emenda de redação, que deverá ser proposta no momento oportuno, porque não deseja destaque do parágrafo 6º para rejeição Sua Excelência deseja apenas que esse parágrafo 6º, que figura como sendo do art. 17, seja realmente incluído no art. 18.

Portanto, o problema não é de destaque, porque entendo que se pede destaque é para rejeitar. Ora Sua Excelência não deseja rejeição. Quer, apenas, o deslocamento do parágrafo sexto. Trata-se, por conseguinte, de questão de redação, que a Comissão de Redação deve levar em conta no momento oportuno. Creio que, no caso, o eminente Senador Wilson Gonçalves deve retirar o destaque e apresentar emenda à Comissão de Redação.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Pois não.

O Sr. Wilson Gonçalves — Meu objetivo é, realmente, o que V. Excelên-

cia acaba de anunciar, mas requei o destaque apenas por cautela e para comentar o assunto no Plenário, evitando que depois não fosse considerada emenda de redação.

Estou fazendo uma ressalva para formular a emenda de redação, porque, se não o fizesse, a matéria poderia ter sido dada como votada definitivamente, e a emenda não ser dada como emenda de redação.

O SR. MEM DE SÁ — Creio que agora V. Exa. pode retirar o destaque porque o objetivo foi alcançado.

O Sr. Wilson Gonçalves — Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Wilson Gonçalves.

O SR. WILSON GONÇALVES:

(Pela ordem) — Em face do esclarecimento do ilustre Senador Mem de Sá e exatamente por que desejava apenas fosse o assunto levado ao conhecimento do Plenário, solicito a retirada do destaque, com a ressalva de oportunamente emendar, por ocasião da Redação do Projeto.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa entende que o Requerimento de Destaque que acabou de ser enviado, pelo nobre Senador Wilson Gonçalves, é necessário para a hipótese.

Será conveniente que o parágrafo 6º seja destacado da Emenda nº 11 para que, oportunamente, possa ele vir a incorporar o texto do artigo a que S. Exa. se refere.

Esse é o modo melhor de se chegar ao objetivo desejado por Sua Exa.

O SR. WILSON GONÇALVES:

Sr. Presidente — Foi em face da exposição de V. Exa. que pedi há pouco o destaque para o parágrafo 6º da Emenda nº 11.

O SR. MEM DE SÁ:

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ:

(Pela ordem) — Pergunto a V. Exa. se o destaque tem como consequência a rejeição do § 6º?

O SR. PRESIDENTE:

O destaque é para votação em separado.

O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura do Requerimento do nobre Senador Wilson Gonçalves.

E' lido e aprovado o seguinte

### Requerimento nº 256, de 1963

Nos termos dos artigos 212, letra L, e 230, letra A, do Regimento Interno, requero destaque para votação em separado, da seguinte parte da emenda:

§ 6º  
Sala, das Sessões, em 23 de maio de 1963. — Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 11, salvo o destaque do § 6º.

Os Srs. Senadores que votam a favor da Emenda, queiram levantar-se (Pausa).

Está aprovada.

Em votação o § 6º da Emenda nº 11, objeto de destaque, a requerimento do nobre Senador Wilson Gonçalves.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado

E' a seguinte a emenda:

### EMENDA Nº 11 (CP)

Apresentem-se Art. 17 os seguintes parágrafos:

§ 1º As firmas ou sociedades, para os efeitos deste artigo, poderão corrigir o registro contábil do valor original dos bens de seu ativo imobilizado, até o limite de tempo fixado nesta lei.

§ 2º A correção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser feita no prazo fixado neste artigo.

§ 3º A alteração da tradução monetária do ativo imobilizado terá por limite a diferença entre o valor original e o venal à época desta lei.

§ 4º Entende-se por valor original do bem a importância em moeda nacional pela qual tenha sido adquirido pela firma ou sociedade ou a importância em moeda nacional pela qual tenha sido o bem incorporado a sociedade, nos casos de despesas ou valor de incorporação expresso em moeda estrangeira.

§ 5º A conversão do valor em moeda estrangeira para moeda nacional será feita à taxa vigente à época da aquisição. Se a taxa vigente na data da aquisição ou incorporação não for conhecida será adotada a taxa média do ano.

§ 6º As empresas, cuja atividade principal for montagem ou embalagem de produtos fabricados fora da região nordestina, não gozarão dos benefícios deste artigo.

O SR. AURELIO VIANA:

Sr. Presidente, pedi a palavra a V. Exa. para encaminhar a votação — não sei se haverá mais oportunidade — do § 6º da Emenda nº 11 que acaba de ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa já proclamou o resultado. V. Exa. poderá fazer declaração de voto.

O SR. AURELIO VIANA:

(Para declaração de voto) — Sr. Presidente, não entendo como um Senador, pedindo a palavra por três vezes para encaminhar a votação de matéria e não lhe sendo concedido esse direito, possa aceitar o resultado proclamado.

Minha declaração de voto é esta. Não sei onde irá acabar o § 6º da Emenda nº 11, no artigo 18. Gostaria que um douto me explicasse, me esclarecesse e esclarecesse ao Plenário.

Li e reli o art. 18, li e reli o § 6º da Emenda nº 11 e, na minha opinião simplista, mas de quem tentou estudar a matéria, o § 6º cabe na Emenda nº 11 e não no Art. 18, não há relação de causa e efeito entre o § 6º da Emenda nº 11 e o Art. 18. Haverá um corpo estranho enxertando no Art. 18. Se estranho era na Emenda nº 11, muito mais estranho é na Emenda nº 18.

Verifiquemos Srs. Senadores e deputados se procede ou não o argumento que emitimos.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um apêndice para um esclarecimento?

O SR. AURELIO VIANA — Pois não.

O Sr. Wilson Gonçalves — O Art. 18 diz:

"A pessoa jurídica poderá descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que deva pagar:

a) Até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirir, emitidas pela SUDENE, através do FIDENE, para o fim específico de ampliar os recursos do mesmo fundo;

b) Até 50% (cinquenta por cento) de inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste".

Parágrafo 6º:

"As empresas, cuja atividade principal for montagem ou embalagem de produtos fabricados fora da região nordestina, não gozarão dos benefícios deste artigo."

O SR. AURELIO VIANA — O benefício de que trata a linha b supra, somente será concedido se, a critério da SUDENE, for declarado de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

"O contribuinte que o pretender, ou a empresa financeira da aplicação, satisfeitas as demais exigências desta lei concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores ao do desconto de cada contribuinte, admitindo-se, etc. etc."

O SR. AURELIO VIANA — Sr. Senador, data vinda, minha declaração de voto será analisada. Faço sentir que realmente não entro e não entro para o transplante. Caberia mais na Emenda nº 11, que é específica.

A Emenda 11 diz:

"§ 1º — As firmas ou sociedades, para os efeitos deste artigo, poderão corrigir o registro contábil do valor original dos bens de seu ativo imobilizado, até o limite de tempo fixado nesta lei".

O § 6º diz:

"As empresas, cuja atividade principal for montagem ou embalagem de produtos fabricados fora da região nordestina, não gozarão dos benefícios deste artigo."

São aqueles especificados claramente. Não sei como caberá no artigo 18, que é específico, e de clareza meridiana, é cristalina.

Lendo-se o Art. 17 e a Emenda a ele apresentada, verifica-se — pelo menos eu entendi assim — que o § 6º cabe justamente ali; o seu lugar, é aquele.

Sr. Presidente, fiz esta declaração de voto, porque infelizmente não pude argumentar no momento próprio. Naturalmente o Presidente não ouviu quando, por mais de uma vez, pedi permissão regimental para encaminhar a votação da matéria. Não foi culpa de S. Exa. Da próxima vez falarei usando um timbre de voz mais elevado. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 12.

O SR. JOÃO ACIRPINO:

(Para encaminhar a votação) — (Sem revisão do orador).

Sr. Presidente, é muito comum, em qualquer Casa do Congresso, seus membros terem a atenção desviada dos assuntos em discussão.

Quero, porém, abusar da generosidade dos meus companheiros, pedindo a melhor de suas atenções para esta Emenda. Considero-a da maior importância.

Altera profundamente o Art. 18 e a sistemática adotada no projeto.

O Art. 18, do Projeto, estabelece: A pessoa jurídica poderá descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que deve pagar:

a) até 75% (setenta e cinco por cento) do valor das obrigações que adquirir, emitidas pela SUDENE, através do FIDENE, para o fim específico de ampliar os recursos do mesmo fundo;

b) até 50% (cinquenta por cento) de inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

A seguir vêm seis parágrafos, com várias alíneas, disciplinando essa matéria.

A Emenda é substitutiva do Art. 18, do qual apenas manteve o — caput — as alíneas a e b, e nenhum parágrafo e nenhuma alínea dos parágrafos.

Um dos parágrafos é o que limita a três bilhões de cruzeiros as obrigações da SUDENE. Ora, se ficaram limitadas as obrigações da SUDENE, não haverá uma só pessoa física que pague imposto. É fácil explicar: todos somos contribuintes; devemos pagar determinada importância de imposto, correspondente a pessoa física. Entretanto, por esse artigo substituído, qualquer de nós fica com a tarefa de não recolher o imposto, para comprar obrigações ao Banco do Nordeste do Brasil, são títulos excelentes, isentos de correção, com grande organização monetária. Quer dizer, vamos deixar de pagar ao Tesouro Nacional o imposto que devemos, para adquirir um patrimônio.

Vejam V. Exas. a loucura. Essas inversões de pessoas físicas constam do próprio projeto governamental, e os recusamos na Câmara dos Deputados, sob o fundamento de que a pessoa jurídica s.m. esta podia aplicar em projetos de desenvolvimento agrícola ou industrial, como também podia adquirir obrigações, e através dos recursos dessas obrigações a SUDENE financeira os próprios projetos.

Mas a pessoa física não tem condições, pelo volume do débito, a aplicar em projetos dessa natureza. Nenhum de nós vai recolher imposto capaz de montar uma indústria. A pessoa física, talvez em número limitadíssimo, pagará um grande imposto e portanto, não se compreende que vá aplicar em projetos só para comprar títulos. Por outro lado, comprar títulos significa adquirir patrimônio, e não podemos tirar do Tesouro o que é dele, para aumentar o patrimônio de ninguém, sobretudo de pessoa física.

Dai nos recusarmos a admitir que a pessoa física gozasse desse privilégio, desse favor, e foi o que fizemos ver devidamente advertidos pelo Sr. Ministro da Fazenda, com a presença do Sr. Celso Furtado e seus assessores que acabaram se convencendo, pois aqui se procura introduzir a pessoa física e de uma maneira muito mais alarmante: é que o Art. 18, se suprimidos todos os parágrafos, se torna de gravidade sem limite.

Lerei alguns dos parágrafos do Artigo 18, para que os nobres colegas tenham noção do que vão votar:

§ 1º As emissões de obrigações para os efeitos da alínea a supra, não poderão exercer, em cada exercício de Cr\$ 3.000.000.000, (três bilhões de cruzeiros).

O que é indispensável.

O § 2º dispõe:

• § 2º As obrigações a que se refere este artigo serão emitidas pelo prazo de 10 (dez) anos, nominativas intransferíveis, com juros de 5% (cinco por cento) ao ano sobre o respectivo valor nominal.

Também indispensável porque dá um prazo de vigência — dez anos — às obrigações previstas na Lei.

O § 3º determina:

• § 3º O benefício de que trata a alínea b, supra somente será concedido, se, a critério da SUDENE, o contribuinte que o pretender, ou a empresa beneficiária da aplicação, satisfeitas as demais exigências desta lei, concorrer efetivamente para o financiamento das inversões totais do projeto com recursos próprios nunca inferiores ao do desconto de cada contribuinte.

Que, dizer, se o cidadão deixa de recolher 50% do imposto, ele tem obrigação de dispor de dinheiro dele, ou outros 50%; valor igual. Se eu primirmos esse dispositivo, o cidadão vai investir no Nordeste só com o imposto de renda, o que é absurdo. Então, toda a importância do imposto de renda ele investe em projetos agrícolas e industriais sem entrar com um centavo do seu. Nunca foi esse o espírito da SUDENE, nem é esse o espírito da filosofia do Nordeste. Queremos dar uma vantagem fiscal, mas queremos que aquele grupo que se vai beneficiar dessa vantagem entre com parte do seu capital, e não com um capital que é todo do Tesouro, para constituir-se um patrimônio sem que entre com o seu trabalho, ou com a sua iniciativa.

O outro dispositivo — atente bem o Senado para ele — é o que determina:

“Salvo para importação de equipamentos integrantes de projetos aprovados pela SUDENE, não poderão ser transferidos para o exterior direta ou indiretamente a qualquer título, as receitas derivadas das parcelas de investimentos financiados com os descontos previstos neste artigo sob pena de revogação do favor obtido e exigibilidade das parcelas não efetivamente pagas do imposto de renda, acrescidas de multa de 10% (dez por cento)”.

Em outras palavras: se uma empresa estrangeira deixar de recolher o imposto devido para aplicar no Nordeste, ela pode transferir para pagamento de equipamento tudo quanto dever. Mas, não pode transferir a título de lucro, o lucro resultante do imposto que não era capital seu; quer dizer, aquilo que a União lhe deu para investir não dá direito a transferência de lucro para o exterior. Só dará direito a transferência de lucro para o exterior a parcela do seu próprio capital investido no empreendimento. Pois, também esse dispositivo desaparecerá.

As alíneas a e b do § 5º se referem ao contribuinte fraudulento que, por isso, perde os favores do desconto do imposto. E essas duas alíneas são cópia de um Decreto feito pela Divisão do Imposto de Renda, que tivemos a cautela de introduzir na Lei para maior segurança, e evitar uma revogação a qualquer tempo, a qualquer pretexto, ou a qualquer título.

O § 6º diz:

“A pessoa jurídica indicará na sua declaração de rendimentos, ou competente guia de recolhimento, que pretende obter o favor previsto neste artigo, válida a remissão que haja feito ao artigo 34 da Lei nº 3.935, de 14 de dezembro de 1961.”

Era outra lei que dava direito, também, a descontar. Portanto, esse é o primeiro aspecto nocivo da aprovação da emenda. O segundo aspecto é que a emenda altera o percentual do desconto.

Pelo projeto, somente a pessoa jurídica poderia descontar até 75% pelo valor das obrigações, e até 50% pelos empréstimos industriais ou agrícolas.

Pela emenda, a pessoa física ou jurídica pode descontar até 75% para compra de obrigações; e a pessoa jurídica até 50% — portanto, reduzindo em 25% — e a pessoa física até 75% das inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais.

Vale dizer, embora o volume da arrecadação da pessoa física seja menor do que o da pessoa jurídica, é intuitivo que a pessoa física deixará de recolher, se puder comprar obrigações. Portanto, é muito melhor que a pessoa jurídica deixe de recolher 50% do imposto do que as físicas 75%.

Além disto, a faculdade de descontar 50% do imposto para o investimento, já é das leis anteriores. Nada estamos inovando; a inovação está precisamente na emenda. Copiaram o que já existia nas outras leis; qualquer industrial hoje, independente desta lei pode deixar de recolher 50% do seu imposto e depositar no Banco do Brasil para investimento no Nordeste por que, então, vamos reduzir para 30% dando uma compensação de 75% às pessoas físicas, que não existiam? Alarma-nos isto e por esta razão peço a atenção do Senado e consequentemente a rejeição da emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo para encaminhar a votação.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, acompanhei na Comissão de Finanças a discussão da emenda.

Todos os argumentos que apontam de ser expostos, à primeira vista são procedentes.

Não poderia a Comissão de Finanças propor a substituição do Art. 18 do Projeto, em sua totalidade dada a importância financeira da matéria, constante do parágrafo e da alínea a e b do Art. 18.

São parágrafos de importância substancial, como declarou o orador. A intenção da Comissão de Finanças — e aqui está um caso de simples redação foi substituir no Art. 18 a alínea b.

O projeto primitivo dava exclusivamente à pessoa jurídica o benefício estabelecido neste artigo; entendeu a Comissão de Finanças que deveria estender o favor, dentro de limites estabelecidos na alínea b da emenda, a pessoa física também, dada a circunstância de que o projeto da SUDENE envolvia pessoa física e jurídica, mas na Câmara, houve exclusão da pessoa física.

Houve um esforço do Sr. Ministro da Fazenda no sentido de reduzir estes favores, para ele exagerados, nas emendas e no próprio projeto oriundo da Câmara que sugeriu então a Comissão de Finanças que defendesse um pouco o Tesouro contra os grandes ônus de 50% em relação a pessoa jurídica. Então a Comissão pelos dados que examinou, fornecidos pelo Ministério da Fazenda, verificou que o imposto de Renda no exercício de 1962 havia onerado o Tesouro Nacional, com os favores previstos na lei, em 68 bilhões de cruzeiros sendo 57 e fração, referentes a pessoa jurídica, e oito bilhões referentes a pessoa física.

O Sr. João Agripino — Esta é a arrecadação total do imposto de renda no ano passado.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — V. Exa. tem razão e aceita a retificação.

Sessenta e seis bilhões referentes a pessoa jurídica e oito bilhões referentes a pessoa física.

Entendeu a Comissão de Finanças, atendendo a estas ponderações, que deveria, em primeiro lugar, democratizar o capital; não deveria ser apenas a pessoa jurídica a beneficiária desse dispositivo. Pelo Projeto de Lei já aprovado pela Câmara, deveria estender o favor a pessoa física não só no interesse de democratizar o capital como porque o ônus seria menor do que o que iria sobrecarregar a pessoa jurídica.

Pela exposição que vou fazer, aqui, verificarei o Senado que a intenção real da Comissão de Finanças, como disse, é apenas alterar o constante do alínea b) do art. 17.

A exposição ou a justificativa é a seguinte:

EMENDA Nº

Substitua-se o artigo 18 pelo seguinte:

Art. 17 As pessoas físicas e jurídicas poderão descontar do im-

pósto de renda e adicionais não restituíveis que devam pagar:

a) a pessoa jurídica até 30% (trinta por cento) e a pessoa física até 75% (setenta e cinco por cento) das inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE, para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Justificativa

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda, o imposto de renda, no exercício de 1962, arrecadou Cr\$ 68.034.893.077,10, sendo Cr\$ 57.620.893.738,10 referentes à pessoa jurídica e Cr\$ 8.353.991.339,00 à pessoa física.

O projeto originário da SUDENE destinava 50% (cinquenta por cento) do total do imposto de renda (pessoa física e jurídica) para investimentos no Nordeste, o que importava, tomando-se por base os dados de arrecadação do ano passado, em Cr\$ 33.017.446.533,53.

A Câmara dos Deputados, ao examinar o assunto, restringiu o favor à pessoa jurídica, reduzindo o ônus do Tesouro, de acordo com os índices citados, para Cr\$ 23.309.449.369,15.

Não resta dúvida que o sistema adotado pelo projeto elaborado pela SUDENE é muito mais justo. O benefício concedido somente à pessoa jurídica favorece a grupos econômicos e estimula a criação de sociedades fechadas, além de impedir a aplicação em investimentos de rendas destinadas ao consumo e ao conforto, limitando-se a encaminhar para o Nordeste apenas capitais de reinvestimento e de giro.

O favor à pessoa física, ao contrário, além de contribuir para a democratização das empresas, utiliza somente recursos destinados ao consumo, deixando livres os capitais de movimento das empresas.

Quanto ao aspecto financeiro, o sistema proposto na emenda também seria vantajoso para o Tesouro. Fixada a percentagem da pessoa jurídica em 30% (trinta por cento), haveria uma redução de Cr\$ 11.528.179.747,80 em relação ao sistema anterior, enquanto a elevação da taxa da pessoa física para 75% (setenta e cinco por cento) somente acarretaria um desfalcque de Cr\$ 8.295.754,23. Assim, aceita a fórmula aqui proposta o Erário ainda teria um saldo positivo de Cr\$ 5.232.683.993,40.

Essa medida teria ainda a vantagem de afinar-se à atual política financeira do governo, traduzida no estímulo a transferência de capitais de consumo para investimentos, evitando a prática perniciosa das empresas de trabalharem sem capital de giro e evasão fiscal da pessoa física, através do estímulo que se lhes oferecia de uma aplicação rendosa.

Sr. Presidente, a emenda visa exatamente a restabelecer o critério adotado pelo Projeto da SUDENE: estender favores à pessoa física e à pessoa jurídica.

O Sr. Mem de Sá — Pode V. Exa. esclarecer se a emenda foi sugerida pelo Ministério da Fazenda?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Não. Esclareci, inicialmente, que o Ministro da Fazenda estava preocupadíssimo com o ônus sobre o Tesouro, na parte referente ao imposto de Renda, chegando, até, a apresentar à Comissão de Finanças várias emendas. Tendo em vista o critério adotado na Comissão de Finanças do Senado que a matéria já vinha aprovada pela Câmara dos Deputados, quatorze emendas, se não estou enganado...

O Sr. Dinarte Mariz — Exato.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Afirma o Relator que foram quatorze emendas, todas recebidas.

O Sr. Dinarte Mariz — Algumas aprovadas.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, o Senado ao

votar essa emenda, terá em vista que a Comissão de Finanças procurou preservar o Tesouro Nacional, restabelecendo o Projeto da SUDENE. Viu, ainda, a democratizar o capital, dando às pessoas físicas aquilo que o Projeto concede às pessoas jurídicas, e ao mesmo tempo, a defender o Tesouro contra esse ônus, reação que grave se prevalecesse o critério adotado pela Câmara dos Deputados.

Nestas condições, Sr. Presidente, o Senado poderá votar, tranquilamente a Emenda nº 12, na certeza de que ela altera apenas a alínea b do Art. 18 do Projeto. É o esclarecimento que presta a Comissão de Finanças, por meu intermédio, no sentido de restabelecer a verdade e situar ou concretizar melhor a intenção da emenda.

Tra o que desejava dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO AGRIPIANO:

Sr. Presidente, peço a palavra para a ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Senador João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPIANO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, ouvi as explicações do Relator, mas não me convenci na parte em que S. Exa. afirma que a Emenda objetiva apenas alterar a alínea b. E esta a questão de ordem que levanto perante V. Exa. A Emenda diz: “Substitua-se o art. 18 pelo seguinte:”. Portanto, não se referiu a uma alínea do Art. 18. Refere-se a todo o Art. 18. Transcreve o conteúdo do artigo, modificando-o. Vem em seguida a alínea a, traço, significando reprodução igual; depois dá nova redação a alínea b. Não faz a menor referência a qualquer dos parágrafos no sentido de que sejam mantidos.

Portanto, a meu ver, Sr. Presidente, a aprovação da Emenda significa a substituição integral do Art. 18 com todos os seus parágrafos. Por outro lado, a alínea b não corresponde à proposta da SUDENE, que era, realmente, relativa às pessoas físicas e jurídicas, mas na base de 75 por cento para compra de obrigações e 50 por cento em projeto de investimentos.

A Emenda dá 30 por cento para a pessoa jurídica e 75 por cento para pessoa física. Não está pois reproduzindo a proposta da SUDENE, recusada pela Câmara dos Deputados.

Assim, consulto V. Exa. sobre se a aprovação da Emenda nº 12 significa ou não a substituição do artigo, como essa expresso, e se é atribuição da Comissão ou do seu Presidente de interpretar a intenção da Comissão ao apresentar emenda, de tal forma que ela deixe de significar o que está escrito para significar o que está no subjetivo.

O SR. PRESIDENTE:

— Ouvi com atenção a questão de ordem levantada pelo nobre Senador João Agripino e lamento não concordar com S. Exa. O que pode ter ocorrido simplesmente é um erro na redação da Emenda. Em vez de dizer: “De-se ao art. 18 a seguinte redação” — ficou dito: “Substitua-se o art. 18 pelo seguinte...”

Lendo-se o texto integral da Emenda, verifica-se que seu autor visou a introduzir no caput do art. 18 também uma menção expressa à pessoa física, que não consta no Projeto, e alínea o texto da alínea b para fazer menção, também expressa, à pessoa física e jurídica, atribuindo a cada uma percentagem diferente na isenção.

O fato de haver apenas uma referência à alínea a, com o simples enunciado dessa letra, acrescida de ponto, significa o propósito ou intenção de manter, integralmente, essa alínea. Aliás, é esse o processo em regra usado quando se deseja fazer referência a um texto que não vai ser alterado.



Assim, a questão de ordem de V. Ex.<sup>a</sup> só pode ser decidida pela forma que acabo de expor: a Emenda visa apenas a modificar a redação do artigo. Fazendo-se o confronto do texto da Emenda com o do Projeto, a outra conclusão não se há de chegar.

O intuito de seu autor foi disciplinar o texto no sentido que acabo de ferir, estendendo a concessão para pessoa jurídica até 30 por cento e para pessoa física, até 75 por cento.

Em votação a Emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador João Agripino.

Os Senhores Senadores que aprovam a Emenda queiram levantar-se. (Pausa.)

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram a Emenda e levantar-se os que a rejeitaram. (Pausa.)

Aprovaram a Emenda 27 Senhores Senadores; rejeitaram-na, 10 Senhores Senadores.

A Emenda está aprovada.

E a seguinte

#### EMENDA Nº 12 (CF)

Substitua-se o art. 18 pelo seguinte:

Art. 18. As pessoas físicas e jurídicas poderão descontar do imposto de renda e adicionais não restituíveis que devam pagar:

a) ...

b) a pessoa jurídica até 30% (trinta por cento) e a pessoa física até 75% (setenta e cinco por cento) das despesas compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE para os fins expressos neste artigo, declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Passa-se à votação da Emenda nº 13, assim redigida:

#### EMENDA Nº 13 (CF)

Art. 23. "Os títulos de qualquer natureza representativos do valor do imposto de renda, que a pessoa física ou jurídica deixou de fazer nos termos do art. 17, letra b, serão sempre nominativos e não poderão ser transferidos durante o prazo de cinco anos.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, peço destaque desta Emenda como uma decorrência da anterior, que faz referência às pessoas físicas. Uma vez aprovada a anterior, não há como rejeitar esta, que é como acentuei, uma decorrência da outra.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Em votação a Emenda nº 13.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Passa-se à votação da Emenda nº 18.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

— Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador João Agripino.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, agora estou inteiramente assustado com o sentido das palavras usadas nesta Casa.

Quando se diz "substitua-se" não é mais substitua-se, mas "dê-se a se-

guinte redação". O que vale é a intenção.

Quero então saber qual a intenção do autor da emenda com relação à redação que deu ao art. 44.

A emenda está redigida:

"Ao Art. 44, dê-se a seguinte redação:

Art. 44. A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de cooperativas do gênero, inclusive através... (o resto como está no texto emendado)".

O Art. 44, estabelece:

"A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas ou Associações Rurais, inclusive através..."

Só vem "através" depois de "Associações Rurais".

Pela Emenda nº 18, diz: "... por intermédio de cooperativas do gênero, inclusive através... O resto como está no texto emendado.

Não existe essa expressão no texto do projeto: "inclusive através". O resto está no texto emendado.

Não entendo onde começa através; se depois de cooperativas, ou se depois de associações rurais.

Sr. Presidente, como as palavras têm sentido os mais diversos, peço, em questão de ordem, que V. Ex.<sup>a</sup> solicite do relator da Comissão do Polígono das Secas informar que alteração se pretende fazer. Como está no texto, através da fixação dos preços mínimos, só aí começaria como está no texto. Então, não haveria modificação alguma. Apenas cooperativas, para aplicação da expressão cooperativas do gênero.

Esta é a única modificação em toda a emenda. Por outro lado, como vê V. Ex.<sup>a</sup>, a emenda diz:

"Ao Art. 44 dê-se a seguinte redação:

A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas ou associações rurais..."

Não fala no "caput" do Artigo, que tem vários parágrafos; são cinco.

Desejo saber se se pretende apenas modificar o "caput" ou todo o artigo; só depois de esclarecido, nesta questão de ordem, é que poderei encaminhar a votação. (Muito bem).

#### O SR. DINARTE MARIZ:

(Pelo ordem) — Parece-me que está claro demais o que foi votado na Comissão de Finanças. Foi substituída esta parte do art. 44, até a palavra "através". Depois, o texto está completo até o seu final.

A emenda corrigiu apenas aquilo que está repetido. Daí por diante é o texto do artigo.

O Sr. João Agripino — E os parágrafos?

O SR. DINARTE MARIZ — Estão todos mantidos.

O Sr. João Agripino — Mantidos na emenda?

O SR. DINARTE MARIZ — Exatamente.

O Sr. João Agripino — Não está dito na emenda, mas admito.

O SR. DINARTE MARIZ — Este é o esclarecimento que me senti no dever de dar. (Muito bem).

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, todos somos políticos, todos temos responsabilidades políticas, todos somos fruto do ambiente em que vivemos e em que representamos.

A maior dificuldade de um planejamento é precisamente a interpreta-

ção política. Sempre que se oferece um plano ao Congresso Nacional, a tendência do Congresso é alterar o plano, é modificar o plano e, às vezes, substituí-lo. Ocorre que quando o Poder Executivo planeja, leva em conta vários dados, vários elementos para conduzir o planejamento. Estabelece prioridades.

O desejo do político é que todos os problemas das suas regiões ou dos seus Estados sejam resolvidos no menor prazo possível.

As unidades da Federação têm uma dificuldade muito grande no atendimento dos seus problemas e recorrem, então, a auxílios da União. A preocupação do Congresso, sobretudo da Câmara dos Deputados, é introduzir emendas incluindo, nos planos nacionais, ou regionais, obras tipicamente estaduais, municipais ou distritais.

Então, vem a subversão total do plano. O primeiro Plano Diretor da SUDENE saiu com verbas globais ficou aniquilado, totalmente distorcido.

Quem planeja faz o orçamento e sabe quanto precisa para a obra, mas quando estabelecemos as dotações, não temos orçamento algum. E propomos as dotações de oitavo, imaginando que sejam bastantes, quando as vezes são insignificantes ou não raro, excessivas.

Para evitar que esses planejamentos sejam de toda forma distorcidos foi que entendi, quando Relator na Câmara dos Deputados, de propor à Comissão que se reservasse um quantitativo dos recursos da SUDENE, dois décimos, para a solução dos problemas estaduais e municipais, de tal sorte que eles não viessem para o Plano Diretor.

Então aquelas rodovias que não eram BR, mas que eram essenciais porque ligavam um município a outro, ou um distrito produtor à sede do município, que ligavam a energia elétrica para pequenas cidades. Problemas, sem dúvida, para os quais temos sensibilidade, mas que não deviam prejudicar os problemas de prioridade que se procurava resolver primeiro como os de eletrificação, de erosão, de irrigação para o setor econômico ou para o industrial, e assim por diante. E que os Estados pudessem, dentro do quantitativo reservado dos recursos da SUDENE, dentro dos dois décimos, tomada como base a Receita de 1962, — cerca de oitocentos milhões de cruzeiros — para serem distribuídos pelos Estados para que estes organizassem seus planos para obras desse tipo e os apresentassem à SUDENE, que os aprovaria e iria fornecendo os recursos à medida que as obras fossem sendo executadas, com a devida fiscalização.

Tínhamos, então, dois objetivos: o primeiro era impedir que essas obras viessem para o Plano, sacrificando as obras prioritárias, para os quais não há recursos suficientes, como já disse, com o risco de se sacrificar o Tesouro. O segundo objetivo é que, através desse projeto a União auxiliasse na solução dos problemas estaduais e municipais.

Por outro lado, não dariamos à SUDENE a incumbência de estudar todos esses pequenos problemas, mas sim a supervisão desses estudos, a análise final para a aprovação ou não, dos projetos.

A emenda modifica inteiramente porque no Projeto se pretendia o seguinte:

"Art. 44 A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas, ou Associações Rurais, inclusive através da fixação de preços mínimos, da revenda, arrendamento ou empréstimo de máquinas agrícolas e seus implemen-

tos, adubos inseticidas, produtos veterinários, sementes e animais selecionados e quaisquer outros bens intermediários agropecuários, compra e venda de safras, sementes ou mudas e doação de sementes ou mudas aos agricultores extremamente necessitados".

Creio, Sr. Presidente, que fiz uma confusão em relação à assistência aos Estados. Aqui, realmente, se pretende dar essa assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio das cooperativas, das entidades de direito público estadual ou municipal, das associações rurais e das sociedades de economia mista.

O que o projeto pretende é excluir os Estados, os municípios, as associações rurais e as sociedades de economia mista.

Ora, Sr. Presidente, convenhamos que se quisermos que a SUDENE seja um agente direto dessa assistência, ela irá falhar, porque não é possível pretender que tenha uma agência em cada município para vender máquinas, ou inseticidas e dar auxílio aos agricultores e aos pecuaristas.

O Sr. Dinarte Mariz — Por isso é que se pretende que essa assistência seja dada por intermédio das cooperativas.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Mas nem todos os municípios têm cooperativas nem todo município tem uma boa cooperativa; é possível um município ter uma Associação Rural, por intermédio da Prefeitura, por intermédio de Postos de Fomento Agrícola. É possível que não tenha uma coisa nem outra; é possível que não inspire confiança a Prefeitura. Nesse caso criará uma sociedade mista, fará uma convenção ou dará assistência através do fomento estadual ou federal. O que não me parece possível é que se retire de todas essas associações públicas, a função de intermediação da prestação dessa assistência para só se fazer através de cooperativas. Ou então a SUDENE decida que o município em que não houver cooperativa tem de ter escritórios da SUDENE.

O Sr. Dinarte Mariz — Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, que não há Estado que tenha em cada município um órgão capaz de fazer essa distribuição.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Citarrei dezenas de associações rurais capazes de fazer, dezenas de cooperativas, dezenas de prefeituras, dezenas de postos de fomento agrícola, dezenas de postos estaduais e federais capazes de fazê-lo dezenas de associações rurais. Setores outros não têm idoneidade. O que queremos desejar à SUDENE é o critério de escolher qualquer uma dessas associações e não ficar restrita a cooperativas, porque se a cooperativa não inspira confiança, a SUDENE só tem um recurso, abrir um escritório. Parece absurdo e na verdade dificulta a assistência, a torna impraticável procurando cercá-la de seriedade. Uma cooperativa por ser cooperativa não é mais honesta, mais digna, mais séria, não inspira mais confiança que uma associação rural. Além das associações rurais há ainda as sociedades de economia mista. Tanto uma como outra podem também não inspirar confiança, podem não ser honestas, boas administradoras. Por isso se dá à SUDENE o poder de escolher qualquer uma dessas organizações. Por isso peço a rejeição da emenda. (Muito bem).

#### O SR. DINARTE MARIZ:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisado pelo orador) Sr. Presidente, visa a emenda principalmente a que a SUDENE não abra as suas portas para que os Estados venham ali discutir assuntos de seu interesse, da sua economia interna. No dia em que



abrimos as portas da SUDENE para se discutir politicamente a administração de cada Estado teremos de extinguí-la. Foi um dos seus fundadores; tomei parte em sua organização e durante o meu mandato, representando o meu Estado, solicitei da SUDENE o empréstimo das verbas necessárias para atender aos problemas econômicos do meu Estado.

Este, Sr. Presidente, foi o espírito que presidiu a organização da SUDENE.

Durante todo o tempo em que fiz parte de seu corpo diretor, nunca um único governador pleiteou qualquer verba para ser empregada através do órgão estadual. Por isso animei-me a formular esta emenda. Sou dos que acreditam no desenvolvimento do cooperativismo como uma salvaguarda, principalmente para a região nordestina. Durante dez dias discuti essas emendas com os assessores da SUDENE, em Brasília, dentro da orientação da Comissão de Finanças.

Portanto, o espírito da emenda é evitar que a SUDENE abra suas portas para as poleias políticas dos Estados. Além do mais, Sr. Presidente, o nobre Senador João Agripino, que tem defendido com tanto ardor a ideia de não se fazer discriminação nas emendas que estão sendo votadas nesta hora, está fazendo a maior de todas as discriminações, tirando os recursos da SUDENE, que ele acha insuficientes, para atender às obras prioritárias, exatamente, para delegá-las aos governos dos Estados.

Ora, Sr. Presidente, é um contrassenso. Nega-se que se deve discriminar verbas que estão incluídas no Plano Diretor da SUDENE porque todas aprovadas pela Comissão de Finanças, estão realmente dentro do Plano.

Apenas nós, representantes de cada Estado, temos liberdade de defender a economia da nossa região. No dia em que nos faltar essa liberdade, desaparecerá a função de representantes de Estado. O nosso papel é trazer para esta Casa depoimento de homem público, homem interessado na solução dos problemas econômicos da Região de nosso Estado.

Nenhum de nós na Comissão de Finanças deixou de ter o espírito atento para as emendas apresentadas no Plano Diretor da SUDENE. Como Relator, tive a cautela de pedir ao eminente Dr. Celso Furtado que os seus assessores, os mais destacados, discutissem comigo as emendas realmente necessárias e que não prejudicassem o Plano por ele elaborado.

Apenas queremos que as verbas sejam aplicadas pelos canais competentes e nunca, hoje 0,2%, para amanhã aumentarmos para 10% sob influência política. O plano deixaria de ser plano para ser luta político-partidária dentro do organismo que deve ser imune a ela.

O Sr. João Agripino — Houve engano da parte de V. Ex. quando falei sobre a emenda referi-me a cooperativas estaduais, municipais e associações rurais.

O SR. DINARTE MARIZ — É exatamente este o meu pensamento. Isto exclui a ação do Estado dentro da SUDENE.

Sr. Presidente, acredito que quem meditar tem e tiver a experiência que adquiri como governante, não ficará alheio ao meu pensamento e apoiará a emenda concebida dentro do mais alto sentimento de bem servir ao Estado e à sua economia. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Walfredo Rangel para encaminhar a votação.

OSR. WALFREDO GURGEL:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como nobremente estou acompanhando com o maior interesse as discussões sobre as emendas apresentadas ao projeto ora em exame nesta Casa.

Quanto a Emenda nº 18, lamento discordar de meu nobre colega e amigo Senador Dinarte Mariz. Vou votar contra ela e explico porque. A emenda ao artigo tem por objetivo dar assistência ao agricultor, através de empréstimos de arrendamento de máquinas agrícolas, distribuição de sementes e de mudas; pelo projeto, este serviço poderá ser feito através dos Estados, dos Municípios e de outras instituições federais, associações rurais, sociedades de economia mista, e pela emenda fica reduzido apenas a cooperativas do gênero. Ora, sou filho de Cidade onde não existe Cooperativa para essa finalidade; existe Associação Rural.

O Sr. Dinarte Mariz — Permito-me lembrar a V. Exa. este ponto: temos, em Cálicó, minha cidade e também de V. Exa., uma das melhores cooperativas de produção.

O SR. WALFREDO GURGEL — É uma Cooperativa de Crédito, não é Cooperativa de implementos agrícolas, de distribuição e venda de sementes. Possuímos, repito, a Associação Rural, o Serviço Federal de Fomento, o Serviço de Fomento Estadual, e se tornar muito mais fácil à SUDENE prestar seus serviços aos agricultores e aos criadores, através de qualquer uma das instituições já existentes.

Por esses motivos, Sr. Presidente, lamentando muito, porque estou acompanhando com o maior interesse as discussões das emendas apresentadas ao projeto, exponho meu ponto-de-vista para declarar que votarei contra. Entendo que, mantida a emenda, maiores dificuldades surgirão para a concessão de auxílio pelos Poderes Públicos à agricultura e pecuária brasileira. (Muito bem).

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, quem lê o art. 44 e lê o texto da emenda apresentada verifica, à primeira vista, que a emenda está realmente mais completa e extensa. Dilata mais a ajuda da SUDENE porque inclui como órgãos distribuidores dos benefícios, ou de assistência, aos agricultores e pecuaristas além das entidades públicas federais, estaduais, municipais ou sociedades de economia mista, cooperativas ou Associações Rurais, cooperativas do gênero.

Sempre combati a ideia de se constituir dentro o pessoal da SUDENE, órgãos especiais, órgãos novos, quando já a União os tivesse, especializados, para determinadas funções.

A Emenda foi, na verdade de inspiração do eminente Senhor Dinarte Mariz, e o sentido que engloba, S. Exa. já devidamente esclareceu. Voto pois, favoravelmente à emenda, pelo fato mesmo de reconhecer a importância dos argumentos que acabam de ser expendidos.

Entendo que o meio mais fácil e mais eficiente de se organizar a assistência financeira ao agricultor é através de cooperativas.

Seria uma ilusão qualquer Governo pretender levar assistência financeira aos homens do campo, a humildes camponeses por outro meio que não através das cooperativas. A cooperativa congrega os camponeses, eles se conhecem reciprocamente. Há o crédito pessoal e o crédito real. Muitas vezes o homem não tem patrimônio, mas inspira confiança para o levantamento de certa importância creditícia.

De modo que voto a favor da emenda como incentivo a que se organizem cooperativas, que são os instrumentos mais adequados ao financiamento ao pequeno agricultor, e que realmente dão acesso de empréstimo ao pequeno produtor rural. A Emenda apresentada pelo eminente Sena-

dor Dinarte Mariz estimula a criação de cooperativa para que os agricultores, organizados por essa forma, possam receber assistência da SUDENE.

Teríamos, então, uma situação ideal para todo o Nordeste. Seria a SUDENE centralizando a assistência, e irradiando seus benefícios através de cooperativas organizadas em todos os municípios.

A circunstância de não haver cooperativa — como realmente não há — em todos os municípios do Nordeste, é argumento que não invalida a utilidade da Emenda apresentada porque, diante da vantagem assegurada às cooperativas organizadas, não tenhamos dúvida de que nos municípios onde inexistem elas serão imediatamente organizadas para auferir dos benefícios da emenda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 18.

Os Srs. Senadores que a previam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E a seguinte

EMENDA Nº 18 (CF)

Art. 44, dê-se a seguinte redação:

“Art. 44 A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de cooperativas do gênero, inclusive através... (o resto como está no texto emendado).”

O SR. JOÃO AGRIPINO:

Sr. Presidente, solicito verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação de votação, requerida pelo nobre Senador João Agripino.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que aprovam a Emenda. (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram a Emenda e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor da emenda 23 Senhores Senadores, e contra, 10.

Com o Presidente, há “quorum”. A Emenda está aprovada.

Em votação a Emenda nº 21.

O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Será rápido. Sr. Presidente; não cansarei a paciência dos meus colegas.

A Emenda estabelece: (Lê).

Acrescente-se ao art. 77, o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. A Rodovia BR-11 do Plano Rodoviário Nacional passa a ter a seguinte discriminação:

BR-11 Boqueirão do Cesário (Ce) — Aracati — Mossoró — Natal — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju — Emlonata — Feira de Santana — Milagres — Maracás — Brumado

O art. 77, do Projeto, determina (Lê).

Art. 77. É a SUDENE autorizada a realizar despesas de pronto pagamento até o valor de vinte mil cruzeiros.

Sr. Presidente, em técnica legislativa qualquer parágrafo tem que ser entendido em harmonia com o conteúdo do artigo. O artigo autoriza a SUDENE a fazer despesa de pronto pagamento até vinte mil cruzeiros. A Emenda manda acrescentar um parágrafo dando novo traçado à BR-11. É absolutamente impertinente.

Não creio que o Senado possa dar atestado de incapacidade ou de incompetência legislativa através desta

emenda. Mas, ainda que ela fosse perfeitamente insurto-me contra o fato de pretender o Legislativo mudar traçado de BRs, de estradas do Plano Rodoviário Nacional.

Esse traçado não se fez como quem risca no papel o melhor caminho para uma estrada. Esse traçado é feito procedendo-se previamente ao estudo da região, do ponto de vista de sua economia.

Então, a estrada deve passar pelos municípios, ou pelos lugares, em que uma estrada tem significado econômico para a região. E não é legislador, a seu critério, sem elemento algum de natureza técnica que o autorize, que vai dispor em lei, simplesmente, que terá tal traçado mas não outro passando pelas seguintes cidades. Não temos elementos para dizer que esse traçado é melhor do que o outro ou o outro melhor do que este e a rigor não conhecemos as cidades, sequer, sabemos se são cidades ou lugares.

Em princípio, recuso-me a aprovar qualquer emenda que modifique o traçado de estradas federais do Plano Rodoviário Nacional, entendo que a lei não deve fazê-lo sem passar pela Comissão Técnica que conhece todos os estudos do Executivo, todos os elementos necessários para saber qual o melhor traçado da estrada, sob o ponto de vista técnico.

Portanto, Sr. Presidente, por essas duas razões, não impertinente, esta emenda e pelo precedente que ela estabelece, parece aconselhável, voto contra. (Muito bem).

O SR. DINARTE MARIZ:

(Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente como Relator, julgo a emenda inconveniente, não pelo argumento do nobre Senador João Agripino ao justificar o destaque.

O Sr. João Agripino — Pretendo ouvir os argumentos de V. Exa. desde que V. Exa. não aceite os meus.

O SR. DINARTE MARIZ — A emenda não é de minha autoria.

O Sr. João Agripino — V. Exa. disse que a julga inconveniente embora não aceite os argumentos que expendi.

O SR. DINARTE MARIZ — O argumento de V. Exa. é de que não deve ser modificado o traçado de estradas federais das BRs; entretanto elas já têm sido modificadas na Câmara dos Deputados, no Senado, e V. Exa. sabe disto.

O Sr. João Agripino — O que disse é que o traçado só pode ser modificado depois de estudado pela Comissão técnica competente. Não pela Comissão de Finanças, que ignora que cidades são essas.

O SR. DINARTE MARIZ — O meu voto, Sr. Presidente, é pela rejeição da emenda, porque acho, realmente, extravagante que uma BR tenha como ponto de referência um boqueirão — boqueirão X — até onde deve ir a BR.

O Sr. João Agripino — V. Exa. é mais contra o boqueirão do que contra a emenda.

O SR. DINARTE MARIZ — Foi voto vencido na Comissão de Finanças e acho que a emenda deve ser recusada, em nome da Comissão de Finanças que está também de acordo com a rejeição. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados (Pausa). A emenda está rejeitada.

E a seguinte

EMENDA Nº 21 (CF)

Acrescente-se ao art. 77, o seguinte parágrafo único. A Rodovia BR-11 do Plano Rodoviário Nacional passa a ter a seguinte discriminação:

BR-11, Boqueirão do Cesário (Ce) — Aracati — Mossoró — Natal — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju

— Esplanada — Feira de Santana — Milagres — Maracás e Brumado.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 22.

**O SR. JOÃO AGRIPIÑO:**

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador João Agripino.

**O SR. JOÃO AGRIPIÑO:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Essa, Senhor Presidente, é precisamente a emenda referente aos dois décimos por cento da renda tributária da União destinados aos programas estaduais.

A emenda suprime e mantém os dois décimos, portanto sem qualquer economia para aplicação em projetos de qualquer natureza que sejam aprovados de interesse dos Estados do Nordeste.

O argumento do Relator de que não se pode suprimir no curso do plano nacional para planos estaduais portanto não procede, porque mantém os projetos de interesse do Estado e a Emenda chega a essa coisa que me refere — ordê-me o Relator — em nenhuma hipótese diz o § 3º.

“Em nenhuma hipótese a SUDENE atribuirá aos Estados a responsabilidade da execução dos projetos aprovados na forma deste artigo, podendo, entretanto, mediante contrato ou convênio outorgá-la a organizações privadas de reconhecida idoneidade e comprovada capacidade técnica, ou a órgãos ou entidades federais com atuação na área do Nordeste.”

Sr. Presidente não podemos legislar com a preocupação de excluir o Estado da administração, como se o Estado fosse um réprobo. Uma organização particular pode executar, qualquer organização federal pode executar, mas o Estado não pode, e não pode executar o quê, Sr. Presidente? O que se negou ao Estado o direito de executar obras?

Negou-se ao Estado uma prerrogativa. A SUDENE dará se quiser, não é obrigada a dar ao Estado, suprime-se o direito da SUDENE de delegar ao Estado uma obra destas de interesse dos Estados do Nordeste.

Estes dois décimos são aplicados em projetos de interesse do Nordeste, e se nega ao Estado a responsabilidade da execução de projetos de obra que pretende, outorga a empresas privadas e organizações privadas, organizações ou entidades federais, com atuação na área do Nordeste.

Sr. Presidente, não tenho como generalizar o conceito de que os administradores estaduais do Nordeste sejam desonestos ou incapazes. Temos que convir que são homens, na sua maioria, de primeira qualidade.

O Sr. Dinarte Mariz — No meu Estado, pelo menos, são.

**O SR. JOÃO AGRIPIÑO —** ... e que honram a administração pública, sobretudo porque administram Estados que não têm recursos financeiros, sabem administrar sem dinheiro, são diferentes de outros administradores, que só sabem administrar com muito dinheiro. Não é difícil administrar quando se tem muito dinheiro; a dificuldade está em administrar quando não se tem dinheiro.

Sr. Presidente, não posso admitir que o Congresso Nacional lavre este atestado de idoneidade, de improbidade aos administradores estaduais do Nordeste e por isso voto contra a Emenda. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, antecipe-me na opinião que tenho formada quanto à participação dos Estados na SUDENE. Longe de mim chegar ao ponto de apontar qualquer Governador deste País e da minha região, como inidôneo para a execução de qualquer serviço.

O Sr. Dir-Huit Rosado — Mas em verdade os há.

O SR. DINARTE MARIZ — Minha intenção não é esta. Minha intenção é exatamente manter o sistema criado pela SUDENE no seu início, evitando que os Estados participem de recursos para a sua aplicação.

Devo esclarecer a V. Exa. e ao Senado, que todas as obras construídas no Nordeste são de interesse dos Estados e dos Municípios. Não me venham com argumentos de que os Estados tem interesses que não são os mesmos da SUDENE. Onde a SUDENE vai aplicar esses recursos, senão exatamente nos Estados do Nordeste? Se os está empregando nos Estados do Nordeste, emprega-os também nas suas comunas e nos seus Municípios. Logo, o interesse dos Estados e dos Municípios são, em seu todo, da nossa região.

Assim, Sr. Presidente, tenho a impressão de que esta Emenda não vai ferir a nenhum Governador. Nenhum deles pode sentir-se ofendido porque eu, quando Governador, bem como outros que também não mais estão governando, nenhum de nós pleiteou empregar qualquer dinheiro da SUDENE em obras estaduais. Obras estaduais de grande envergadura são estas que estão sendo contruídas para tirar o Nordeste da dificuldade econômica que ora atravessamos e da grande crise social que se está criando no Nordeste.

Se dividirmos os recursos da SUDENE — e repito aqui, como disse há pouco — hoje serão 0,2%, amanhã serão 10 e depois a SUDENE deixará de ter o seu papel de responsável pela integração do Nordeste na economia nacional para ceder lugar aos Estados que, no seu apetite, lançarão mão dos recursos da SUDENE para aplicações onde julgar convenientes.

Se abrírmos este precedente, não teríamos ilusão — estará terminada a missão da SUDENE no Nordeste brasileiro. Esta a minha opinião.

O Sr. João Agripino — Os dois décimos a que V. Exa. se refere tanto no projeto, como na emenda de V. Exa. o precedente já está aberto.

**O SR. DINARTE MARIZ —** Exatamente; V. Exa. compreendeu muito bem. E todos estão compreendendo porque meu argumento é justamente contrário às delegações aos Estados, porque haverá uma deturpação do sentido pelo qual criamos a SUDENE.

O meu ponto de vista. Tenho a impressão de que é o certo, o que serve melhor à região nordestina. Evitando que os Estados participem dos recursos quando forem, através de seus Governadores, pleitear qualquer medida junto à SUDENE, não serão estes apontados como agindo em interesse próprio, na aplicação de verbas nos seus Estados.

Esta a minha opinião e também a da maioria. Creio, pois, que a emenda da Comissão de Finanças merece o apoio e a aprovação desta Casa. (Muito bem).

**O SR. VICTORINO FREIRE:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não sei exatamente o número da Emenda porque estava ausente do Plenário e não tenho o aviso em meu poder. Esta Emenda proíbe os Estados de receberem quaisquer recursos. Tudo deve ser feito através da SUDENE que, assim, terá de instalar serviços nos Estados para executar suas obras. Não pode delegar aos Estados qualquer atribuição.

O Sr. Dinarte Mariz — Permita-me V. Exa. apenas um esclarecimento. A SUDENE não é obrigada a instalar serviços porque, como muito bem argumentou o nobre Senador João Agripino, ela deve ser seus órgãos de execução, através das repartições federais.

O Sr. João Agripino — Argumento muito bem mas V. Exa. não aceita meus argumentos, ou então os cita para tirar deles argumentos diferentes.

O Sr. Dinarte Mariz — Estou aceitando, tanto que me referi a ele. Quero acentuar que, por exemplo, para os serviços de estradas de rodagem há o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

O SR. VICTORINO FREIRE — Sr. Presidente, de qualquer forma a emenda proibindo taxativamente que os Chefes de Estado possam aplicar recursos, os deixa sob certa suspeita. Assim, a representação do Maranhão não pode dar apoio à Emenda e contra ela votará.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!).

**O SR. LEITE NETO:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, evidentemente, apesar de fazer parte da Comissão de Finanças, não tive oportunidade de, naquele órgão, tomar conhecimento desse dispositivo.

§ 3º da Emenda estabelece o seguinte:

§ 3º Em nenhuma hipótese a SUDENE atribuirá aos Estados a responsabilidade da execução dos projetos aprovados na forma deste artigo, podendo, entretanto, mediante contrato ou convênio outorgá-la a organizações privadas capacidade técnica ou a órgãos ou entidades federais com atuação na área do Nordeste.

Sr. Presidente, longe de mim supor que o nobre Senador Dinarte Mariz, ilustre Relator da matéria e que, com tanta dedicação, estudou o Projeto e as emendas que lhe foram apresentadas, tivesse qualquer intuito de fazer restrição à honestidade dos Srs. Governadores.

Estou certo de que, absolutamente, essa idéia não ocorreu a S. Exa. Contudo permito-me demonstrar que, infelizmente, esse dispositivo não pode ser aprovado sob pena de prejudicar todos os Estados nordestinos atingidos na área da SUDENE.

Independente da SUDENE, já temos, por exemplo, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que, não dispondo de pessoal e de material suficientemente para executar todas as obras rodoviárias do País, constantemente está celebrando acordos e convênios e delegando poderes aos Estados para fazerem aplicação das verbas que lhe são consignadas. Estou seguramente informado de que a SUDENE deixou de aplicar na construção de rodovias no Nordeste cerca, se não me engano, de um bilhão de cruzeiros devido à deficiência do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. O meu Estado foi um dos que, no ano passado, sofreram esse prejuízo. Então essas verbas não foram aplicadas porque o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não tinha suficiente capacidade para investir esses recursos.

Com a exclusão consubstanciada nesse § 3º, o mal vai ser agravado. A própria SUDENE, atualmente, reconhece essa lacuna e está celebrando acordos com os Estados, delegando poderes para a aplicação desses recursos em estradas de rodagem. Ainda recentemente tive conhecimento de um fato específico, desse que estou citando.

Assim, Sr. Presidente, se aceitarmos a Emenda iremos concorrer para

agravar a situação atual. Como disse há pouco, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem não dispõe dos meios, dos elementos materiais e de pessoal bastante para fazer aplicação de verbas. Para suprir essa deficiência, para corrigi-la, a SUDENE está delegando poderes aos Estados. Por que então vamos ao extremo de permitir que a SUDENE mediante contrato ou convênio, outorgue a organizações privadas a competência par empregar dinheiros públicos e não se outorga idêntica competência, aos Estados, que são membros da Federação e que, no conjunto, representam essa mesma Federação? Não tem sentido.

O Sr. Heribaldo Vieira — Estou de acordo.

O SR. LEITE NETO — Faço aqui um apelo ao meu eminente amigo Senador Dinarte Mariz para que S. Exa. atente para esse aspecto da questão, conhecedor que é dos problemas nordestinos, não só pela vivência naquela região como também pela experiência acumulada no exercício do Governo de seu Estado.

Se aprovada for esta Emenda, Sr. Presidente, não teríamos a menor dúvida de que os Estados do Nordeste vão ser prejudicados. (Muito bem).

**O SR. DANIEL KRIEGER:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas algumas palavras.

No sistema bi-cameral existente no País, a Câmara dos Deputados representa o povo, o Senado da República representa os Estados. Creio que não é o possível ao Senado, sem negar a sua própria existência, aprovar a Emenda ora em debate. Será que os Srs. Senadores, que não são representantes do povo e são apenas representantes dos Estados da Federação Brasileira, vão confessar, de público, que seus Estados não estão capacitados para realizar uma obra por delegação da SUDENE? (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

E a seguinte:

EMENDA Nº 22 (CF)

Ao art. 84 a seus parágrafos, dá-se a seguinte redação:

“Art. 84. Dois décimos por cento (0,2%) da renda tributária da União a serem destacados da parcela a que se refere o art. 10 da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, a SUDENE reservará para aplicação em projetos de qualquer natureza, que haja aprovado de interesse dos Estados do Nordeste.

§ 1º. Os recursos de que se trata serão aplicados tanto quanto possível com base nos índices estabelecidos pela Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949.

§ 2º. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, o índice referente ao Estado do Maranhão não será nunca inferior a 3% (três por cento) do total dos recursos destacados nos termos deste artigo.

§ 3º. Em nenhuma hipótese a SUDENE atribuirá aos Estados a responsabilidade da execução dos projetos, aprovados na forma deste artigo podendo, entretanto, mediante contrato ou convênio outorgá-la a organizações privadas de reconhecida idoneidade e comprovada capacidade técnica ou a órgãos ou entidades federais com atuação na área do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 23.  
Tem a palavra o nobre Senador João Agripino, para encaminhar a votação.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

(Para encaminhar à votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores pedi a palavra para uma explicação.

A Emenda nº 23 manda que a SUDENE providencie imediatamente, através dos órgãos federais especializados da União e nos termos desta e de outras leis em vigor, a aquisição no País ou no Exterior, de máquinas apropriadas à perfuração de poços e de motores-bombas destinados aos trabalhos de irrigação, assim como de motores para pequenas indústrias rurais.

E estabelece que os motores-bombas serão vendidos pelo preço de custo aos agricultores que os destinarem à irrigação, através de empréstimos a juros nunca superiores a 4%.

Sr. Presidente, esta matéria já está contida no Art. 44 do projeto, que dispõe sobre o assunto de modo geral, e diz: (Lê):

Art. 44. A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas ou Associações Rurais, inclusive através da fixação de preços mínimos da revenda, arrendamento ou empréstimos e máquinas agrícolas e seus implementos, adubos, inseticidas, produtos veterinários, sementes e animais selecionados e quaisquer outros bens intermediários agropecuários, compra e venda de safras, sementes ou mudas e doação de sementes ou mudas aos agricultores extremamente necessitados.

§ 3º estabelece que:

"A revenda poderá ser feita a prazo não superior a 5 anos e juros não superiores a 6% anuais"

O juro varia. Então, fica um tratamento diferente em relação a motores-bomba e outros equipamentos e implementos agrícolas, que ficarão sujeitos, pelo Art. 44, e juros mais elevados.

Por outro lado, o referido Art. 44 estabelece que a SUDENE venderá ao agricultor a prazo, apanhará os títulos e os redescartará no Banco, para o produtor adquirir o empréstimo. O que sabemos é que dificilmente o agricultor conseguirá esse empréstimo; daria muito trabalho.

A meu ver o projeto não especifica máquina nenhuma, permitindo que a SUDENE que tem planos de perfuração de poços na base de cinco bilhões de cruzeiros, procure se equiparar devidamente para a execução desse Plano.

Diz a emenda no seu caput que a SUDENE providenciará, imediatamente através dos órgãos federais especializados na União e nos termos desta e de outras leis em vigor a aquisição, no País ou no Exterior de máquinas apropriadas à perfuração de poços tubulares e de motores-bombas destinados aos trabalhos de irrigação; assim como de motores para pequenas indústrias rurais.

A SUDENE não pode providenciar através de órgão nenhum; todos são autônomos e comprarão se quiserem. A SUDENE não tem como compeli-los a isso. Melhor redação está no Art. 44 e por isso entendo que a emenda deve ser rejeitada. (Muito bem!)

**O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente,

a emenda que acaba de ser discutida foi inspirada por mim na Comissão de Finanças.

Realmente, o art. 44 do Projeto trata da assistência por parte da SUDENE aos agricultores, generalizando. Essa generalização é uma porta aberta a que a SUDENE destine os recursos de que dispõe para fins muitas vezes não interessantes a organizações agrícolas do Nordeste.

Fala-se, ou falou-se há pouco tempo, na dificuldade que se estava criando à SUDENE com as Verbas globais.

Dentro do sistema da Constituição, as verbas devem ter especialização a mais rigorosa possível; é exigência da própria Constituição, de modo que o estabelecido no Art. 44 fica melhor discriminado na emenda que sugeri à Comissão de Finanças e foi por ela aprovada.

O art. 44, que procuramos reformar, não tem essas referências específicas que estabeleci na minha emenda. A emenda que apresentei faz referência especial aquilo de que mais precisa o Nordeste.

Diz o art. 44: (Lê)

Art. 44. A SUDENE prestará assistência ao agricultor e ao pecuarista, diretamente ou por intermédio de entidades públicas federais, estaduais ou municipais, sociedades de economia mista, cooperativas ou Associações Rurais, inclusive através da fixação de preços mínimos, da revenda, arrendamento ou empréstimo de máquinas agrícolas e seus implementos, adubos, inseticidas, produtos veterinários, sementes e animais selecionados e quaisquer outros bens intermediários e agropecuários, compra e venda de safras, sementes ou mudas e doação de sementes ou mudas, aos agricultores extremamente necessitados.

Seguem-se os parágrafos:

§ 1º A SUDENE poderá cobrar, segundo a capacidade de pagamento de beneficiário a indenização de despesas que efetuar na prestação dos serviços de assistência técnica.

§ 2º A SUDENE fixará as condições para o empréstimo de máquinas e implementos agrícolas referidos neste artigo.

§ 3º A revenda poderá ser feita a prazo não superior a 3 anos e juros não superiores a 6% anuais.

§ 4º Os títulos oriundos da revenda poderão ser negociados pela SUDENE em estabelecimentos oficiais de crédito.

§ 5º O produto da venda e a indenização de despesas decorrentes de tais operações constituirão recursos próprios da SUDENE e serão reaplicados nas mesmas finalidades indicadas neste artigo.

Nesta parte, vê V. Exa. Sr. Presidente, que o objetivo é dar um sentido orgânico e perfeito, para que funcione, no Nordeste, aquilo de que mais precisamos: o aproveitamento da água, irrigação, mecanização da lavoura, etc., etc.

Há outro ponto. O § 1º da emenda por nós apresentada diz que deve ser feito o serviço de perfuração de poços tubulares. Estes serão perfurados sem ônus para os proprietários de pequenas glebas, reconhecidamente pobres, nas localidades onde residem.

A razão disso, Sr. Presidente, é, como tive ocasião de uma vez esclarecer ao Superintendente da SUDENE, que os proprietários, os camponeses, os homens pobres, os pequenos proprietários do Nordeste, não têm recursos financeiros para cooperar com a SUDENE na execução de trabalhos dessa natureza.

A emenda assegura o direito ao proprietário humilde, o que não pode custear as despesas de perfuração de poços tubulares, que a SUDENE, aten-

dendo à sua situação de pobreza, perfure os poços, na propriedade dessas que precisam mais.

A emenda ainda tem a vantagem de, na parte de revenda de máquinas, instituir uma taxa de juros inferior à que o projeto estabelece. Pede-se, no projeto, que haja a cobrança de juros para as máquinas e instrumentos agrícolas vendidos ou revendidos, à taxa de seis por cento. É exorbitante. A taxa de juros não deve exceder de quatro por cento.

Por todas essas razões, havendo mesmo alguma coisa repetida ou prevista no texto do art. 44 do projeto, minha emenda discrimina melhor, ampara os agricultores pobres e tem a vantagem da especialização ou da discriminação dos serviços que devem ser realizados.

Nestas condições, Sr. Presidente, entendo que a emenda deve ser aprovada. (Muito bem!)

**O SR. DIX-HUIT ROSADO:**

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, lamento profundamente discordar do nobre Senador João Agripino.

Estou convencido de que o homem dos Carris Velhos da Paraíba devia, realmente, apresentar esta emenda.

A emenda atende melhor discriminando um dos aspectos mais importantes do Nordeste brasileiro, a questão que hoje à tarde focalizei: a perfuração dos poços tubulares para alcançar as águas magnéticas e meteorológicas e, também a oportunidade da aquisição de motor-bomba pela SUDENE, para tirar água do subleito dos rios, alcançando o lençol freático, às vezes rico do Nordeste, nos seus vales secos para dar maiores oportunidades à agricultura da nossa região.

Os homens que discutiram os problemas da água no Nordeste, inclusive o meu eminente amigo, um dos homens mais esclarecidos, sobre esse aspecto, em relação ao Nordeste, o mineiro Guimarães Duque, limitava até certo ponto as áreas possíveis de conquista pela irrigação, do Nordeste dando as áreas apresentadas pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas certa limitação que prejudicava a capacidade de conquista do povo brasileiro.

Em verdade, os poços tubulares de média profundidade que podem alcançar os lençóis d'água da região calcárea do Nordeste e que poderiam servir para dessedentar a população e o gado agora se avantajam com a conquista do arenito onde poderá encontrar água em abundância que permitirá a irrigação.

Sei, Senhor Presidente, que o nobre Senador Argemiro de Figueiredo, conhecendo o problema, como conheço nas Carris Velhos da Paraíba, que teve oportunidade de visitar para estudar o problema do poço tubular de relativa profundidade com resultados que só nós, nordestinos, podemos alcançar.

Sei, ainda, a influência extraordinária que pode causar a uma pequena gleba a perfuração de um poço hoje nas áreas onde a perfuração poderá alcançar o líquido precioso a setenta, cem e até duzentos metros, que é a média da capacidade das perfuratrizes existentes no Nordeste. Esses poços custaram, no mínimo, se mecanizados, um milhão e 200 mil cruzeiros.

Quanto nordestinos na minha região, poderiam conseguir recursos para perfurar esses poços? Seria possível contá-los pelos dedos das duas mãos. Mas, a SUDENE para o Nordeste poderá perfurar poços de pequena profundidade ainda dentro da

convenção do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, conservando vinte metros quadrados para que outros vizinhos possam aproveitar nas suas criações e também para uso doméstico. Teremos, então, desenvolvido área de grande aproveitamento, até então abandonado, pela agricultura, pela pecuária, pela capacidade de conseguir água suficiente para dar ao gado de qualquer espécie.

Há ainda problema mais grave que será solucionado. Na reconquista de áreas altas, que até então não poderiam ser aproveitadas, porque para nós era possível e até para os mais afortunados, alcançar arenito na profundidade de quatrocentos, seiscientos e até oitocentos metros. Como está preconizado no convênio entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Petrobrás, se possibilita o equacionamento do aproveitamento da água, através dos poços tubulares. Por isso, Senhor Presidente apoio a emenda do nobre Senador Argemiro de Figueiredo, reconhecendo não o mérito extraordinário de atender não só aos que não terão capacidade de perfurar poços tubulares na sua gleba como, também, desenvolver cada vez mais a nossa região. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte

**EMENDA Nº 23 (CF)**

Incua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará imediatamente, através dos órgãos federais especializados na União e nos termos desta e de outras leis em vigor a aquisição, no País ou no Exterior, de poços populares e de motores-bombas destinados aos trabalhos de irrigação assim como de motores para pequenas indústrias rurais.

§ 1º Os poços tubulares serão perfurados sem ônus para os proprietários de pequenas glebas, reconhecidamente pobres nas localidades onde os mesmos residam.

§ 2º Os poços perfurados, na forma do parágrafo anterior, constituirão servidão pública dos proprietários vizinhos.

§ 3º Os motores-bombas adquiridos nos termos deste artigo, serão vendidos pelo preço do custo aos agricultores que os destinarem à irrigação, facilitada a aquisição através de empréstimos pelos estabelecimentos próprios de crédito, a juros nunca superiores a 4% (quatro por cento) ao ano, resgatáveis no prazo de 2 (dois) anos.

**O SR. PRESIDENTE:**

Vai ser votada a emenda nº 23

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Para encaminhar a votação). (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, essa emenda de minha autoria foi aprovada pela Comissão de Finanças, mas está com a sua redação um pouco confusa, ou melhor, defeituosa. Portanto, em nome da Comissão de Finanças solicito a retirada da emenda.

**O SR. PRESIDENTE:**

O nobre Senador deverá enviar à Mesa requerimento de retirada da emenda assinado pela maioria dos membros da Comissão.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

Sr. Presidente, requerio, então, des- taque da emenda para a sua rejeição. V. Exa. poderá colocar em votação o pedido de destaque.



**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação o pedido de destaque para rejeição da emenda.  
Os Srs. Senadores que aprovam o pedido de destaque, queiram permanecer sentados. (Pausa).  
Foi rejeitada a Emenda.

E' a seguinte

**EMENDA Nº 26**

Inclua-se, onde couber:

Art. .... O Banco do Nordeste concederá empréstimos a juros de 7% (sete por cento) ao ano, vencíveis em 10 (dez) prestações anuais aos Municípios não servidos pela energia de Paulo Afonso e que pertençam a Estados não banhados pelos rios São Francisco e Parnaíba.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 27.  
Há requerimento de destaque que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

**Requerimento nº 257, de 1963**

Nos termos dos arts. 212, letra l e 310, letra c, do Regimento Interno, requeiro destaque para rejeição da seguinte parte da Emenda nº 27 ao Projeto de Lei da Câmara nº 185, de 1962:

"...desde que a sua área estiver também incluída no Polígono".

Sala das Sessões, 29 de maio de 1963.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação o requerimento.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra para encaminhar a votação, o nobre Senador Dinarte Mariz.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, este destaque por mim pedido, refere-se apenas ao final da emenda, à parte que diz: "estiver também incluído no polígono".

Esta emenda, muito justa, foi inspirada pelo eminente Senador Milton Campos e disciplina a matéria na parte em que diz que os municípios desmembrados, devam ou não fazer parte do polígono.

Ora, se o município já pertence ao polígono, se se desmembra para outro município, nada mais justo do que fazer parte do polígono.

Este destaque, também inspirado por S. Exa. dá mais amplitude à emenda e atende melhor o objetivo que o inspirou.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em votação a Emenda, salvo destaque.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

E' a seguinte

**EMENDA Nº 27**

Inclua-se onde couber:

Art. .... "O Município criado com o desdobramento da área de município incluído no polígono da seca será considerado como pertencente a este para todos os efeitos legais e administrativos, desde que a sua área estiver também incluído no polígono".

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 29.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra para encaminhar a votação, o nobre Senador João Agripino.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

Sr. Presidente, esta emenda tem por objetivo conceder imunidade, prevista no art. 31, V, "a", da Constituição Federal, ao Banco do Nordeste do Brasil.

A imunidade, como se sabe é o dispositivo constitucional que veda a União, ao Distrito Federal e aos Municípios lançar imposto sobre:

"a) bens, rendas e serviços uns dos outros..."

Ela se refere, especificamente a entidades de direito público. O Banco do Nordeste é sociedade de economia mista, sociedade anônima, portanto, uma empresa privada, embora a União seja portadora de maioria do capital.

Lembro que não há dispositivo de lei que conceda isenção de impostos a qualquer entidade de economia mista. Não me parece correto, portanto, começar pelo Banco do Nordeste. Poderemos isentar o Banco, como já estamos fazendo por lei, dos tributos federais, mas não dos tributos estaduais e municipais, porque isto é imunidade que a Constituição só assegura aos Estados, aos Municípios e à própria União.

Se fizermos isso, Sr. Presidente, amanhã ninguém poderá impedir que concedamos imunidades fiscais a qualquer sociedade de economia mista, a qualquer Município seja titular de maioria das ações, porque da mesma forma é assegurado tratamento idêntico. Se dermos imunidades a organizações particulares em que a União é portadora de maioria de capital, teremos que dar as mesmas imunidades às entidades particulares, nos Estados e nos Municípios, o que me parece absurdo e inconveniente. (Muito bem).

**O SR. WILSON GONÇALVES:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. Senadores, a apresentação desta emenda e sua aceitação pela Comissão de Finanças, visava, como está claro do seu texto, a conceder imunidades fiscais ao Banco do Nordeste do Brasil S. A.

Em face do esclarecimento do nobre Senador João Agripino, de que não há outra Sociedade de Economia Mista no País que goze de idêntica regalia, estamos aqui para concordar com S. Exa. no sentido da rejeição da emenda. Mesmo porque, pleiteamos para o Nordeste que realmente nos possa caber, sem que nos seja dado a título de prerrogativas ou privilégios.

Na verdade, posso afirmar à Casa que até hoje o Banco do Nordeste não tem pago impostos a qualquer um dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios, alegando, em face do texto do Art. número 31, V, letra "a", a Constituição Federal, que milita em seu favor as imunidades fiscais. Entretanto, tomando em consideração a informação, que nos parece muito precisa, de que não há outra sociedade de economia mista no País a gozar das imunidades fiscais, estamos para concordar com S. Exa., aguardando que o Judiciário nos diga da sua procedência ou não. (Muito bem).

**O SR. LEITE NETO:**

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Banco do Nordeste, do Brasil é na realidade, um Banco da União. Suas ações são decorrentes de subs-

crições previstas até no texto constitucional.

O nobre Senador João Agripino citou o fato de que não há precedentes para a imunidade fiscal concedida a outros Estados. Confesso que aceito a explicação de S. Exa., embora tenha as minhas dúvidas com referência ao próprio Banco do Brasil que, aliás, é Sociedade de Economia Mista em condições diferentes do Banco do Nordeste. S. Exa., porém, só se referiu à parte legal, dizendo que não havia nenhuma lei que concedesse essa imunidade a estabelecimentos dessa natureza.

Logo, Sr. Presidente, isto significa aproveitando o próprio argumento de S. Exa. que se a lei atual concedesse essa imunidade, então estaria legalizada a situação.

Sr. Presidente, aceito a manifestação da Comissão de Finanças, alterando o parecer mas quero declarar que não vejo nenhuma inconveniência à aprovação desta emenda que viria beneficiar um órgão que realmente, sem nenhum exagero, tem sido o de mais eficiente assistência à economia do Nordeste.

Exemplifico com o meu Estado, onde este Banco tem prestado serviços muito mais relevantes do que a própria SUDENE, na cooperação financeira para fomento à industrialização, no meu Estado.

Sr. Presidente, que sei que vou votar vencido, mas permaneço no meu ponto de vista. Votarei a favor da emenda. (Muito bem).

**O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, mesmo tendo meu eminente companheiro na Comissão de Finanças, o nobre Senador Wilson Gonçalves, desistido da emenda, desejo fazer um apelo a S. Exa. no sentido de mantê-la e, ao mesmo tempo, pedir a compreensão dos que a impugnam para os argumentos que vou expor.

O Banco do Nordeste, do Brasil, na verdade, é uma sociedade de economia mista e, até certo tempo viveu inteiramente, em quase inteiramente, alheio às suas atividades específicas. O Banco do Nordeste é uma instituição de crédito criada no Governo do Presidente Getúlio Vargas com o fim quase exclusivo de ajudar a agricultura, promovendo financiamentos aos agricultores e à pequena indústria, na zona rural.

Não poucas vezes no velho Congresso Nacional, levantei-me contra o fato de essa organização de crédito, fora da sua estrutura jurídica, e de suas finalidades, estar-se transformando, como se transformou até certo tempo, num estabelecimento de usura, de interesses, pois, havia mais facilidade de um comerciante descontar um título e obter financiamento para determinados negócios comerciais, do que um agricultor conseguir, apelando para a finalidade do Banco, o crédito desejado.

Hoje, porém, devo declarar, o Banco do Nordeste do Brasil está integrado em suas verdadeiras funções: não visa a lucros e cumpre sua destinação específica de financiar o pequeno agricultor. Assim, essa organização, reintegrada em sua estrutura legal e atendo ao objetivo para o qual foi criada, merece a nossa ajuda.

Apelaria, portanto, para os que combatem a emenda e aos que desistem da emenda, já aprovada pela Comissão de Finanças, no sentido de que aprendessem bem o sentido do que está no texto da emenda, que é conceder isenção fiscal a um estabelecimento criado pelo imortal Getúlio Vargas, com o destino exclusivo de dar assistência ao pequeno agricultor.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Exa. um esclarecimento? (Assentimento do orador) Nobre Senador Argeiro de Figueiredo, não retirei a

emenda, apenas concordei com os argumentos expendidos pelo nobre Senador João Agripino, no sentido da rejeição.

O SR. ARGEIRO DE FIGUEIREDO — Faço apelo a V. Exa., com a alma livre de qualquer influência subalterna, para que prestigie esse estabelecimento de crédito que hoje está integrado em suas funções. Não se trata de um banco qualquer, cujas operações tem o objetivo de seu enriquecimento, de aumentar seu patrimônio; o Banco do Nordeste é destinado só e só a ajuda e ao financiamento ao pequeno agricultor. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprova-se.

E' o seguinte:

**EMENDA Nº 29 (CF)**

Art. ... O Banco do Nordeste do Brasil S. A., sociedade de economia mista, com sede em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, goza da imunidade fiscal de que trata o art. 31, V, "a", da Constituição Federal.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a emenda nº 35.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, essa emenda é inteiramente insustentável.

A emenda nº 35 é a seguinte:

Os convênios ou acordos realizados com as Empresas de Energia Elétrica de que a União, os Estados ou Municípios participem com maioria de capital serão automaticamente registradas pelo Tribunal de Contas e dispensam interferência de executor, cujas atribuições a elas caberão.

A Constituição Federal estabelece no Art. 77 que compete ao Tribunal de Contas:

III — Julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

§ 1º Os contratos que, por qualquer modo, interessarem à receita ou à despesa se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Tribunal de Contas.

Não existe modalidade de registro automático de contrato. Existe registro automático de crédito, mas de contrato, não; e nenhuma lei poderá mandar o Tribunal de Contas registrar contrato, ainda que fosse legal, pois cabe, especificamente, pela Constituição, ao Tribunal examinar a legalidade do contrato. Assim se a função específica do Tribunal é examinar a legalidade do contrato e não pode fazê-lo sem estudar o contrato, é uma aberração jurídica e absolutamente inconstitucional o dispositivo que determina que o Tribunal de Contas registre automaticamente um contrato, um convênio, um acordo. Por isso acho que a emenda deve ser rejeitada. (Muito bem).

**O SR. WILSON GONÇALVES:**

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Finanças ao examinar a emenda número 35 teve em mente, acima de tudo, acelerar a tramitação dos documentos referentes a acordos e convênios realizados com Empresas de Energia Elétrica em que o Poder público participasse com maioria de capital contínua, evitando também a interferência do executor desses acordos que, na verdade, em muitos casos, se transforma em ditador-mirim, embaraçando as coisas até o interesse do empreendimento. No entanto, nós reconhecemos que a Emenda foi mal-posta. Querendo se



referir evidentemente aos créditos destinados a esse serviço empregou as palavras "convênios e acordos", que, por lei, devem ser examinados previamente pelo Tribunal de Contas. Em face disto e pela preocupação que temos de dotar a SUDENE de um instrumento que se mantenha dentro dos limites estritamente legais e possa ser empregado no sentido de servir econômica e socialmente o Nordeste, concordamos com a rejeição da emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está rejeitada.

E' a seguinte:

EMENDA Nº 25 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... Os convênios ou acordos realizados com as Empresas de Energia Elétrica de que a União, os Estados ou Municípios participam com maioria de capital serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e dispensam interferência de executor, cujas atribuições a elas caberão.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 33.

O SR. JOÃO AGUIPINO:

Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a emenda 33 tem uma redação que não me parece bem precisa, mas se bem entendi do que ela significa, ela quer determinar a função executiva de todas as obras e serviços referentes ao desenvolvimento do Nordeste atribuída à SUDENE, portanto, funções executivas atribuídas à SUDENE, ficam a cargo dos órgãos federais sediados na região, observada a natureza técnica.

O Parágrafo Único está assim concebido:

"A faculdade assegurada à SUDENE para contratar obras e serviços ligados ao desenvolvimento do Nordeste das Sécas somente será exercida quando não houver nos órgãos ou Departamentos Federais pessoal técnico e especializado para a execução dos mesmos".

A SUDENE executa o seu programa através dos órgãos federais e algumas vezes delega aos Estados atribuições executivas. Mas a lei atribui à SUDENE a faculdade de executar diretamente em alguns casos.

A lei, por exemplo, 3.692, de 15 de dezembro de 1959, no seu Artigo 8º, alínea "b", atribui à SUDENE executar projetos que forem diretamente atribuídos à SUDENE.

C que se pretende na emenda é impedir que a SUDENE execute qualquer obra e só possa contratar com terceiros, se não houver nos órgãos ou Departamentos Federais pessoal técnico especializado para execução das mesmas. Mas a execução de obra nem sempre está na dependência de pessoal técnico; o Departamento pode ter pessoal técnico mas não em disponibilidade porque ocupado na execução de determinadas obras, ou serviço.

De modo que se esta emenda retirar da SUDENE todas as atribuições específicas que leis anteriores concederam ela não tem cabimento; mas se a emenda tem por objetivo dizer apenas que a SUDENE deve executar seus planos através de órgãos do Governo, perfeito, e as leis anteriores já disseram, ela seria redundante.

Por isto pedi destaque, para rejeição da emenda. (Muito bem).

O SR. ARGÊMIO DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação — Sem revisto ao orador) — Sr. Presidente, a emenda em discussão tem inspiração minha, e seus objetivos são bem claros.

Amanhã, quando se discutir nesta Casa o plano Diretor da SUDENE, peço a atenção do Senado para o gravíssimo erro da estruturação que se havia cometido; desde 1953, depois a SUDENE, além da função de planejadora, coordenadora e executora dos órgãos, na execução de serviços interessantes a ela, tinha a função executiva.

Amanhã, Sr. Presidente, o que estamos vendo na prática, de 1953 para cá, a SUDENE intervém diretamente nos velhos Departamentos dos órgãos federais já existentes, retirando de lá o pessoal técnico que há mais de 50 anos vem servindo, cumprindo seu dever sem constituir pessoal próprio, criando, assim, dentro da administração, uma duplicidade de órgãos, uma concorrência desleal, como declarei na sessão da manhã de hoje.

A SUDENE atrai técnicos de velhos Departamentos da União, pagando-lhes o dobro do vencimento que recebiam. Assim é no D.N.E.R., no L.N.O.C.S., enfim, em todos os órgãos Federais, que estão de paratibação para que a SUDENE, com a atribuição que a lei lhe deu, chame, a si toda esta gente.

A preocupação da Emenda, é que a SUDENE dê a função específica, respeitando as funções específicas dos órgãos do Governo Federal. Se temos o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem com pessoal executivo para todos os serviços de pavimentação, construção de rodovias; se temos o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas com engenheiros e técnicos especializados para as grandes obras hidráulica que o Nordeste exige, por que dar à SUDENE o direito de executar obras, quando a União dispõe de pessoal técnico especializado, capaz de executar obras planejadas pela SUDENE?

A emenda visa isto:

"A função executiva de todas as obras e serviços referentes ao desenvolvimento do Nordeste fica a cargo dos órgãos federais sediados na região, observadas a natureza técnica e a especialização de cada um deles.

Se é um serviço de barragem e acudagem, o DNOCS é um elemento integrante da SUDENE que vai realizá-lo, se se trata de uma rodovia é o D.N.E.R. que o executará não é possível deixar esses Departamentos especializados à margem da planificação da SUDENE.

Sr. Presidente, há uma duplicidade que precisa ser repelida pelo Congresso. A argumentação que ouvimos há pouco, realmente cala em nosso espírito para aquelas hipóteses em que o Governo Federal não tenha Departamentos especializados para certos serviços, não disponha de técnicos especializados, nem a SUDENE também os possui. O fato é que a emenda que apresentei resolve inteiramente esses casos e não prejudica a região.

Dispõe o parágrafo:

"A faculdade assegurada à SUDENE para contratar obras e serviços ligados ao desenvolvimento do Nordeste das Sécas somente será exercida quando não houver nos órgãos ou Departamentos Federais pessoal técnico especializado para a execução dos mesmos".

Está inteiramente resolvido, no § 1º da Emenda, essa dificuldade porque, não dispondo a União de departamento oficial especializado para determinado serviço, fica reservado à SUDENE o direito de contratar técnicos especializados para executá-lo.

A emenda é de uma utilidade excepcional. Vai coordenar os órgãos federais, de acordo com as suas funções técnicas, dando a cada um deles a execução, sem prejudicar o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, porquanto atribui à SUDENE — repito — o direito de contratar técnicos especializados, quando não os possuírem os Departamentos Federais existentes. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 33.

O SR. AURÉLIO VIANA:

(Para encaminhar a votação Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, num certo sentido, a emenda subordina órgãos federais à SUDENE.

A SUDENE contrata; a SUDENE fiscaliza; a SUDENE pressiona. E' o poder subordinante. Noutros atos, noutras emendas, verificamos da preocupação com que se houve a Comissão de Finanças para dar à SUDENE poderes excepcionais.

Há um caso mesmo em que a Comissão eliminou todos os órgãos federais, as sociedades de economia mista, da influência da SUDENE, só podendo esta atuar diretamente ou através de um órgão sem qualquer ligação com o Estado com o Município, com o Estado, Unidade federada, com o Estado-União.

Não creio que a aprovação da Emenda venha a alcançar os fins que motivaram a sua apresentação. Creio mesmo que o objetivo das leis anteriores jamais seria alcançado porque não dá aos órgãos federais independência executiva e de ação. Não obriga propriamente a SUDENE como na aparência se poderia facilitar, a ser órgão dependente. Pelo contrário.

Votarei contra a Emenda por motivo em não de outra ordem. Teríamos que alterar mesmo a lei que deu vida, que criou a SUDENE se aprovássemos certas emendas porque a SUDENE também é órgão executivo.

Alguns técnicos são atraídos pela SUDENE — técnicos que servem ao Executivo federal, ao Executivo estadual — como são atraídos também por organizações privadas. Na verdade, eles ganham muito pouco. O Estado não reconhece a sua capacidade, a sua cultura. Em todos os países do mundo — do mundo capitalista, do mundo socialista ou do mundo comunista — o Estado tem uma preocupação excepcional com o prender o técnico, o especialista.

A SUDENE vem atraindo esses técnicos que estavam fugindo, vergastados pela necessidade, para organizações particulares, prendendo-os a uma organização que, de modo direto, está servindo para o desenvolvimento de uma das maiores regiões do País.

Sr. Presidente, não evitaríamos, com a Emenda, a fuga dos técnicos federais para a SUDENE. Onde encontramos isto? Na emenda? Continuaríamos percebendo o mesmo que percebemos. Premidos pela necessidade e atraídos por um salário melhor, garantido a sua estabilidade ou não garantida a sua estabilidade. Eles continuarão indo para a SUDENE ou para qualquer outro órgão que lhes ofereça melhor paga.

Como que estamos com um cuidado excepcional em tirar o poder da SUDENE? Teríamos, através da aprovação dessas emendas?

O Sr. Argêmio de Figueiredo — A emenda não visa impedir que um funcionário saia de um órgão para outro.

O SR. AURÉLIO VIANA — A emenda não impede, eu já o disse, mas

os argumentos que justificam a emenda é que impedirão.

O Sr. Argêmio de Figueiredo — O objetivo da emenda é dar função específica aos órgãos que a União já paga para dar essa assistência.

O SR. AURÉLIO VIANA — Também não dá, a emenda. Estes órgãos já têm função específica; a emenda não atribui, V. Exa. mesmo já argumentou contra.

O Sr. Argêmio de Figueiredo — Estou infringindo o Regulamento, mas se a Mesa tolerar o aparte que vou, vou concluir meu pensamento.

A nossa preocupação é dar funcionamento técnico a todos os órgãos federais. A SUDENE deve utilizar os órgãos já existentes para a execução das obras especializadas e técnicas, de modo que para esse fim é que os trabalhos específicos, os trabalhos técnicos devem ser feitos por intermédio dos órgãos técnicos que a União possui, com o intuito de evitar que esses órgãos desapareçam em função da atrofia que a SUDENE está provocando.

O SR. AURÉLIO VIANA — Não estão morrendo, nobre Senador, funções específicas já as tem. A SUDENE coordena, vem coordenando, é o órgão de planejamento, especificamente de planejamento, mas a emenda contém argumento a faculdade assegurada à SUDENE para contratar obras e serviços ligados ao desenvolvimento do Nordeste das Sécas: "somente se exercida quando não houver nos órgãos ou Departamentos Federais pessoal técnico e especializado para a execução das mesmas."

Consequentemente, esses órgãos, em funções específicas, tanto que se admite que a SUDENE execute obras; então, dá-se-lhe, reconhece-se-lhe poder executivo quando não houver, então se admite que existem departamentos e órgãos que não têm pessoal técnico especializado.

Dizíamos que a lei que criou a SUDENE concede esses poderes. Tem por finalidade:

"estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento econômico do Nordeste, supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento".

Então, dizíamos que a lei que criou a SUDENE já trazia normas para esses mesmos órgãos já existentes. Então, mesmo até que altera-la, portanto, e substancialmente:

"executar, diretamente ou mediante convênios, acordos ou contratos os projetos relacionados ao desenvolvimento do Nordeste que lhes forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor."

e assim por diante. Todos nós conhecemos a lei que criou a SUDENE.

Portanto, nobres Senadores, acredito que a emenda viria, talvez, criar certos empecilhos ao bom funcionamento do órgão.

Agora, creio mesmo que impressionada, creio mesmo que solicitada, creio mesmo que alertada, creio mesmo que obediente aos clamores de todo o Nordeste; compreensiva e sensível a esses clamores, a SUDENE envia para esta Casa um plano um tanto ou quanto diferente do primeiro. V. Exa. mesmo o reconheceu, nobre Senador Argêmio de Figueiredo.

Vamos, então, permitir que a SUDENE seja aprovada e demonstre a sua capacidade de realizar, de organizar.

Havendo órgãos técnicos e pessoal disponível, não me consta, nobre Senador Argêmio de Figueiredo que a SUDENE tenha contratado desproporcionadamente outros técnicos para a realização de certas e determinadas obras. O que não deveremos é atribuir a tirar técnicos que estão ocupados na realização de determinados planos

específicos, em virtude de uma lei equatorial, que exige, porque estamos fiscalizando a SUDENE, e V. Exa. tem sido um dos principais fiscalizadores, *a priori* e *a posteriori*, dos trabalhos da SUDENE e todos nos interessamos por isto.

Sr. Presidente, como tenho falado muito pouco, deve ser relevado o tempo que tomei dos colegas. Na análise que faço, embora perfunctória, desta emenda, que é importante, mas que poderia, se aprovada, prejudicar a esses mesmos departamentos que todos nós desejamos valorizar, mas que já têm seu valor, destruindo-os e fazendo com que fujam das suas funções específicas para um campo que não é determinado seu. *(Muito bem)*

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 38. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — *(Pausa)*

Está aprovada.

E a seguinte:

#### EMENDA Nº 38 (CP)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A função executiva de todas as obras e serviços referentes ao desenvolvimento do Nordeste e atribuídas a SUDENE fica a cargo dos órgãos federais sediados na região, observada a natureza técnica e especialização de cada um deles.

Parágrafo único. A faculdade assegurada a SUDENE para contratar obras e serviços ligados ao desenvolvimento do Pousão das Secas somente será exercida quando não houver nos órgãos ou Departamentos Federais pessoal técnico e especializado para a execução dos mesmos.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda nº 39.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

*(Para encaminhar a votação) (Sem revisão do orador)* — Sr. Presidente, quero apenas firmar um critério próprio.

Igual a esta Emenda nº 39 existem outras, do Ceará e do Rio Grande do Norte, sobretudo do Ceará.

O Sr. Dinarte Mariz — E também da Paraíba.

O SR. JOÃO AGRIPINO — V. Exa. pode dizer qual a Emenda da Paraíba?

O SR. DINARTE MARIZ — A Emenda nº 77.

O SR. JOÃO AGRIPINO — Citaréi também esta.

A Hidrelétrica do São Francisco estabeleceu um plano de extensão da energia por todo o Estado de Pernambuco, todo o Estado de Alagoas, todo o Estado da Paraíba, todo o Estado do Ceará e todo o Estado do Rio Grande do Norte. Nesse plano não estão compreendidas as pequenas localidades, que se transformaram depois em Municípios. Como tem que abranger todos os Estados, é plano cuja execução demanda anos, porque não há nada mais dispêndioso do que a extensão de linhas de transmissão de longa metragem.

O Estado do Ceará propõe criar vários sistemas, como meio de dar recursos substanciais a cada um desses sistemas, conforme a região dos Estados.

Mas acontece que, ao se criarem os sistemas, estabeleceu-se que cada um deles tem por finalidade a construção de usinas hidrelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais, e distribuição da energia de Paulo Afonso.

Cria-se um problema no Nordeste com a demora da chegada da energia de Paulo Afonso a qualquer localidade, que fica abastecida de energia térmica, às expensas dos municípios, o que é de custo muito elevado.

O que pretendem as emendas do Ceará, é que a SUDENE se obrigue

a construir as usinas térmicas, que chamam de regionais, compreendendo um município, centrais ou locais. Quer dizer, a SUDENE comprará motores para abastecer de energia os municípios.

Mas a SUDENE não tem essa finalidade: precisamos de suas verbas para extensão das linhas. A construção de usinas térmicas é problema dos municípios e quando muito, do Estado.

Por outro lado, as emendas cearenses estabelecem:

#### C — Ceará:

I — Destaque-se dois trechos, para os quantitativos, abaixo indicados, na Rodovia Fortaleza-Maranguape — Boa Virgem (BR-44.A) — Pedra Branca (BR-23) — Mombuca, etc. do seguinte modo:

1963 — 1964 — 1965

a) Trecho Boa Viagem (BR-44.A):

Pedra Branca (BR-23) — Mombuca-Acopiara-Iguatu — (BR-24) — Varzea Alegre — Bariaçu — Joazeiro do Norte Crato — 200 — 250 — 260.

b) Trecho Crato-Santa do Cariri-Pontezel — Araripe-Campos Sales (BR-44) — 100 — 150 — 15.

II) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

Ou essas linhas estão num Plano, portanto é desnecessário mencioná-las, ou a sua menção está alterando o Plano e, por isso, não merece a minha aprovação.

A Emenda do Rio Grande do Norte incluiu todos os municípios nas diversas regiões. Ou esses municípios já estão incluídos no Plano, ou se está incluindo municípios que não constam no Plano, em termos de prioridade.

Na Emenda do Rio Grande do Norte não há mal nenhum, porque inclui todos os municípios na mesma prioridade. Acontece que a SUDENE, dispendendo de recursos, vai aplicá-los precisamente nas linhas de transmissão já projetadas e estudadas para alguns desses municípios, já que não pode fazer para todos.

Na Emenda da Paraíba, a alteração é quase só de quantitativo. Essa emenda diz o seguinte:

a) Alto Serão, inclusive interligação Milagres-Cajazeiras .....

Já existia.

Brejo da Cruz, São Bento, é a interligação para o Rio Grande do Norte.

Altera o quantitativo de setecentos milhões. Creio que altera o de quatrocentos e o de quinhentos milhões de cruzeiros.

Cariri, inclusive a ligação de Cariri e Sumé. Figurava no plano. Faltavam apenas recursos. Por isso foram dados os recursos maiores dos que figuram no projeto da Câmara dos Deputados.

Brejo: apenas se aumentou os recursos.

Sistema Curumas: para, estabelecer a eletrificação.

Há um plano para o aproveitamento d'água, de modo que está tudo dentro do Plano, apenas o quantitativo foi aumentado.

Agora, as estações abaixadoras, linhas de transmissão das cidades interiores de São José, Gericó, Brejo dos Santos.

São pequenas cidades por onde passam as linhas de transmissão. Mas, não têm elas energia elétrica. E não se pretende levar linhas de transmissão a nenhuma delas. Apenas o Plano do São Francisco estabeleceu que a linha passa por cima de Malla, entre Pombal e Patos. Não existe estação abaixadora, pois ela custa vinte

milhões de cruzeiros, e se torna, portanto, anti-econômica, para abastecer uma pequena cidade. E o problema do consumo pequeno de energia.

Aí há um problema social. A energia já está à porta da cidade para cujo abastecimento são necessários recursos. E' com diferente incluir cidade para onde se pretenda levar rede de transmissão muito cara para pequeno consumo. Neste caso a rede já existe. A rede de Irauba, a que vai de Piuma a S. Gonçalo e assim por diante. No sistema da Paraíba não há a menor alteração em relação ao Plano. No sistema do Rio Grande do Norte, como disse, não há mal. Apenas uma enumeração desnecessária a meu ver. No sistema do Ceará, sim, e que se pretende criar centrais termo-elétricas.

Compõe-se uma central termo-elétrica para Fortaleza, porque a energia de Paulo Afonso para Fortaleza iria demorar. A SUDENE colaborando para uma central termo-elétrica em S. Luiz, Irecema, é perfeitamente explicável. São cidades importantes, capitais que seriam submetidas a uma longa demora para a chegada da energia de Paulo Afonso. Esses Estados estavam impossibilitados de resolver o problema da energia para as suas grandes cidades, suas capitais e a SUDENE deu-lhes ajuda. Mas para levar, indistintamente, a toda e qualquer cidadezinha, usinas termo-elétricas locais, não me parece seja função da SUDENE e não me parece. Também, que ela deva ali usar as verbas que não podem ser despendidas. Esta a razão porque não encaminharei mais a votação de nenhuma das outras emendas.

Acho que o Senado deve fixar um critério. Se quer aprovar essa discriminação e a aplicação de recursos em termo-elétricas locais, aprove, se não quiser, rejeitando esta, apenas lembrarei em relação às outras que são iguais a esta. Se aprovar esta, nem sequer a sua menção farei. *(Muito bem)*

#### O SR. WILSON GONÇALVES:

*(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador)* — Sr. Presidente, na discussão do projeto do Plano Diretor da SUDENE procurei silenciar. Primeiro, porque entendia que o de que estamos precisando é de ação e para esta ação precisamos de recursos; segundo, porque outros representantes de nossa região, talvez mais autorizados já expuseram com proficiência e profundidade os problemas fundamentais da região do Nordeste. Entendia eu que não obstante ter o meu juízo sobre esses problemas de nossa região, maior serviço prestaria com o meu silêncio para que o projeto tivesse a tramitação mais rápida.

O Sr. Jefferson de Aguiar — Não apoiado.

O SR. WILSON GONÇALVES — Mas, Sr. Presidente, sinto que devo quebrar esse silêncio porque vejo que o objetivo do destaque apresentado pelo eminente Senador João Agripino, é fulminar o plano de eletrificação do meu Estado. E isso eu não poderia consentir sem que levantasse aqui a minha voz. Não nego que S. Exa. como tem revelado bastas vezes, nesta Casa, se há manifestado conhecedor profundo das questões do Nordeste. Mas, permita-me S. Exa. ou discordar do seu ponto de vista, no que se refere ao sistema de eletrificação do Estado do Ceará, esboçado pela Emenda nº 39 que S. Exa. acaba de combater.

Do nosso conhecimento, havia apenas o Sistema do Cariri, organizado pela SUDENE. Este realmente um plano completo e que determinou em seguida, pela própria importância de nossa Capital, um movimento que abalou profundamente todas as camadas políticas de nossa terra para que se levasse a energia de Paulo Afonso até Fortaleza.

As opiniões se manifestaram em todos os sentidos e, afinal, venceu uma tese intermediária e que permitiu que a energia de Paulo Afonso extravasasse o círculo da área da concessão inicial da Hidrelétrica de São Francisco, e chegasse até nossa Capital.

E' fácil verificar pelo Mapa da CHESF que o raio de ação da concessão inicial da Hidrelétrica de Paulo Afonso atingiu os limites do Município de Senador Pompeu, no Estado do Ceará e que fica localizado no interior de nosso Estado.

Com a importância de Fortaleza — como disse há pouco — os órgãos responsáveis, inclusive a CHESF e o próprio Governo da República, concordaram em que a energia fosse levada até a Capital. Isto determinou a modificação do plano inicial da eletrificação, do Plano Cariri, o primeiro sistema organizado pelo CHESF e foi preciso substituir o material que, em parte, já estava adquirido para que outro de maior capacidade fosse empregado e se assegurasse a transmissão de energia de Paulo Afonso até Fortaleza.

Isto trouxe modificações no Plano de eletrificação do Ceará quando inicialmente se pensava que ele ia beneficiar apenas o centro. Passou-se a verificar a possibilidade de que quase toda a Região de nosso Estado fosse beneficiada com esta providência. Posteriormente foi criado o sistema de Fortaleza e o centro-norte do Estado. Ocorreu que com a posse do atual Governador do Estado, Coronel Virélio Tavora em consonância com a SUDENE e com a CHESF e um grupo de técnicos recrutados foi organizado um novo plano com a redistribuição de sistema para o Ceará sem qualquer preocupação eleitoral, para atingir todos os municípios.

Na verdade, com este plano, que consta oficialmente apenas do Plano do Governo Estadual como disse, em harmonia com estes órgãos, o que se pretende fazer é, além do Sistema de Cariri e do Sistema de Fortaleza, distribuir o Sistema Regional de Banabui, o Sistema do Baixo Jaguaribe, o Sistema de Quixadá, o Sistema Regional Centro-Litoral, o Sistema Curu, o Sistema Baturité e o Sistema Cascavel, o Sistema Regional Centro-Norte, o Sistema Cratões-Planalto Ipirapaba e Sistema Sobral.

Quero dizer, nestas condições Senhor Presidente, que a emenda, com as demais a que se refere o nobre colega, visa exatamente planificar, dentro do Plano da SUDENE, estes Sistemas que foram organizados tecnicamente para servir a todo o Estado, e não a determinados Municípios.

A representação do Ceará, nesta Casa, pode testemunhar que não houve preocupação eleitoral na elaboração desses Planos.

Sr. Presidente, quero ainda ressaltar, que há um Plano realmente feito para a eletrificação de todo o Estado. Há outra emenda que ao nobre Senador João Agripino pareceu uma discriminação, emenda a qual não visa a assegurar a SUDENE ou melhor dizendo, à CHESF, os recursos necessários para completar a eletrificação do Cariri o primeiro sistema feito pela SUDENE, para o nosso Estado.

Na verdade, esses sistemas compreendendo trinta e um Municípios, e até agora deve saber S. Exa. que apenas os Municípios da zona Sul do Estado estão eletrificados com a energia de Paulo Afonso. Os demais, os mais necessitados, de populações mais pobres, precisam realmente de novos recursos para que façamos até lá chegar também os cabos transmissores. Se estamos procurando num esforço cíclopico, levar a energia de Paulo Afonso a Fortaleza — tese contra a qual não se levantou o nobre Senador João Agripino — não é razoável que os mais Municípios da zona Sul do Estado, que deviam ser eletrificados em primeiro lugar, fiquem sem qual-

quer verba no Plano-Diretor da SUDENE, e se eletrifiquem as outras regiões, deixando o restante da zona sul do Estado sem energia elétrica.

Faço este esclarecimento — que talvez não seja do conhecimento do nobre Senador João Agripino — para salientar que nossa preocupação através dessas emendas é realmente dar os meios necessários aos órgãos competentes para realizarem a eletrificação do nosso Estado, sem quaisquer discriminações de Município.

Uma palavra ainda, Sr. Presidente — se é que se esgotou o tempo de que dispunha para falar — sobre as termoeletricas.

O que há sobre termoeletricas se refere a Fortaleza. A própria CHESF — e disso poder-se-ia apresentar os documentos necessários, se exigidos: ao chegar os fios da Usina de Paulo Afonso a Fortaleza a demanda mínima, hoje, é de quarenta mil kilowatts. E até hoje nossa Capital consome apenas vinte e um mil kilowatts. É necessário que se instalem pequenos geradores para completar os dezenove mil kilowatts e fazer essa demanda mínima, sem a qual não poderá ser utilizada, em Fortaleza, a energia de Paulo Afonso.

Com estas palavras, rápidas porque o tempo não me permite alongar-me, sei ou certo de que esclareci convenientemente o Senado de que essas emendas não têm sentido discriminatório e não visam a interesses políticos ou subalternos mas visam realmente, dar ao nosso Estado — e para aqui o povo nos mandou para defender os seus interesses — aquele instrumento que é a energia elétrica, sem o qual não podemos promover o nosso desenvolvimento.

Confio em que o Senado, examinando serenamente a questão, fará justiça ao meu Estado, e aprovará a emenda, porque, assim, estará servindo ao Ceará, ao Nordeste e ao Brasil. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 39.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

E a seguinte

**EMENDA Nº 39 (CF)**

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O Sistema Regional de Banabuiú tem como finalidade promover a eletrificação das regiões centro do Estado e Jaguaribana, através da construção de usinas hidroelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O sistema regional de que trata este artigo abrangera:

a) o sistema Baixo Jaguaribe compreendendo as linhas de transmissão Banabuiú-Russas, Banabuiú-Aracati, Russas-Limoeiro do Norte, subestações, linha de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Aracati, Atacaba, Jaguaruana, Palhano, Russas, Quixerê Limoeiro do Norte, Taboleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Alto Santo e Icapuí;

b) o sistema Quixadá compreendendo as linhas de transmissão da subestação da CHESF em Banabuiú, para Quixadá, Quixeramobim, Boa Viagem e Senador Pompeu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios acima mencionados e mais os de Mombaca e Pedra Branca.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 40.

**O SR. JOÃO AGRIPINO:**

(Para encaminhar a votação. Não foi remido pelo orador) — Sr. Presidente, essa emenda é idêntica à que mandava importar material do exterior

Diz a Emenda nº 40:

A SUDENE providenciará a aquisição nos mercados internos ou no exterior, de instrumentos agrícolas, preferencialmente citidificadores, necessários à primeira etapa da mecanização da lavoura.

Parágrafo único. Os instrumentos agrícolas de que trata este artigo serão vendidos, pelo preço do custo e a prazo longo aos agricultores proprietários ou não de glebas do Polígono das Secas.

Art. ... A SUDENE providenciará através da Fundação Especial de Saúde Pública e outros órgãos competentes, a organização de serviço médico e hospitalar nos centros populacionais desprovidos desses recursos sanitários.

A matéria está regulada no art. 44 o regulada já na Emenda nº 23, aprovada. Parece-me uma redundância total a aprovação de um artigo específico para determinar que a SUDENE adquira preferencialmente cultivadores.

Ora, querendo racionalizar a agricultura, se dessemos preferência a tratores, e ainda entenderia. Mas, cultivadores, a SUDENE poderá adquiri-los já pelos dispositivos legais de que dispõe.

Não me parece o Senado devesse introduzir dispositivo novo para recomendar — não é mais do que uma recomendação — a compra de cultivadores. É mesmo que dizer que a SUDENE não tem capacidade para discernir: é preciso que a lei diga o que deve comprar, inclusive cultivadores.

**O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:**

(Sem revisão do orador) (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, a emenda ainda em discussão é de minha inspiração na Comissão de Finanças. É uma emenda da maior utilidade para a região. E, sem dúvida, de caráter normativo, e traz a orientação que a SUDENE deve dar em relação ao problema agrícola do Nordeste. Determina que a SUDENE providencie a aquisição, nos mercados internos ou no exterior, de instrumentos agrícolas, preferencialmente cultivadores, necessários à primeira etapa da mecanização da lavoura.

O Sr. João Agripino — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Pois não.

O Sr. João Agripino — Data vinda de V. Exa. não poderá comprar cultivadores no exterior porque temos similar no País. Só pode comprá-los no mercado interno.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Sr. Presidente, podemos responder ao meu eminente colega, que me honra com sua intervenção, dizendo-lhe que essa dúvida que está no seu espírito, de ter o País similar, poder ou não a SUDENE importar, tudo isso, está evidentemente previsto no texto do artigo, a aquisição no mercado interno ou externo, de instrumento agrícola, preferencialmente cultivadores necessários à primeira etapa da lavoura. Ora, Sr. Presidente, se temos instrumentos agrícolas suficientes no mercado interno, não precisa a SUDENE de ir a mercado externo, compra-os no mercado interno. Se há proibição ta-

xativa em lei, por imposição do interesse público, de que ela importe em massa instrumentos agrícolas que já são fabricados aqui, e natural que nada se faça. O texto é claro. Não especifica só mercado externo, é interno também.

Mas, Sr. Presidente, não creio que a SUDENE ignore o que é mecanização da lavoura. Acredito que um órgão que se dispõe a reestruturar a economia da região nordestina possa gente capaz de saber o que é um cultivador, o que é um instrumento agrícola necessário à agricultura. O cultivador é um instrumento agrícola simples destinado a capinar a terra; tanto se presta para a lavoura mecanizada, pode ser puxado por um trator como por um animal. Fiz referência expressa ao cultivador porque é exatamente o primeiro passo da mecanização da lavoura.

Os cultivadores são instrumentos indispensáveis a um País como o nosso, que vai iniciar os primeiros passos no sentido de modernizar seus processos agrícolas.

A outra parte da emenda é que estabelece o processo ou a norma para a venda desses instrumentos.

O outro artigo que está na nossa Emenda nº 40 diz exatamente o seguinte: "A SUDENE providenciará..." Também é normativo, não está obrigando ninguém, a SUDENE executará se tiver critério, se souber atender a necessidade do camponês que não tem saúde, para receber ajuda do Poder Público. A SUDENE seguirá essa norma e verificará que não pode preocupar-se exclusivamente com indústrias no centro urbano sem atender a necessidade do homem do campo, quando doente, sem assistência médica-hospitalar, se tiver dignidade, compreensão crítica para tanto.

Mas, na norma, o Congresso indica que a SUDENE não deve preocupar-se só e só com as coisas materiais da região nordestina. Deve preocupar-se com o homem, saúde, educação, formação técnica. Daí por que nesse artigo, incluído na emenda, recomenda-se a segunda providência, "através da Fundação Especial de Saúde Pública..." e outros órgãos competentes, a organização de serviço médico e hospitalar nos centros populacionais desprovidos desses recursos sanitários".

Não pedi verba alguma para isto, Sr. Presidente, visto apenas despertar a consciência cívica dessa gente que está contando com milhões e milhões de cruzeiros arrancados ao povo e às Nações estrangeiras para que não se preocupe tanto com comunistas, que se preocupe menos com ideologias e atente mais para a necessidade real do camponês. Abandona, passando fome, sem saúde, que precisa, em verdade, de uma assistência séria do Poder Público!

Eis por que, Sr. Presidente, a emenda merece apoio do Senado. Não estou pedindo à União recursos para a execução; a emenda é simplesmente normativa, é um despertar de consciência por parte dos elementos que compõem a SUDENE. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

E a seguinte:

**EMENDA Nº 40 (CF)**

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE providenciará a aquisição nos mercados internos ou no exterior, de instrumentos agrícolas, preferencialmente cultivadores, necessários à primeira etapa da mecanização da lavoura.

Parágrafo único. Os instrumentos agrícolas de que trata este artigo serão vendidos, pelo preço do custo, a prazo longo aos agricultores proprietários ou não de glebas do Polígono das Secas.

Art. ... A SUDENE providenciará através da Fundação Especial de Saúde Pública e outros órgãos competentes, a organização de serviço médico e hospitalar nos centros populacionais desprovidos desses recursos sanitários.

**O SR. AURELIO VIANA:**

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE:**

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aurélio Viana.

**O SR. AURELIO VIANA:**

(Pela ordem) — Sr. Presidente gostaria de atrair a atenção do Poder Relator da Comissão de Finanças e os demais Senadores para a formulação do pensamento que expus.

Foi aprovado o destaque do § 1º da emenda nº 11 e depois foi aprovado o conteúdo do § 6º, não sabendo eu, propriamente, para onde estava sendo colocada esta parte da emenda e aprovada, em que artigo do projeto em votação.

Sr. Presidente e em cada caso, em conveniência do que o § 6º caso, é um e exclusivamente, porque a emenda é essencial, no artigo 17 que passa a lei:

"O aumento de capital resultante de incorporação de reservas ou de reavaliação de ativos de empresas industriais e comerciais, localizadas na área de atuação da SUDENE, é isento de qualquer imposto e taxa, desde que realizada até um ano após a publicação desta lei. Então, vem o § 6º:

"As empresas, cuja atividade principal for montagem ou montagem de produtos, fabricados fora da região nordestina, não gozarão dos benefícios deste artigo."

Isto é, a reavaliação de seu ativo, com a isenção de quaisquer impostos e taxas.

E por isto que foi elaborado o § 6º e incluído em boa hora na emenda ao art. 17. Deve ter havido um equívoco, no calor do debate da discussão. Poderíamos enxertar num outro artigo um parágrafo que é essencial, inclusive, ao desenvolvimento e a economia do Nordeste, porque, firmadas diversas que não irão para o Nordeste com a função preceptiva de industrializar, de fabricar, de elaborar produtos primários, transformando-os essas firmas poderão reavaliar o seu ativo e gozar dos benefícios da lei, da isenção de todos os tributos, de impostos e taxas.

Não tem sentido a Emenda do Artigo 18, por isso.

**O SR. PRESIDENTE:** (Fazendo soar as campainhas) — Peço licença ao nobre orador para interrompê-lo, a fim de submeter à aprovação do Plenário requerimento que acaba de chegar à mesa, no sentido de que o tempo Regimental estão esgotados.

O requerimento será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte

**Requerimento nº 258, de 1963**

Nos termos dos arts. 184, letra b, e 211, letra k, do Regimento interno, requerio prorrogação da sessão por meia hora.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1963. — João Agripino.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Pela ordem) — Sr. Presidente, tendo em vista o adiantado da hora,



como ainda há muita matéria para ser votada, pedir a V. Exa. consentisse o Plenário sobre se não seria preferível a convocação de uma sessão extraordinária para as dez horas.

#### O SR. PRESIDENTE:

A Mesa não pode deixar de submeter a votação o requerimento que acaba de ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

Em votação o requerimento do nobre Senador João Agripino, pedindo a prorrogação da sessão por meia hora.

Os Srs. Senadores que o aprovam, levantem-se para votar. (Pausa.)

Está aprovado. Continua-se a palavra o nobre Senador Aurélio Viana.

#### O SR. AURÉLIO VIANA:

Sr. Presidente, se este parágrafo não fosse colocado no Art. 17, acrescentado o seguinte: toda firma, toda empresa cuja atividade principal seja a produção ou comercialização de produtos industriais fora da região nordestina, gozaria dos privilégios.

O Sr. João Agripino — Explicar a V. Exa. este parágrafo, tanto na parte em que se refere à Coca-Cola, quanto o autor do destaque que a Coca-Cola não tivesse o direito de descontar o imposto de renda para investir no Nordeste.

O Sr. AURÉLIO VIANA — Nobre Senador João Agripino, ficando o parágrafo no Art. 17, essas firmas, essas empresas, jamais gozariam do privilégio de isenção de tributos.

O Sr. João Agripino — Não, perdão. É a reavaliação do Ativo.

O Sr. AURÉLIO VIANA — O parágrafo foi colocado na Emenda como complemento e complemento do artigo 17. O objetivo foi este. Não se tratava de imposto de renda, que é outra questão e já está regulada.

Essas firmas jamais gozariam dos privilégios do Art. 18.

O Sr. João Agripino — O Art. 17 refere-se ao aumento de capitais. Não há isenção alguma. A isenção é no imposto de renda, para reavaliação do Ativo.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite-me o nobre orador um esclarecimento. Meu propósito não é outro senão o de colaborar. Da maneira como a Mesa encaminhou o assunto o 6º foi votado sem pertencer nem ao Art. 17, nem ao Art. 18. A Comissão de Redação, verificando que o real sentido do dispositivo, inclusive atendendo à argumentação de V. Exa. e, sobretudo, tendo em vista o interesse público, colocará o parágrafo onde ele deve ficar.

O Sr. AURÉLIO VIANA — A questão que estávamos suscitando visava exatamente a um esclarecimento de V. Exa. Colaborando com a Mesa, o nobre Relator opinou no sentido de que o 6º está ainda deslocado e a Comissão de Redação procura o lugar onde se deve abrigar.

Tínhamos, portanto, razão, quando suscitávamos a questão para que a Mesa, através de V. Exa., resolvesse definitivamente a necessidade de uma emenda de redação, ou declarasse que a Comissão de Redação poderia colocar o 6º no Art. 18 ou no 17. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

Resolvendo a questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Aurélio Viana, cabe-me esclarecer o seguinte: o Senado decidiu ao votar o requerimento de destaque do nobre Senador Wilson Gonçalves, que o 6º a que se referia esse mesmo destaque, passasse do Art. 17 para o 18.

Consequentemente, o assunto, até prova em contrário, decidido.

O nobre Senador Aurélio Viana, no entanto, invocou argumento capaz de alterar a situação: o fato de que esse dispositivo, ou seja, o 6º, contém matéria pertinente, não ao que consta do Art. 18, e sim do Art. 17.

A Mesa resolve a questão de ordem da seguinte maneira: se ao ser elaborada a Redação Final do que foi decidido pelo Senado, a Comissão de Redação verificar que a colocação do 6º no Art. 18 não tem sentido e ocasiona uma situação absurda ou em desacordo com a substância do mesmo dispositivo, ela poderá fazer a alteração, isto é, colocar o 6º em questão subordinada ao Art. 17.

Quando a matéria voltar ao Plenário, o Senado decidirá se aprova ou não o ato da Comissão de Redação. Esta a forma pela qual a Mesa resolve a questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Aurélio Viana. (Pausa.)

Em votação a Emenda nº 41.

Os Srs. Senadores que a aprovam levantem-se para votar. (Pausa.)

Está aprovado.

É a seguinte

#### EMENDA Nº 41 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. — O Sistema Regional Centro-Litoral do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região centro litoral do Estado, através da construção de usinas hidrelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

Parágrafo único. O Sistema Regional de que trata este artigo abrangerá:

a) o Sistema Curu compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Uruburetama, passando por São Luís do Curu, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Cananéia, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Penterostes, General Sampaio, Apuiates, Uruburetama, Tepecó, Traubabu, Itapipoca, Peracuru e Trairi;

b) o Sistema Baturité, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Baturité, passando por Maranguape, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Redenção, Baturité, Capistrano, Itaipuna, Aratuba, Mulungu, Guaramiranga, Pacoti, Palmácia, Aracatiaba, Caridade, Pacamoti, Canindé, Itatira, Maracanaú e Choró;

c) o Sistema Cascavel, compreendendo a linha de transmissão de Fortaleza a Cascavel, subestação, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Aquirás, Cascavel, Pacajus e Beberibe.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Em votação a Emenda nº 42.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Pedi a palavra, Sr. Presidente, apenas para dizer que estou de inteiro acordo com o artigo, sem o final. O artigo estabelece que a energia de Paulo Afonso deve ser vendida por preço uniforme em todo o Nordeste, no que estou inteiramente de acordo, com o creio que lá é assim, não podendo seus revendedores cobrar mais de 15% sobre o preço por eles recebido.

Mostrei ao Relator alguns casos de revendedores que vendem a energia por preço correspondente a 400% do

preço inicial. O Relator concordou, então, em suprimir a expressão final:

“... não podendo seus revendedores cobrar mais de 15% sobre o preço por eles recebido”.

É a parte que destaque. (Muito bem.)

#### O SR. DINARTE MARIZ:

— De plano acordo com o destaque.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Entendo o nobre Senador João Agripino que envie à Mesa, por escrito, seu requerimento de destaque. (Pausa.)

Vem à Mesa, é lido e, sem debate, aprovado o seguinte:

#### Requerimento nº 259, de 1963

Nos termos dos arts. 212, letra f e 310, letra c, do Regimento Interno, requerio destaque para rejeição da seguinte parte final da Emenda nº 42, a partir de “não podendo...” Sala das Sessões, 30 de maio de 1963. — João Agripino.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Em votação a emenda, sem prejuízo do destaque.

Os Senhores Senadores que a aprovam, levantem-se para votar. (Pausa.)

Está aprovada.

É a seguinte:

#### EMENDA Nº 42

Inclua-se, onde couber:

Art. — O preço do “kilowatt” fornecido pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco será uniforme para todos os Estados por ela servidos, seja qual for a extensão de suas linhas, não podendo seus revendedores cobrar mais de 15% sobre o preço por eles recebido.

#### O SR. PRESIDENTE:

— Em votação a Emenda nº 43.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — A redação da Emenda nº 43 é exatamente igual palavra por palavra, à do art. 8º da Lei nº 3.995, que aprovou o primeiro plano diretor da SUDENE.

O art. 8º diz:

“A SUDENE através dos órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecido pelas barragens já construídas e pela usina hidrelétrica do São Francisco, para atender, também, aos serviços de irrigação na zona rural”.

É uma redundância. Já existe na legislação vigente, de modo que não sei se o Senado deve aprovar dispositivo de lei já existente. (Muito bem.)

#### O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a emenda realmente é de minha autoria e anterior está no plano da SUDENE. Foi de minha autoria a outra vez, quando eu combati a orientação que a SUDENE dava aos trabalhos de restauração da economia nordestina.

Apresentei nessa Casa 14 emendas. O Senado apoiou quase todas, mas a Câmara dos Deputados apenas deu acolhimento a duas. Uma é a que na verdade está reproduzida neste instante, e a outra, a que alterava a orientação da SUDENE, que mandava perfurar poços tubulares apenas na cidade, e eu então tive o cuidado de estender este serviço até a zona rural.

Foram as duas únicas emendas aprovadas pela Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, de modo que tem razão seu destaque para a rejeição que acaba de ser requerido, uma vez que a de minha autoria, no Plano Diretor anterior, já está em vigor.

Por esta forma, deve o Senado aceitar o destaque e excluir a emenda. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

A Emenda nº 43 é considerada prejudicada, por ter sido aprovada a Emenda nº 31, com redação exatamente igual.

É a seguinte:

#### EMENDA Nº 43 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... A SUDENE, através dos órgãos especializados, preferencialmente a CHESF, promoverá o aproveitamento do potencial de energia elétrica fornecida pelas barragens já construídas e pela usina hidrelétrica do São Francisco, atenderá aos serviços de irrigação na zona rural.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 45.

#### EMENDA Nº 45 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. ... O Sistema de Paulo Afonso, no Rio Grande do Norte, terá a seguinte discriminação:

Rio Grande do Norte A — (Angelim — Santa Cruz) — Santa Cruz, Japi, Campo Redondo, Coronel Ezequiel, Lago Pintado, São Bento do Trairi, Bom Jesus, Tangará, Calada, Monte Alegre, Serra Caiada, Santo Antônio, São José de Mipibu, Arês Goiânia, Nísia Floresta, Canguatã, Fátima, Nova Cruz, Natal, Baía Formosa, Serra de São Bento, Januário Cicco, Pedro Velho, Vargem, Macaíba, Ceará Mirim, João Câmara, Tapui, Touros, São Bento do Norte, Maxaranguape, Lages, São Paulo do Potengi, São Tome, Cerro Corá, Currais Novos, Acari, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Florânia, São Vicente, Caico, Serra Negra, São João do Sabugi, Timbaúba, dos Batistas, São Fernando, Santana do Matos, São Rafael, Jardim do Seridó, São José do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Equador, Jucurutu, Lajinhas, Angicos, Pedro Avelino, Afonso Bezerra, Apodó, Ipanaguá, Açu, Picuí, Demétrio Lemos, Montanhas, Felipe Camarão, Rodolfo Fernandes, Pendência, Macaú, Upanema, Augusto Severo, Carnaúbas, Mossoró, Areia Branca, Grossos, Tibau, Carnaúba, Itaú, São Gonçalo, Parnamirim, Pureza, Sítio Novo, Felipe Guerra, Rio do Fogo, Barcelona, Barreto, São José de Campestre, Fernando Pedrosa, Paraíba, Espírito Santo, Pedra Preta.

Rio Grande do Norte B — Cariri — Ceará — Paraíba: Alexandria, Martins, Portalegre, Patos, Fatos, Luiz Gomes, São Miguel, Patos, Caruarú, José da Penha, Marcelino, Vieira, Tenente Ananias, Jardim de Piranhas, Almino Afonso, Umarizal, Jandaí, Olho D'água dos Borges.

#### O SR. DINARTE MARIZ:

(Para encaminhar a votação — Ser revisto, do orador) — Sr. Presidente, esta emenda se refere ao Plano de Eletrificação do Rio Grande do Norte.

O próprio autor do pedido de destaque, o nobre Senador João Agripino, já justificou quase a emenda, reconhecendo que ela não traz nenhum transtorno ao sistema de eletrificação do Nordeste.



Esta emenda está discriminando todos os Municípios — quem ler pensará que é inovação — porque acenar por bem repetir todos os municípios que deverão ser abrangidos pelo Plano de Eletrificação do Estado.

Exatamente dentro do que foi discutido aqui pelo nobre Senador Wilson Gonçalves e foi admitido, em parte, pelo nobre Senador João Agripino, está o caso do Rio Grande do Norte.

Vou citar a V. Exª apenas dois exemplos, para que o Senado saiba que realmente se ajustam as condições que afinal reconheceram a justiça da emenda.

O Município de Natal foi desmembrado desde o Município de Parnamirim, que é subúrbio de Natal, é a Base Aérea do Nordeste.

Pois bem, hoje é Município e se não fosse incluído, como tive o cuidado de fazer, não estaria servido pelo Sistema elétrico de Paulo Afonso.

Sabe V. Exª, Sr. Presidente, que a Base Aérea de Natal é das mais importantes do Continente, e não seria possível excluí-la do Serviço de Eletrificação do Nordeste.

Outro exemplo é o meu próprio Município, de Caicó, onde há dois distritos que se tornaram Municípios, distantes apenas quinze e doze quilômetros da Cidade de Caicó, e consideráveis, quase, subúrbios de Caicó. Se não fossem incluídos, não poderiam ser servidos pela energia de Paulo Afonso.

Outra vantagem da emenda, é que esses municípios, próximos entre si e de Caicó, poderão com recursos próprios puxar as linhas para receber o benefício da energia de Paulo Afonso, ao passo que mesmo que o Município tenha recursos para construir a sua linha, e trazer o benefício para a sede, está proibido. O Município não está dentro do Plano de Eletrificação.

Aqui não ficou consignada qualquer verba para os novos municípios. A SUDENE continuará o seu trabalho dentro do que já está estudado. Naturalmente não sofrerá o Rio Grande do Norte, necessidade de energia porque aqui estão incluídos muitos municípios. O Estado, segundo penso, está aqui inteiramente atendido com relação à sua eletrificação.

Eram os esclarecimentos que desejava prestar ao Senado. (Muito bem)

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 45.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

#### O SR. PRESIDENTE:

Emenda nº 46.

Esta emenda está prejudicada porque é de redação exatamente igual à de nº 44, anteriormente aprovada.

E' a seguinte:

#### EMENDA Nº 46 (CF)

Inclua-se, onde couber:

Art. 1.º ... A SUDENE providenciará a ampliação e equipamento da Escola de Agronomia do Nordeste, com sede em Aracaju, no Estado da Paraíba, ficando, para isso, consignadas as verbas de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no corrente exercício; Cr\$ 50.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1964 e Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no exercício de 1965.

II — Inclua-se no Anexo X:

a) ampliação e equipamento da Escola de Agronomia do Aracaju, no Estado da Paraíba — 50 — 50 — 50.

III — Alterem-se, em consequência o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 47.

Se nenhum dos Srs. Senadores disser a palavra para encaminhar a votação, declaro-a aprovada, nos termos do art. 295, § 16, do Regimento Interno.

Emenda nº 47, assim redigida:

#### EMENDA Nº 47

O art. 32 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32. ... O Sistema Regional Centro-Norte do Ceará tem como finalidade promover a eletrificação da região Centro-Nordeste do Estado, através da construção de usinas hidrelétricas regionais, usinas térmicas centrais ou locais e a distribuição da energia produzida na usina de Paulo Afonso.

§ 1º O sistema regional de que trata este artigo abrangerá:

a) o Sistema Cratêus-Planalto de Ibiapaba compreendendo as linhas de transmissão Banabuiu-Araras, Araras-Cratêus, Araras Ibiapina-Vigosa do Ceará subestações linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento das áreas territoriais dos municípios de Cratêus, Independência Novo Oriente, Tamboré, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipueiras, Porange, Ipu, Reriutaba, Batoque, Santa Quitéria, Mocambo, Pacujá, Freixierinhas e os Municípios da Serra da Ibiapaba;

b) o Sistema Sobral compreendendo as linhas de transmissão subestação da CHESF no aqúde de "Araras", para os Municípios de Sobral Granja de Marco, subestações, linhas de subtransmissão e redes de distribuição de energia elétrica para atendimento dos Municípios de Cariri, Grolairas Sobral, Alcantara, Meruoca, Santana do Acaraú Massapé, Senador Sá, Morrinhos, Marco Bela Cruz, Acaraú, Urucoca, Martinópolis, Granja, Camocim, Chaval, Coreau e Moratão.

§ 2º O Sistema Centro-Norte do Ceará terá subordinação jurídica e administrativa à Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE), sociedade de economia mista autorizada a funcionar como empresa de energia elétrica pelo Decreto nº 555, de 2 de fevereiro de 1962.

§ 3º A Companhia de Eletrificação Centro-Norte do Ceará (CENORTE) passará a ser concessionária para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica na área territorial definida nas letras a e b do § 1º deste artigo bem como fica com atribuição de requerer e aplicar os recursos consignados no Orçamento da República ou em leis especiais, destinados ao serviço de energia elétrica na zona de sua concessão, devendo para tal os órgãos ou entidades aos quais foram consignadas as verbas fazerem a transferência dos recursos para a Companhia de Eletrificação Centro do Ceará (CENORTE).

#### O SR. PRESIDENTE

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovada.

Emenda nº 60.

Em votação. (Pausa)

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

E' a seguinte:

Emenda nº 60 (CF).

Ao Anexo I

1 — Setor Rodoviário.

2) Ceará:

Dê-se ao enunciado da Rodovia Fortaleza — Maranguape — Boa Viagem (BR-44-A), etc. a seguinte redação, mantidos os quantitativos constantes do Projeto para os exercícios de 1963, 1964 e 1965.

Podovia Fortaleza — Maranguape — Boa Viagem (BR-44-A) — Pedra Branca (BR-22) — Mombaca — Aconresta — Iguatuba (BR-74) — Várzea Alegre — Caririaguá — João Pessoa

Norte — Cratêus — Santana do Cariri — Pontengi — Araripe — Campos Sales — BR-24".

#### O SR. PRESIDENTE:

Emenda nº 62.

Em votação.

#### O SR. JOÃO AGRIPINO:

(Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador). Sr. Presidente, o Plano-Diretor da SUDENE excluiu, por inteiro, os aeroportos para todo e qualquer Estado.

Entendeu a Câmara dos Deputados que o Ministério da Aeronáutica tinha dotações específicas para aeroportos. Ainda agora, o Ministério está elaborando o seu Plano de Aeronáutica, compreendendo os aeroportos de todo o Brasil. Entendeu, por isso, a Câmara que não devia utilizar recursos da SUDENE para este fim.

A emenda obriga a dar recursos para a construção de uma estrada de acesso e para o serviço de pavimentação do Aeroporto de Caicó.

A Emenda nº 69 faz o mesmo em relação aos Aeroportos de Fortaleza e Teresina.

São as três inovações das emendas do Senado.

Entendo que se nenhum Estado tem dotação para aeroportos, também esse não deve ter. Deve-se respeitar o critério de exclusão total do aeroportos do Plano da SUDENE. (Muito bem).

#### O SR. DINARTE MARIZ:

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador). Sr. Presidente, tive o cuidado de conversar com elementos do Ministério da Aeronáutica, que acharam por bem se apresentasse essa emenda.

Alegaram que Natal, Recife e muitas localidades, como Mossoró, ficam no litoral e em época chuvosa, em muitas ocasiões os aviões deixam de pousar naqueles aeroportos próximos ao litoral e vão procurar pistas mais distantes, Caicó, por exemplo, que além de ser a terceira cidade do Estado fica no sertão, onde os dias de mau tempo são raros constituirá um pouso de segurança para os aviões impossibilitados de aterrisar nas pistas próximas ao litoral.

Cabe ainda esclarecer que a verba é pequena mas irá prestar grande serviço, pois oferecerá segurança de voo às aeronaves.

Por esses motivos, entendo que se justifica a aprovação da emenda.

(Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a emenda, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

E' a seguinte.

#### EMENDA Nº 62 (CF)

Ao Anexo 1 (Transportes)

1) Setor Rodoviário

4) Rio Grande do Norte.

1) Inclua-se:

Pavimentação da estrada de acesso e do aeroporto de Caicó — 02 — 100 — 100.

Alteram-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 64.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

E' a seguinte:

#### EMENDA Nº 64 (CF)

Ao Anexo I — Transportes

1 — Setor Rodoviário

d) Rio Grande do Norte:

Onde se lê:

"BR 9 — Inclusive obra de acesso a ponte sobre o rio Piranhas — 50 — 100 — 300.

Leia-se:

"BR 9 — Trecho Rio Grande do Norte — 20 — 40 — 100.

e) Paraíba:

11 — Inclua-se:

BR-9 — Inclusive obras de acesso a ponte sobre o rio Paraíba — 30 — 60 — 200.

III — Alterem-se, em consequência o total do Anexo e o crédito de que trata o art. 87 do Projeto.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 64

Se nenhum dos Senadores disser a palavra, declaro-a aprovada, nos termos do art. 295 § 16, do Regimento Interno.

#### O SR. PRESIDENTE:

E' a seguinte:

#### EMENDA Nº 65

Ao Anexo 1

Inclua-se:

1933 — 1964 — 1965

I — Para o aeroporto de Fortaleza, Ceará — 150 — 150 — 150.

b) — Altere-se, em consequência o crédito especial de que trata o artigo 87 do Projeto.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 65.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

E' a seguinte

#### EMENDA Nº 80 (CF)

I — Despesas Diretas

V — Sistema Cariri — Ceará

I) Acrescente-se o seguinte:

Cr\$ Milhões

1963 — 1964 — 1965

a) Despesas de qualquer natureza com estudo e construção de linha de transmissão de energia de alta e alta tensão para os municípios de Santana do Cariri, Potengi, Araripe, Campos Sales, Assaré, Nova Olinda, Altaneira, Ipiras, Brito, Caririaguá, Abaiara, Pombas e Barro, no Ceará, inclusive aquisição e montagem de subestações do São Francisco — Hidrelétrica do S. Francisco — (CHESF) por intermédio da Companhia de Eletricidade do Cariri (CEDCA) — 600 — 300 — 100.

b) Despesas de qualquer natureza com a reforma e ampliação das redes de distribuição das cidades e dos municípios indicados na letra a deste item (V-Sistema Cariri — Ceará), a cargo da CHESF, por intermédio da CELCA — 150 — 100 — 50.

II) Alterem-se, em consequência o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

#### O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda nº 87.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

E' a seguinte:

**EMENDA Nº 87 (CF)**  
**Ao Anexo II**  
**Eletrificação**

c) Programas especiais  
Ao item — II

Exclua-se a expressão:

"ajustado à destinação de 3% para o Maranhão"

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 116.  
Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados.  
(Pausa)

Aprovada

E' a seguinte:

**EMENDA Nº 116 (CF)**

**Serviços de Água Potável e Esgotos)**

1) Abastecimento de água  
d) Rio Grande do Norte

1) Inclua-se:

Despesas de qualquer natureza, para os serviços de abastecimento d'água nas cidades de:

- 1) Martins — 200 — 50 — 20
- 2) Alexandria — 30 — 50 — 36
- 3) Pau dos Ferros — 30 — 50 — 50
- 4) Serra Negra do Norte — 20 — 50 — 20
- 5) Nova Cruz — 50 — 100 — 50
- 6) Açu — 50 — 100 — 50
- 7) João Câmara — 20 — 50 — 20
- 8) Macau — 40 — 100 — 100
- 9) Colaninha — 20 — 30 — 20
- 10) Lages — 20 — 50 — 50

11) Alterem-se, em consequência, o total do Anexo e o crédito especial de que trata o art. 87 do Projeto.

**O SR. PRESIDENTE:**

Em votação a Emenda nº 122.

**O SR. JOAO AGRIPINO — (Para encaminhar a votação) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, essa emenda, a meu ver, é uma decorrência da Emenda nº 22.**

A Emenda nº 22 retirava dos Estados a participação nos projetos que deveriam ser contemplados com dois décimos.

O Senado rejeitou essa emenda. Mantive portanto, o sistema do projeto.

**"EMENDA Nº 122 (CF)**

1) Onde se lê: "Colaboração da SUDENE com os Governos Estaduais".

Leia-se: "Colaboração da SUDENE com os Estados".

2) Onde se lê: "Execução de projetos a cargo dos governos Estaduais, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) de renda tributária da União dos exercícios de 1962 a 1963 nos termos do art. 84 desta lei".

Leia-se: "Execução de projetos, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União dos exercícios de 1962 a 1963, nos termos do art. 84 desta lei".

O artigo 84 não foi modificado porque a emenda foi rejeitada. Consequentemente, a emenda, a meu ver, está prejudicada; ou não estando prejudicada, tem que ser rejeitada, já que a outra foi.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Para encaminhar a votação) — Sem revisão do orador) — E' absolutamente procedente a argumentação do nobre Senador João Agripino. Está realmente prejudicada essa emenda em virtude de ter sido rejeitada a outra. O espírito que me levou a apresentar uma foi o mesmo que me inspirou a outra.

**O SR. PRESIDENTE:**

Fazendo conferência das duas emendas, a Mesa verifica que, efetivamente, a Emenda nº 22 foi rejeitada e contém a matéria contida na Emenda número 122 que, assim, está prejudicada.

E' a seguinte:

**EMENDA Nº 122 (CF)**  
**Ao Anexo XII**

1) Onde se lê: "Colaboração da SUDENE com os Governos Estaduais".

Leia-se: "Colaboração da SUDENE com os Estados".

2) Onde se lê: "Execução de projetos a cargo dos governos Estaduais, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) de renda tributária da União do exercício de 1962 a 1963 nos termos do art. 84 desta lei".

Leia-se: "Execução de projetos, no montante correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) da renda tributária da União dos exercícios de 1962 a 1963, nos termos do art. 84 desta lei".

**O SR. JOAO AGRIPINO**

(Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, V. Exa. anunciou a Emenda nº 64. Peço a atenção do relator porque Sua Excelência pediu destaque dessa emenda, para rejeição. Creio que V. Exa. por engano anunciou sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE:**

A Mesa informa ao Senador João Agripino que todos os Requerimentos de destaque apresentados, foram para votação em separado, e não para rejeição.

Se a intenção de V. Exa. foi requerer para rejeição, não foi a mesma comcretizada.

**O SR. JOAO AGRIPINO:**

Não foi meu o destaque, mas do Relator, que assim informou.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

(Pela Ordem) — Tenho a impressão, Sr. Presidente de que deve haver um equívoco. O destaque foi para rejeição total da emenda.

**O SR. PRESIDENTE:**

A Secretaria Geral da Presidência informa o que acabo de declarar neste momento ao Plenário. Todavia, farei retornar à Mesa os requerimentos, para completa elucidação do assunto.

**O SR. DINARTE MARIZ:**

Se V. Exa. me permite, encaminharei à Mesa novo Requerimento de destaque para rejeição da Emenda, como foi meu intuito inicial.

**O SR. PRESIDENTE:**

V. Exa. não pode apresentar novo Requerimento no mesmo sentido.  
(Pausa)

Acha-se sobre a mesa, Requerimento de prorrogação da sessão, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

**Requerimento nº 260, de 1963**

Nos termos dos arts. 184, letra b, e 211, letra k, do Regimento Interno, requero prorrogação da sessão por 15 minutos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1963. — Eurico Rezende.

**O SR. PRESIDENTE:**

A sessão é prorrogada por mais 15 minutos. (Pausa)

Chegou à Mesa o Requerimento do nobre Senador Dinarte Mariz há pouco referido, pelo qual se verifica que S. Exa. havia pedido destaque para votação em separado, e não para rejeição.

Está ultimada a votação do projeto da SUDENE com as Emendas. A matéria vai à Comissão de Redação.

**Votação, em turno único, do Requerimento nº 218, de 1963, pelo qual os Srs. Senadores Barros Carvalho, João Agripino, Daniel Krieger, Artur Virgílio, Mem de Sá (Líderes, respectivamente da Maioria da Minoría, da UDN, do PTB e do PL) e Jefferson de Aguiar solicitam urgência, nos termos do artigo 326, nº 5-B, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo número 11, de 1963, que aprova o texto do Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.**

Em votação o requerimento.  
Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.  
(Pausa)

Está aprovado.

Passa-se à discussão da matéria a que se refere o requerimento.

**Discussão, em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1963, que aprova o texto do Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.**

Sobre a mesa parecer da Comissão de Educação e Cultura, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

**Parecer nº 201, de 1963**

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1963 (número 100-A-61, na Câmara), que aprova o texto do Acordo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Relator: Sr. Walfredo Gurgel

O Projeto de Decreto Legislativo ora em exame nesta Comissão, em virtude de requerimento do nobre Senador Aloysio de Carvalho, aprova o texto do Acordo de Migração e Colonização entre o Brasil e o Japão, celebrado e assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

O objetivo maior do Acordo consiste em organizar e disciplinar as correntes migratórias japonesas para o Brasil dentro de um regime de conjugação de esforços de ambas as Partes Contratantes tendente a solucionar de maneira prática e eficaz os problemas migratórios e de colonização entre os dois países.

Até hoje, infelizmente, a imigração japonesa vem se processando de forma desordenada, sem normas sistematizadoras-condizentes com os superiores interesses do Brasil.

As cláusulas contratuais do Acordo em apêço vêm precisamente acautelar esses interesses ao transferir para o âmbito nacional as responsabilidades que passarão a dilatar todo o processamento das correntes migratórias japonesas para o nosso país.

No texto do Acordo foram inseridas disposições visando a delimitar racionalmente a imigração japonesa, evitando a chamada imigração "em massa", uma vez que o volume de imigrantes será fixado de conformidade com as reais perspectivas de sua colocação e radicação no solo, atendidas, ainda, as possibilidades de imigração e as necessidades do mercado de trabalho brasileiro, dentro dos princípios liberais da política migratória seguida tradicionalmente pelo Brasil.

Assim é que, nos termos do Acordo, só serão recebidos imigrantes técnicos, operários e agricultores reclamados pelas necessidades agrícolas do

Brasil, restringindo-se a mobilidade ecológica aos limites exigidos pela economia e pela técnica.

O ajuste fornece, assim, meios de controlar periodicamente a migração japonesa, tendo em vista as conveniências e as necessidades conjunturais do Brasil.

O Acordo não descarta da seleção "in loco" dos imigrantes recrutados pelo governo japonês, os quais, como estabelece seu texto, devem preencher os requisitos de capacidade técnica e de qualificação profissional.

O Japão é um país que, sociologicamente, apresenta uma alta pressão demográfica e em consequência o fenômeno do desemprego estrutural.

O imigrante japonês emigra por imperativos econômicos. Todavia, é ele portador de valores de uma cultura reconhecimento das mais avançadas.

Nos países de acolhida, como o Brasil, encontram eles um meio para realizar suas inegáveis capacidades de trabalho.

A experiência tem demonstrado que seu status muda admiravelmente com a emigração e, no país de destino, sua posição cultural costuma tornar-se mais pluralmente que no seu próprio país de origem.

No Brasil, por exemplo, verificamos que as mais variadas possibilidades de promoção se abrem diante dos imigrantes japoneses, quase todos afeiçoados à vida do campo, onde têm valorizado e estimulado seus apreciáveis recursos técnicos.

O efeito produzido pelas correntes migratórias japonesas no Brasil, não representa apenas um lenitivo para um país superpovoado como é o Japão, mas um benefício imediato em favor da melhor distribuição das forças de trabalho, numa escala internacional.

Em seu aspecto terminal, isto é, em suas relações com o meio brasileiro que vem acolhendo há longos anos a corrente migratória japonesa, convém salientar que nunca se viu no imigrante japonês um concorrente do trabalhador nacional.

Teoricamente, qualquer imigração poderá contribuir para a depressão dos níveis de salários, pelo fato de dilatar a oferta de trabalho. Entretanto, para que isso ocorra na prática, supõe-se a existência do pleno emprego ou de um regime de concorrência perfeita. Tal não acontece, porém, no Brasil, onde a imigração não pode ter efeito depressivo sobre os níveis de salários, tanto mais que a mão de obra japonesa, sendo altamente qualificada, é dequal, precisamente de que o Brasil sente maior falta.

No tocante ao imigrante japonês é de se notar, ainda, que sua longa permanência entre nós tem demonstrado a melhoria do nível técnico pela introdução de pequenas indústrias artesanais e introdução de novas culturas ou de novas técnicas de cultura; a diminuição do regime de pequena propriedade rural à base do trabalho familiar e da policultura contra o latifúndio.

E' por todos admitido que o Brasil tem necessidade urgente de incorporar e de colonizar-se quem entrou em contato com o interior conhece a falta de enorme potencial humano para valorizar nossos recursos naturais.

Por outro lado, se o Brasil não tem necessidade econômica de absorção de uma imigração em massa nem por isso dá a ter enorme interesse na imigração do tipo da japonesa que é iminentemente rural.

A formação do imigrante como o japonês não nos custa praticamente nada, já que ele se vem constituindo num capital altamente produtivo para o Brasil.

Enquanto muitos imigrantes rurais perderam o espírito pioneiro de outras épocas, como alguns imigrantes europeus, graças às técnicas que possuem dentro de um determinado contexto sócio-econômico, que não exis-

te no nosso interior, o japonês construa um desbravador, formando colônias-modelo, com alta eficiência exemplativa, situadas nas proximidades dos centros consumidores.

Cabe-nos, finalmente, ressaltar, a inexistência do problema social da integração cultural com as migrações japonesas. O poder de assimilação dos grupos imigrantes japoneses à nossa vida cultural e social é admirável, sem a necessidade muitas vezes observada de degradação desses grupos ao nível do rural brasileiro.

A imigração japonesa, a exemplo da italiana e da alemã do sul, conservando por muito tempo sua identidade como grupo, tem trazido um precioso contributo à nossa promoção cultural. Isto vem provar que a aculturação é um fenómeno de grupos e não de indivíduos.

Por todos estes motivos, notadamente os de ordem cultural, a Comissão de Educação é de parecer que o presente Projeto de Decreto Legislativo merece ser aprovado.

Sua das Comissões, em maio de 1963. — *Meneses Pimentel*, Presidente. *Walfredo Gurgel*, Relator. *Padre Calvanini*. — *Mem de Sá* — *Pinto Ferreira* — *Adalberto Sena*.

O Sr. PRESIDENTE:

O Parecer da Comissão de Educação e Cultura é favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declarou encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte:

**PROJETO-DE-DECRETO-LEGISLATIVO Nº 11, DE 1963**

(Nº 100-A, de 1961, na Câmara dos Deputados)

E' o seguinte o projeto aprovado:

(Nº 100-A, DE 1961, NA CAMARA DOS DEPUTADOS)

**DOS DEPUTADOS)**

Aprova o texto do Acôrdo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro em 14 de novembro de 1960.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o texto do Acôrdo de Migração e Colonização entre os Estados Unidos do Brasil e o Japão, assinado no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1960.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**TEXTO DO ACÔRDO DE MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O JAPÃO.**

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Japão,

Convictos da necessidade de regular a cooperação entre os dois países em matéria de migração e de organização em moldes condizentes com os respectivos interesses, e

Côncios de que a execução de uma política objetiva e adequada baseada no espírito de colaboração internacional visando ao desenvolvimento econômico do Brasil mediante o aproveitamento da técnica e mão-de-obra japonesas, virá fortalecer os laços de tradicional amizade que os une.

Resolveram concluir o presente Acôrdo de Migração e Colonização, e, para esse fim nomearem seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Horácio Lafer, Ministro de Estado das Relações Exteriores,

O Governo do Japão, Sua Excelência o Senhor Yoshiro Ando, Embaixador Extraordinário no Brasil.

Os quais, após terem exibido seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

#### Das Finalidades

##### Artigo 1º

O presente Acôrdo tem por objetivo orientar, organizar e disciplinar as correntes migratórias japonesas para o Brasil dentro de um regime de conjugação de esforços de ambas as Altas Partes Contratantes, a fim de que os problemas migratórios e de colonização entre os dois países tenham solução prática, rápida e eficaz.

##### Artigo 2º

A migração japonesa para o Brasil poderá ser dirigida ou espontânea, devendo ambas merecer todo amparo e proteção das Altas Partes Contratantes, de conformidade com as disposições do presente Acôrdo.

#### Migração Espontânea

##### Artigo 3º

A migração espontânea é a que se opera por livre iniciativa e as expensas dos migrantes, quer considerados individualmente, quer coletivamente, em conjunto familiar ou grupo de famílias, devendo ficar inteiramente submetida às disposições das leis ordinárias que a respeito, vigorarem em um e outro país.

##### Artigo 4º

As Altas Partes Contratantes poderão, por meio de entendimentos, incrementar e facilitar a migração espontânea de japoneses no Brasil.

##### Artigo 5º

Enquanto os entendimentos referidos no Artigo 4º não forem convenionados, o Governo brasileiro concederá visto permanente, observadas as disposições regulamentares para a migração espontânea, aos japoneses que desejarem estabelecer-se no Brasil com o fito de exercer, dentro da legislação brasileira, uma atividade para a qual tenha havido contrato de trabalho, devidamente autenticado por duas testemunhas idôneas ou feito perante um tabelião.

##### Artigo 6º

Comprometem-se as Altas Partes Contratantes no intuito de favorecer a migração espontânea de japoneses para o Brasil, a fornecer, dentro do regime legal em vigor, todas as informações suscetíveis de orientá-los e promover todas as facilidades capazes de beneficiá-los.

#### Migração dirigida

##### Artigo 7º

A migração dirigida far-se-á através de um plano estabelecido de comum acôrdo e sob a responsabilidade das Altas Partes Contratantes.

##### Artigo 8º

O volume da migração dirigida será fixado, de conformidade com as reais perspectivas de colocação, pelo confronto entre as possibilidades de emigração japonesa e as necessidades do mercado de trabalho brasileiro, dentro dos princípios liberais da política imigratória do Brasil.

##### Artigo 9º

A migração dirigida de japoneses no Brasil, acompanhados, ou não, de suas famílias, compreenderá as seguintes categorias:

a) agricultores, lavradores, criadores de gado, camponeses em geral, operários agro-pecuários e técnicos especializados em indústrias rurais e atividades acessórias, que migrarem com a intenção de estabelecerem imediatamente como proprietários, ou não;

b) associações ou cooperativas de agricultores, lavradores ou operários agro-pecuários que emigrarem em caráter coletivo com o fito de se esta-

belecerem como proprietários, ou não, em fazendas, empresas agro-pecuárias ou núcleos coloniais já existentes no Brasil ou a serem criados;

c) técnicos, artesãos, operários especializados e profissionais qualificados, consoante as necessidades do mercado de trabalho no Brasil e as exigências da legislação específica;

d) unidades de produção ou empresas de caráter industrial ou técnica que sejam do interesse do desenvolvimento econômico do país, conforme o pronunciamento prévio dos órgãos competentes.

##### Artigo 10º

Os imigrantes japoneses que se estabelecerem no Brasil, mediante o regime da migração dirigida, gozarão das facilidades consignadas neste Acôrdo ou que vierem a ser concedidas, em ajuste especial entre os dois Governos.

##### Artigo 11

O Governo japonês, tanto quanto o permitirem as condições econômicas de seu país, autorizará os migrantes que se vierem fixar no Brasil a trazerem:

a) equipamentos agrícolas, utensílios agrícolas e maquinaria agrícola, inclusive tratores e máquinas de beneficiamento de produtos agro-pecuários, quando se tratar de agricultores, operários agro-pecuários e técnicos especializados nas indústrias rurais;

b) matrizes animais ou variedades selecionadas e de interesse técnico ou econômico;

c) instrumentos de trabalho tanto para artesanato, como para artefice de profissão qualquer.

##### Artigo 12

O Governo brasileiro isentará os bens, referidos no artigo anterior, do regime de licença prévia, dos impostos de importação e consumo, da taxa de despacho aduaneiro, assim como de outros tributos que incidam sobre entrada de mercadorias no País.

§ 1º Os benefícios acima mencionados restringem-se aos bens absolutamente necessários ao início das atividades do migrante e em quantidade proporcional à sua qualificação profissional e situação financeira.

§ 2º Os bens sentos na forma do presente artigo não poderão ser vendidos senão depois de dois anos de sua entrada no Brasil.

#### Recrutamento e seleção

##### Artigo 13

As autoridades japonesas competentes efetuarão o recrutamento e a pré-seleção do migrante dirigido de acôrdo com as categorias especificadas no artigo 9º e baseadas nas informações fornecidas pelo Governo brasileiro, organizando lista nominal dos candidatos, na qual se contenham as indicações necessárias aos trabalhos de seleção definitiva.

**Parágrafo único** O Governo japonês poderá se necessário, designar qualquer entidade ou órgão para executar os trabalhos de recrutamento e pré-seleção estipulados neste artigo.

##### Artigo 14

As autoridades brasileiras, com a colaboração das autoridades japonesas, procederão à seleção definitiva dos migrantes dirigidos, dentre os candidatos recrutados e pré-selecionados, de acôrdo com o artigo 13 e que satisfaçam as exigências da legislação brasileira em vigor, relativa à migração e colonização, bem como as normas que forem estabelecidas para os trabalhos de seleção.

§ 1º Os trabalhos de seleção serão efetuados nas proximidades dos portos de embarque, ou em outras localidades apropriadas, e de forma a assegurar a eficiência e rapidez da operação.

§ 2º O Governo japonês poderá, se necessário, designar qualquer enti-

dade ou órgão para cooperar nos trabalhos de seleção definitiva a serem executados pelo Governo brasileiro.

##### Artigo 15

Verificado, pela autoridade consular brasileira no Japão, o cumprimento das exigências legais mencionadas no artigo anterior, será concedido ao migrante visto para entrar no Brasil.

**Parágrafo único.** O Governo japonês se obrigará a enviar todos os esforços no sentido de proporcionar aos imigrantes, antes do seu embarque para o Brasil e, se possível, durante a viagem, o conhecimento da língua portuguesa.

#### Embarque e Transporte

##### Artigo 16

O Governo japonês concederá as facilidades necessárias ao livre embarque do migrante dirigido para o Brasil, visto consular brasileiro e os meios de introdução no Brasil haja sido autorizada.

##### Artigo 17

O Governo japonês, ou a entidade especialmente por ele designada, se responsabilizará dentro das suas possibilidades orçamentárias pelo transporte, do Japão ao porto de destino, no Brasil, do migrante dirigido e seus bens, bem como pela assistência ao mesmo durante a viagem.

##### Artigo 18

No transporte marítimo ou aéreo do migrante, serão observadas as disposições legais ou convencionais vigentes sobre a matéria.

#### Recepção, Encaminhamento e Colocação

##### Artigo 19

O Governo brasileiro, desde o desembarque do migrante dirigido até sua destinação final, se responsabilizará:

a) por sua recepção, hospedagem, alimentação e assistência médico-sanitária;

b) pelo desembaraço e guarda de seus bens;

c) pelo seu encaminhamento e de seus bens ao destino final;

d) pela estabilização dos animais e assistência veterinária.

§ 1º As questões peculiares relativas aos portos pré-estabelecidos de desembarque, à fixação do calendário para o recebimento dos grupos de migrantes e outros assuntos, serão objeto de entendimento específico entre as autoridades brasileiras e japonesas, ou entre essas e as entidades promotoras interessadas.

§ 2º A inspeção do migrante e de seus bens ao entrarem em território brasileiro obedecerá às disposições legais que regem a matéria, observado quanto aos bens o disposto no artigo 12.

§ 3º A título subsidiário, qualquer entidade, desde que indicada por uma das Altas Partes Contratantes, poderá colaborar com o Governo brasileiro, se este assim o desejar, na matéria disciplinada neste artigo.

##### Artigo 20

A responsabilidade do Governo brasileiro pelas obrigações estipuladas no artigo anterior cessará com a colocação do migrante e de seus bens no ponto a que se destinar, ressalvado o caso do artigo 21.

##### Artigo 21

Considera-se colocado o migrante que haja sido recebido no local a que se destinava, ou que haja iniciado a prestação normal de serviços na agricultura ou na indústria.

**Parágrafo único.** O Governo brasileiro, uma vez ouvida a Comissão Mista, de que trata o artigo 43 do presente Acôrdo, poderá atender a pedidos de recolocação e de auxílio ao migrante e a sua família, dentro do primeiro ano de sua chegada.

#### Colonização

##### Artigo 22

As Altas Partes Contratantes diligenciarão no sentido de estimular a



migração japonesa de caráter colonizador para o Brasil, tomando para tanto medidas administrativas, técnicas e financeiras que lhe facilitem a execução.

#### Artigo 23

A migração japonesa de caráter colonizador terá como finalidade precípua a fixação do colono ao solo para exploração de atividades características do meio rural, e será realizada em áreas do território brasileiro mais convenientes ao desenvolvimento do país e a prosperidade da colonização japonesa, de acordo com o plano geral de orientação de correntes migratórias e colonização elaborado pelo Governo brasileiro.

#### Artigo 24

As Altas Partes Contratantes consideram colono todo agricultor, proprietário ou não, que, por iniciativa oficial ou particular, se estabelecer e fixar em zona rural, nela desenvolvendo as atividades características daquele meio.

#### Artigo 25

A zona rural, como tal definida compreende regiões em que os habitantes se dediquem a atividades características do meio rural e sejam economicamente dependentes de exploração agrícola.

#### Artigo 26

A fixação do migrante das categorias a e b a que se refere o artigo 9º estará condicionada à observância do estabelecido no artigo 23.

#### Artigo 27

O colono que, sem autorização especial das autoridades brasileiras competentes, se afastar da zona rural antes de expirar o prazo de três anos a contar da data de sua colocação, não mais poderá gozar dos benefícios que o presente Acordo lhe confere.

Parágrafo único. Fica também estabelecido que a comprovada incapacidade profissional do colono na zona rural, pelo menos nos primeiros três anos de residência, desobrigará o Governo brasileiro das responsabilidades previstas no presente Acordo com relação ao referido colono.

#### Estabelecimento

#### Artigo 28

É facultada aos migrantes japoneses que se estabelecerem no Brasil mediante o regime de migração dirigida, a sua localização em núcleos coloniais oficiais ou de iniciativa privada, observado o disposto nos artigos 22 e 26.

#### Artigo 29

A aquisição das terras necessárias ao estabelecimento dos colonos japoneses poderá ser feita, tanto pelos Governos federal e estaduais do Brasil, como por particulares, incluídas entre estas as entidades privadas que organizarem nos termos da legislação em vigor.

#### Artigo 30

Quando a aquisição de terras pelos migrantes das categorias a e b constantes do artigo 9º, for feita em próprios do Governo Federal ou Estadual, o preço unitário da venda não poderá ser superior ao vigente na região na época da transação.

#### Artigo 31

No caso de concessão de terras pelos Governos estaduais e autoridades municipais, o preço será regulado de conformidade com a legislação respectiva, comprometendo-se o Governo Federal do Brasil a exercer sua mediação para alcançar o preço mínimo, dentro das condições locais de valorização.

#### Artigo 32

O Governo brasileiro empenhar-se-á em obter dos Governos estaduais e autoridades municipais isenção, para os colonos japoneses, durante os três primeiros anos de sua localização em lotes rurais, de todos os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre seus lotes, culturas, veículos destinados ao seu transporte e o dos respectivos produtos, instalações de beneficiamento e colocação destes, inclusive os impostos territoriais, de transmissão inter vivos e causa-mortis.

para os lotes integralmente pagos.

#### Artigo 33

A assistência escolar, médica e social ficará a cargo das autoridades orçulárias competentes.

Parágrafo único. Nas unidades de colonização em que forem localizados colonos japoneses, as entidades devidamente reconhecidas pelas Altas Partes Contratantes poderão dar ao colono assistência médica, bem como, excepcionalmente, assistência escolar primária, desde que os professores, de nacionalidade brasileira, estejam devidamente habilitados de acordo com a lei.

#### Artigo 34

O Governo brasileiro, para os fins do presente Acordo, empenhar-se-á junto aos Governos estaduais no sentido de serem construídas, à custa dos mesmos, estradas de acesso aos núcleos coloniais que compreendam a colonização japonesa, e se possível, as que sirvam aos lotes rurais que forem demarcados.

#### Artigo 35

O Governo brasileiro dará especial atenção às culturas tropicais nas áreas destinadas à colonização japonesa e, sempre que necessário, criará, com a cooperação do Governo japonês, quando solicitado, campos experimentais para essas culturas.

Parágrafo único. Os técnicos japoneses e brasileiros, agrônomos, veterinários e capatazes, poderão ser indicados pelas Altas Partes Contratantes e admitidos pelas autoridades brasileiras competentes, mediante contrato.

#### Artigo 36

As Altas Partes Contratantes consultar-se-ão sobre as providências a serem tomadas no sentido de proporcionar assistência, nos termos deste Acordo, ao migrante que demonstrar dificuldade em se adaptar ao meio brasileiro.

Parágrafo único. No caso do migrante revelar-se absolutamente inadaptável ao meio brasileiro, será ouvida a Comissão Mista sobre a conveniência de ser ele repatriado. Se assim for decidido, o Governo brasileiro ficará responsável pela sua manutenção até o embarque, e o Governo do Japão pelo seu transporte ao território japonês.

#### Financiamento e Auxílios

#### Artigo 37

As Altas Partes Contratantes proporcionarão aos migrantes, as cooperativas e as entidades devidamente reconhecidas, facilidades de financiamento por meio de organização de crédito.

Parágrafo único. A concessão do financiamento de que trata o presente artigo, quando se destinar à instalação e fomento de atividades agropecuárias, ficará condicionada a um planejamento prévio específico, aprovado pela entidade financiadora.

#### Artigo 38

Tendo em vista garantir a subsistência do colono no início de suas atividades no Brasil, o Governo japonês empenhar-se-á no sentido de que toda a família traga consigo, em divisas, a importância necessária à sua manutenção nos primeiros seis meses após a sua chegada.

Parágrafo único. Esta importância será fixada anualmente, em moeda brasileira, pela Comissão Mista, de acordo com os índices do custo de vida vigente no país.

#### Artigo 39

Com o fim principal de promover-lhe a fixação ao solo, as Altas Partes Contratantes, através das entidades especialmente designadas, poderão prestar ao colono japonês auxílios financeiros.

Parágrafo único. O Governo brasileiro isentará de quaisquer ônus fiscais as remessas de auxílios financeiros feitas pelo Governo japonês.

#### Artigo 40

A Comissão Mista prevista neste Acordo, examinará, sempre que se torne conveniente, as necessidades de financiamento ou auxílio a que se refere o presente capítulo.

#### Seguros

#### Artigo 41

As Altas Partes Contratantes recomendam a constituição de um seguro migratório, que garanta um pecúlio à família do migrante, se sobreviver durante a viagem falecimento, acidente irreversível ou qualquer caso fortuito que o torne incapaz para o trabalho e para realizar os objetivos da migração empreendida.

#### Artigo 42

As Altas Partes Contratantes recomendarão a instituição de seguros agrícolas nos empreendimentos de colonização, pelas empresas brasileiras que operem neste setor de atividades com o fim de garantir eventuais riscos e malogros decorrentes de fenômenos naturais.

#### Comissão mista

#### Artigo 43

A fim de que sejam alcançados, de forma prática e eficiente, os elevados desígnios de presente Acordo, que visa ao aproveitamento da técnica e mão-de-obra japonesas no desenvolvimento econômico do Brasil, fica instituída uma Comissão Mista composta de seis delegados, sendo três designados pelo Governo brasileiro e três pelo Governo japonês.

§ 1º — Os representantes brasileiros da Comissão Mista serão indicados pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização e pelo Conselho Consultivo do referido Instituto, respectivamente. Os representantes japoneses serão designados pelo Governo japonês. Sempre que for julgado conveniente, cada Alta Parte Contratante poderá designar um de seus representantes como delegado-chefe.

§ 2º — Além dos delegados acima referidos, poderão ser também designados assessores técnicos em número nunca superior a três por delegação.

#### Artigo 44

A Comissão Mista terá sua sede na Capital do Brasil e poderá reunir-se em qualquer ponto do território brasileiro ou japonês, consoante as necessidades ditadas pela execução do presente Acordo.

#### Artigo 45

A Comissão Mista será convocada, além das reuniões regulares, extraordinariamente, quando for solicitada por uma das delegações.

Parágrafo único. Para melhor cumprimento das atribuições que lhe são reconhecidas, a Comissão Mista terá uma Secretaria Executiva.

#### Artigo 46

As gratificações dos delegados componentes da Comissão Mista, dos assessores técnicos e dos membros da Secretaria Executiva ficarão a cargo dos respectivos governos que os nomearem, e as demais despesas decorrentes da instalação e funcionamento da referida Comissão incumbirão aos dois governos, conjuntamente.

#### Artigo 47

A Comissão Mista, que agirá sempre em estreita coordenação com os órgãos competentes dos dois governos, num e noutro país, terá, como principais atribuições, as seguintes:

a) propor aos órgãos competentes dos dois Governos em matéria de imigração e colonização, normas de orientação, recomendações e medidas administrativas que se fizerem mister para a boa execução do Acordo e, particularmente, do plano previsto no Artigo 7º;

b) propor anualmente o volume da migração dirigida a que se refere o artigo 9º, segundo o disposto no artigo 8º;

c) propor a delimitação das áreas mais convenientes a que se refere o artigo 23;

d) sugerir ao Governo brasileiro a promoção das medidas necessárias ao estabelecimento dos serviços previstos no artigo 33 e, verificar, no caso do parágrafo único desse artigo, se as entidades estão em condições de prestá-la;

e) opinar, quando consultada, sobre o repatriamento do migrante conforme o disposto no parágrafo único do artigo 36;

f) fixar a importância a que se refere o parágrafo único do artigo 38;

g) esclarecer as dúvidas e conciliar as controvérsias surgidas na aplicação do presente Acordo;

h) elaborar o regulamento relativo ao funcionamento da Comissão;

i) tratar das outras questões que lhe forem delegadas de comum acordo por ambos os Governos.

Parágrafo único. A Comissão Mista poderá recomendar às Altas Partes Contratantes tudo aquilo que julgar necessário a boa execução do presente Acordo.

#### Revisão

#### Artigo 48

Quando a Comissão Mista não puder decidir satisfatoriamente sobre qualquer questão que lhe seja submetida, remeterá o assunto aos Governos respectivos, que o solucionarão pela via diplomática.

#### Revisão

#### Artigo 49

As Altas Partes Contratantes, periodicamente, por iniciativa própria ou da Comissão Mista, se consultarão, com o fim de estudar a conveniência de ser revisto o texto deste Acordo ou dos ajustes dele decorrentes, de modo a atualizá-los, aperfeiçoando-os consoante o que a execução e a experiência aconselharem.

#### Vigência e Denúncia

Este Acordo será ratificado, tão logo sejam cumpridas as formalidades constitucionais de cada uma das Altas Partes Contratantes e entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação a realizar-se em Tóquio, no mais breve prazo possível. Permanecerá em vigor se não for denunciado por uma das Altas Partes Contratantes com o aviso prévio de um ano.

Parágrafo único. A denúncia não afetará, por qualquer forma iniciativas anteriores concretamente tomadas, empreendimentos em fase de execução ou compromissos decorrentes deste Acordo, assumidos anteriormente à data da respectiva notificação; os quais seguirão seu curso até final adimplemento.

Em Fé do Que, os Plenipotenciários, acima nomeados, firmaram o presente Acordo e nele apuseram seus respectivos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em dois exemplares, ambos nas línguas portuguesa e japonesa, ao quatorze dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta. — Horacio Lauer. — Yoshitru Ando.

O SR. PRESIDENTE:

Convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária, hoje, às 10 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

1

Discussão em turno único do Parecer (secreto) da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 4-63 (nº de origem 128-63), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Professor Hermes Lima para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

2

Discussão, em turno único, do Parecer (secreto) da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 83-63 (nº de origem 127-63), pela qual o Sr. Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. José Joffily Bezerra de Melo para membro do Conselho Nacional de Economia.

Está encerrada a sessão.  
(Levantando-se a sessão às 1,40 minutos).